

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
DOCTORADO EM COMUNICAÇÃO

O
Q U E S T A
R E S T A
D O S
F A T O S

TESTEMUNHO
E GUINADA AFETIVA
NO JORNALISMO

ANA CLÁUDIA PERES
ORIENTADOR: FERNANDO RESENDE
NITERÓI | 2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO**

ANA CLÁUDIA MENDES DE ANDRADE E PERES

**O QUE RESTA DOS FATOS:
TESTEMUNHO E GUINADA AFETIVA NO JORNALISMO**

**Niterói
2017**

ANA CLÁUDIA MENDES DE ANDRADE E PERES

**O QUE RESTA DOS FATOS:
TESTEMUNHO E GUINADA AFETIVA NO JORNALISMO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Resende

Niterói
2017

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

P434 Peres, Ana Cláudia Mendes de Andrade e.
O que resta dos fatos: testemunho e guinada afetiva no jornalismo /
Ana Cláudia Mendes de Andrade e. – 2017.
180 f. : il.

Orientador: Fernando Antônio Resende.

Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal
Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2017.

Bibliografia: f. 170-180.

1. Jornalismo. 2. Testemunho. 3. Narrativa. 4. Afeto (Psicologia). I.
Resende, Fernando Antônio. I. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

ANA CLÁUDIA MENDES DE ANDRADE E PERES

O que resta dos fatos: testemunho e guinada afetiva no jornalismo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Comunicação Social.

Aprovada.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Resende – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Márcio Serelle
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof. Dr. Reges Schwaab
Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Kleber Mendonça
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Maurício de Bragança
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Cardoso D’Abreu – Suplente
Universidade Federal Fluminense

Dr. Roberto Robalinho – Suplente
Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense

Aos sobreviventes.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, por me fazer sentir sempre amada, pelo melhor abraço e por ter me dito, sem precisar dizer palavra, que eu fosse aonde quisesse ir, que ele estaria comigo.

À minha mãe, por me fazer sentir sempre amada, por tomar conta dos meus livros e por todos os pacotes de carinho embrulhados para viagem a cada reencontro.

Irmãs, irmão e seus amores, por dividirem comigo suas meninas. Isa, Júlia, Lia, Laura, Luisa e Clarice, a gente pode fazer do mundo um lugar melhor.

À minha tia Dicó e seus meninos, pela casa fora de casa.

Ao Fernando, meu caro amigo e inestimável orientador – aquele que determina o “orientado” verdadeiro, diz o dicionário, como que adivinhando que nós aqui já inventamos outra geografia. Saiba que este trabalho só foi possível porque havia você. Obrigada por toda a conversa, todos os emails, todas as sugestões, todos os puxões de orelha, todos os textos, todas as críticas, todo o entusiasmo que deixaram o caminho menos solitário, muito mais animador.

A Maurício de Bragança, que me fez pensar sobre o testemunho desde aquela banca do mestrado; Márcio Serelle e Kleber Mendonça, que me apontaram caminhos e fizeram anotações precisas durante o exame de qualificação; e Reges Schwaab, que me apresentou novos motivos para pensar o Outro, obrigada pelo interesse em dialogar comigo, tornando possível a composição da banca que desejei.

À Patrícia D’Abreu, inspiração, e ao Roberto Robalinho, parceria. Nunca houve uma dupla de suplentes como vocês.

Aos meus companheiros do Programa Radis, da Fiocruz, pela Revista Radis, que me fez voltar a acreditar em um jornalismo possível. Adriano De Lavor, Bruno Dominguez, Carolina Niemeyer, Elisa Batalha, Felipe Plauska, Liseane Morosini, Luiz Felipe Stevanim, Eduardo Oliveira, Jorge Pereira, Fábio Lucas, Natalia Calzavara, Sandra Benigno, Justa Helena e Rogério Lannes, coordenador de nossas aventuras, a vocês: obrigada pela confiança e pelo apoio incondicional nessa reta final.

Todo o meu respeito e gratidão aos parceiros do Laboratório de Experimentação e Pesquisa de Narrativas da Mídia (LAN) pelos encontros memoráveis que me fizeram ir além.

À Capes, pelo auxílio a esta pesquisa e pela bolsa nos dois primeiros anos de doutorado, suporte determinante para o desenvolvimento deste estudo.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF e a todos que integram a equipe pela acolhida e pelo comprometimento com tudo o que fazem. À Luciana, um obrigada especial por ser incansável para nós.

Aos meus amigos, pelo amor. Como o poeta, eu “aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente”: Neiara, nenhum quebra-cabeça fica difícil de montar quando você está junto; Ethel, pouca coisa se compara à “guinada afetiva” arriscada por nós, no jornalismo como na vida; Adriano, nunca mais quero saber como são as segundas-feiras sem você;

Adriana Nêga, obrigada por me explicar que “há fraturas que vêm para o bem”; Raquel, a “culpa” é sua; Ana Javes, até a próxima Compós; Júlia (minha fonte de abraço) e Rapha, metade da tese foi Paissandu – e como foi bom; Adriana, Lídia e Kalu, metade da vida foi com vocês – e como foi bom; Pat Karam, você precisa me ensinar inglês...; Émerson, ainda bem que existe o “Kalango” e as canções de Belchior; Flávio, Joe, Giovani e Cristiano, desculpem as ausências todas e obrigada por não desistir de chamar; Márcio e Kaká, por não desistir de ligar; Thais e Cecília, por continuar comigo. Lígia, Carolzinha, Rod, Ana Peyroton, Aline e Fred, Mirna e Jorge, “toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”. Obrigada.

Ao meu amigo, Felipe Plauska, por delirar comigo e fazer a capa da minha tese, a capa dos meus sonhos.

RESUMO

Esta tese investiga a dimensão afetiva do testemunho no jornalismo. Toma-se como referência a literatura do testemunho e o seu desdobramento, sob a perspectiva do *media witnessing*, para propor um *jornalismo de teor testemunhal* a partir de narrativas que funcionam como material empírico exemplar. A pesquisa parte da hipótese de que o testemunho, quando valorizado não apenas como mero procedimento técnico, mas como experiência vivenciada e/ou construída durante o percurso do relato, potencializa os afetos. Esse princípio leva à indagação acerca de uma dinâmica relacional na prática e no gesto jornalísticos. Tem-se como objetivo geral cartografar e analisar narrativas associadas às pequenas e grandes tragédias do cotidiano no momento em que o comum, o prosaico, o ordinário cruza com o trágico, o fatídico, o extraordinário. E como objetivos específicos, discutir as intervenções de uma poética do testemunho na construção do real e na narração dos fatos bem como examinar o lugar do jornalista, ao mesmo tempo testemunha, narrador e personagem da história narrada. Ao reconhecer o aspecto dialógico do testemunho midiático em sua inclinação para a alteridade e o encontro com o Outro, o estudo sugere uma inversão na “matriz de verdade presumida” – característica do estatuto do testemunho do qual o jornalismo é tributário – para uma *matriz de lacuna de verdade*, essa que torna pertinente narrar pelo que resta dos fatos. Ao final, à luz de cinco operadores, propõe-se um exercício de análise de narrativa que aponta caminhos para um jornalismo menos pautado pela racionalidade técnica. Trata-se de um gesto insinuante em direção a uma “guinada afetiva”, um ponto possível de resistência e sobrevivência do campo.

Palavras-chave: Testemunho. Testemunho midiático. Narrativas. Jornalismo. Afetos.

ABSTRACT

This thesis investigates the affective dimension of testimony in journalism. It takes as reference the testimony literature and its unfolding, from the perspective of *media witnessing*, to propose a *journalism with a testimonial content* based on narratives that function as exemplary empirical material. The research starts from the hypothesis that testimony, when valued not only as a mere technical procedure, but as lived experience and/or constructed during the narrative of the story, potentializes affections. This principle leads to an inquiry into a relational dynamic in journalistic practice and gesture. The general objective is to map and analyze narratives associated with the small and great tragedies of everyday at a time when the common, the prosaic, the ordinary intersects with the tragic, the fateful, the extraordinary. And as specific objectives, to discuss the interventions of a poetic of the testimony in the construction of the real and in the narration of the facts as well as to examine the place of the journalist, at the same time witness, narrator and character of the history narrated. In recognizing the dialogical aspect of *media witnessing* in its penchant for alterity and the encounter with the Other, the study suggests a reversal in the “presumed truth matrix” – characteristic of the testimony status of which journalism is a contributory - to a *matrix of real gap*, which makes it pertinent to narrate by the remains of the facts. At the end, in the light of five operators, it is proposed an exercise of narrative analysis that points the way to a journalism less guided by technical rationality. It is an insinuating gesture towards an “affective turn”, a possible point of resistance and survival of the field.

Keywords: Testimony. Media witnessing. Narratives. Journalism. Affections.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – PISTAS PARA UMA CARTOGRAFIA	22
1.1 TEXTOS E TESTEMUNHOS	23
1.2 PRIMEIRA PISTA: JORNALISMO É RASTRO	25
1.3 SEGUNDA PISTA: EXPERIÊNCIA É NARRATIVA	29
1.4 TERCEIRA PISTA: OBJETIVIDADE É RETÓRICA	34
1.5 QUARTA PISTA: IMAGINAÇÃO É ESTRATÉGIA	39
1.6 QUINTA PISTA: NINGUÉM É COMUM	43
1.7 DESENLACES OU O “TEOR TESTEMUNHAL”	46
CAPÍTULO II – DAS GRANDES CATÁSTROFES À JORNADA DO ORDINÁRIO ..	50
2.1 TESTIS, SUPERSTES ETC.	51
2.2 NO TESTEMUNHO, UM ESFORÇO DE VERDADE.....	53
2.3 O ESFORÇO DE MATHEUS – PARTE I	58
2.4 <i>TESTIMONIO</i>	62
2.5 O ESFORÇO DE MATHEUS – PARTE II.....	66
2.6 MEMÓRIAS	69
2.7 O ESFORÇO DE MATHEUS – FIM	72
2.8 O QUE RESTA DA EXPERIÊNCIA	77
CAPÍTULO III – AFETO E TESTEMUNHO NO CAMPO JORNALÍSTICO	79
3.1 A GUINADA AFETIVA.....	80
3.2 NO JORNALISMO, O QUE PODEM OS AFETOS?.....	85
3.3 NAS DOBRAS DA TÉCNICA, O TEXTO TESTEMUNHAL	88
3.4 NAS DOBRAS DO TEXTO TESTEMUNHAL, UMA NOVA MATRIZ	95
3.5 O QUE RESTA DA OBJETIVIDADE	108
CAPÍTULO IV – NÓS, AS TESTEMUNHAS	113
4.1 TESTEMUNHA EM POTENCIAL: UMA AMPLIAÇÃO DO CONCEITO.....	114
4.2 FRAGMENTOS	118
4.2.1 <i>Testemunho normativo x testemunho narrativo: dupla face de um modelo</i>	121
4.2.2 Testemunho narrativo em xeque.....	128
4.3 O FALSO TESTEMUNHO	130
4.4 O QUE RESTA DA IMAGINAÇÃO	134

CAPÍTULO V – AFETOS COMUNS	137
5.1 UM EXERCÍCIO OPERACIONAL-AFETIVO	138
5.1.1 O operador de efeito de presença: a primeira pessoa do plural	140
5.1.2 O operador da experiência-limite: os limites da experiência	143
5.1.3 O operador de subjetividade: entre “dois lados”	148
5.1.4 O operador do sofrimento: testemunho à distância	152
5.1.5 O operador do cotidiano: vidas ordinárias	157
5.2 O QUE RESTA DO COMUM	161
NOTAS FINAIS	163
REFERÊNCIAS	172

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ailce e a bolsa inseparável.....	42
Figura 2 – Carta do pai de Matheus escrita na prisão.....	71
Figura 3 – Página de abertura da reportagem “A espera”	71
Figura 4 – Tipologia proposta por Peters	92
Figura 5 – Diagrama inspirado nos conceitos de Paul Frosh	94
Figura 6 – Nelson e Neusa na capa da reportagem impressa	97
Figura 7 – Nelson e Neusa na abertura da reportagem na web	98
Figura 8 – Montagem com imagens das narrativas como publicadas na Internet. Em sentido horário: 1) "Minha História", Folha de S. Paulo; 2) "Refugiado e Prostituído", Uol Tab; 3) "Na hora de fazer não gritou", Agência Pública; 4) "A onda", Revista <i>piauí</i>	127
Figura 9 – Diagrama de interface do <i>jornalismo de teor testemunhal</i>	130
Figura 10 – “O nascimento de Joicy”. Capa da reportagem inspirada em <i>O nascimento de Vênus</i> , de Sandro Botticelli	156
Figura 11 – Paisagem destruída pelo fogo em região de Portugal	164

INTRODUÇÃO

UMA APRENDIZAGEM OU APONTAMENTOS

Quase por acaso. Um movimento inesperado, um gesto e já não estamos no mesmo lugar. Clarice Lispector me contava bem antes desta investigação começar, antes do jornalismo, antes ainda de eu prestar atenção, que “não se estando distraído, o telefone não toca, e é preciso sair de casa para que a carta chegue”. Posso dizer, com uma certa margem de certeza, que o testemunho apareceu na minha vida acadêmica, assim mesmo, de improviso, em um lance casual, oportuna e descompromissadamente. Mas ele já estava. O testemunho e seu paradoxo, suas aporias. O testemunho e suas muitas medidas, sua literatura extensa, difícil, apaixonante.

Foi durante a defesa de minha dissertação de mestrado, em 2012. Sem que percebesse, pelo menos não de forma explícita, o testemunho era palavra-chave que atravessava boa parte do trabalho – intitulado “Narrativas e cidades: uma cartografia de paisagens possíveis para o jornalismo” – em que eu interrogava sobre as inúmeras maneiras de narrar a experiência urbana em relatos midiáticos. Não era o caso de ter sido problematizado ali, mas havia algo como um aceno, que me olhava à espreita e acabou por desafiar minhas convicções.

Diante da banca e provocada por ela, lembro de ter rabiscado algo como: “Em que medida o jornalismo é também testemunha daquilo que narra?” Hoje, repensando essa trajetória, suspeito que, em um primeiro momento, a pergunta fosse retórica. Devo confessar que, muito mais do que uma hipótese, eu era tomada pela crença – com toda a carga pejorativa que a palavra crença possa carregar: fé cega, certeza sem cientificismo – de que, ao contar o cotidiano e a vida das gentes, o jornalismo era como um documento da história contemporânea, um testemunho. A questão é um tanto mais complexa, como veremos no decorrer deste trabalho.

Sabia de menos sobre o assunto, apenas o suficiente para ir adiante com ele. A pergunta, esboçada lá atrás, desdobrou-se em muitas outras e ainda agora aparece multifacetada. Onde fica o jornalista, quando investido dos papéis de testemunha, narrador e personagem da história? Como o testemunho manifesta-se nas narrativas midiáticas? Onde ele nos afeta? Qual a sua dimensão ética/estética/política em uma atividade como o jornalismo? Há uma linguagem que caracteriza o testemunho? Pode-se falar de um teor testemunhal no jornalismo? Que consequências isso acarreta para o campo do jornalismo? Para tentar respondê-las e cumprir com o rigor acadêmico, resolvo então investigar uma hipótese que me permite aparar algumas arestas da discussão sem aprisioná-la, no entanto.

Eis a hipótese: Quando considerado no percurso da narrativa não apenas como procedimento de uma rotina, mas enquanto experiência vivida e narrada, o testemunho teria potencial para valorizar uma dimensão afetiva que se quer apagada da narrativa clássica do jornalismo. Essa aposta está no cerne de uma “guinada afetiva” defendida por esta pesquisa e que corresponde a um giro epistemológico marcado por um olhar para os afetos em textos, gestos e práticas do jornalismo. Isso me levaria a reconhecer e a indagar sobre a dinâmica relacional desse campo.

Conviver com um problema de pesquisa por quatro anos faz exigências de toda ordem ao pesquisador. Enredada pelo testemunho, construí e desconstruí argumentos, testei hipóteses, fiz recuos para enxergar de longe, alterei os contornos da pesquisa muitas vezes à medida que o arcabouço teórico e a análise de narrativas solicitavam. De outra parte, esta pesquisa me levava a revisitar a minha própria trajetória profissional de jornalista. Como repórter da revista *Radis*, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), fui tomada cotidianamente pelas questões da tese. A hipótese diante de mim em carne e osso. No sertão do Nordeste, às margens do São Francisco, enquanto testemunhava o sofrimento e a esperança de homens e mulheres atingidos pela transposição das águas do rio, enquanto também era afetada pela experiência do encontro com aqueles sujeitos, me perguntava sobre o que pode um “texto testemunhal” ou que diferença seria capaz de provocar na vida daqueles que me diziam de si – na vida deles e na minha.

Essa, aliás, a percepção do Outro e a possibilidade de tecer narrativas sobre a experiência do Outro, levando em conta o universal sem perder de vista aquilo que lhe é singular estão nos fundamentos desta pesquisa. Como, de resto, no princípio de todos os meus interesses no campo da comunicação e do jornalismo. Seja exercendo a profissão, seja tomada pelas implicações de pesquisadora, me interessa em primeiro lugar complexificar o entendimento de que esta atividade é muito mais um processo que envolve sujeitos em relação (FRANÇA, 2006) do que um conjunto de técnicas ou práticas assimiladas para dar conta do mundo.

Assim, ao mesmo tempo em que experimentava a pesquisa na prática, coletava mais “problemas” para o meu problema teórico, o que acabou transformando esta travessia em algo desafiador – e estimulante. Era preciso mergulhar no testemunho, começando pelo clássico dessa literatura. “É isso um homem?”, de Primo Levi (2010), a narrativa devastadora do químico judeu sobre a *Shoah* me levou a inquietações diversas, abrindo uma infinidade de caminhos para esta reflexão. Quase como um desdobramento dessa primeira leitura, o contato com “O que resta de Auschwitz”, de Giorgio Agamben (2008), me conduziu sem reservas

rumo à investigação desse resto “como aquilo que, no testemunho, solapa a própria eficácia do dizer e, por isso mesmo, institui a verdade de sua fala” (GAGNEBIN, 2008, p. 11).

É a partir dessa literatura exógena, que toma ainda Didi-Huberman (2012) e Seligmann-Silva (2008, 2010) como outros referenciais, que faço a passagem para a noção de “testemunho midiático” e, por conseguinte, de testemunho jornalístico, ancorada pelas proposições de autores como Frosh e Pinchevski (2009), Peters (2009), Ellis (2009), Brand (2009). No Brasil, há relevantes pesquisas que se propõem a esquadrihar uma espécie de “guinada subjetiva” no jornalismo, à luz do testemunho, e as implicações desse modelo e do efeito de verdade que produz afetando os paradigmas do campo (SERELLE, 2009), bem como sobre os impactos morais de narrativas que lançam mão do testemunho do sofrimento do outro como um diferencial (RODRIGUES LAGE, 2013). Tendo esse cenário como pano de fundo e em consonância com os trabalhos citados é que este projeto se insere.

Mas esta não é uma tese sobre a tragédia – pelo menos não sobre a tragédia no sentido de um acontecimento espetacular, algo a que o testemunho está associado habitualmente. É, antes, sobre a vida ordinária, o dia a dia de sujeitos comuns que têm sua existência afetada de algum modo pelo sofrimento nem sempre causado por um acontecimento extraordinário. De qualquer maneira, à medida que pesquisava sobre o testemunho como um conceito que se relaciona em largo aspecto com as grandes catástrofes, o horror maior dos campos de concentração, as desgraças inomináveis ou mesmo com a violência atroz dos regimes ditatoriais, eu me encontrei numa encruzilhada: como passar do excepcional ao cotidiano?

Fazia-se necessário recuar, tomar distância para olhar direito, ver pelo avesso. Em conversa com meu orientador Fernando Resende, fui alertada para algo que ele percebera antes de mim. Essa investigação era também sobre o que há de ordinário na catástrofe e que o jornalismo, tomado pelas dicotomias, encobre. Naquele momento, mergulhada dos pés à cabeça nas leituras de Primo Levi, encharcada da dor do outro diante dos pungentes relatos sobre a experiência do narrador em campos de concentração, algo tão monstruoso quanto verdadeiro, eu não conseguia enxergar que, mesmo naquela narrativa sobre o maior crime da humanidade, havia um comum. “Na nossa precipitação em medir o histórico, o significativo, o revelador não deixemos de lado o essencial: o verdadeiramente intolerável, o verdadeiramente inadmissível” (PEREC, 2010, p. 177).

Admitidos todos os riscos que seriam enfrentados pela pesquisa, um detalhe ainda me provocava algum desconforto na proposta de cartografar as narrativas das vidas comuns pelo comum. Se o meu recorte sobre elas se daria justamente no ponto em que cruzam com o fatídico, me parecia inevitável tangenciar o sofrimento, a dor, a morte, a brutalidade dos atos

humanos. Penso se teria coragem suficiente para enfrentar anos de pesquisa envolvida com a ideia. Desconfio não possuir aquela dose de estoicismo, de que falava Susan Sontag (2003), necessária para percorrer os jornais diariamente, dada a infinidade de notícias e imagens violentas que nos assaltam – ainda mais levando em conta que eu estaria à cata delas.

E então, enquanto cartografo essas narrativas, deparo-me com o testemunho de uma repórter, Eliane Brum. Ela citava a frase de um autor que nunca conseguiu confirmar de quem se trata, mas não importa, a ideia é esta: “A morte não é o contrário da vida. A morte é o contrário do nascimento. A vida não tem contrários”. É assim que me dou conta de que, ao analisar essas narrativas, eu, como ela em sua saga por contar o morrer, também estou em busca do que torna a vida possível apesar de tudo. Portanto, mais do que sobre a morte é sobre a vida que esta tese fala, a vida que se insinua pelos rastros dos seus homens ordinários.

DUAS OU TRÊS PALAVRAS SOBRE O MÉTODO

O desafio de construir essa leitura possível para o jornalismo, à luz do testemunho, compondo uma tese a partir da montagem pela sobreposição de narrativas, é enfrentado com a ajuda do método cartográfico. Essa aposta metodológica permite condutas mais flexíveis que, sem abrir mão do rigor científico, possibilita procedimentos mais abertos e, a um só tempo, mais inventivos. Pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo. Trata-se de uma metodologia que, antes de ser aplicada, é experimentada na pesquisa, quase como que realizando uma reversão do sentido tradicional de método. “Não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (metá-hódus), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então, afirma um hódus-metá”. (PASSOS; BARROS, 2015, p. 17).

Ao mesmo tempo, não significa um trabalho à deriva ou sem orientação, mas realizado a partir de operadores de análise que são, antes de tudo, uma ação política de produção de conhecimento. Ao avançar num percurso deixando-se tomar também pela experiência, seguindo pistas que geram agenciamentos e relações e evidenciam jogos de poder e de verdade, o método cartográfico é assumido como uma atitude diante da pesquisa. Desse modo, é possível dizer que a cartografia sugere múltiplas entradas e que considera os efeitos que o exercício cartográfico desempenha inclusive no pesquisador e no objeto da pesquisa.

Tomada, portanto, pela ideia do testemunho do cotidiano e ainda pelo pressuposto de que é possível que aquilo que provoca a relação entre os sujeitos no jornalismo seja o que é

experimentado conjuntamente, comecei a pensar mais detidamente sobre a lacuna, o hiato, o vácuo ou como se queira chamar aquilo que existe entre o real do acontecimento e o que é narrado pelas testemunhas ao jornalista. Ora, não seria exatamente o testemunho do repórter, que se dá na tessitura do relato, o fio que une as duas pontas? E, sendo assim, não seria esta a razão de ser, a verdadeira centralidade do testemunho para o jornalismo?

Em seu desenho final, esta tese está dividida em cinco capítulos, mas como fruto de um trabalho elaborado com base nas práticas cartográficas, a intenção é incentivar algumas entradas possíveis. Por isso, a utilização de narrativas dispersas por todo o percurso. Essas narrativas não são propriamente um objeto de pesquisa, elas amparam a discussão ora motivando perguntas ora sugerindo respostas. Quase como uma provocação a mim mesma, declaro que “o objeto” desta investigação são “os sujeitos” que surgem pelo testemunho que dão de sua existência por meio dessas narrativas.

Assumido isso, como sugestão, indico que esta tese seja lida em sua dimensão fragmentária e inacabada. Afinal, em última instância e flexibilizando um pouco o conceito, o testemunho trata exatamente da possibilidade da experiência se dar também no relato a partir de vestígios de memória, no vai e vem contínuo entre o que é arquivado e aquilo que escapa. Tanto quanto as palavras que dizemos, aquelas que deixamos de dizer falam por nós.

OS CAPÍTULOS

Eliane Brum e Ailce Oliveira Sousa. No capítulo I, “Pistas para uma cartografia”, aponto cinco sugestões que me levam a um caminho de interseção entre o campo do jornalismo e o do testemunho e que atravessam aspectos relativos à função do narrador, aos muitos enigmas da experiência, à retórica da objetividade, ao atalho pela imaginação e à concretude das vidas ordinárias. Walter Benjamin introduz esse percurso. Guia-me nessa discussão, como material empírico, uma narrativa publicada na revista *Época* em que a repórter (Eliane) vai testemunhar, de forma deliberada e não por acidente, o fim de uma vida (a de Ailce). À luz do conceito de acontecimento, na concepção de Louis Quéré (2005), e das proposições sobre o “paradigma relacional”, de Vera França (2006), introduzimos o debate acerca do testemunho para o jornalismo.

Matheus Leitão e Foedes dos Santos. O capítulo II. Aqui, traço uma genealogia do testemunho, ancorada principalmente em autores como Seligmann-Silva e Giorgio Agamben. A origem do termo em latim, *superstes* (associado aos sobreviventes) e *testis* (um terceiro,

que fica entre duas partes) bem como do *Zeugnis* (testemunho em alemão, usado numa referência às narrativas da *Shoah*) e do *Testimonio* (como o termo vem sendo aplicado para se referir as produções literárias da América Latina voltadas especialmente para os relatos sobre as ditaduras), se embaraçam a fim de abrir o caminho para a nossa proposta de *jornalismo de teor testemunhal*. A “guinada subjetiva” de que fala Beatriz Sarlo (2007) e os problemas que a autora indica em relação à hipervalorização da primeira pessoa do testemunho como um ícone de verdade são relevantes para que façamos a interface com a “guinada afetiva” sugerida pela tese. Recorro à *tríplice mimese* de Paul Ricoeur (2010) como uma tentativa de leitura dessas narrativas. A exemplo do capítulo anterior, neste também sou auxiliada por uma narrativa que ajuda a costurar as concepções teóricas. Nesse caso, a temática está relacionada ao Regime Militar (1964-1985) instaurado no Brasil: um “acerto de contas” entre um repórter (Matheus) e o passado da família encarnado na figura de Foedes.

Vítor Hugo Brandalise e Nelson Irineu Golla. Neste capítulo III, deparo-me com dois dos maiores desafios da pesquisa. Em primeiro lugar, o afeto é assumido como categoria explicitando a opção epistemológica desta investigação dentro de um campo como o jornalismo atravessado pelos dogmas da razão e da ciência. É a partir daí que enfrento o segundo desafio ao fazer um salto de passagem do testemunho em seu sentido ontológico para o “testemunho midiático” e, mais especificamente, o jornalístico. Nesse momento, examino a tensão entre a ideia da “testemunha ocular” e os outros modos assumidos no contemporâneo quando testemunhar não é mais apenas ver e ouvir e passa a dizer também sobre os modos como somos interpelados por um “texto testemunhal” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009). Para investigar o abismo que há entre experiência e discurso para além do debate sobre representação midiática, abordo aqui a questão da “lacuna” no testemunho sugerindo uma nova matriz orientada pela ideia de Brand (2009) de que o testemunho, que sempre esteve ligado às noções de verdade e ao que pode capturar do acontecimento, ele é antes sobre o que lhe escapa. A reportagem que me guia, desta vez, é sobre uma tragédia particular na vida de Nelson Irineu Golla. Como o jornalismo (de Vitor Brandalise) testemunha o fato?

Fragmentos. Capítulo IV. Decorrente da ideia de “testemunho midiático”, esmiuçada no capítulo anterior, reconheço nesta etapa algo que já vem se insinuando durante toda a pesquisa: o público/leitor/destinatário é também uma testemunha dos acontecimentos testemunhados por uma *narrador-jornalista-testemunha*. Uma testemunha em potencial. Isso significa assumir de uma vez por todas um conceito ampliado de testemunho que tem implicações diretas sobre a hipótese da pesquisa e dialoga com o conceito de testemunho de viés solidário pleiteado por Jeanne Marie Gagnebin (2009). Neste capítulo, não recorro a uma

narrativa-chave como guia, mas a uma série de fragmentos que evidenciam os diferentes formatos de testemunhos configurados pelo jornalismo hoje. É aqui também que tento problematizar a dupla face do conceito, por assim dizer, examinando não apenas as ideias antagônicas que diferenciam um *testemunho normativo* (burocrático, relatorial, meramente declaratório) de um *testemunho narrativo* (aquele que tira partido da experiência e das subjetividades), mas também indagando sobre os problemas intrínsecos do *testemunho narrativo*.

Fabiana Moraes e Joicy. O capítulo V, o último deste percurso argumentativo, é também uma volta ao começo. Ao mesmo tempo em que tento reunir alguns achados da pesquisa sugerindo o que seria um desfecho para a tese, descubro também outras perspectivas, novos modos de olhar, a partir da própria experiência com a pesquisa. Recorro aqui a cinco operadores analíticos que dialogam com as pistas iniciais a fim de aplicá-las, à luz de tudo o que foi discutido, em uma outra narrativa emblemática para as questões do testemunho na “guinada afetiva” do jornalismo. Aqui, uma repórter (Fabiana) testemunha, de forma deliberada e não por acidente, o nascimento – ainda que simbólico – de uma vida (a da transexual Joicy).

Assim como o testemunho de Primo Levi, que também me acompanhou durante toda a tese – ora como epígrafe ora como entretexto, sempre pelo seu poder de provocação –, todas as narrativas foram convocadas para, em diálogo com os estudos do testemunho, me ajudar a indagar sobre a dimensão relacional do testemunho, aquilo que nos põe em movimento em direção a um Outro. Não se trata de falar pelo Outro, em nome do Outro, mas com o Outro (RESENDE, 2012). Muitas das questões aqui esboçadas ainda reverberam, algumas terão desdobramentos, outras ficarão sem respostas. Em um momento como este em que esta tese foi produzida, quando tanto a política como o jornalismo parecem subestimar os afetos, que esta seja uma reflexão sobre um jornalismo possível. Que saibamos escutar as testemunhas, o que resta dos fatos.

Não sei mais escrever, perdi o jeito. Mas já vi muita coisa no mundo. Uma delas, e não das menos dolorosas, é ter visto bocas se abrirem para dizer ou talvez apenas balbuciar, e simplesmente não conseguirem. Então eu queria às vezes dizer o que elas não puderam falar.
(Clarice Lispector)

CAPÍTULO I

Pistas para uma cartografia

“Narrei ao senhor. No que narrei, o senhor talvez até ache,
mais do que eu, a minha verdade.”
(Guimarães Rosa)

1.1 TEXTOS E TESTEMUNHOS

“Em muitos momentos eu fora a única testemunha de sua vida. Eu escreveria a sua história, e ela estaria morta”. Começamos por esse fragmento de uma reportagem da revista *Época* publicada em agosto de 2008, em que a jornalista Eliane Brum apresenta aos leitores “A Mulher que Alimentava”. Trata-se de Ailce Oliveira Sousa, uma merendeira de escola, 66 anos, que enfrenta um câncer em estágio avançado. Pela narrativa, o leitor descobrirá em breve que a repórter é alguém que vai acompanhar outro alguém em sua doença incurável até o fim. Um pacto, então, ocorre entre duas narradoras: a primeira (a paciente) deixaria a outra (a repórter) testemunhar a sua morte; de outra parte, caberia à repórter dar vida à paciente através das palavras.

O exemplo é tomado de empréstimo para um início de conversa sobre o estatuto do testemunho e o lugar central que ocupa nas narrativas jornalísticas no contemporâneo. Inserida em um contexto em que prevalece uma sensação por vezes incômoda de que todos testemunham tudo o tempo inteiro por meio da onipresença da mídia, a reportagem sobre os últimos dias de Ailce é mais do que uma reportagem sobre os últimos dias de Ailce. Mulher simples que se sente traída por “essa doença”, a personagem é testemunha direta de sua vida e de seu sofrimento – não a única. Ao presenciar um cotidiano de idas a médicos e supermercados, esperança e desespero, a jornalista também se torna testemunha de uma luta pela sobrevivência. Tempos depois, por meio da narrativa, é o leitor a testemunha em potencial. Essa, uma primeira hipótese.

Estamos na trilha de um conceito vasto – o testemunho – que, de um modo geral, se tornou uma espécie de emblema do século XX, muito por sua relação intrínseca com as narrativas do Holocausto, marcadas pelo trauma e pelo indizível do evento, mas que também se desdobra em outras vertentes. Seja associado aos textos de naturezas diversas que elaboram sobre a violência das ditaduras na América Latina seja para dar a ver o irrepresentável das catástrofes cotidianas ainda mais em tempos midiáticos, o testemunho virou pedra de toque nas mais variáveis reflexões sobre memória, ética, representação e linguagem (SELIGMANN-SILVA, 2003; SARLO, 2007; AGAMBEN, 2008; DIDI-HUBERMAN, 2012), atravessando no agora disciplinas que vão da teologia ao direito; da antropologia à filosofia; da psicanálise à literatura e aos estudos da comunicação.

Etimologicamente, o vocábulo está ligado a dois termos, em latim: *testis* e *superstes*¹. No primeiro caso, *testis*, em seu sentido jurídico, testemunha seria aquele que se coloca entre duas partes podendo ajudar a julgá-las. Na segunda concepção, como *superstes*, diz respeito ao sobrevivente, ou aquele que viveu uma experiência radical e agora tenta narrar o acontecido (AGAMBEN, 2008; SELIGMANN-SILVA, 2010). Mas há ainda uma terceira via de leitura sobre o testemunho, uma ampliação do conceito sugerida por Jeanne Marie Gagnebin (2009) e que interessa particularmente a esta pesquisa: testemunha não é somente aquele vivenciou ou o que viu com seus próprios olhos; testemunha é também “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro” (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

Trazendo essa provocação para o foco desta tese, partimos do pressuposto de que o jornalismo contém potencialmente o testemunho em sua tripla face: é tanto *superstes*, em sua tentativa de narrar o inenarrável de situações-limite, nas muitas vezes em que lança mão da primeira pessoa na narrativa, quanto *testis*, no sentido de se portar como um terceiro, transmitindo o relato de um fato ainda que o jornalista não o tenha vivido. Mas também é testemunha nos muitos casos em que, mesmo não sendo um herdeiro direto da tragédia, sequer tendo assistido ao evento, quando “diante da dor dos outros” (SONTAG, 2003), tangencia a experiência pelo viés narrativo, possibilitando outros inscitos, outras histórias.

Há diferenças, por certo, entre a natureza ontológica do testemunho (em suas vertentes religiosa, jurídica, filosófica) e a essência do “testemunho da mídia”, como veremos durante o percurso desta tese. Mas se concordamos com Laub (1992, p. 62, tradução livre) e a assertiva de que “não é simplesmente um dado factual que é reproduzido e replicado pelo testemunho, mas um evento genuíno, um acontecimento por direito próprio”², para investigar jornalismo como uma espécie de testemunho como pretendemos, faz-se necessário ampliar o olhar para um pouco além do que pregam as teorias clássicas tomadas ainda por reflexões que se baseiam nos fundamentos aparentemente inabaláveis da objetividade, imparcialidade, exatidão e clareza – e que fizeram do jornalismo esse rebento da técnica e da razão, o filho dileto do Iluminismo (MARCONDES FILHO, 2002).

¹ No segundo capítulo desta tese, traçamos uma genealogia do conceito de testemunho em suas diferentes perspectivas e nos fixamos mais detalhadamente nas teorias do testemunho. Por ora e para os interesses deste capítulo, fiquemos com esta primeira distinção do termo em latim, de uso corrente nos estudos sobre o tema.

² Texto original: “*Is not simply a factual given that is reproduced and replicated by the testifier, but a genuine advent, an event in its own right*”.

Pela perspectiva deste trabalho e alinhado com outras pesquisas contemporâneas sobre o campo (RESENDE, 2002; MEDINA; 2008), jornalismo é uma prática discursiva produtora de sentidos que, muito mais do que fornecer informação, coloca sujeitos em relação (FRANÇA, 2006) a partir de um processo que envolve não apenas a experiência, mas também e principalmente o reconhecimento do Outro visto sempre como aquele “para quem, de quem e por quem fala” o jornalismo (RESENDE, 2012, p. 154). Nesse caso, partimos tanto de inquietações teóricas que tensionam o campo racional quanto de narrativas que, do ponto de vista da *praxis*, não se deixam capturar por formas simples de relatos devedores de um real absoluto – e nesse sentido, o testemunho é no mínimo um lugar para onde voltar o olhar.

De partida, então, algumas perguntas se colocam: 1) O que o testemunho tem a dizer para o jornalismo – e vice-versa?; 2) Até que ponto o jornalismo é, também, testemunho?; 3) Em um mundo tomado pelas novas tecnologias e pelo excesso de informações que, ao mesmo tempo em que atualizam, ofuscam o espectador, por que testemunhar?; 4) Como testemunhar ou, melhor, como narrar do lugar da testemunha e fazer do leitor/espectador ele também uma testemunha?; e ainda 5) Em que medida o testemunho – quando valorizado não apenas como mero procedimento técnico, mas como experiência vivenciada e/ou construída durante o percurso do relato – seria capaz de produzir um envolvimento afetivo entre quem produz e quem recebe o discurso?

Ainda que seja cedo para tentar respondê-las, apresentamos à luz da narrativa publicada na revista *Época* algumas pistas que irão nos guiar pelos próximos capítulos. A rigor, aqui começa a nossa reflexão sobre o papel do testemunho e seus limites enquanto relato pessoal elaborado a partir de uma vivência singular, subjetiva, em uma atividade como o jornalismo, pautada hegemonicamente pela retórica da objetividade.

1.2 PRIMEIRA PISTA: JORNALISMO É RASTRO

Foram quase quatro meses entre o começo da reportagem e o ponto final. No primeiro dia, 26 de março de 2008, sentadas no sofá da sala de Ailce, repórter e personagem conversam sobre a vida ou sobre o que resta dela. No último, 18 de julho, “o olhar de Ailce é de infinita tristeza. Seus olhos vagam pelo quarto e se cravam na câmera. E sua respiração apaga devagar”. Nesses e nos outros 113 dias, a repórter testemunha – de forma deliberada e não por acidente – uma morte. Durante o percurso, é dada ao leitor a possibilidade de conhecer a

personagem Ailce por inúmeras marcas discursivas de teor testemunhal que se revelam ora nas declarações aspeadas ora nas impressões da repórter.

Aqui, a experiência se conta pelos rastros, entendidos na concepção de Walter Benjamin (2012) como uma forma de entrar em contato com o que passou. Para ele, “o rastro é a aparição de uma proximidade, por mais longínquo esteja aquilo que o deixou” (BENJAMIN, 2009, p. 490). A título de curiosidade, diga-se que, na obra do filósofo, o termo no original em latim, *Spuren*, recebeu várias interpretações – além de rastros, traços, vestígios, pegadas, também já foi traduzido como “testemunho”³. Estudiosa de Benjamin, Gagnebin define rastro como marcas deixadas contra o silêncio e o esquecimento ou como aquilo que “inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (GAGNEBIN, 2009, p.45). Assim, reconstruir uma história seria possível menos por aquilo que lembramos e mais pelos “brancos”, “buracos”, “vazios”.

Nessa narrativa, se não pelos rastros, de que outra maneira o leitor saberia que a entrevistada nunca pronuncia, por exemplo, a palavra “câncer”; que repete inúmeras vezes “liberdade”; e que enquanto durou a reportagem, na maioria das vezes, usou a metáfora “cair” quando na verdade queria falar em “morrer”? “Eu não vou cair”, ela diz. “Eu não aceito cair”. (Revista *Época*, 18/08/2008). Diferente dos enquadramentos de uma narrativa tradicional do jornalismo em que são apagados os obstáculos da apuração, os silêncios, os não-ditos, as dúvidas e hesitações – do repórter ou das fontes –, em “A mulher que alimentava”, eles não apenas escapam no texto como são parte indissolúvel do relato. Em um dado momento, a jornalista conta para o leitor que sugeriu a Ailce: “Fale tudo o que está sentindo nessa consulta. Tire todas as suas dúvidas”. Foi a primeira vez que interferiu de modo tão direto na cena.

Walter Benjamin (2012) nos oferece ainda um conceito-chave e teoricamente bastante útil em uma investigação sobre testemunho no jornalismo: o narrador. Ao constatar, no início do período moderno, que a arte de narrar estava em vias de extinção, o filósofo apontou primeiro o romance e depois – e mais ainda – a informação como os responsáveis diretos pelo fenômeno. Benjamin atribuiu ao surgimento da imprensa o destaque dado a uma forma de comunicação que era ameaçadora por já apresentar os fatos carregados de explicação. Ele

³ Agradeço à explicação ao II Colóquio Internacional do Núcleo Walter Benjamin, promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que, em sua página na Internet, chamava a atenção para as múltiplas traduções que a palavra recebeu em português: “Enquanto o termo *aura* é mantido no original em latim, *Spuren* recebeu várias traduções: rastros, traços, vestígios, pegadas, esteira, pista, resquícios, sinais, trilha, *testemunho*” (grifo nosso). Disponível em: <<http://150.164.100.248/spuren/home.htm>>. Acesso em: 12/12/2016.

dizia que “a informação aspira a uma verificabilidade imediata” e precisa ser “compreensível ‘em si e para si’” (BENJAMIN, 2012, p. 219). Ao necessitar ser plausível para existir, o espírito da informação seria incompatível com o da narrativa.

Existem duas maneiras de perceber a questão. A primeira delas, mais simplificadora e até certo ponto nostálgica, aponta para o fato de que o pensador estivesse apenas a lamentar as transformações históricas surgidas com a modernidade. Como se a aceleração tecnológica aliada à perda do sentido de comunidade enterrassem o modelo narrativo tradicional, aquele em que o narrador é visto como um sábio, “o que sabe dar conselhos”, e nos tirassem para sempre a possibilidade de transmitir experiência. Mas um outro modo de encarar a premissa de Benjamin é entender que, nos anos 1930, quando escreveu o famoso ensaio sobre o narrador, ao decretar o fim da narrativa, o autor estivesse a indicar outros caminhos para a narrativa a partir dos restos, das sobras. Seriam justamente os “cacos” e uma narração construída “nas ruínas da narrativa” que permitiriam ao homem uma alternativa ao desaparecimento das grandes narrativas (GAGNEBIN, 2009).

É preciso concordar com Benjamin quando propõe que a informação jornalística rápida, efêmera e factual não combina em nada com as estruturas lentas e duradouras da narrativa tradicional. Descartável, tal informação permanece apenas o tempo de ser substituída por outra e mais outra e assim sucessivamente, tirando do leitor a possibilidade de ler nas entrelinhas, de apreender o que não está dito. No entanto, se é possível narrar pelos rastros, também no jornalismo, se é possível, narrar com os vestígios, a descrição de circunstâncias, os detalhes e as pequenas coisas aparentemente desimportantes, também no jornalismo, talvez seja possível pleitear que “a tarefa silenciosa, anônima mas imprescindível” (GAGNEBIN, 2009, p. 118) do narrador autêntico não tenha desaparecido de todo, mesmo nos dias de hoje.

A esse respeito, um segundo referencial há de ser considerado. Ao narrador de Walter Benjamin – aquele que só narra a partir de sua própria experiência – Silviano Santiago (1989) contrapõe um outro. O autor sustenta a tese de que há uma forma contemporânea de narrar e situa o jornalista como um “narrador pós-moderno”, aquele que transmite algo ao “narrar a informação” (p. 39). Perceba-se que as duas coisas não são contraditórias ou excludentes. A esse narrador cabe observar para contar aquilo que viu. “É como se o narrador exigisse: deixem-me olhar para que você, leitor, também possa ver”, resume Santiago (1989, p. 45), para quem, nos tempos atuais, a experiência é proporcionada por um olhar lançado a uma vivência alheia a ele e, portanto, um olhar lançado ao Outro.

É o que faz a jornalista em muitos momentos desta na narrativa sobre a vida de Ailce:

Ela está presa, literalmente. Sua vida depende de duas mangueiras fincadas dentro dela. Elas drenam a bile para fora de seu corpo. E deságuam em dois recipientes de plástico que ela carrega numa sacola de supermercado nas andanças pela casa, numa bolsa decorada com as princesas Disney quando passeia. Um dia, um segurança de supermercado olha feio para sua bolsa de bile. Acha que ela está furtando coisas da prateleira. Com vergonha de carregar os líquidos do corpo numa sacola, devagar Ailce vai deixando de sair. Desliga a música dentro de casa. E não dança mais. (Revista *Época*, 18/08/2008).

A narrativa de Eliane Brum, toda ela, é habitada por um sujeito que conta o que viu. No entanto, longe das amarras das técnicas e dos manuais de redação e estilo, nessa reportagem, a jornalista é alguém que narra, que não se obriga a uma verdade isenta e que dá a ver as muitas nuances do real ao mesmo tempo em que conduz o leitor para o mais próximo da cena possível. Essas marcas, abandonadas pela narradora no texto, nos dizem de um outro modo possível de narrar no jornalismo ao mesmo tempo em que nos alertam para o fato de que só podemos entrar em contato com a história de Ailce pelo que restou dela, pelos seus rastros, pelo testemunho.

Dialogando com o “narrador pós-moderno” de Santiago (1989), Fernando Resende (2002) nos oferece uma categoria que ajuda a entender melhor o lugar que o jornalista ocupa no texto, quando narra. Trata-se do “narrador-jornalista”, uma estratégia discursiva por meio da qual o autor-jornalista se faz presente na narrativa de forma explícita e incisiva. Nesse tipo de narrativa, há “um olhar do narrador que marca o texto” (RESENDE, 2002, p. 116). A consequência de tal estratégia, de acordo com o autor, é a emergência no jornalismo de “textos ruidosos” que nos oferecem a possibilidade de um diálogo e dão a ver a complexidade do mundo em oposição à lógica dos “textos cegos”, marcadamente burocráticos, que não se lançam ao “olhar do Outro”, por manterem uma fidelidade a todo custo aquilo que é considerado legítimo (e limitador) no discurso jornalístico.

Nos textos que interessam a esta pesquisa, arriscamos dizer que o que está em pauta é a existência de um *narrador-jornalista-testemunha*, que, pela narrativa, deixa de ser o sujeito deificado que não sente e não se envolve para assumir uma forma humana, permitindo-se afetar pela ação narrada. Um *narrador-jornalista-testemunha* é, sugerimos, aquele que também dá testemunho do acontecimento, com toda a carga paradoxal que esse conceito comporta. Mas não se trata aqui de qualificar os textos. Nossa análise se pretende menos presa à problemática da autoria no campo da comunicação ou mesmo às questões das rotinas jornalísticas. Também não buscamos verificar a aplicação das estratégias ou jogos de vinculação dos atos discursivos (SODRÉ, 2006) que conduzem os enunciados, apesar de reconhecer que jornalismo é (e em sua maior parte) estratégia.

Outra vez é Gagnebin (2009, p. 114) quem nos ajuda a pensar, ao recordar, a partir de um diálogo com Heidegger, que há uma relação “entre a vontade de tudo controlar, própria da concepção técnica contemporânea, e a recusa em perceber e buscar o rastro de uma outra presença”. No contexto atual contemporâneo, em que novas tecnologias alteram formas e locais de encontro e modificam, uma vez mais, as narrativas, o que propomos é, levando em conta as tessituras e os processos que extrapolam a dimensão textual, complexificar o jornalismo a partir dos rastros que sobram do que está na superfície dos discursos.

1.3 SEGUNDA PISTA: EXPERIÊNCIA É NARRATIVA

“A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, confessemos: essa pobreza não é apenas pobreza em experiências privadas, mas em experiências da humanidade em geral”.

(Walter Benjamin)

Se falarmos de experiência, é importante continuar pensando com Walter Benjamin. Em outro texto célebre escrito três anos antes de “O Narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, o autor já observava a pobreza de experiência (*Erfahrung*)⁴ que caracteriza o mundo moderno. Isso era de tal maneira assustador que ficava difícil justificar por que, mesmo que a humanidade houvesse experimentado algo tão terrível quanto uma guerra, os homens voltavam do campo de batalha mudos, sem ter o que falar. “Os livros de guerra que inundaram o mercado literário 10 anos depois continham tudo menos experiências transmissíveis de boca em boca” (BENJAMIN, 2012, p. 123-24).

Diante dos valores capitalistas e da explosão tecnológica em que mergulhavam as sociedades do século XIX, só restava admitir o declínio da autoridade, logo, da experiência e da narrativa com enunciação comunitária (SODRÉ, 2009). O narrador no sentido clássico saía então enfraquecido e, em seu lugar, surgia uma generalização das vivências e dos relatos.

Em Benjamin, a crise se dá entre a possibilidade de organização integral da experiência numa forma narrativa (em que os acontecimentos se expressam essencialmente centrados na sábia autoridade) e um discurso possivelmente “pós-narrativo”, caracterizado por textos descentrados, a exemplo dos que constituem a informação enquanto forma cultural. (SODRÉ, 2009, p. 185).

⁴ Benjamin diferencia *Erfahrung*, a experiência coletiva, do conceito de *Erlebnis*, sendo esse último entendido como uma vivência individual e, em certa medida, solitária, não partilhada com a comunidade (GAGNEBIN, 2011).

Para Benjamin (2012, p. 221), portanto, a narrativa “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada” e é “ela própria, em certo sentido, uma forma artesanal de comunicação”, um modo tradicional de transmitir conhecimento seja na forma de uma moral, uma advertência ou um conselho. Como tentamos demonstrar no item anterior deste capítulo, o próprio Benjamin nos indicava que, na modernidade, narrar só seria possível pelos rastros. Trata-se agora de avançar em relação ao conceito clássico de “narrativa”⁵ que, no contemporâneo, assume inúmeras dimensões.

Gerard Genette (1995) considerava narrativa como a sucessão de acontecimentos reais ou fictícios ou como o enunciado de um acontecimento, o discurso oral ou escrito, ou ainda como o ato de narrar em si mesmo. Para Todorov, é aquilo que se constitui na tensão entre duas forças: sendo a primeira delas o fluxo contínuo da mudança, “o inexorável curso dos acontecimentos, a interminável narrativa da vida (a história)”, um certo caos instaurado; enquanto a segunda dessas forças de atuação seria aquela que tenta organizar esse caos, que “procura dar-lhe um sentido, introduzir uma ordem” (TODOROV, 2004, p. 21-22).

No jornalismo, que cada vez mais tem se voltado para os estudos da narrativa como um lugar que se propõe a pensar representações e mediações no campo da comunicação, Medina (2006, p. 67) aponta em linha parecida ao conceber narrativa como o resultado da capacidade do homem de organizar a desordem, “de produzir sentidos, ao narrar o mundo”. Sendo assim, “o que se diz da realidade constitui uma outra realidade, a simbólica”, e isso estaria no cerne do argumento em favor do jornalismo como uma disciplina que tece histórias do presente.

É o mesmo que faz Motta (2004, 2008, 2012) ao reivindicar para o jornalismo o caráter narrativo chegando a propor um método que denominou de Análise Pragmática da Narrativa jornalística⁶, uma forma de repor a dimensão narrativa dos enunciados jornalísticos a partir de alguns critérios. Para o autor, as narrativas são “uma prática humana universal, constituidora de nossas experiências mais profundas e transcendentais, assim como nossas experiências mais felizes ou amargas” (MOTTA, 2012, p. 31-32). Na trilha de Paul Ricoeur (2010), Motta argumenta que contar e recontar narrativas é o que dá sentido à vida e, sendo

⁵ Não pretendemos aqui traçar uma etimologia do conceito que atravessa da literatura à história. Inúmeros estudos se debruçam sobre a questão da narrativa que não é uma questão simples. Aqui, trata-se de apenas estabelecer, no campo da comunicação, um recorte a partir de autores que fazem um diálogo com este trabalho considerando a importância dos estudos da narrativa para o jornalismo.

⁶ A metodologia proposta por Motta (2008) sugere a análise da construção de significados através de seis movimentos: a reconfiguração do acontecimento jornalístico, a identificação dos conflitos e episódios funcionais, a construção de personagens, as estratégias comunicativas de objetivação (efeitos de real) e subjetivação (efeitos poéticos), o contrato cognitivo implícito entre jornalistas e audiência e os significados de fundo moral.

assim, o jornalismo é um lugar de excelência tanto para produzir narrativas como para estudá-las.

Resende (2009, 2011, 2014), que propõe a narrativa como lugar de relação e de produção de conhecimento, também problematiza a narrativa que, em suas instâncias enunciativas, contribuem para o nosso modo de ver o mundo. Para o autor, atribuir à narrativa “um caráter menos tomado pelo senso comum que a entende de uma perspectiva conteudística apenas como sendo a história contada” é fundamental e também um desafio para o campo do jornalismo. Em ensaio sobre a obra de Paul Ricoeur, Resende avança uma importante leitura do autor francês:

Entre as várias definições possíveis de narrativa, não seria absurdo pensá-la como sendo a rede na qual e através da qual nos enredamos. *A narrativa não é a vida*, mas a ela se liga *por ser a sua tessitura*, o seu modo de se fazer articulável; ela é, ao mesmo tempo, o fio que nos tece e o fio que tecemos; um fio sem início ou fim e cujo único princípio é tornar a vida “vivível”. (no prelo, grifos nossos).

Com base nesses autores e partindo então de dois pressupostos basilares – 1) o ato de narrar é fruto da necessidade de compreensão do mundo; e 2) jornalismo é uma prática discursiva que atribui sentido ao mundo –, nos parece pertinente afirmar que há no jornalismo espaço para narrar a experiência.

Vejamos mais um trecho da reportagem sobre Ailce:

“É tão estranho”, ela diz. “Eu passei a vida inteira batendo ponto, com horário pra tudo. Quando me aposentei, arranquei o relógio de pulso e joguei fora. Finalmente eu seria livre. Aí apareceu essa doença. Quando tive tempo, descobri que meu tempo tinha acabado”. Ela está intrigada com essa traição da vida. Quando fala, sua expressão é de perplexidade. Ailce de Oliveira Souza não é filósofa, é uma merendeira de escola. Toda a sua vida havia sido de uma concretude às vezes brutal. Toda a sua vida havia sido uma sequência de atos. E agora a morte chegava exigindo metáforas. (Revista *Época*, 18/08/2008).

Diferente dos relatos do paradigma informacional, em que o Outro é apenas um terceiro – “Fulano disse”; “Sicrano declarou”; é aquele que apenas “conta”, “diz”, “explica” – aqui, por exemplo, à *narradora-jornalista-testemunha* coube articular o tempo e enredar o leitor em uma trama que já não é mais o real vivido tampouco um texto dado, pronto, finito. É nesse vai e vem discursivo, no jogo que se dá entre ação e texto, texto e vida, sem desconsiderar ainda o papel do leitor, que formulamos sentidos para o mundo. Se Ailce e Eliane inventam uma relação nos dias que passaram juntas, é viável imaginar que outras

relações passem a ser possíveis no momento em que a narrativa refaz o passado e chega ao leitor.

Isso não poderia ser classificado de outra maneira senão como uma narrativa, entendida aqui no sentido defendido por Paul Ricoeur (2010), como uma forma de articular o tempo do mundo à experiência e à linguagem. Sob essa perspectiva, o autor nos recorda que narrar é uma forma de estar no mundo e, conseqüentemente, de entendê-lo. Assim, o texto seria um meio apropriado para fazer uma ponte entre o narrado e o vivido (BARBOSA, 2007). Para pensar esse tipo de narrativa que interessa a esta pesquisa, é preciso aceitar que a narrativa recria o mundo, mas isso se dá em um jogo com o leitor a partir do texto, que se projeta para além dele mesmo numa interface com quem o recebe. Faz-se necessário “reconstruir o conjunto de operações pelas quais uma obra eleva-se do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada por um autor a um leitor que recebe e assim muda o seu agir” (RICOEUR, 2010, p.86).

Essa prerrogativa seria a base de composição da “tríplice mimese”, que o autor elabora, partindo do pressuposto de que o “mundo do autor”, o “mundo do texto” e o “mundo do leitor” – também considerados, respectivamente, os mundos “prefigurado”, “configurado” e “reconfigurado” – estão intrinsecamente ligados. A “tríplice mimese” pode ser assim descrita:

Mimesis I designa a pré-compreensão da vida cotidiana, ou seja, a qualidade narrativa intrínseca à própria experiência. A mimese II é a auto-estruturação da narrativa baseada em códigos narrativos internos ao discurso. E finalmente a mimese III, o equivalente narrativo da refiguração do real pela metáfora. (BARBOSA, 2007, p. 19).

Dito de forma simplificada, na primeira etapa, estamos falando de uma compreensão subjetiva do mundo em que se vive, enquanto na mimese II, o texto propriamente dito, trata-se da narrativa “inventando” um mundo que, por sua vez, vai ser reconfigurado pelo leitor no terceiro momento do processo. Assim, o “mundo do texto” (mimese II) do qual fala Ricoeur (2010) será sempre ofertado à apropriação crítica dos leitores, nos diz Barbosa (2007). E é no ato da leitura que se entrecruzam esses três mundos. “Se o mundo do texto é sempre imaginário, o mundo do leitor é real, mas ao mesmo tempo capaz de remodelar a esfera do imaginário” (BARBOSA, 2007, p. 19).

Considerando que não existe diluição do autor, imanência do texto ou autonomia do leitor (RESENDE, 2009), uma vez que a “tríplice mimese” é um movimento circular e não um processo estanque, a nós interessa investigar a “intriga”, que seria justamente a liga

conectiva desse processo, entendida aqui como um mecanismo que articula as mimeses e fornece a mediação entre tempo e narrativa. Intriga, para Ricoeur (2010), corresponde à representação da ação, a “composição verbal” que transforma o texto em narração ou um conjunto de combinações que convertem os acontecimentos em história, fazendo com que o tempo só exista enquanto ideia (BARBOSA, 2007). Desse modo, compor a intriga já seria “fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico” (RICOEUR, 2010, p. 70).

Ora, se a narrativa não é a vida, mas a sua tessitura, assumimos que o discurso vai sempre criar uma “lacuna” – termo caro a esta pesquisa, como ficará claro mais tarde – que, antes de ser intransponível poderá ser habitável pela linguagem. O pensamento do autor francês, que rejeitava a secular dicotomia que põe de um lado as narrativas com pretensão à verdade absoluta (e entre essas classificamos o jornalismo) e, de outro, aquelas de natureza ficcional, parece significativo para continuar pensando com o testemunho.

No livro *O que resta de Auschwitz*, Giorgio Agamben (2008) parte das narrativas de Primo Levi sobre a Segunda Guerra Mundial (*É isto um homem?* e *A Trégua*) para analisar o papel do testemunho como documento histórico e seus limites. Ao procurar entender as dimensões da produção escrita dos sobreviventes do Holocausto⁷, o filósofo acaba gerando um tratado sobre a aporia do testemunho. Para Agamben, uma vez que está inexoravelmente ligado a uma experiência radical, dar testemunho seria também uma impossibilidade de testemunhar.

Levado por essa constatação, o filósofo sugere:

Talvez cada palavra, cada escritura nasce, nesse sentido, como testemunho. E, por isso mesmo, aquilo que dá testemunho não pode ser já língua, já escritura: pode ser somente um não-testemunhado [...]. É sobre a natureza deste não-testemunhado, sobre a não-língua que é preciso interrogar-se. (AGAMBEN, 2008, p. 47).

A possibilidade de narrar carrega a potência do que não é narrável e, sendo assim, “o testemunho vale essencialmente por aquilo que nele falta” (AGAMBEN, 2008, p. 43). Dito de outra forma, testemunho seria também uma construção de linguagem que se configura na tensão entre o que se pode dizer e aquilo que de fato é dito; entre a necessidade de narrar a experiência vivida e a percepção da insuficiência da linguagem. Admitir que todo testemunho traz em si uma “lacuna” é o primeiro passo para começar a descortinar a dimensão paradoxal

⁷ Agamben prefere o termo *Shoah* (“catástrofe” ou “desastre”, em hebraico) a Holocausto (palavra de origem grega que significa sacrifício religioso). Para o filósofo, a expressão tem conotação no mínimo complicada quando se trata da eliminação de seis milhões de judeus. A partir de agora, também vamos optar por *Shoah* sempre que estivermos nos referindo ao massacre ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial.

do testemunho. Se por um lado esse hiato põe em xeque o próprio sentido de testemunhar e a credibilidade das testemunhas, por outro, é exatamente isso que torna possível a sua compreensão.

Márcio Seligmann-Silva (2008) trata dessa dificuldade de testemunhar e da necessidade absoluta do testemunho. Para ele, a angústia está na base da pulsão testemunhal⁸, o que nos faz lembrar novamente da narrativa em análise. Aqui, dizer o indizível é difícil tanto para a fonte-testemunha quanto para a *narradora-jornalista-testemunha*. A uma certa altura da narrativa, Eliane Brum revela sentir “dor na garganta” pelas palavras que não pode pronunciar “mas que gostaria muito de dizer”. A narradora se refere ao momento em que Ailce a interpela, também com meias palavras, sobre a possibilidade de cura. “Incapaz de enfrentar meu silêncio, ela contemporiza: ‘Ainda bem que eu não tenho dor. Eu não suportaria ter dor’”. (Revista *Época*, 18/08/2008).

Que a aceleração da técnica descaracterizou o ato de narrar a partir da experiência, no início do período moderno, é um fato. Que a imprensa foi em grande parte responsável pela morte da narrativa como se concebia até então, também parece ponto pacífico. Mas hoje, em um contexto em que imperam notícias de violência na imprensa, em uma ou outra medida tomadas pelos códigos testemunhais – para o bem e para o mal –, e ao pensar um cenário no qual o próprio avanço tecnológico contribui para o processo de desdobramento das narrativas midiáticas, procuramos reconhecer outros modos de narrar no jornalismo que deem a ver uma nova dimensão para a experiência dentro do campo. Neste percurso, indagamos: pode o testemunho rascante de uma experiência singular, quando narrada, dar a ver um sensível do acontecimento para além do caráter explicativo do jornalismo?

1.4 TERCEIRA PISTA: OBJETIVIDADE É RETÓRICA

Tempos depois da publicação da reportagem, Eliane Brum (2008)⁹ escreve um texto em que reflete sobre isenção e objetividade a partir dessa experiência. Temas caros à rotina de qualquer jornalista, do menos tarimbado ao profissional veterano, isso se coloca como “um ideal que deve ser perseguido, mas que jamais será atingido por completo”, nas palavras da

⁸ Em suas pesquisas, Seligmann-Silva parte das narrativas traumáticas relacionadas às catástrofes históricas, em especial à *Shoah*. Aqui, aplicamos a uma situação que, ainda que não tenha a dimensão coletiva, é atravessada pela dor e pelo sofrimento e, portanto, também diz respeito a uma situação-limite.

⁹ Publicado no livro “O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real” (Editora Globo, 2008). O livro reúne reportagens da jornalista, entre elas, “A mulher que alimentava”.

própria Brum (2008, p. 419). No caso do testemunho da morte de Ailce, a repórter conta que se deparou com questões pertinentes à técnica e às suas próprias inquietações éticas. Como, por exemplo, evitar colocações incisivas e quase não fazer perguntas enquanto durou a “apuração”. Em vez disso, optou por apenas pontuar as respostas para não atropelar os sentimentos da entrevistada. Nessa reportagem,

[...] essas eram as intervenções que, se consumadas, condenariam a narrativa da vida de Ailce. Mas pingar gotas de água em sua boca quando ela já não tinha forças para segurar o copo, ou ajudar a lhe dar banho quando não havia mais ninguém que o fizesse, não. Pelo contrário. Estas nem sequer dizem respeito ao jornalismo. Só à humanidade. (BRUM, 2008, p. 420).

Tais considerações foram relatadas por Brum sob a forma de um *post-scriptum* em um texto reflexivo que tinha como título “O fator humano” e que são aqui recuperadas a título de ilustração. Mas nem era preciso que a autora nos revelasse com todas as letras – uma vez que o próprio texto da reportagem publicada na revista *Época* anos antes já nos fazia enxergar – que estávamos a um passo de atravessar as fronteiras que separam a objetividade da subjetividade no jornalismo. Mas afinal, do que estamos falando quando indagamos sobre esse fundamento? O que é ser objetivo no jornalismo? Quanto vale?

A discussão sobre o assunto talvez seja uma das mais recorrentes no aspecto deontológico do campo. Foucault (2003, p. 214-215), que chegou a se autodenominar de “jornalista neófito”¹⁰, chamava a atenção para o fato de que, na modernidade, o banal seria analisado “segundo a grelha eficaz, mas cinza da administração, do jornalismo e da ciência”. Usada como álibi e acessada pela mídia dogmática sempre que lhe convém, a objetividade continua a existir como um fantasma, uma desculpa, na melhor das hipóteses, um dilema para o jornalismo. De todo modo, em meio ao acúmulo de narrativas nos mais variados formatos que o contemporâneo oferece, essa é uma questão que o jornalismo precisa enfrentar – bem como os trabalhos que investigam o campo a partir de um paradigma que incorpora os sujeitos como parte essencial da narrativa.

No jornalismo, o conceito está diretamente relacionado à modernização da imprensa e aos critérios de notícia. Com a “ideologia da objetividade”, diz Michel Schudson (1978, p.

¹⁰ Em 1978, Michel Foucault, realizou uma série de reportagens sobre a situação do Irã em que associava a ação do intelectual à prática do jornalismo. Nelas, defendia o conceito de “reportagens de ideias”, sugerindo que os intelectuais deviam “assistir ao nascimento das ideias e a explosão da força delas” não nos livros “mas, sim, dentro dos acontecimentos” (FOUCAULT, 2008, p. 50). Nos textos publicados pelo jornal italiano *Corriere della Sera*, contou histórias que o jornalismo não havia contado sobre os homens que habitavam aquele território. Segundo Beatriz Marocco (2008, p. 42), o autor procurou revelar “como o jornalismo constitui zonas de silêncio em torno de determinadas ideias e indivíduos e como naturaliza para os seus leitores o discurso hegemônico”.

122), “os jornais substituíram uma fé simples nos fatos por procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em dúvida”. Isso porque, diante da eficácia dos serviços de relações públicas e da propaganda verificada durante a Primeira Guerra Mundial que colocava em xeque a credibilidade dos fatos, os jornais criaram um conjunto de regras para englobar as notícias verificáveis sobre a realidade.

Característica fundante da imprensa norte-americana, a objetividade pode ser entendida em sua origem como uma espécie de contrato entre jornalistas e empregadores (ROSEN, 1993). Nos anos 1920 e 1930, aos jornalistas era dada autonomia para relatar as notícias seguindo uma rotina de procedimentos desde que não interferissem na linha editorial. “O nome dessa paz negociada é objetividade” (ROSEN, 1993, p. 48). Para Hackett (2016), os estudos sobre a objetividade tendem a aceitar alguns pressupostos. Entre eles, a sugestão de que os fatos podem ser separados das opiniões e que os jornalistas consigam um relativo distanciamento dos acontecimentos.

Funcionaria assim: aos *media* noticiosos caberia fornecer o resumo fiel dos acontecimentos mais noticiáveis do dia, ou seja, aqueles que tivessem maior relevância e interesse para o público. “Os *media* imparciais dariam, quantitativa e qualitativamente, uma cobertura equilibrada às perspectivas políticas legítimas em concorrência” (HACKETT, 2016, p. 152). Nesse jornalismo de pés fincados em um paradigma informacional, aquele que persegue a informação em estado puro, os relatos factuais, a precisão e a eficácia, a “verdade absoluta”, a matemática dos números e os gráficos estatísticos, a estratégia da objetividade seria um valor máximo.

Ao se referir a essa abordagem que insiste em entender que as notícias são transparentes, Hackett (2016) coloca a questão da seguinte forma:

Esta posição implica (acreditar) que o jornalista e os *media* noticiosos sejam observadores independentes, separáveis da realidade social que eles noticiam; que a verdade ou o conhecimento dependem da neutralidade de observador/jornalista em relação ao objeto de estudo; que o meio noticioso, quando “utilizado corretamente”, é neutro e destituído de juízos de valor, podendo assim garantir a veracidade da mensagem. (HACKETT, 2016, p. 154).

Essa opção corresponde à concepção dominante no jornalismo ocidental que, para Nelson Traquina (2016), é uma herança de dois momentos históricos: o positivismo que imperou em meados do século XIX e fazia crer que todos os campos intelectuais, da filosofia à ciência, deveriam buscar a verdade e reproduzir fielmente o mundo real; e a “ideologia da objetividade” que dominou os Estados Unidos nos anos 20 e 30 do século passado e que só

reforça um “empirismo ingênuo” e ainda reinante no campo jornalístico onde as notícias são vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos da realidade (TRAQUINA, 2016).

Ocorre que há muito mais por trás da aparente neutralidade dos dados e da técnica do que o jornalismo poderia demonstrar. Em ensaio intitulado “O ‘gosto de cinza’ da objetividade”, Kleber Mendonça (2006, p. 8-9) aponta que “a hegemonia do ideal de objetividade não instaurou a isenção no campo jornalístico, tampouco concretizou o distanciamento entre empresas de comunicação e interesses políticos”. Até mesmo os números e as estatísticas deixam de ser inabaláveis se dependem de interpretações que são, antes de tudo, humanas. Além do quê, toda prática é social, discursiva e cultural e, portanto, construída pela linguagem, conforme aponta Hall (1997). Assim, concordando com Rosana Lima Soares (2009), podemos dizer que, se o acontecimento escapa no momento de sua ocorrência, o relato sobre ele será sempre “impreciso, fugidio, precário”. Desse modo, o discurso jornalístico, em sua pretensão de dizer a verdade, também constrói, ao fazê-lo, a sua própria verdade. E essa verdade é apenas uma entre as muitas possíveis.

O conceito de testemunho, no jornalismo, não foge à regra e também costuma estar relacionado, como lembram Casadei e Venâncio (2012, p. 220), a uma “matriz de verdade presumida”, o que só contribui para reforçar o lugar de autoridade que o testemunho costuma ocupar dentro do campo da comunicação. Impregnado pelo viés positivista, por essa perspectiva, o repórter seria aquele “que traz a verdade em sua fala porque esteve presente no lugar de ocorrência do fato como um terceiro”.

No entanto, a noção de um “testemunho objetivo” também sucumbe frente ao fato de que o testemunho corresponde a uma experiência que, igualmente, vem à tona pela linguagem. Assim, diferente do que nos querem fazer crer as narrativas jornalísticas hegemônicas presas ao paradigma informacional onde a testemunha possui um lugar pré-determinado, o testemunho não pode ser considerado apenas um registro objetivo de uma experiência. “O testemunho alimenta-se da necessidade de narrar e dos limites dessa narração (subjetivos e objetivos, em uma palavra: éticos)” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 40).

Considerada ainda um ritual estratégico (TUCHMAN, 2016b), a objetividade funciona como um anteparo, espécie de defesa prévia para o profissional contra determinados riscos. Sob esse manto de proteção e para neutralizar as críticas, jornalistas costumam recorrer a certos procedimentos técnicos. Por trás deles, é como se tudo pudessem afirmar sem se comprometer. “Foi a fonte quem afirmou”, adotam como sentença quando confrontados. “Apenas relatei o que o entrevistado disse”, argumentam. Tuchman (2016b, p. 112) chega a ironizar o modo como os jornalistas apelam à objetividade “quase do mesmo modo que um

camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos”. Sem garantias, ela diz:

Visto que a “objetividade” pode ser entendida como “prioridade aos objetivos externos ao pensamento” e “objetivo” como “aquilo que pertence ao objeto de pensamento e não ao sujeito que pensa” (ambas definições de dicionário), seria difícil afirmar – como os jornalistas fazem – que a apresentação de possibilidades conflituais fomenta a objetividade (TUCHMAN, 2016b, p. 118-119).

Embora existam técnicas que podem fornecer provas demonstráveis de uma tentativa de atingir a objetividade – o equilíbrio entre os vários lados de uma história, o mesmo espaço para declarações antagônicas, o uso das aspas – não se pode dizer que os jornalistas consigam alcançá-la. No caso das aspas, por exemplo, nada garante que o fato de colocar declarações na boca de terceiros ou contrapor diferentes pontos de vista dos entrevistados seja o suficiente para confirmar essa isenção.

“– Acho que a história que você está escrevendo sobre mim está chegando ao fim. O que você acha?”, indaga a personagem, a certa altura, para a repórter. “– Não sei”, responde Eliane Brum. “– Não sabe?”, retruca Ailce, ao que a repórter diz: “– Acho que não falta mais nada”. Inserido na trama, o leitor passa a ser testemunha do desconforto provocado pela situação narrada – ambas as testemunhas e mais o leitor sabem (porque seguimos o rastro da narrativa) que a história ainda não acabou. A morte é o que falta. Quando não estiver mais faltando e a repórter finalmente puder cumprir com a sua parte no trato, narrando os últimos dias de Ailce, ela ainda dá testemunho do momento em que a fronteira da objetividade – essa tal qual se aprende nos manuais de jornalismo – ruiu:

Ailce deixa o consultório ereta, os olhos secos. Está de salto alto. Desta vez, se apoia no meu braço. Mas ainda é ela. “Será que se eu engordasse um pouco não daria pra fazer cirurgia?” *Desta vez, me sinto autorizada a falar*: “Ouvi tudo o que a médica disse. Não importa se a senhora está gorda ou magra. Nunca importou. Não é culpa sua. O tumor é que está num lugar do qual não pode ser retirado”. Ela me olha com a esquina do olho e diz: “Acho que já tinham me contado. Mas não dá para lembrar de tudo”. (Revista *Época*, 18/08/2008, grifos nossos).

Ao narrar de forma rigorosa e com todas as nuances do real o momento em que se sentiu implicada pelo acontecimento, a *narradora-jornalista-testemunha* faz da narrativa muito mais do que um relatório impessoal e asséptico. Apesar de toda a carga de subjetividade envolvida, aqui, não nos parece que a fidelidade ao fato tenha sido comprometida. Pensando com Tuchman (2016b), sugerimos que, mais do que uma ferramenta inalcançável de fidelização dos fatos, a objetividade pode ser vista como uma resultante do

trabalho jornalístico que se propõe a objetivar os acontecimentos da experiência humana, dar a conhecer, apresentar detalhes e pistas, descrever circunstâncias. As narrativas que se utilizam dessas estratégias, muito longe de comprometer a verdade, acabam por estabelecer uma relação de confiança e intimidade com o espectador e isso só “reforça a verdade do narrado” (SERELLE, 2012b, p. 183).

À luz dessa pesquisa, vale perguntar se a objetividade, no jornalismo, não seria mais do que estratégia, um artifício retórico? Ou, fazendo um recorte no viés testemunhal: nessas circunstâncias, ao lançar mão dos testemunhos, do relato e da descrição de papéis, o jornalismo não estaria sendo tão ou mais objetivo do que no sentido perseguido pelos manuais? E ainda, se aceitamos que as notícias não são mera reprodução dos fatos tampouco os jornalistas apenas espectadores do processo (TRAQUINA, 2016), não seria possível dizer que o testemunho, justamente por carregar uma carga elevada de subjetividades, teria potencial para afetar os sujeitos no jornalismo?

1.5 QUARTA PISTA: IMAGINAÇÃO É ESTRATÉGIA

“Para saber, é preciso imaginar” (DIDI-HUBERMAN, 2012). À primeira leitura, a frase soa controversa e, por isso mesmo, provoca um estranhamento. Mas também apazigua. Em *Imagens, apesar de tudo*, que acabou se tornando um clássico sobre o problema da representação da *Shoah*, Didi-Huberman examina quatro fotografias produzidas por membros do *Sonderkommando* em Auschwitz, captadas furtivamente por alguns integrantes daquele grupo de judeus recrutados entre os prisioneiros que eram obrigados à tarefa inglória de direcionar os companheiros para a câmara de gás e depois, arrastá-los aos fornos crematórios – em troca, era-lhes poupada a vida, a sobrevivência¹¹. O autor nos convoca a imaginar pelas imagens – borradas, lacunares, inexatas – porque a partir delas seria possível conceber até

¹¹ Os rolos com os negativos foram traficados de Auschwitz-Birkenau dentro de um tubo de pasta de dente, em agosto de 1944, e localizados posteriormente. Ao longo da história, passaram por ajustes. No memorial mantido em Auschwitz para turistas, uma das fotografias nem chegou a ser exposta por se tratar de uma imagem muito abstrata, enquanto as outras três sofreram retoques, foram corrigidas de modo a dar mais nitidez ao material. Para Didi-Huberman (2012), as fotos dos prisioneiros refutam o projeto nazista que se propunha a eliminar os rastros exatamente pelo que elas são: rastros. Em 2003, em entrevista ao Jornal *O Globo*, ele disse: “Costumamos pensar que as imagens devem mostrar algo reconhecível, mas elas são mais do que isso. São gestos, atos de fala. As sombras e a falta de foco dessas fotos mostram a urgência e o perigo com que foram feitas. Eliminar isso com o pretexto de que prejudicam a visibilidade é errado. Essas fotos são testemunhos, e é desonesto cortar a fala de uma testemunha. Temos que escutar também seus silêncios”. Íntegra da entrevista disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/georges-didi-huberman-fala-sobre-imagens-memorias-do-holocausto-489909.html>>. Acesso: 10/05/2017. Para uma leitura mais específica sobre o assunto, Feldman (2016).

mesmo o percurso feito pelo “fotógrafo” captando o instante em que ele toca o real do extermínio do campo de concentração. Indo além, seria possível conceber o inimaginável de Auschwitz.

Para Didi-Huberman, inimaginável não é aquilo que não existe, mas o que, apesar de inacreditável, se pode acessar pelo que sobra de sua ocorrência. Se aceitamos que essas fotografias (ainda que precárias) dão testemunho da *Shoah* é porque a própria existência e forma dos testemunhos contradizem os dogmas do inimaginável. Afinal, esses “vestígios incompletos”, “testemunhos arrancados do inferno”, dão a ver o que ninguém veria. Testemunhar, insiste Didi-Huberman (2012, p. 137), “é contar *apesar de tudo* o que é *impossível* contar totalmente” (grifos do autor).

A desconfiança que paira sobre os testemunhos pelo fato de serem lacunares ignora o fato de que os testemunhos dos sobreviventes são por natureza subjetivos e voltados à inexatidão. Annette Wiewiorka (1998 apud DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 52), historiadora que denominou a segunda metade do século XX de “Era da Testemunha”, nos recorda que se, por um lado testemunhos guardam uma relação fragmentária e lacunar com a verdade de que são testemunha, por outro, são efetivamente “tudo aquilo de que dispomos” para conhecer e “para imaginar” a vida no interior dos campos de concentração. Elucida Didi-Huberman (2012, p. 66): “Cabe então dizer que Auschwitz é inimaginável? Certamente que não. Cabe até dizer o contrário: que Auschwitz não é senão imaginável”. A partir daí, o autor acusa a necessidade de uma abordagem dialética “capaz de manusear em conjunto a palavra e o silêncio, a fala e o resto, o impossível e o apesar de tudo, o testemunho e o arquivo” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 136).

Pensando narrativa de uma maneira mais ampla, podemos dizer que à lacuna das imagens corresponderiam os silêncios das palavras, os ruídos ou ainda os lapsos de memória, sem os quais não se constitui o todo. Pensando de uma maneira mais ampla ainda e trazendo a discussão para o jornalismo, arriscamos o que se constitui como a hipótese principal desta tese: os relatos que mais se aproximam da realidade dos fatos não são os objetivos, os que se prendem à tarefa de apreender a verdade e reconstituir um evento de forma linear e burocrática. Os relatos que mais se aproximam da realidade são aqueles que se constroem na lacuna a partir dos fragmentos e do que restou dos fatos que nos chegam pelo testemunho. Nesses *jornalimos, apesar de tudo* – apesar do indizível do sofrimento, apesar do próprio jornalismo –, estão postas outras condições para, afinal, se dar o encontro com o Outro.

No contexto da *Shoah*, como de resto nos eventos tomados pelo signo da catástrofe, pode-se dizer que o que vem à tona quando narrado são “fragmentos ou cacos de uma

memória esmagada pela força das ocorrências” (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 10). Mas a memória enquanto um conceito que não se rende a uma concepção hermenêutica equivocada de que é possível recuperar o passado de forma totalizante. Do modo como reconhecemos neste trabalho, memória e esquecimento são duas pontas de uma mesma face da história. Seja na memória individual ou na coletiva, como nos diz Seligmann-Silva (2003, p. 60), recorrendo a Nietzsche, “é totalmente impossível de viver sem o esquecimento”.

Importante ressaltar que esta não é uma tese sobre representação no jornalismo, é antes sobre o seu inverso. Nesse sentido, a pergunta que se coloca é, se o testemunho só existe “na zona enfeitiçada pela dúvida e pela possibilidade de mentira” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 374), como utilizá-lo como categoria-chave para pensar jornalismo, atividade pautada pelos regimes de verdade? No direito, há um jargão que aponta o testemunho como “a prostituta das provas”. A frase evoca o saber positivista e a crença na ciência e nos artifícios técnicos como os únicos legítimos para a compreensão do mundo. A certeza jurídica é de que provas meramente testemunhais podem contaminar a sentença. É como se indagassem: como considerar fidedigno aquilo que só é possível pelo acesso à memória? Para além da carga pejorativa da frase clichê, interessa aqui pensar que esse lugar-comum põe em xeque a relação entre testemunho e verdade também no jornalismo.

Soares (2009) propõe um caminho ao afirmar que há no discurso o interdito, aquilo que fica no “entre”, uma “terceira margem” que extrapola qualquer enquadramento, que está no meio do silêncio e da palavra. Cada texto se constitui, portanto, como “uma experiência singular, e seu relato transmite tanto as provas e evidências de seu trajeto como os tropeços e surpresas encontrados pelo caminho” (SOARES, 2009, p. 65). Ou seja, o texto é tessitura que se faz também com o vazio.

Em muitos momentos da narrativa que aqui nos serve de guia, a repórter fora a única testemunha da vida da entrevistada. Fosse para ouvir as histórias da mocidade de Ailce; fosse para atender ao pedido de retirar-lhe as meias dos pés porque “Ailce não gosta de se sentir presa”. Vale dizer que, no testemunho da mídia e, conseqüentemente, no testemunho do jornalismo, como veremos mais tarde nesta tese, a presença dos indivíduos enquanto testemunhas é construída narrativamente no curso do relato (FROSH; PINCHEVSKI, 2009), permitindo ao leitor imaginar-se presente no acontecimento. Como podemos observar neste trecho:

Então, a tempestade chegou. Na manhã de 19 julho, depois de uma noite de sonhos desconstruídos, Ailce anuncia que quer morrer. Não me parece que queira. O que está dizendo, pelo avesso, é que quer viver. Do jeito esperneante dela, pede ajuda. Uma hora mais tarde, a encontro na lanchonete do hospital, com os olhos boiando em lágrimas, as mãos tremendo, sentada com duas desconhecidas que lhe falam do “deus do impossível”. (Revista *Época*, 18/08/2008).

Admitindo que tudo que se apresenta no mundo é construído pelo discurso (SOARES, 2009), pode-se dizer que o discurso, inclusive o jornalístico, altera a realidade uma vez que a narrativa inventa o mundo, no sentido de recriá-lo. Para a autora, a ficção presente no fazer midiático está sendo pensada não no sentido de mentira, mas de fabricação. “E, portanto, trazendo em si a impossibilidade de escapar de seu lado testemunhal, ou seja, profundamente comprometida e imbricada com aquele que fala.” (SOARES, 2009, p. 82).



Figura 1 – Ailce e a bolsa inseparável

Fonte: Marcelo Min/ Revista *Época* 18/08/2008.

Ora, esse seria, portanto, o grande paradoxo do testemunho: se só é possível narrar recorrendo à imaginação (e isso é até desejável), até que ponto o teor de verdade do testemunho seria contaminado por essa dose de imaginação? De acordo com Seligmann-Silva (2003), ao invés de negar a possibilidade de usar a imaginação como um aliado, devemos ver nesta aproximação entre o campo testemunhal e o da imaginação a possibilidade mesma de repensar os discursos em campos que se autodenominam como sérios e representacionistas – entre esses campos, gostaríamos de incluir o jornalismo. Antes, um alerta: a imaginação não deve ser confundida com a “imagem” em si. O que deve contar, como sugerido pelo autor, é a capacidade de “criar imagens, comparações e sobretudo de *evocar* o que não pode ser diretamente apresentado e muito menos representado” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 380).

Ocorre que, ao lançar mão dos testemunhos não como mera técnica para obtenção de verdades, mas como uma construção de linguagem elaborada durante o percurso da narrativa e que vai muito além das declarações aspeadas dos entrevistados, o ato de narrar no jornalismo acaba se compondo como um gesto de recusa ao que se quer dogmático na imprensa. Talvez esteja na hora de assumir que, se o acontecimento (principalmente aqueles tomados pelo signo do trauma, mas não apenas estes) é inalcançável, transformar isso em um elemento narrativo é o mais próximo de ser objetivo que o jornalismo conseguirá chegar.

À luz desta quarta pista, se aceitamos que testemunhos são construções lacunares (AGAMBEN, 2008; SELIGMANN-SILVA, 2010; DIDI-HUBERMAN, 2012), podemos arriscar como prerrogativa que lançar mão da imaginação como estratégia – ou, por outras palavras, imaginar-se presente no acontecimento – não deve ser visto como uma falsificação do estatuto da testemunha. Trata-se, antes, do contrário, uma vez que nenhum testemunho dá a ver a integralidade do acontecimento, não substitui a experiência. Mas todo testemunho, sugerimos, é um ponto de contato possível com ela.

1.6 QUINTA PISTA: NINGUÉM É COMUM

Ao elaborar um verdadeiro tratado sobre o saber cotidiano em “A vida dos homens infames”, Foucault (2003) relembra que, por muito tempo, na sociedade ocidental, a vida do dia a dia só pode ser acessada pelo fabuloso, pela façanha, por algum crime abominável. Para que se tornasse “dizível”, era preciso que fosse marcada com um toque de impossível e defendia que mais do que nunca fazia-se necessário “um afloramento do cotidiano no código do político” (FOUCAULT, 2003, p. 220).

De acordo com Beatriz Sarlo (2007), nas sociedades modernas, acentuou-se o interesse nos sujeitos normais com destaque pelos pormenores da vida cotidiana desses que, em outra época, teriam sido ignorados. Em contrapartida, a valorização das micronarrativas passa a exigir também outros modos de narrar. No terreno da História, o privilégio do trivial e dos relatos pequenos passa a funcionar como estratégia de resistência e disputa onde grupos marginais buscam reafirmar suas identidades e pleitear a sua versão da história contra discursos oficiais e hegemônicos. Para reatar os fios partidos das narrativas identitárias, “as micronarrativas passam a ser consideradas também um recurso utilizado pelo indivíduo, em sua solidão existencial, para se conectar com o Outro” (FOLLAIN, 2009, p. 134).

Tomamos as notas desses autores sobre o código do comum como referência porque, nesta pesquisa, são os homens comuns, a partir do testemunho que dão de suas vidas no momento em que elas cruzam com algum acontecimento de ordem dramática que nos conduzem para uma discussão sobre o jornalismo. Para Michel de Certeau (1994), que dedicou toda uma teoria ao “herói comum”, “homem ordinário”, “caminhante inumerável”, uma teoria do relato é indissociável de uma teoria das práticas cotidianas. O autor parte da premissa de que, se a arte de fazer alguma coisa só existe quando praticada por alguém e se é no relato dessa prática que tal arte se materializa, a linguagem e as práticas discursivas seriam portanto a sua melhor ferramenta.

Voltemos à narrativa sobre Ailce, que vem pontuando nossa reflexão até aqui. A personagem – que, como bem nota a narrativa, “é uma mulher comum que nunca pensou que sua vida dava um romance nem mesmo uma reportagem” –, tinha agora o fim da sua vida testemunhado. Mas há algo na dor de Ailce que nos afeta pelo ordinário mais do que pelo espetacular da tragédia (e este é outro aspecto que investigaremos na pesquisa), algo a que o leitor só tem acesso porque uma repórter se propôs a dar testemunho pela reportagem. Próximo ao final da narrativa, que é sobre a morte, mas também sobre os dias em vida e a rede de relações humanas que se estabelece em torno da personagem, ficamos sabendo que

[...] os remédios fazem efeito e ela escorrega para um sono tranquilo. A médica Veruska Hatanaka esforça-se para que ela não sinta dor, mas consiga se despedir da família. É uma arquitetura química delicada. Luciane [*filha de Ailce*] tem quarenta graus de febre e sente todas as dores da mãe. Marcos [*o filho*] traz a mulher para se reconciliar com a sogra. Ailce tenta sorrir e pergunta pelo único neto, Ramon, de seis anos. Às vezes, acorda para pedir água e faz questão de segurar o copo. “A água está mais doce agora”, diz. Ailce já não tem fome. E isso não mais a machuca. Mas, ao abrir os olhos, tarde da noite, ela pergunta se eu comi. (Revista *Época*, 18/08/2008).

Uma vez que a vida é marcada por acontecimentos grandes e pequenos, por aqueles que afetam a história coletiva e pelos que deixam marcas na vida do indivíduo (BERGER, 2011), a própria noção de acontecimento também deve ser problematizada nesta pesquisa. Podemos dizer que um acontecimento jornalístico se instaura quando algo surpreendente se apresenta. E, apesar da velha máxima que apregoa que se um cachorro morde o homem, não é notícia; mas o seu contrário, sim, é importante que se tenha em mente aqui que o extraordinário não está apenas nos grandes eventos, mas também nas pequenas rupturas cotidianas. Sendo assim, acontecimento deve ser entendido como algo que irrompe em cena e estabelece uma distinção entre aquele instante e o que lhe antecede no tempo (BARBOSA, 2007).

Relevante para esta pesquisa é perceber que, pela lógica de Quéré (2005), quando o acontecimento se produziu, qualquer que tenha sido a sua importância, o mundo já não é mais o mesmo: as coisas mudaram. Para o autor, o acontecimento não é “unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou produz, mas também do que acontece a alguém” (QUÉRÉ, 2015, p. 14), suscitando reações, provocando respostas.

Foi, sem dúvida, dotado de um certo valor e de uma determinada significação, qualificado como acontecimento insignificante ou marcante, eventualmente revestido de um sentido que não tinha à partida. Terá podido tocar sujeitos, individuais ou colectivos, fazer vítimas e sobreviventes. Provocar, nos indivíduos e nas coletividades, sensações emoções, e reacções, satisfazer ou desiludir, alegrar ou horrorizar, satisfazer ou desesperar, aterrar ou traumatizar, alterar as vivências para o bem ou para o mal, resolver a situação das pessoas ou colocar-lhes novos problemas. (QUÉRÉ, 2005, p. 13).

Ou, como bem pontuou Vera França (2012), num diálogo direto com Quéré, mas aproximando a discussão do campo da comunicação e do jornalismo,

[...] um acontecimento acontece, e acontece com pessoas, e na organização da vida de uma sociedade ou um grupo. Ele se passa no domínio da experiência e se realiza – a partir de seu poder de afetação na ação dos sujeitos, de sua capacidade de interferência no quadro da normalidade e das expectativas previstas no desenrolar do cotidiano de um povo. (FRANÇA, 2012, p. 45).

Ora, se a experiência só existe entre seres que se afetam em relação, o acontecimento por si só não existe, ele sempre depende do efeito que irá provocar para além dos fatos. Mais uma vez recorremos a Seligmann-Silva para uma aproximação possível entre esses marcos teóricos, que são do campo da comunicação e do jornalismo, e o testemunho. Se o autor está certo ao dizer que a construção do testemunho tem justamente a função de “aproximar os cacos deste outro-eu-narrado” (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 136), parece razoável pensar que no jornalismo, quando o testemunho existe para além de um mero procedimento técnico mas enquanto uma experiência construída durante o percurso do relato, o *narrador-jornalista-testemunha* se desloca em relação a um Outro.

Essa característica relacional que tem o testemunho, acima de tudo, é o que nos provoca. Em trabalho sobre as implicações éticas do testemunho no jornalismo, Leandro Lage (2013, p. 83) afirma que “o dialogismo do testemunho não vem à tona somente em sua pretensão à verdade diante de outrem, mas também no comprometimento que solicita de quem lhe dá ouvidos, daquele que lhe empresta o olhar”. Ou seja, ao valorizar o testemunho em sua dimensão política, ética e estética e dar ao leitor a possibilidade de se imaginar

participante da experiência narrada, é possível que o testemunho, pela via do ordinário, possa contribuir para uma guinada afetiva nesse campo como atribuímos nesta pesquisa. “Sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 72).

1.7 DESENLACES OU O “TEOR TESTEMUNHAL”

Lá fora faz sol e os vizinhos vivem na primeira parte do poema de Manuel Bandeira:
 “Quando o enterro passou / Os homens que se achavam no café / Tiraram o chapéu
 maquinalmente / Saudavam o morto distraídos / Estavam todos voltados para a vida
 / Absortos na vida / Confiantes na vida”. Lá dentro, sentados na sala de sua casa,
 cada uma em um sofá e uma diante da outra, eu e ela vivemos o segundo ato. “Um
 no entanto se descobriu num gesto largo e demorado / Olhando o esquite
 longamente / Este sabia que a vida é uma agitação feroz e sem finalidade / Que a
 vida é traição”.
 (Revista *Época*, 18/08/2008)

O trecho acima está na reportagem “A mulher que alimentava”. Logo no início, em um dos primeiros parágrafos. É quando ficamos sabendo que Ailce vai morrer. “A morte, a Indesejada das gentes, a iniludível”, para usar outro poema de Bandeira¹². A morte – ou quase ela – está sempre rondando as narrativas de “teor testemunhal”. Por “teor testemunhal”, entendam-se aquelas obras que reúnem traços que dizem respeito ao subjetivo, ao trauma, ao real e ao inimaginável, em um primeiro momento relacionado à sobrevivência dos genocídios e perseguições em massa que marcaram o século XX e que podem ser encontrados em qualquer produção cultural que tente lidar com as questões da memória e da narrativa, como a literatura ou as artes.

Aqui, nós tomamos a expressão de empréstimo de Seligmann-Silva (2003, 2005, 2010) para aplicar também ao jornalismo por concordar com o autor que o conceito é interdisciplinar e não se limita rigorosamente a um gênero. Para efeitos desta pesquisa e solicitando uma certa licença poética ao autor que cunhou o termo, passamos a considerar *jornalismo de teor testemunhal* esse que engloba narrativas ligadas ao sofrimento, aos dramas e tragédias cotidianos, ao trauma (independente de estarem relacionadas às grandes catástrofes históricas ou naturais), e que carrega uma certa astúcia narrativa ao requisitar experiência e afetividade sem abrir mão do viés informativo do relato. Dessa maneira,

¹² Referência ao poema “Consoada”. “Quando a Indesejada das gentes chegar / (Não sei se dura ou caroável), / Talvez eu tenha medo. / Talvez sorria, ou diga: / – Alô, iniludível! / O meu dia foi bom, pode a noite descer. / (A noite com os seus sortilégios.) / Encontrará lavrado o campo, a casa limpa, / A mesa posta, / Com cada coisa em seu lugar”. (Manuel Bandeira).

funcionam como local de resistência e rearticulação das identidades e de luta contra o reducionismo da vida à mera vida, do jornalismo a mero jornalismo.

Mas nesse momento, mais do que definir a que estamos nos referindo quando destacamos um certo tipo de narrativa em detrimento de outra, o trecho da reportagem citada no início deste tópico serve a um outro propósito, como um epílogo. Epílogo talvez nem seja a palavra adequada. Antes, um desdobramento, uma extensão da nossa conversa. Ou, se preferirem, um conselho – não estranhem, o próprio Benjamin tomava conselho não como algo que se propõe a intervir na vida de outra pessoa como é comum ser interpretado. “Mas em ‘fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada’, inserção do narrador e do ouvinte dentro de um fluxo narrativo comum e vivo já que a história continua, está aberta a novas propostas e ao fazer junto” (GAGNEBIN, 2012, p. 11).

Seria o jornalismo capaz disso? Em que medida, o testemunho desempenha uma função mediadora nesse espaço?

Sigamos.

Em 28 de agosto de 2015, sete anos depois de publicada a reportagem sobre Ailce, Eliane Brum volta ao assunto. Um texto publicado¹³ na revista *Época*, também assinado por Brum, iniciava assim: “Lembro-me primeiro de uma noite de inverno. Marcelo Min e eu *testemunhávamos*, como repórteres, os últimos dias da vida de Ailce de Oliveira Souza, a mulher que nós dois aprendêramos a amar, ao acompanhar o seu morrer por 115 dias” (grifo nosso). Sete anos depois da publicação original, a repórter retoma o fio da narrativa que vem sendo utilizada como mote para um começo de conversa sobre o testemunho no jornalismo nesta tese. Mas agora, ela o faz sob o pretexto de uma outra despedida: Marcelo Min é o fotógrafo que havia registrado em imagens o que ela contou com as palavras, durante a reportagem sobre Ailce. Marcelo Min acabara de morrer.

Esta tese é também sobre o jornalismo e o modo como ele próprio se vê e por isso pareceu emblemático para os nossos propósitos trazer esse desdobramento à tona. Aqui, onde ele abandona as regras. Aqui, onde um mundo que aparentemente não cabe mais no jornal salta da cena e nos convida a pensar o outro e a relação entre os sujeitos. Aqui, onde o jornalismo é, mais do que técnica ou prática discursiva, onde o jornalismo é gesto. Aqui também há jornalismo. “As palavras são faltantes, não dão conta da vida”, escreve Eliane Brum, e ainda assim, nesse jogo entre aquilo que quer dizer e o impossível da linguagem, a repórter dá testemunho da existência do Outro.

¹³ Narrativa na íntegra disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/08/rodopiando-em-min.html>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

No livro “Diante da dor dos outros”, a norte-americana Susan Sontag (2003) revisita um texto de sua autoria, “Ensaio sobre a fotografia”, publicado na década de 1970. Anteriormente, ela nos indagava se, diante do uso imoderado das imagens de sofrimento veiculadas pelos meios de comunicação, teríamos nos tornado imunes ao infortúnio do outro. No novo trabalho, a autora dá um passo além. A pergunta agora passa a ser: como a representação da crueldade interpela o espectador? Ou como agimos diante da dor do Outro? No livro, Sontag (2003, p. 17) nos diz que “é necessária uma vasta reserva de estoicismo para percorrer as notícias de um grande jornal a cada manhã, dada a probabilidade de ver fotos capazes de nos fazer chorar”.

Ao citar o poeta francês Charles Baudelaire, a autora recorda o “tecido de horrores” que pode ser um jornal. Por outro lado, sugere que, num mundo hiper saturado de imagens chocantes, aquelas que deveriam ser importantes acabam por se tornar banais, têm seu efeito reduzido, provocando nos leitores reações poucas ou quase nenhuma. “Inundados por imagens do tipo que, no passado, chocavam e causavam indignação, estamos perdendo nossa capacidade de reagir. A compaixão, distendida até seu limite, está ficando entorpecida” (SONTAG, 2003, p. 90). Segundo a autora, globalizar o sofrimento pode tanto incitar “as pessoas a sentir que deveriam ‘importar-se’ mais” quanto permanecer na inércia, uma vez que “os sofrimentos e os infortúnios são demasiado irrevogáveis ou demasiado épicos para serem alterados” (SONTAG, 2003, p. 68). E isso foi dito ainda bem antes, por exemplo, de uma fotografia chocante do corpo de uma criança morta na praia dar testemunho da barbárie do nosso tempo¹⁴.

No entanto, longe de seguir por um caminho conservador onde às imagens por si só fosse dado um poder supremo de nos tirar da inércia, o que faz Susan Sontag (2003) em seu livro é um convite à reflexão. Ela diz que a fotografia não tem

[...] a obrigação de remediar nossa ignorância acerca das histórias e das causas do sofrimento que ela seleciona e enquadra. Tais imagens não podem ser mais do que um convite a prestar atenção, a refletir, aprender, examinar as racionalizações do sofrimento em massa proposto pelos poderes constituídos. (SONTAG, 2003, p. 90).

Guardadas as devidas proporções, o que estamos propondo aqui é olhar com a mesma atenção para o lugar que o testemunho ocupa nas narrativas jornalísticas. Relevante para o nosso estudo é pensar que, se o testemunho espetaculariza, é possível que também por

¹⁴ Estamos nos referindo a um acontecimento de setembro de 2015, quando uma embarcação com refugiados do Oriente Médio naufragou a caminho da Grécia, e o corpo de Aylan Kurdi, um garoto sírio de 3 anos de idade, foi encontrado em uma praia na costa de Bodrum, na Turquia. A imagem foi amplamente divulgada e acabou transformando-se em um ícone da crise migratória no começo deste século.

intermédio dele nos humanizemos. Aqui, gostaríamos de levantar uma segunda hipótese, essa diretamente decorrente da primeira sobre ser possível narrar pelos restos: a de que há no jornalismo narrativas que conseguiriam interpelar afetivamente os sujeitos pelo testemunho. Ou seja, nossa proposta é olhar para o testemunho nas narrativas jornalísticas hoje em busca daquilo que emerge do banal e pode provocar algum impacto, despertar sentimentos de alteridade, afetar os sujeitos do discurso: quem vivencia, quem narra e quem lê. É sobre isso que nos indagamos e que, em última instância, iremos investigar ao longo dos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

Das grandes catástrofes à jornada do ordinário

“Só vos peço uma coisa: se sobreviverdes a esta época, não vos esqueçais!
 Não vos esqueçais nem dos bons, nem dos maus. Juntai com paciência as
 testemunhas daqueles que tomaram por eles e por vós.

Um belo dia, hoje será o passado, e falarão numa grande época e nos
 heróis anônimos que criaram a História.

Gostaria que todo mundo soubesse que não há heróis anônimos. Eles eram
 pessoas, e tinham nomes, tinham rostos, desejos e esperanças, e a dor do
 último de entre os últimos não era menor do que a dor do primeiro, cujo
 nome há de ficar. Queria que todos esses vos fossem tão próximos como
 pessoas que tivésseis conhecido como membros da vossa família, como
 vós mesmos”

(Júlio Fuchik)



(Maus, de Art Spiegelman)

2.1 TESTIS, SUPERSTES ETC.

No começo, a etimologia. Em latim, testemunho é representado por dois termos. Pode ser usado tanto no sentido de *superstes* quanto de *testis*. No primeiro caso (*superstes*), está associado a um tipo de discurso relacionado aos “sobreviventes”, indivíduos ou grupos sociais que viveram situações de choque e necessitam de espaço para contar a sua experiência. Seligmann-Silva (2005) considera o testemunho uma necessidade absoluta, uma atividade elementar que desencadeia, naqueles que passaram por um grande trauma, uma “carência absoluta de narrar”. Já enquanto *testis*, testemunho seria o depoimento daquele que se coloca como um terceiro, entre duas partes, podendo ajudar a julgá-las.

Mais do que uma separação entre os termos, há de fato uma ambiguidade. Em português, isso se evidencia numa certa confusão que se costuma fazer entre o testemunho – o relato – e a testemunha – a personagem portadora de um testemunho. Inspirado por Benveniste, Seligmann-Silva (2010) lembra que, desde a Antiguidade, testemunha e testemunho estão vinculados à visão. Em sânscrito, a palavra *vettar* tem o mesmo sentido de testemunha (*témoin*)¹⁵: significa “o que vê”; em gótico, é “aquele que sabe por ter visto”. Sendo assim, para o autor, fica claro que testemunho implica tanto uma proximidade, “uma primeiridade”, como também uma capacidade de julgar. No entanto, ele propõe:

Ao invés de reduzir o testemunho ao paradigma visual, falocêntrico e violento (que tende a uma espetacularização da dor), e sem esquecer *testis* a favor apenas de *superstes*, minha proposta é entender o testemunho na sua complexidade enquanto misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles relacionam-se também de modo conflituoso. O testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível entre o “real” e o simbólico, entre o “passado” e o “presente”. (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 5).

Durante muito tempo, a ideia do jornalismo esteve muito presa ao modelo de testemunho como *testis*. A velha máxima da “testemunha ocular da história” era considerada não apenas uma marca, mas também sinônimo de boa prática jornalística, acionada para legitimar a autoridade do jornalista presente na cena e que, apenas por isso, tem competência para narrá-la (ZELIZER, 2007). Esse modo de ver o testemunho corresponde ao paradigma do

¹⁵ Seligmann-Silva (2010) relembra que *testis*, em latim, significa tanto testemunho quanto testículo. Ainda que não haja consenso entre os teóricos sobre uma associação direta entre os dois termos, o autor desenvolveu estudo em que aborda uma discussão sobre o aspecto falocêntrico de determinados tipos de testemunho. Como curiosidade, ele nos diz que nas sociedades tradicionais, as mulheres são excluídas das cortes como testemunhas. Ver mais em outro ensaio de sua autoria: “O local do testemunho”.

saber representacionista do positivismo, “com sua concepção instrumental da linguagem e que crê na possibilidade de se transitar entre o tempo da cena histórica (ou a “cena do crime”) e o tempo em que se escreve a história (ou se desenrola o tribunal)” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 5).

Por outro lado, a narrativa ancorada na experiência subjetiva e em relatos singulares também faz do jornalismo uma modalidade de testemunho que poderia se encaixar no modelo de *superstes*. Serelle (2012a) nos lembra que, apesar de não ser uma prerrogativa do contemporâneo, nos últimos anos, o uso da primeira pessoa vem se intensificando tanto em narrativas sobre o passado como “em relatos de circunstância, sejam eles, por exemplo, reportagens jornalísticas ou textos das mídias sociais, em que a vivência já vem à tona narrada” (SERELLE, 2012a, p. 84).

Mas há ainda uma terceira via de leitura sobre o testemunho que, para esta pesquisa, torna-se ponto de partida e pressuposto basilar: a ideia de que testemunha não é somente aquele que experimentou na pele ou o que viu com seus próprios olhos, mas também aquele que quer saber, que ouve o relato e que permite que “essa história, ofegante e sempre ameaçada por sua própria impossibilidade” seja “retomada e transmitida em palavras diferentes” (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

Ao evocar um testemunho de caráter solidário e afetivo, Gagnebin (2009) propõe um meio para uma retomada reflexiva sobre o passado histórico diante das grandes tragédias. Para a autora, somente a transmissão simbólica, “assumida apesar e por causa do sofrimento indizível”, pode levar a uma outra história que não se limite a repetir o vivido mas que proporcione reinvenções do presente. Ela diz: “Não temos que pedir desculpas quando, por sorte, não somos herdeiros direto de um massacre; e se, ademais, não somos privados da palavra, mas, ao contrário, se podemos fazer do exercício da palavra um dos campos de nossa atividade” (GAGNEBIN, 2009, p. 56).

Esse sentido mais amplo de testemunho interessa a essa investigação não apenas por abrir possibilidades para pensar um testemunho que existe para além da vivência de um episódio e/ou de sua visualização, como veremos mais adiante. Mas principalmente porque a concepção de *jornalismo de teor testemunhal* pretendida aqui está fundamentada justamente na percepção de um posicionamento ético, estético e político diante do mundo.

Se concordamos com o pensamento de Seligmann-Silva (2003) de que 1) não existe um gênero mas obras que apresentam um “teor testemunhal” e 2) o testemunho reúne elementos que se referem tanto ao universo factual quanto ao ficcional, localizar jornalismo nessa esfera também passa por um embaralhar de fronteiras, um jogo de aproximação e

distanciamento com o real, que vale a pena recuperar nesta pesquisa. É sobre essas questões que são da ordem do testemunho, mas também do jornalismo, que mergulhamos neste capítulo.

Com base na literatura do testemunho¹⁶, tentamos um salto que nos leve do espetacular dos grandes acontecimentos ao singular dos fatos miúdos, de onde e como eles se cruzam, num movimento possível entre viver a experiência e narrá-la. Aqui, o testemunho de Primo Levi, um sobrevivente da *Shoah*, é evocado constantemente. Mas a exemplo do capítulo anterior, neste também somos auxiliados por uma narrativa que ajuda a costurar as concepções teóricas. Nesse caso, a temática está relacionada ao Regime Militar (1964-1985) instaurado no Brasil: um repórter narra, nos dias de hoje, a busca pelo suposto delator de seus pais durante a ditadura.

2.2 NO TESTEMUNHO, UM ESFORÇO DE VERDADE

“Ao alvorecer, o arame farpado estava cheio de roupinhas penduradas para secar”. Nesse fragmento de Primo Levi (1988, p. 15), um paradoxo: o monstruoso e o banal; o desmedido e o mundano. Foi assim que as mães de Auschwitz aguardaram a chegada do trem que as levaria para o mais temido dos campos de concentração. Era preciso alimentar os filhos, banhá-los, lavar suas roupas. Mesmo no pavor do *Lager*, mesmo na catástrofe, há algo de comum para onde é imperativo voltar o olhar.

Entendido em seu duplo sentido, comum pode ser tanto aquilo que é da ordem do simples, do habitual, quanto aquilo que é de muitas pessoas, partilhado em conjunto, mútuo.

¹⁶ Para que fique claro, as concepções de testemunho consideradas nesta pesquisa são de quatro ordens: além das vertentes históricas relacionadas às atrocidades da Segunda Guerra Mundial ou a outros crimes de violência no século XX como as ditaduras, que vimos considerando neste capítulo, e ao testemunho midiático, foco principal de interesse da pesquisa, há que se levar em conta ainda as vertentes religiosa e jurídica, duas raízes arcaicas interligadas que explicam em parte o uso contemporâneo do testemunho inclusive na forma que assume nos meios de comunicação no início do século XXI (THOMAS, 2009). A tese não tem a pretensão de aprofundar toda a carga teórica que essa literatura implica, mas apenas situar testemunho como uma construção cultural que passa por transformações ao longo dos séculos. Pela raiz hebraica de testemunho (“ed”), a testemunha – em geral, um homem – é um observador privilegiado, alguém que viu ou ouviu o que os outros não puderam e sobre o qual agora ele deve prestar testemunho (Idem, ibidem). Teologicamente, portanto, testemunha seria aquele que foi alçado a destinatário, mais especificamente aquele que testemunhou a aliança entre Deus e a congregação. Já em sua concepção jurídica, valorizado em sua medida racional, é fonte privilegiada de informação para decisões e faz parte da maioria dos sistemas legais conhecidos (PETERS, 2009) – além dos tribunais, a presença de testemunhas era requisitada também para celebrar contratos como ainda hoje em um evento como o casamento ou a compra de uma propriedade. Em seu duplo papel, ora como “observador neutro” ora como “acusador”, a testemunha é convocada não só para fazer uma revelação, mas também para apresentar uma declaração no contexto de um conflito ou disputa. Apesar das diferenças e especificidades, o testemunho religioso e o jurídico apresentam-se como as duas pontas de um mesmo espectro. Em ambos os casos, percebe-se a ideia de autoridade da qual o jornalismo é tributário.

São histórias de dor, lembranças de família, silêncios e recordações insignificantes, restos, cacos, que a despeito de todas as tentativas de emudecimento, se sobressaem na narrativa e a tornam potente. “Será que vocês não fariam o mesmo? Se estivessem para ser mortos, amanhã, junto com seus filhos, será que hoje não lhes dariam de comer?” (LEVI, 2008, p. 15).

O massacre de seis milhões de judeus sob o domínio nazista de Adolf Hitler durante a Segunda Guerra Mundial acabou se transformando em uma narrativa paradigmática para os estudos do testemunho. Antes de Auschwitz, o mundo era um. Depois, não existe poesia, como sentenciou Adorno¹⁷ (1949). A passagem pela *Shoah* abalou as certezas da humanidade. Mas o relato daqueles que, superando toda a “insuficiência da linguagem” (SELIGMANN-SILVA, 2003), puderam dar testemunho de até onde é capaz de chegar o homem, constitui-se ainda hoje no principal dispositivo de acesso a essa memória. Não se trata, portanto, de rejeitar o inimaginável como experiência, mas como dogma (DIDI-HUBERMAN, 2012).

Sete décadas depois do genocídio nos campos de concentração, ler o testemunho de Primo Levi é tomar contato com a experiência. Mas mesmo ele, ao narrar aquela que seria considerada a mais emblemática das narrativas testemunhais da Shoah, *É isto um homem?*, mesmo esse ex-prisioneiro que não duvida do acontecimento mais bárbaro de nosso tempo, assim se refere aos campos de concentração quando, no presente, narra a experiência. “Hoje – neste hoje verdadeiro, enquanto estou sentado frente a uma mesa, escrevendo – hoje eu mesmo não estou certo de que esses fatos tenham realmente acontecido” (LEVI, 1988, p. 105).

Mais do que lançar dúvidas sobre se o que está contando é verdade ou invenção, a hesitação de Primo Levi dá a ver um esforço de verdade, e podemos dizer que talvez essa seja a marca indelével do testemunho. Mais do que um relato sobre o horror do Holocausto, muito mais do que uma descrição de uma experiência, dar testemunho é fazer da experiência um lugar de reflexão. Como se, ao procurar a verdade dos fatos, fosse possível encontrar algo mais, algo que se aproxima da complexidade do que está em cena e que, se pensarmos bem, transcende a equação simplificadora de falso ou verdadeiro. Nessa perspectiva é que, em uma narrativa testemunhal, ler sobre o *Lager* não significa se informar sobre o *Lager*. Ler que “ao alvorecer, o arame farpado estava cheio de roupinhas penduradas para secar” significa, antes, sentir-se como estando (ou ainda, significa estar) no *Lager*.

Mas se o acontecimento em si é inalcançável, como narrá-lo? Primo Levi (1988) nos diz que sua narrativa nasceu por um imperativo moral, ainda nos dias do Campo. “A

¹⁷ A frase original (“Escrever um poema após Auschwitz é um ato de barbárie”) foi escrita pelo frankfurtiano no ensaio “Crítica cultural e sociedade”, de 1949.

necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar os ‘outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, a ponto de competir com outras necessidades elementares” (LEVI, 1988, p. 8). Era, portanto, preciso inventar um modo novo de narrar. Seguindo as pistas de Ginzburg (2007), que está convencido de que entre os testemunhos e a realidade testemunhada há sempre uma relação, somos levados a apostar na necessidade de transformar o indizível em elemento narrativo. Desse modo, a busca da verdade “torna-se parte da exposição da verdade obtida (e necessariamente) incompleta” (GINZBURG, 2007, p. 25). Isso só se dá à medida que se deixam rastros e que qualquer obstáculo, sob forma de lacunas e distorções, deve se tornar parte – em vez de ser apagado – do relato.

Em estudo exemplar, ao refletir sobre a produção literária daqueles que voltaram dos campos em *O que resta de Auschwitz*, Agamben (2010) faz um elogio ao testemunho justamente pelo seu avesso. Para o autor, a verdadeira testemunha ou a “testemunha integral” não existe, uma vez que os únicos que testemunharam o evento até o final, os “muçulmanos”¹⁸, não puderam voltar do calvário, submergiram. Antes de avançar nesse axioma, primeiro, conheçamos os “muçulmanos” pelo testemunho de Primo Levi. É assim que ele dá testemunho da existência daqueles prisioneiros que já não tinham mais nenhum discernimento, haviam perdido qualquer esperança, apenas marchavam para a morte na câmara de gás. Na linguagem do Campo, tratava-se dos não-homens:

Quanto aos “muçulmanos”, porém, aos homens próximos ao fim, nem adianta dirigir-lhes a palavra; já se sabe que eles só se queixariam, ou contariam como comiam bem em sua casa. Para que travar amizade com eles? Não têm, no Campo, conhecidos poderosos, não têm rações extras para comer, não trabalham em *Kommandos* favoráveis, desconhecem qualquer maneira secreta para obter vantagem. E, por fim, sabe-se que eles estão aqui de passagem; que, dentro de umas semanas, deles sobrarão apenas um punhado de cinzas em outro Campo próximo e, no Registro, um número de matrícula riscado. Embora englobados e arrastados sem descanso pela multidão inumerável de seus semelhantes, eles sofrem e se arrastam numa opaca solidão íntima, e nessa solidão morrem ou desaparecem sem deixar lembrança alguma na memória de ninguém. (LEVI, 1988, p. 130).

Essa figura que representa o limite, que habita a “zona cinzenta”, segundo Agamben (2008), é a verdadeira testemunha do Holocausto, uma vez que só ela teria realmente visto

¹⁸ Sobre as origens do termo Muçulmano, as explicações são controversas. Em *O que resta de Auschwitz*, Agamben reúne um punhado delas, desde o significado literal do termo (*Muselmann* vem do árabe *muslim*, que significa “quem se submete incondicionalmente à vontade de Deus, e está na origem das lendas sobre o suposto fatalismo islâmico”) até aquela que interpreta *Muselmann* como *Muschelmann*, homem-concha, dobrado e fechado em si mesmo. Há ainda quem proponha que o termo deriva da postura dos deportados, encolhidos no chão, com as pernas dobradas de maneira oriental. Uma outra sugestão é de que o termo tem a ver com os movimentos típicos dos árabes em oração (AGAMBEN, 2008).

com os próprios olhos a câmara de gás e, se a câmara de gás matava, elas não poderiam voltar de lá com vida. Lyotard (1983 apud AGAMBEN, 2008, p. 44) elucida: “A única prova admissível de que matava é dada pelo fato de se estar morto. Mas, estando morto, não se pode testemunhar que se está assim por efeito da câmara de gás”. Nessa tensão, estaria contido todo o paradoxo do testemunho. Ao mesmo tempo em que o muçulmano corresponde ao intestemunhável, ele é o que permite que seja possível dar testemunho.

Sendo assim, o muçulmano é a prova incontestada de que todo testemunho é lacunar e só existe pela sobra, pelo resto. “Podemos entender melhor esse ‘resto’ como aquilo que, no testemunho, solapa a própria eficácia do dizer e, por isso mesmo, institui a eficácia em sua fala” (GAGNEBIN, 2010, p. 11). Por outras palavras, o testemunho é um esforço para escutar o não-dito (AGAMBEN, 2010; SELIGMANN-SILVA, 2003) e, arriscamos, para contar o indizível. Afinal, também eles, os não-homens sobrevivem pelo testemunho dos que voltaram do Campo. Outra vez, Primo Levi (1988):

Eles (os muçulmanos) povoam a minha memória com sua presença sem rosto, e se eu pudesse concentrar numa imagem todo o mal do nosso tempo, escolheria essa imagem que me é familiar: um homem macilento, cabisbaixo, de ombros curvados, em cujo rosto, em cujo olhar, não se pode ler o menor pensamento. (LEVI, 1988, p. 132).

Ao testemunhar sobre uma ausência, os sobreviventes tornam-se, portanto, a testemunha daqueles que sucumbiram, “dos submersos”, assumindo para si a impossibilidade do testemunho integral, mas que de outra parte acontece às lacunas. Assim fica mais compreensível a inquietante afirmação de Agamben (2010) de que, na impossibilidade do testemunho, ainda assim se testemunha:

Se o sobrevivente dá testemunho não da câmara a gás ou de Auschwitz, mas pelo muçulmano; se ele fala apenas a partir de uma impossibilidade de falar, então seu testemunho não pode ser negado. Auschwitz – de que não é possível dar testemunho – fica provado de modo absoluto e irrefutável. (AGAMBEN, 2010, p. 163).

Assim, a memória é chamada para dar testemunho porque, do contrário, a crueldade do evento Holocausto poderia ser apagada da memória coletiva, como pretendiam os algozes. Pelo testemunho dos sobreviventes sabe-se que, entre outros abusos na tentativa de apagamento, os arquivos dos campos de concentração foram todos queimados nos últimos dias de guerra. Ocorre que refutar o genocídio dos judeus, como pretendem os negacionistas, é reduplicar a sua morte, o seu sofrimento (SELIGMANN-SILVA, 2003).

Um episódio para nos ajudar a pensar: durante as gravações para o Acervo de Testemunhos do Holocausto da Universidade de Yale, uma mulher, 60 anos, narrava experiência em Auschwitz. Havia feito parte do “comando canadense”, um grupo de prisioneiros escolhidos para selecionar os pertences dos que tinham sido mortos nas câmaras de gás e depois incinerados. Ela estava lá. Em seu relato como testemunha ocular, disse: “De repente [...] vimos quatro chaminés subindo em chamas, explodindo. As chamas dispararam para o céu, as pessoas estavam correndo. Foi inacreditável” (LAUB, 1992, p. 59, tradução livre)¹⁹. Meses depois, ao assistir ao testemunho em vídeo, historiadores tentaram descredenciá-la. Eles justificavam que apenas uma, em vez de quatro chaminés, havia subido pelos ares. Sendo assim, como a memória da testemunha se revelara falível, o relato era “irremediavelmente enganador em sua incompletude”. (LAUB, 1992, p. 61, tradução livre)²⁰.

A história foi contada por Dori Laub, o psicanalista que havia feito a entrevista com a senhora para o vídeo. Para os historiadores, se não havia precisão histórica, o relato não tinha credibilidade. Em desacordo, Laub (1992) defendia que a mulher estava dando testemunho não sobre o número de chaminés que explodiram, não sobre os fatos empíricos. Em seu relato – entre silêncios, imprecisões e limites do discurso – ela dava testemunho de algo muito mais radical: ela dava testemunho da sua resistência ao extermínio, de um evento inimaginável que ela vira acontecer, afinal, “uma chaminé que explodisse em Auschwitz era tão inacreditável quanto quatro [...] Essa era a verdade histórica” (LAUB, 1992, p. 60, tradução livre)²¹.

No prefácio de *Os que sucumbem e os que se salvam*, Primo Levi (1986) retoma o testemunho de um outro sobrevivente, Simon Wiesenthal, quando conta do cinismo contido nas palavras de membros das SS dirigidas aos prisioneiros: “Seja como for que esta guerra acabe, a guerra contra vós fomos nós a vencê-la; nenhum de vós ficará para dar testemunho, mas mesmo se algum escapar, o mundo não acreditará nele” (LEVI, 1986, p. 7). Por demasiado monstruosos que sejam os fatos, o testemunho passa a ser, portanto, e ainda “uma arma de guerra contra o fascismo” (LEVI, 1986, p. 15), e dar testemunho, uma maneira de negar o veredito dos SS. Não à toa, os comandos tiveram todo o cuidado em evitar que sobrevivesse alguma testemunha. Ao final, a história dos campos de concentração foi escrita quase exclusivamente por aqueles que, como Primo Levi, não “chegaram no fundo” e testemunhar por Schepschel, Alfred L., Elias, Henri, Kraus, Alberto, Beppo, Kuhn:

¹⁹ Texto original: “*All of sudden [...] we saw four chimneys going up in flames, exploding. The flames shot into the sky, people were running. It was unbelievable.*”

²⁰ Texto original: “*is hopelessly misleading in its incompleteness*”.

²¹ Texto original: “*One chimney blown up in Auschwitz was as incredible as four [...] That was historical truth*”.

Agora, todo o mundo está raspando com a colher o fundo da gamela para aproveitar as últimas partículas de sopa; daí, uma barulheira metálica indicando que o dia acabou. Pouco a pouco faz-se silêncio. Do meu beliche, no terceiro andar, vejo e ouço o velho Kuhn rezando em voz alta, com o boné na mão, meneando o busto violentamente. Kuhn agradece a Deus porque não foi escolhido. Insensato! Não vê, na cama ao lado, Beppo, o grego, que tem 20 anos e depois de amanhã irá para o gás e bem sabe disso, e fica deitado olhando fixamente a lâmpada sem falar, sem pensar? Não sabe Kuhn, que da próxima vez será a sua vez? Não compreende que aconteceu, hoje, uma abominação que nenhuma reza propiciatória, nenhum perdão, nenhuma expiação, nada que o homem possa fazer, chegará nunca a reparar? Se eu fosse Deus, cuspiria fora a reza de Kuhn. (LEVI, 1988, p. 191).

Nesta pesquisa, é fundamental refletir sobre esse caráter lacunar do testemunho – que ora legítima ora põe em risco a credibilidade da testemunha. Tomando as narrativas da *Shoah* como arquetípicas dentro desse tema, vale concordar com Agamben (2008) e assumir que é preciso tentar escutar o que a lacuna diz. Para o autor, “o resto de Auschwitz – as testemunhas – não são nem os mortos nem os sobreviventes nem os submersos nem os salvos, mas o que resta entre eles” (AGAMBEN, 2008, p. 162). Trazendo essa proposição para o jornalismo, metaforicamente, gostaríamos de avançar na ideia de que a lacuna do testemunho é o que permite, mais do que a falta, a relação entre os sujeitos.

2.3 O ESFORÇO DE MATHEUS – PARTE I

Tomemos uma narrativa contemporânea que, sob o escopo da ditadura brasileira, nos oferece um suporte para tensionar a existência de um jornalismo de teor testemunhal e provocar outras questões a serem desenvolvidas no decorrer desta pesquisa. Publicada na plataforma Brio²², em 27 de junho de 2015, a reportagem intitulada “A espera”²³ narra a história de uma busca. Matheus Leitão é o jornalista que crescera ouvindo que a sua história se ligava aos porões da ditadura no Brasil. Para montar um “quebra-cabeça particular”, ele parte em busca do homem que, segundo testemunhas, havia sido o delator de seus pais e de dezenas de companheiros que combatiam o Regime Militar na década de 1970. Com a palavra, Matheus Leitão, como ele introduz o leitor em seu percurso de fôlego:

Era o ano de 1969. Mas o começo desta história só foi relatado 20 anos depois, em 1989, quando o Brasil se preparava para a primeira eleição

²² Plataforma multimídia de jornalismo online, lançada oficialmente em outubro de 2014.

²³ Narrativa na íntegra disponível em: <<https://medium.com/brio-stories/a-espera-872f4f529423>>. Acesso em: 21/03/2016.

presidencial direta pós-ditadura militar. Um pré-adolescente ouvia atento o pai relatar sua entrada, aos 19 anos, na militância de um partido clandestino. Era como se lutava contra o regime, às escondidas.

“Perseguição”.

“Prisão”.

“Porão”.

O menino que ouvia era eu, e o jovem que militava, cheio de ideias libertárias, meu pai. Lembro-me vagamente do relato, feito no sofá de casa, em Brasília, após o jantar, entre livros e retratos que marcavam a história dele e de nossa família. Aos 12 anos de idade, palavras como aquelas soavam estranhas, injustas, de certa forma, etéreas. Uma luta comovente de resistência contra um regime opressor, que cerceava direitos civis. Eu, à época, nem sabia que aquilo existia. Tortura, para mim o pior de todos os substantivos, não foi mencionado naquele dia. (*Brio*, 27/05/2015).²⁴

Pouco depois, o leitor ficará sabendo a partir de testemunhos que os pais de Matheus foram presos em um domingo do ano de 1972, quando voltavam da praia, em Vitória, Espírito Santo, que foram levados para o 38º Batalhão de Infantaria do Exército e submetidos a sessão de “torturas, socos, chutes, pontapés, porradas, roleta russa”. O responsável pela delação – o moço que hoje, no tempo presente, está sendo procurado pelo jornalista – era o líder de uma célula comunista no estado que guiava dezenas de jovens idealistas no combate à ditadura e que um dia havia traído e denunciado boa parte do grupo, inclusive seus pais, aos militares. E que, depois disso, sumira sem deixar vestígios. Na memória dos pais de Matheus e de pelo menos outras duas testemunhas, o suposto delator “circulava pelo batalhão sem marcas aparentes de tortura”, e esse era um dos motivos que levava os antigos companheiros de guerrilha a suspeitar que o ex-líder fosse, na verdade, um dos agentes do regime infiltrado nos encontros do partido.

A reportagem de Matheus é o testemunho de um filho de presos políticos em sua tentativa de tirar a limpo um passado que não é apenas seu ou de seus pais, mas de toda uma geração que lutou pela volta da democracia no Brasil, o que não deixa de ser um compromisso político. Isso reverbera o pensamento de Beatriz Sarlo (2007, p. 20) de que, em uma época de

²⁴ Em citações longas extraídas das reportagens, optei por transcrever os trechos das narrativas como foram publicados nos originais, um formato em desacordo com os cânones acadêmicos. A escolha se faz para dar mais fluidez, em alguns momentos, ou para evidenciar o jogo que ocorre entre entrevistados-entrevistadores, em outros.

forte subjetividade, “as prerrogativas do testemunho se apoiam na visibilidade que o pessoal adquiriu como lugar não simplesmente de intimidade, mas de manifestação pública”. A reconstituição do passado se dá, em um primeiro momento, pelo testemunho dos pais e dos amigos sobreviventes, que acessam à memória para dar testemunho do que viveram:

Certa noite, minha mãe foi avisada de que aquela poderia ser a sua última. Viu sua sombra projetada na parede branca do histórico forte São Francisco Xavier da Barra, construído em meados do século XVI, parte do 38º Batalhão de Infantaria, em Vitória. A sombra revelava um corpo mirrado, incapaz de enfrentar cães e fuzis em igualdade de condições, enquanto pensava no filho que carregava no ventre e no marido, que, tinha certeza, já estava morto. “Eu sou muito nova para morrer”, disse ao jornalista Luiz Cláudio Cunha, na única entrevista que deu sobre o tema. Ficou sem comer por dias.

[...]

No caso do meu pai, um cachorro pastor alemão era colocado para tentar morder o seu nariz. “Terrorista!”, gritavam os militares enfurecidos, irritando ainda mais o animal. Uma roleta russa quase lhe tirou a vida. Feita com o revólver encostado em sua têmpora, pensou, obviamente, no pior, enquanto o dedo apertava o gatilho uma vez, duas vezes, três vezes. Foi levado, ainda, para uma simulação de fuzilamento. (*Brio*, 27/05/2015).

Mas aqui o testemunho não é uma mera técnica utilizada pelo jornalismo para obtenção de informações a partir das fontes. Para reconstituir o passado, o *narrador-jornalista-testemunha* vai e volta do tempo, aproxima histórias de ontem e de hoje e nos guia por um percurso cheio de lacunas. Essa narrativa se conta pelo que resta dos fatos. É pelos vestígios, lapsos de memória, que Matheus nos convida a entrar na história. Aos poucos, o quebra-cabeças particular do repórter vai sendo preenchido. Entremeada por testemunhos, a intriga é tecida por uma trilha repleta de reviravoltas, bastidores, descrição de detalhes aparentemente desimportantes. Como uma das marcas do *jornalismo de teor testemunhal*, os detalhes são exacerbados como para balizar um caráter de autenticidade ao narrado. Como se a verdade estivesse no detalhe (SARLO, 2007).

Respalado por essa subjetividade, o mundo familiar, cotidiano, concreto, que nos chega pela narrativa de Matheus, fornece elementos para reforçar uma certa verdade íntima da narrativa e para melhor compor a intriga. Como quando narra a conversa que teve no

apartamento do pai, ao som de “*Minha alma muy triste e pesarosa*”. Ou quando decide dar de presente aos pais, emolduradas, as fotografias dos dois, que constavam originalmente na ficha do Inquérito Policial Militar que apurava o episódio e que Matheus, o filho-*narrador-jornalista-testemunha* conseguiu ter acesso durante a sua apuração jornalística – cometendo e depois revelando aos leitores, inclusive, essa subversão: era proibido fotografar os documentos.

Com a sua história totalmente interligada ao objeto da reportagem – até mesmo o nome do repórter havia sido sugerido a seus pais pelo suposto traidor –, Matheus parte em busca de Foedes dos Santos, codinome “Zé”. Não sem antes duvidar da legitimidade de sua autoridade em investigar o caso para uma reportagem, fato que deixa vir à tona em diversos momentos da narrativa: “Penso se eu estaria impedido de fazer a matéria, devido ao envolvimento dos meus pais. Chego à conclusão de que sim”, conta Matheus, para mais adiante rever: “Eu poderia escrever uma reportagem sobre aquilo e publicar no jornal em que trabalhava”²⁵.

Todas essas marcas reveladas pela narrativa – e não, apagadas, como é costume numa narrativa jornalística ortodoxa – ajudam a complexificar a questão. Aqui, estão embaralhadas não apenas as fronteiras da objetividade jornalística com aquilo que há de mais singular no acontecimento, a experiência do narrador, mas também as fronteiras do próprio testemunho. Matheus, que à época do acontecimento nem havia nascido, torna-se testemunha da ditadura pelo que lhe foi contado, experimentando o sentido jurídico de testemunha como *testis*.

No presente, ele também é o regente de testemunhos de terceiros, ao mesmo tempo em que deixa falar a primeira pessoa. Ao se dispor a contar a história dos pais e trazer o passado à tona, ele próprio se coloca como uma testemunha, entrelaçando dados biográficos aos fatos. Ademais, se não experimentou a tortura na pele, ao ter a sua vida atravessada pelo trauma, podemos considerar Matheus, de certo modo, também um sobrevivente, *superstes*. E, como ficará mais claro mais à frente neste capítulo, em determinado momento vai assumir o papel da testemunha solidária, de Gagnebin (2009). Mas não agora. Não ainda.

Nas reportagens em primeira pessoa, indica Serelle (2009), a subjetividade existe como “lastro testemunhal”. O autor toma emprestada a sugestão de guinada subjetiva²⁶ de

²⁵ Ainda assim, a reportagem com essas marcas só vem a público anos depois em uma revista eletrônica. Mesmo trabalhando em grandes jornais, Matheus opta por publicar *A Espera* numa plataforma que surge como uma alternativa à imprensa hegemônica. Diga-se que grandes veículos como *O Globo*, do Rio de Janeiro, e *A Gazeta*, do Espírito Santo, repercutiram o assunto. Esse último chegou mesmo a refazer os passos de Matheus Leitão, indo ao encontro do personagem Foedes dos Santos, e transformando o próprio Matheus em fonte/testemunha.

²⁶ Na esteira do que se convencionou chamar “virada” ou “guinada” ou “giro” linguístico, nos anos 60, que reconhece a centralidade da linguagem para as ciências sociais e humanas, Sarlo chamou de “guinada subjetiva”

Sarlo (2007) para aplicar ao jornalismo. Por essa perspectiva, o argumento de Serelle (2009, p. 39) é o de que se trata de narrativas em que experiência e relato estão intimamente ligados de modo que “a perspectiva do sujeito não apenas molda a matéria narrada, mas a própria experiência do narrador torna-se parte do fato a ser comunicado”.

No caso da reportagem *À espera*, mais do que estratégia, o relato em primeira pessoa era condição fundante da reportagem. Ao se propor a recuperar a sua própria história atravessada por uma ditadura – evento que deixou marcas e traumas no narrador e em seus familiares diretos – o repórter convoca o leitor para adentrar em um território íntimo, subjetivo. Aquilo que, de início, eram apenas histórias contadas “a um filho perguntador e jornalista” vai aos poucos se transformando numa questão coletiva.

2.4 TESTIMONIO

Se nos estudos sobre a *Shoah*, o testemunho (*Zeugnis*, em alemão) problematiza os limites da representação de uma realidade e guarda um caráter moral, como vimos há pouco, no sentido de *testimonio* – desenvolvido nos países de língua espanhola a partir do início dos anos 1970 para se referir a um novo gênero literário que tem como ponto de vista os excluídos ou subalternos –, ele se sobressai como instrumento jurídico e de documentação histórica (SELIGMANN-SILVA, 2005).

Recorrendo, mais uma vez, à etimologia, vemos que, no grego, testemunho vem de mártir, “aquele que dá fé de algo e supõe o fato de se haver vivido ou presenciado um determinado fato” (ACHUGAR, 1992 apud SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 321.). Ou ainda alguém que sofre uma ofensa que pode significar a morte e quer dizer, em última instância, sobrevivente – ou seja, mesma ideia do *superstes* latino (SELIGMANN-SILVA, 2003). Entre os gregos, o uso de mártir invoca sofrimento ou sacrifício.

Com essa conotação, *testimonio* está ligado a movimentos emancipatórios ou emergentes e ainda, como aponta Penna (2003), à possibilidade de dar expressão a culturas com uma inserção precária no universo escrito e a uma existência quase exclusivamente oral. Historicamente, portanto, segundo o autor,

[...] consiste na entrada no cenário transnacional de um modelo latino-americano de política-identitária, que propõe uma forma de expressão intimamente ligada aos

esse predomínio dos sujeitos sobre as estruturas. Mas aqui a centralidade passa a ser da primeira pessoa que ocupa lugar de destaque nos discursos.

movimentos sociais, e marca a irrupção (midiática, comercial, acadêmica) de sujeitos da enunciação tradicionalmente silenciados e subjugados, diretamente ligados aos grupos que representam, falando e escrevendo por si próprios. (PENNA, 2003, p. 300).

Considerado o primeiro exemplar de “literatura de testemunho”, *Biografía de um Cimarrón* (1966), do cubano Miguel Barnet, narra em primeira pessoa a vida de um escravo. O *boom* desse gênero está associado a um concurso intitulado “Premio Testimonio Casa de las Americas”, patrocinado pela *Casa de las Américas*, de Havana, nos anos 1970, que criou uma categoria para abrigar um tipo de escrita que, a partir dessa década, ganha corpo na América Latina e dá a ver o relato dos oprimidos principalmente em um contexto de ditadura política (DE MARCO, 2004). Ao assumir um movimento de revisão da história, que passou a ser recontada de maneira contra-hegemônica a partir dos personagens que estão à margem do poder político e econômico, pode-se dizer que Cuba teve um papel-chave na institucionalização da “literatura de *testimonio*”. (SELIGMANN-SILVA, 2003).

Segundo De Marco (2004), todo o trabalho da revista, levou a um incentivo na produção de narrativas que extrapolam a questão dos gêneros, indo do literário ao jornalístico ou documental, e marca a produção latino-americana desde então. A partir dos anos 1970, o contexto de ditadura política que se alastrou por diversos países da América Latina passou a ser o responsável direto por influenciar o predomínio do *testimonio* no continente. É Beatriz Sarlo quem nos lembra que o julgamento do terrorismo de Estado, nesses países, exigiu que “muitas vítimas dessem seu testemunho como prova do que tinham sofrido e do que sabiam que outros sofreram até morrer” (SARLO, 2007, p. 46).

Para a autora, “a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada” (SARLO, 2008, p. 19). Mas ainda que valorize os depoimentos em primeira pessoa como fundamental para a superação dos regimes totalitários, a autora problematiza o delicado equilíbrio que ronda a tríade memória, testemunho e verdade.

Ao analisar a transformação do testemunho em um “ícone da Verdade” ou no “recurso mais importante para a reconstituição do passado”, Sarlo (2008) interroga sobre o uso público do “eu” como uma forma privilegiada de discurso à prova de qualquer suspeita. O alerta da autora é para uma certa “fetichização” da retórica testemunhal, uma vez que testemunhos são discursos e, como tal, “não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável”. Ela diz:

Só uma confiança ingênua na primeira pessoa e na lembrança do vivido pretendia estabelecer uma ordem presidida pelo testemunhal. E só uma caracterização ingênua da experiência exigiria para ela uma verdade mais alta. Não é menos positivista (no sentido que Benjamin usou essa palavra para caracterizar os “fatos”) a intangibilidade da experiência vivida na narração testemunhal do que a de um relato feito a partir de outras fontes. (SARLO, 2008, p. 48).

O cuidado da autora é significativo e deve ser levado em conta se não quisermos cair na assertiva cômoda de que o testemunho existe de forma completa e que pode dar conta de toda a experiência, toda a explicação. Isso corresponderia a valorizar uma dimensão que queremos desaproveitar. A crítica a uma certa idolatria ao testemunho vale não só para os relatos – inclusive os jornalísticos – escritos em primeira pessoa, mas também para os que, mesmo em terceira pessoa, se aproximam daqueles por meio de estratégias discursivas que trazem a marca do passado e da experiência em sua escrita. É preciso lembrar que “há algo de inabordável no passado” (SARLO, 2008, p. 9) e, principalmente, no que tange a esta pesquisa, retomar a ideia de que testemunhos são “mais lacunas que moldura” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 20).

Dito isso, é urgente reconhecer que todo o torvelinho que abalou a América Latina entre os anos 1950 e 1990, com ditaduras nos mais diversos países, deixou marcas irreversíveis para o continente. O golpe de estado que derrubou o presidente da Guatemala, Jacobo Árbenz, em 1954, foi o prenúncio de um período sombrio. Paraguai (1954), Argentina (1955 e 1966), Brasil (1964), Chile (1973) e Uruguai (1973), para citar alguns, tiveram gerações devastadas por crimes de toda ordem: sequestro, tortura, assassinato, exílios forçados. Eric Nepomuceno (2015) lembra que houve um momento, em 1976, na América do Sul, em que apenas a Venezuela e a Colômbia viviam governos constitucionais legítimos. Todos os outros países enfrentavam uma espécie de confisco de seu tempo, da sua história.

A partir de 1983, o mapa latino-americano começa o longo caminho de retorno à democracia. Hoje, na segunda década do século XXI, quando esses países ainda tentam reconstruir o seu passado rememorando o que lhes foi tirado pela violência do terrorismo de Estado, testemunhos são fontes imprescindíveis. A crítica que Beatriz Sarlo (2007) faz ao uso público desses dispositivos de acesso à memória, como discorremos há pouco, é valiosa mas deve ser recebida com parcimônia para evitar que se caia no risco contrário ao que a autora condena – a saber: o de relativizar a importância do testemunho, principalmente em contextos políticos onde a força da retórica testemunhal ainda principia.

No Brasil, cujo luto ao Regime Militar nunca foi vivenciado em toda a sua potência, “como se esquecer fosse melhor que saber” (NEPOMUCENO, 2015, p. 34), somente agora,

depois dos 50 anos de instalação do Golpe Militar de 1964²⁷, e de todo o processo que envolveu os trabalhos da Comissão da Verdade²⁸, encerrados em 2015, é que lenta e gradualmente o país parecia engatinhar nos primeiros passos de uma democracia ao olhar de frente o seu passado²⁹. Se no caso Argentino o julgamento dos responsáveis pelos crimes da ditadura levou em conta o testemunho das vítimas como prova dos acontecimentos, o caso brasileiro tem outras matizes.

Lá, a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas – que funcionou no país entre 1983 e 1984, à época do governo do presidente Raul Alfonsín – chegou a resultados que levaram a julgamento os militares da ditadura. Aqui, com a Comissão da Verdade, os testemunhos foram convocados para dar a ver outras dimensões do horror do regime. Como aponta Alberto Nepomuceno (2014), só agora, pela primeira vez esses relatos ganham caráter irrefutável de oficial. Durante o período em que vigorou a Comissão, algozes e vítimas foram confrontados a partir de seus testemunhos ao mesmo tempo em que entrevistas com caráter de reveladoras invadiam o noticiário. Essa visibilidade é imperativa, se não ainda para que se faça justiça com a penalização dos responsáveis, pelo menos para dar a conhecer um passado de crimes cometidos não só por agentes de Estado durante a ditadura, mas também por seus colaboradores civis.

Por outro lado, apesar do mérito, a Comissão da Verdade, no Brasil, não terá o caráter punitivo que se verificou na Argentina ou mesmo no Chile – onde vários militares de alta patente foram julgados e condenados por seus crimes, chegando em alguns casos à sentença de prisão perpétua. Isso porque a Lei da Anistia³⁰, decretada em território brasileiro pelos militares no início da reabertura política, em 1979, ainda com o presidente João Batista

²⁷ Em 1º de abril de 1964, um golpe que nasceu entre os setores conservadores da política brasileira, sob o comando das forças armadas e com apoio da elite empresarial e dos meios de comunicação, pôs fim ao governo constitucional do presidente João Goulart. Começava no país um período dos mais negros da história, uma ditadura que se estenderia até 1985 (NEPOMUCENO, 2015).

²⁸ A Comissão Nacional da Verdade foi instalada no Brasil pela presidenta Dilma Rousseff, em 2012. Um dos objetivos da Comissão, cujos trabalhos foram concluídos em novembro de 2014, foi apontar os responsáveis pelos crimes cometidos não só por agentes do Estado, mas também por seus colaboradores civis, durante a ditadura (NEPOMUCENO, 2015).

²⁹ É necessário, no entanto, registrar que houve um retrocesso nesse percurso. Durante a escrita desta tese, o Brasil enfrentou um grave desmonte da Constituição de 1988, com ameaças a direitos e restrições ao exercício do pensamento crítico, a partir do impeachment da presidenta eleita, Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016. Em setembro de 2017, um general da ativa no Exército, Antonio Hamilton Mourão, afirmou que seus “companheiros do Alto Comando do Exército” entendem que uma “intervenção militar” poderá ser adotada se o Judiciário “não solucionar o problema político” por que passa o país. Na ocasião, seu superior hierárquico, o comandante do Exército, general Eduardo Vilas-Bôas, negou essa possibilidade, mas evitou qualquer punição ao general autor da declaração.

³⁰ A Lei da Anistia data de 28 de agosto de 1979. Promulgada pelo presidente João Batista Figueiredo, concedia perdão político, não apenas aos presos, torturados e exilados, mas também a torturadores e assassinos que trabalharam a serviço do regime.

Figueiredo, e que acabou por beneficiar vítimas e algozes do Regime Militar – impede que os responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade sejam julgados. Para isso acontecer, seria necessário uma revisão da legislação, o que esbarra em muitas questões jurídicas. Em 2010, na última tentativa de que a Lei da Anistia fosse revista, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua plena validade, apesar da pressão feita por familiares das vítimas e ativistas de direitos humanos (NEPOMUCENO, 2014).

Ou seja, enquanto na Argentina, de acordo com a própria Beatriz Sarlo (2008), a narração dos fatos não foi recebida com desconfiança sobre as possibilidades de reconstruir o passado – salvo pelos criminosos e seus representantes que atacaram o valor probatório das narrações testemunhais, quando não as acusaram de ser falsas e de encobrir os crimes da guerrilha –, no Brasil, por enquanto, os testemunhos das vítimas e de seus algozes só foram valorizados como documento da história. Isso não é pouco, se considerarmos que outros documentos e fontes de reconstituição do passado foram destruídos na tentativa de apagamento por parte dos responsáveis pelos crimes. Mas ainda insuficiente.

Portanto, talvez não seja exagero pensar que a onda de narrativas testemunhais que invade o território nacional mais recentemente, ora em relatos confessionais e autobiográficos na literatura e no cinema, ora nos meios de comunicação a partir do discurso dos mais variados personagens, corresponda a uma guinada no modo de lidar com esse passado político no Brasil. Cumpre-se dizer, com um pouco de atraso em relação a países vizinhos, onde as narrativas fundadas no testemunho há tempos cumprem o papel de dar visibilidade a outros sujeitos enunciativos e justificar determinadas construções culturais desautorizadas (RANDAL, 1992). Mas ainda assim, no caso brasileiro, surge como uma possibilidade mesmo que tardia de resposta aquilo que sempre foi legitimado pelos discursos hegemônicos.

2.5 O ESFORÇO DE MATHEUS – PARTE II

Sigamos com a narrativa de Matheus. Em sua busca feita à luz das técnicas jornalísticas – que, além do testemunho de terceiros a partir de entrevistas, também acessa arquivos, documentos, outras matérias de imprensa e fontes diversas –, não demora muito até que ele se dê conta de que esses vestígios lhe colocam um obstáculo. É o que relata, num trecho da reportagem, quando dá a ver a sua hesitação, pouco antes de se deparar com os arquivos do processo: “O que estaria escrito em seu depoimento? [...] Os documentos

confirmariam que ele (Foedes) delatou os companheiros capixabas? [...] Por que entregou os seus camaradas de armas?”

Em meio à produção da reportagem, tudo o que haviam lhe contado sobre o suposto delator e seus pais se confirma – e aqui há que se pontuar o rigor da apuração que, para alguns autores (BENETTI, 2008; VIZEU, 2014), é o que justifica ainda uma defesa da objetividade como valor para a profissão, e que não foi abandonado mesmo em uma narrativa marcadamente subjetiva como essa. Contudo, uma informação não corresponde. Consta no depoimento de Foedes que ele foi recebido a “socos e pontapés” pelos militares das Forças Armadas, contrariando a fala das testemunhas de que ele havia entregue os companheiros espontaneamente.

No caso desta narrativa, não se tratava apenas de ouvir o outro lado como nos procedimentos padrões de uma reportagem. O que a narrativa pretende é um ato mais corajoso, tal qual sugerido por Serelle (2009), para quem esse tipo de narrativa

[...] concebe um modo de relação com a circunstância em que o sujeito, implicado naquilo que conta, confere ao relato o efeito de verdade principalmente pelo testemunho, desvelando, pela assunção da subjetividade e da afetividade, filigranas do outro, que normalmente escapam à percepção objetiva, e, por vezes, reivindicando, de modo engajado, a intervenção na realidade imediata. (SERELLE, 2009, p. 34)

Por outras palavras, o que vamos testemunhando no percurso da reportagem é uma possibilidade de encontro. Para tanto, do jornalista exige-se uma disponibilidade para a relação que vai estabelecer com as fontes e entrevistados. Algo da ordem do intangível que não pode ser enquadrado apenas nos parâmetros técnicos de uma apuração rigorosa e que deve ser realçado pela narrativa, feito rastro. O cineasta brasileiro Eduardo Coutinho (2007 apud MORAES, 2015, p. 27) disse certa vez: “Eu não filmo apenas pessoas, filmo *uma relação* entre mim e o entrevistado” (grifo nosso). Narrar a relação torna-se assim um primeiro pressuposto de um *jornalismo de teor testemunhal*.

Em muitos momentos, o *narrador-jornalista-testemunha* dá visibilidade a questões de ordem eminentemente subjetivas, mas que interessam à construção do enredo valorizando uma dimensão menos reducionista dos personagens envolvidos: “O que Foedes tem a dizer ao verdadeiro camarada Matheus? À companheira Amélia, codinome de minha mãe? Foedes está vivo para enfrentar os familiares daqueles que entregou?” (*Brio*, 27/05/2015). Aos poucos, a história se bifurca, muitos personagens ajudam ainda a compor o cenário. No trajeto, o

personagem de Foedes vai se revelando em múltiplas faces, tanto para o repórter quanto para o leitor da reportagem, a partir dos testemunhos de outros.

Na vida que leva hoje, numa cidade do interior de Minas Gerais, Foedes podia ser tanto um cidadão pacato – “Nós não pode reclamar deles não”, disse um dos vizinhos – quanto uma pessoa reservada – “Ele é um homem meio trancado. Não é de se abrir muito não. Ele é um senhor de idade. Meio isolado. E está doente também. Está fazendo tratamento. Ele custou muito a fazer amizade”, contou outro. Também podia ser um “monstro” capaz de matar um abacateiro com óleo quente ou envenenar cachorros com chumbinho – pelo menos essa era a suspeita de uma terceira testemunha ouvida pelo repórter.

Ao se colocar ele próprio na condição de testemunha, o repórter faz a sua própria biografia se entrelaçar com o narrado. Em última análise, podemos dizer que o seu relato é também um testemunho e, como tal, vem permeado por afetividades. Aqui, Matheus nos apresenta a carta-testemunho do pai, enquanto esteve preso:

Pessoal, num adianta, vocês vão ver quando a gente se ver. Não adianta a distância, o tempo, tudo isso não apaga o amor da gente. Não adianta não, já falei não adianta. Olha, um dia eles [os militares] vão cansar e vão dar um chute na bunda da gente e vou dar um abraço, sem choro, no Tião, no Guilherme, e bater na barriga e falar é isso aí. Naquelas coisas fofas que são essas amigas da gente. Eu não sei não. Ô, desgrama, a Beth, a Magdalena, Sandra. Adoro ocês. É uma ruindade da peste isso tudo, mas não tem nada. A bruxa teve aqui hoje, me levou e me trouxe. To junto com ocês sempre e já nem ligo mais disso tudo. Tive a oportunidade de olhar o mar, a cidade e pensei: sou forte, jovem, num to doente, e pensei por que isso tudo? E tive uma pena grande e chorei pela nossa geração. Liberdade, onde tá ocê liberdade. Pessoal que amo, onde estão? Um dia a gente vai sair daqui e, eu não sei, vai dar muita gente diferente. Não sei se vão me deixar mais estudar medicina e tenho medo de não poder mais curar as dores como o mozinho [referindo-se à minha mãe] gosta. Mas não tem nada e vai ver a gente faz outra coisa. Arranja trabalho, um barraco e deixa o barco andar? Dizem que é difícil remar contra a maré? Pois é, pois é...” (*Brio*, 27/05/2015).

Mais na frente, mostra um email que recebeu da mãe às vésperas do encontro com suposto carrasco, fazendo borrar de vez as fronteiras entre informação e afeto.

“Você está aí? Espero que não, que esteja dormindo, ressonando. Vou ler mais um pouco. Boa noite, meu filho. Ele é homem estranho, esse que você procura. Seu pai disse: “vaidoso”. Eu digo: “dissimulado”. Ele envelheceu com o segredo: por que entregou todo mundo? O que sentiu quando soube que levou pessoas para a morte? Eu nunca gostei dele. Cisma. Ele nunca gostou de mim. Peço a Deus que você consiga contar sua história. Segue seu instinto”. (*Brio*, 27/05/2015).

Em muitos aspectos, testemunho é o avesso do que o jornalismo diz de si. Testemunho é subjetivo, impreciso, lacunar. Jornalismo se pretende objetivo, claro, exato. No entanto, esse

pensamento binário está cada vez mais distante de dar conta de um mundo plural e heterogêneo que, na contemporaneidade, exige outros formatos narrativos.

2.6 MEMÓRIAS

A experiência se dissolve ou se conserva no relato? Quando narrada, guarda algo da intensidade do vivido? É possível lembrar uma experiência ou o que se lembra dela é apenas a lembrança previamente posta em discurso? As perguntas são da própria Beatriz Sarlo (2008) em sua tentativa de investigar a centralidade do testemunho, para além do cenário jurídico, mas sobre onde ele opera do ponto de vista cultural e ideológico. Para tentar respondê-las, experimentamos recorrer a Paul Ricoeur (2003). De acordo com o autor, a experiência pode se dar também no relato, uma vez que a própria memória é uma reapropriação do passado histórico tal como nos é narrado.

Ricoeur sugere duas metáforas, a da impressão do sinete na cera e a do rastro, que nos parecem emblemáticas. Para o autor, a impressão ou o rastro estão plenamente presentes, no entanto, “pela sua presença reenviam para a chancela do sinete ou para a inscrição inicial do rastro”. Ricoeur (2003) acredita que reside nessa operação o enigma que a memória deixa como herança à história:

O passado está, por assim dizer, presente na imagem como signo da sua ausência, mas trata-se de uma ausência que, não estando mais, é tida como tendo estado. Esse “tendo estado” é o que a memória se esforça por reencontrar. Ela reivindica a sua fidelidade a esse “tendo estado”. (RICOEUR, 2003, p. 2).

Para Paul Ricoeur (2003, p. 3), testemunho é, em certo sentido, “uma extensão da memória, tomada na sua fase narrativa”. Ora, se reconhecemos que o núcleo do testemunho, como também nos lembra a própria Beatriz Sarlo (2007), é a memória, seria no mínimo incoerente exigir transparência ou precisão nas narrativas de teor testemunhal, mas isso não quer dizer que a experiência seja nelas esvaziada. Se quisermos pensar com o modelo da História enquanto disciplina, vale dizer que “o registro da memória é fragmentário, calcado na experiência individual e da comunidade, no apego a locais simbólicos e não tem como meta a tradução integral do passado”. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 65).

Agamben (2008) nos oferece mais uma chave de leitura. Ele lembra que, em latim, além de *testis* e *superstes*, testemunho também tem o sentido de *auctor*. Essa palavra indica “a testemunha”, enquanto “o seu testemunho” pressupõe algo que carrega antecedentes e cuja

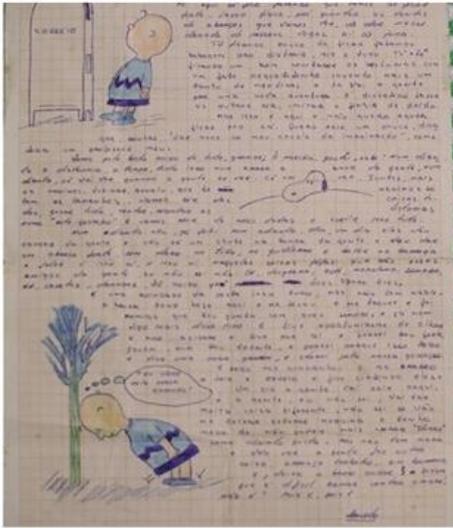
realidade e força devem ser certificadas. Nesse sentido, diz o filósofo italiano, “o testemunho sempre é um ato de autor” (AGAMBEN, 2008, p. 150) e, sendo assim, podemos dizer que o repórter, como um autor, é alguém capaz de validar o fato testemunhado na potência do seu relato entendendo que há sempre uma “incapacidade” ou uma “insuficiência” nesse relato.

É a possibilidade de pensar testemunho a partir daí que interessa no percurso desta pesquisa. Como vimos tentando esboçar aqui, fica cada vez mais evidente o diálogo íntimo possível de se estabelecer entre as teorias do testemunho, o “teor testemunhal” e as narrativas jornalísticas. Em seu caráter interdisciplinar, testemunho deve ser compreendido “para além do que está disponível como enunciado”. Ou seja, deve ser entendido “não como uma modalidade de *enunciado* sobre, mas como uma modalidade de *acesso* àquela verdade” (FELMAN, 2000, p. 27, grifos do autor).

No contemporâneo, o conceito foi atravessado pela centralidade que o testemunho ocupa junto às práticas midiáticas. Frosh e Pinchevski (2009) afirmam que, diante das novas tecnologias, cada ação de testemunhar implica algum tipo de mediação, que se configura a partir de “uma experiência em linguagem para o benefício daqueles que não estavam lá” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009, p. 1, tradução livre)³¹. Mas antes de esmiuçar o conceito de testemunho de viés midiático e, conseqüentemente, de testemunho no jornalismo, do qual nos ocuparemos em todo o terceiro capítulo desta tese, façamos mais uma ponte com a narrativa de Matheus.

³¹ Texto original: “*an experience into language for the benefit of those who were not there*”.

Carta escrita pelo meu pai enquanto esteve preso. Arquivo pessoal.



Carta escrita pelo meu pai, enquanto esteve preso. Arquivo pessoal.

“Pessoal, num adianta, vocês vão ver quando a gente se ver. Não adianta a distância, o tempo, tudo isso não apaga o amor da gente. Não adianta não, já falei não adianta. Olha, um dia eles [os militares] vão cansar e vão dar um chute na bunda da gente e vou dar um abraço, sem choro, no Tião, no Guilherme, e bater na barriga e falar é isso aí. Naquelas coisas fofas que são essas amigas da gente. Eu não sei não. O, desgrama, a Beth, a Magdalena, Sandra. Adoro ocês. É uma ruindade da peste isso tudo, mas não tem nada. A bruxa teve aqui hoje, me levou e me trouxe. To junto com ocês sempre e já nem ligo mais disso tudo. Tive a oportunidade de

olhar o mar, a cidade e pensei: sou forte, jovem, num to doente, e pensei por que isso tudo? E tive uma pena grande e chorei pela nossa geração. Liberdade, onde tá ocê liberdade. Pessoal que amo, onde estão? Um dia a gente vai sair daqui e, eu não sei, vai dar muita gente diferente. Não sei se vão me deixar mais estudar medicina e tenho medo de não poder mais curar as dores como o mozinho [referindo-se à minha mãe] gosta. Mas não tem nada e vai ver a gente faz outra

Never miss a story from BRIO STORIES, when you sign up for Medium. Learn more GET UPDATES

Figura 2 – Carta do pai de Matheus escrita na prisão
Fonte: Brio Stories, 27/05/2015.

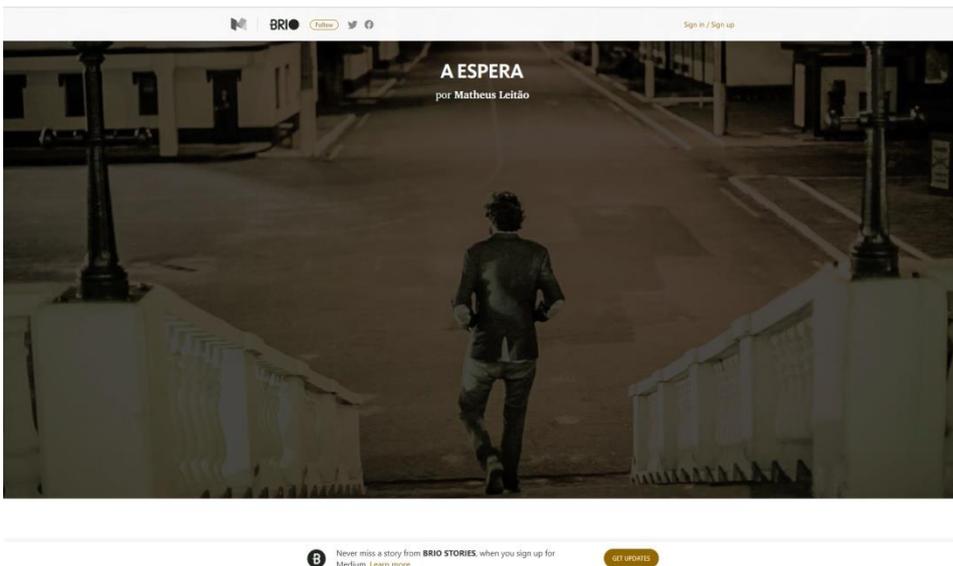


Figura 3 – Página de abertura da reportagem “A espera”
Fonte: Brio Stories, 27/05/2015.

2.7 O ESFORÇO DE MATHEUS – FIM

No Jornalismo, campo para o qual o conceito de acontecimento é uma espécie de fio condutor, há que se fazer a distinção entre acontecimento e fato, dois termos que, numa linguagem corriqueira, são tratados quase como sinônimos. De acordo com Sodré (2009), o mundo dos fatos, que ele também chama de “estado de coisas”, é o mundo da experiência empírica – “isto é de relações contingentes, do fenômeno que pode acontecer ou não, fora de qualquer ordem necessária” (SODRÉ, 2009, p. 28). O autor reforça a tese de que o mundo do jornalismo – pelo menos do jornalismo regido pelo paradigma informacional – adere dogmaticamente aos “fatos brutos”. Podemos dizer que, enquanto o fato é estático e, fechado, isolado no mundo e, por conseguinte, não permite uma abordagem por uma ordem complexificada, o acontecimento produz sentido, amplia os horizontes (QUÉRÉ, 2005).

França (2012, p. 49) aponta que os acontecimentos “desestabilizam a normalidade e convocam novos enquadramentos; eles são geradores de informação e perturbadores de quadros de sentido convencionados pelo hábito”. Por essa perspectiva, um acontecimento jornalístico se instaura quando algo surpreendente se apresenta – importante que se tenha em mente aqui que o extraordinário não está apenas nos grandes eventos, mas também nas pequenas rupturas cotidianas.

É Quéré (2005) quem nos lembra que o verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. Para o autor, o acontecimento

abre possíveis e fecha outros. Revela eventualidades e potencialidades que não estavam prefiguradas no mundo antes do acontecimento [...] Reconfigura o mundo, passado, presente e futuro, dos que a ele se expõem e por causa deles sofrem. De notar que os acontecimentos podem ocasionar gozo, se são felizes ou se satisfazem as esperanças para lá das expectativas. (QUÉRÉ, 2005, p. 16).

Nesse sentido, podemos argumentar que a ditadura no Brasil, acontecimento narrado com todas as características de grandioso, trouxe também um lado menos visível, mexeu com os destinos, afetou existências. E é por essa perspectiva que a busca de Matheus seguindo os rastros de um acontecimento que marcou a vida de seus pais ao longo do tempo (e a sua própria história) deve ser lida. Sem esquecer, no entanto, que acontecimentos “não são uma garantia real do passado, mas abrem para *o vir a ser* e podem se desdobrar na construção de

um outro momento da experiência coletiva” (FRANÇA; OLIVEIRA, 2012, p. 9, grifos das autoras).

Aqui, a escolha narrativa foi a de tomar o acontecimento macro (Ditadura) para desdobrar outros possíveis do acontecimento, uma vez que a vida é marcada por acontecimentos grandes e pequenos, por aqueles que afetam a história coletiva e pelos que deixam marcas na vida do indivíduo (BERGER, 2011). Na narrativa em análise, o pacto com o leitor era o de deixar à mostra o rastro das descobertas, como revelou o próprio jornalista, exibindo as tensões que estavam em jogo no campo do acontecimento maior, cujo fio é retomado no tempo presente, quatro décadas depois que a ditadura se instaurou no país.

É noite. Matheus e Eduardo, o fotógrafo que lhe acompanha, encaram uma estrada que leva ao sítio do suposto delator. Depois de algumas pistas falsas e mais uma mensagem da mãe – que o repórter recebe no celular antes de perder o sinal cujo conteúdo dizia: “Vai com Deus. Tome cuidado. Esse homem não tem limites” –, eles finalmente chegam ao destino. Uma casa de dois andares pintada de verde. Um carro estacionado. A placa registrava Cariacica. Era ali.

O ápice da narrativa, que o leitor vai acompanhando como num suspense, o encontro entre Matheus e Foedes, passa a ser narrado estrategicamente em formato de “pingue-pongue”. Mas o que se segue, muito mais do que “uma entrevista, conversa ou acerto de contas” – como narrado por Matheus – é o “diálogo possível” nos moldes reivindicados por Cremilda Medina (2008). Para a autora, a ambição maior, nesses casos em que a entrevista jornalística é levada às últimas consequências não seria a troca de experiências, informações ou juízos de valor, mas “o diálogo que atinge a interação humana criadora” onde “ambos os partícipes do jogo da entrevista interagem, se modificam, se revelam” (MEDINA, 2008, p. 8).

E aqui, por mais que se reconheça, como Edgar Morin (1973 apud MEDINA, 2008, p. 11), que a entrevista “corre o risco permanente de dissimulação e fabulação”, afinal ela é fundada na palavra, é por meio dela que fala a testemunha. Mais uma vez, a narrativa em análise deixa todos os papéis borrados. Quem é a testemunha?

– Como é que foi que o senhor entrou para o partido? Eu estou contando uma história da época e queria saber como entrou para o PCdoB?

– O senhor é o quê? Jornalista?

– Sou. Jornalista e pesquisador...

Cláudio (*o filho de Foedes, que também participava da entrevista*)

me interrompeu, com uma lembrança que poderia me colocar em apuros:

– Atinei quem o seu rosto me lembra. Miriam Leitão. Você é parente dela, né? Filho dela, né?

– Sou. (*Brio*, 27/05/2015).

Segue-se a conversa em que o entrevistado diz ao entrevistador sobre a entrada no partido, os anos de militância, a rotina dos dias do regime, a lembrança do momento em que foi preso, em 1972, ao mesmo tempo em que faz um balanço dos erros que cometeu, críticas e autocríticas. A versão de Foedes, o seu testemunho, em muito coincide com o dos companheiros, menos quando responde sobre como foi recebido na infantaria:

– Como todo mundo. Como é que foi a de todo mundo? Dois em cima, tapa, choque elétrico, porrada. O mesmo que fizeram com os outros. (*Brio*, 27/05/2015).

Ao ser confrontado com a opinião dos outros companheiros que julgam que Foedes não sofreu tortura, que não havia nele marcas de maus tratos, afirma que “[Os militares] eram especialistas em torturar sem deixar marcas, não é? A única marca visível que eles deixavam era a morte. Eles matavam o cara e, minutos antes de o cara morrer, não tinha marca. Tortura não deixa marcas. Sufocação por sacola plástica não deixa marca” (*Brio*, 27/05/2015). Pronto. Deu-se a controvérsia. O testemunho de Foedes desacredita os demais. E se os outros não acreditam na tortura pela qual passou, ele diz que eles não acreditam *porque não viram*. “Como é que eles iam ver? Na hora da tortura, eles não colocam o cara numa praça pública e ‘venham assistir à tortura’”. (*Brio*, 27/05/2015).

– Me diga uma coisa Foedes: você entregou seus companheiros?

– Claro. Entreguei todos os que eu não tinha como deixar de entregar.

(Àquela altura, não havia mais o que fazer a não ser perguntar sem rodeios).

– Você entregou meus pais?

– Oh, quando eu caí... Eu sei qual o teu problema aqui... Eu já estava te esperando. Quando eu caí, eu caí com a imprensa completa. Não tinha como dizer “eu não sou do partido”. Essa é a primeira coisa.

(Foedes interrompe incomodado e faz um barulho como se quisesse cuspir no chão. Cláudio, seu filho, entra com duas xícaras de café. “Se não estiver bom, deixa aí no canto por que é café [simples]”.)

(Olhei para Eduardo (fotógrafo), que segurou o seu e não tomou. Olhei para a xícara e tomei um gole com gosto. Precisava tentar rebater o efeito de letargia do remédio Dramin).

Foedes continuou:

– Havia anotações que, apesar de sigilosas, estavam ali, como a anotação [sobre] o comitê central, anotação [dos] companheiros do regional. Eu tinha essas anotações, tudo com codinome, é claro, mas na hora do pau lá, [se] a coisa não confere, o pau volta a comer. Foi o que aconteceu constantemente. Eu fui torturado praticamente até um mês depois da minha prisão.

[...]

Dentro de mim ressoa um “ufa” em forma de alívio. Finalmente, ele admitiu. Não tenho tempo de processar essa informação. Meus batimentos cardíacos estão mais acelerados, mas, num intervalo imperceptível de segundos, continuo a entrevista, que, nesse ponto, já estava muito mais próxima de uma conversa.

– Entregou?

– Entreguei nessas condições. Então, eu estava te contando o problema porque eu caí, e eu não terminei.

– É que essa parte pra mim é muito importante.

– Mas essa parte também é muito importante pra mim, porque senão o resto também não me interessa. Porque eu caí? Eu caí porque o Arlindo Sperandio abriu quem eu era, sabia onde eu trabalhava, meu nome, meus antecedentes todos [...] E [aí] conseguiram me identificar e eu fui preso. Ele mesmo, o Arlindo, eu nem sei se ele está vivo ainda, me confessou pessoalmente: “eu tive que te entregar porque senão eu morreria”. O super-herói aqui é só eu?

– O senhor é o super-herói?

– Não, o super-herói que todo mundo está querendo é só eu? Os outros todos entregaram... (*Brio*, 27/05/2015).

Não sem tensão, a entrevista segue. Ao trazer à tona o clima, os silêncios, as texturas e demais detalhes que contribuem para deixar o leitor o mais próximo possível da entrevista, a

narrativa também interpela o leitor de modo que ele próprio possa fazer as suas próprias escolhas enquanto testemunha. Se quisermos continuar pensando com Beatriz Sarlo (2007), ao viver o acontecimento pelo relato, somos todos testemunhas.

– E, se o senhor encontrasse hoje a minha mãe, o meu pai, o Jorge Luiz de Souza, o Lincoln Cordeiro Oest... Haveria um pedido de desculpas pela entrega do nome deles?

– Pedido de desculpas é pouco, eu pediria perdão mesmo. Eu tenho realmente muita tristeza por ter entregado esses companheiros. É aquilo que eu te disse, eu me afastei da organização porque mesmo que eu conseguisse ficar de pé na [legenda] e fosse perdoado, eu tenho certeza que eu não aguentaria passar pelo que eu passei sem ter feito o que eu fiz. Não nasci pra isso. Se eu soubesse antes que isso poderia acontecer, exatamente desse jeito, eu não teria nem militado. E tudo que se falava a gente pensava que ia aguentar, mas na hora do pau lá, meu filho, não depende só de você querer aguentar não, depende de você ter estrutura.

– O senhor não tinha?

– Não tinha essa estrutura. (*Brio*, 27/05/2015).

A narrativa prossegue em contrafluxo. Mas não há anticlímax. Ao sair da entrevista, o narrador ainda nos conduz para o centro de sua história familiar ao telefonar para os pais e se transformar no portador daquele pedido de desculpas. Lemos – e também vemos, uma vez que a plataforma online permite tal recurso e Matheus não se furta em registrar, o instante do telefonema para a mãe – as reações à confissão, assumida em termos, e ao pedido de desculpas. Para Matheus (não necessariamente para as demais testemunhas envolvidas nessa história), é certo que ditaduras produzem delatores – mas o delator de seus pais não era o inimigo³².

³² O testemunho está muito associado aos sobreviventes. Em muitos casos, nos lembram Ashuri e Pinchevski, a identidade do indivíduo é importante para que ele passe a ser considerado uma testemunha. “É improvável que o perpetrador de um assassinato em massa sirva como testemunha” (ASHURI E PINCHEVSKI, 2009, p. 138). Nesses casos, testemunhar parece ser uma prerrogativa das vítimas. Dentro da narrativa clássica do jornalismo, esses papéis de herói e vítima, mártir e vilão, costumam ser supervalorizados e definidos *a priori*. Em um *jornalismo de teor testemunhal*, como analisado nesta pesquisa, há uma tentativa de complexificar esses lugares previamente demarcados.

2.8 O QUE RESTA DA EXPERIÊNCIA

“As práticas são quase textos pedindo para ser lidos”
(Paul Ricoeur)

Reconstituir o passado por meio de testemunhos de forte inflexão autobiográfica implica que “o sujeito que narra (porque narra) se aproxime de uma verdade que, até o próprio momento da narração, ele não conhecia totalmente ou só conhecia em fragmentos escamoteados” (SARLO, 2007, p. 56). Ancorados em “A espera” – narrativa que neste capítulo nos guia por um *jornalismo de teor testemunhal* e nos parece modelar para este momento da investigação – e recorrendo aos pressupostos teóricos expostos, gostaríamos de desdobrar três pontos que, a bem da verdade, se constituem como uma síntese do que vimos propondo até aqui:

1) Se continuamos pensando com Ricoeur (1989), há que se questionar a falsa evidência segundo a qual “a vida é vivida e não narrada”. O autor nos lembra que a trama de uma vida é composta de ação e sofrimento, peripécias, golpes de sorte, alegrias e padecimentos, que quando articulados em signos, regras e normas, conferem à existência um potencial narrativo. Isso faz da ação um “quase-texto”, diz Ricoeur, algo que ele denomina “qualidade pré-narrativa da experiência humana”, graças à qual é possível falar da vida como uma história iminente e, conseqüentemente, “como uma atividade ou uma paixão em busca de um relato” (RICOEUR, 2009, p. 55). Para o autor, é preciso fazer a travessia entre viver e narrar, apesar do abismo – ou levando em conta mesmo o abismo – que existe entre as duas coisas. Ora, se como pretende o filósofo, “temos acesso ao drama temporal da existência quando ela nos é narrada” (idem), arriscamos dizer que o que sobra do que vivemos são as narrativas que construímos sobre esse vivido; o que resta da experiência é a narrativa.

2) Narrar a relação, tarefa que nós atribuímos como propósito estruturante de um *jornalismo de teor testemunhal*, significa não apenas viver a experiência e contá-la mas contá-la em toda a sua carga simbólica admitindo que uma narrativa só se completa na outra ponta do processo quando lida/acessada por outros – e essa é mais uma lição da “poética da narrativa” de Paul Ricoeur (2010). Se entendermos que “texto e ação (ou escrita e vida) são elementos de uma mesma trama” (RESENDE, no prelo) e ainda que a intriga não deve ser vista como uma estrutura estática mas como uma operação que só se realiza no leitor, isto é, no “receptor vivo da história narrada” (RICOEUR, 1989, p. 45), podemos dizer por exemplo que, na entrevista-diálogo entre Matheus e Foedes, se deu algo entre os dois sujeitos, que só

vem à tona no relato. E que, apesar da entrevista ter atendido a seu intento enquanto “diálogo possível” no momento em que aconteceu, somente quando narrada é que estão postas as condições que, no jornalismo, possibilitariam o encontro entre todos os demais sujeitos do discurso. Recorrendo uma vez mais a Ricoeur (1989, p. 54), “uma vida não é senão um fenômeno biológico até que seja interpretada”.

3) Por último, considerando a experiência, como aquilo que “nos passa”, “o que nos acontece”, “o que nos toca” (LARROSA BONDÍA, 2002)³³ e que por isso mesmo poderá ser desdobrada no sentido também de passar-se com/acontecer com/tocar o Outro, sugerimos que o “teor testemunhal” pode provocar uma guinada afetiva no jornalismo quando traduzido em narrativas onde a experiência direta (independente da narração em primeira pessoa) passa a fazer parte do relato e este, nos termos de Beatriz Sarlo (2007), passa a ser moldado como algo vivido que não apenas se sofre, mas se transmite. É sobre isso que nos indagamos neste momento da pesquisa. No próximo capítulo, abordamos as consequências de uma guinada afetiva para o jornalismo, ao mesmo tempo em que investigamos sobre como o jornalismo tenta lidar com esse abismo, esse hiato, essa lacuna – marca do *jornalismo de teor testemunhal*. A reportagem que nos guia, desta vez, é sobre a dimensão testemunhal por trás de uma tragédia particular: um homem decide matar a si e a esposa que está em coma. Ela morre. Ele sobrevive. Quem testemunha? Como testemunha?

³³ Um breve exercício de tradução do termo “experiência” para várias línguas nos ajuda a pensar. De acordo com Larrosa Bondía (2002), podemos dizer que: “Experiência é, em espanhol, “o que nos passa”. Em português se diria que a experiência é “o que nos acontece”; em francês a experiência seria “*ce que nous arrive*”; em italiano, “*quello che nos succede*” ou “*quello che nos accade*”; em inglês, “*that what is happening to us*”; em alemão, “*was mir passiert*”. “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. (LARROSA BONDÍA, 2002, p. 21).

CAPÍTULO III

Afeto e testemunho no campo jornalístico

“A realidade para nós não é só a que aconteceu, mas também e sobretudo, essa outra realidade que existe pelo simples fato de contá-la”.
(Gabriel García Márquez)

"Sou filho de uma família sem mortos, pensei enquanto meus amigos contavam suas histórias de infância. Então me lembrei intensamente de Cláudia, mas não queria ou não me atrevia a contar a sua história. Não era minha. Sabia pouco, mas pelo menos sabia isto: que ninguém fala pelos outros. Que, mesmo que queiramos contar histórias alheias, terminamos sempre contando nossa própria história".
(Alejandro Zambra)

3.1 A GUINADA AFETIVA

Em *A Trégua*, Primo Levi (2010) conta de Hurbinek, nome dado pelos companheiros de campo de concentração ao menininho esquelético de aparentemente três anos, que “nascera talvez em Auschwitz”, “que não vira jamais uma árvore” e que durante um período marcou o *Lager* com a sua presença obstinada. Hurbinek. Paralisado dos rins para baixo, tinha pernas atrofiadas, olhos perdidos, rosto triangular e um número de série tatuado no antebraço. Não tinha voz. A única palavra que pronunciava, o som (*mass-klo, matisklo*), era indecifrável. Mas todos ansiavam por escutá-lo, por entendê-lo. Hurbinek era um corpo – ainda que quebrado, ainda que moribundo, um corpo.

Recorremos à figura de Hurbinek para nos ajudar a pensar sobre o afeto, ideia tão fecunda quanto dilatável que ocupa lugar relevante nesta tese, a fim de que o conceito não se perca em modismos e a palavra, hoje utilizada indiscriminadamente e de maneira por vezes ingênua, possa ser considerada em uma perspectiva teórica mais fundamentada. “O que pode um corpo?”, indaga Espinosa em sua clássica e seminal pergunta. Para o filósofo – que há mais de três séculos compôs sua *Ética* (um tratado em cinco partes sobre razão e afetividade) –, cada indivíduo possui um grau de potência que se define por seu poder de afetar e ser afetado.

Mas “ninguém ainda determinou o que pode o corpo”, o que significa não ser possível saber de antemão, lembra Peter Pál Pelbart (2008), qual a intensidade dessa potência e de que afetos o ser humano é capaz. “É sempre uma questão de experimentação [...] só o descobriremos ao longo da existência. Ao sabor dos encontros” (PELBART, 2008, p. 32). Ou seja, somente quando posto em relação, ao interagir com outros corpos e com o meio, é que um corpo sofre uma alteração, uma mudança; sua potência de agir aumenta ou diminui; sua capacidade de afeto se dá a conhecer.

E aqui vale dizer que Espinosa amplia a noção de corpo para além do organismo funcional, dividido em partes, composto por órgãos e tecidos. Em sua concepção, corpo é definido de forma múltipla e complexa “pelo seu potencial de reciprocidade ou co-participação na passagem dos afetos” (GREGG; SEIGWORTH, 2010, p. 2, tradução livre)³⁴.

Em outras palavras, Rolnik (2011) nos diz que

³⁴ Texto original: “by their potential to reciprocate or co-participate in the passages of affect”.

[...] afetar designa o efeito da ação de um corpo sobre o outro, em seu encontro. [E que] os afetos, portanto, não só surgiram entre os corpos – vibráteis³⁵ é claro – como, exatamente por isso, eram fluxos que arrastavam cada um desses corpos para outros lugares, inéditos. (ROLNIK, 2011, p. 57).

É conhecido o episódio envolvendo o antropólogo e filósofo Bruno Latour quando, em uma conferência, pediu a todos que anotassem o antônimo da palavra “corpo”. Houve quem escrevesse “anticorpo” e “ninguém”, mas os antônimos que mais intrigaram Latour foram “desafetado” e “morto”. A partir daí, Latour conjectura: “Se o oposto de ser um corpo é estar morto [e] se não há vida além do corpo ... [então] ter um corpo é aprender a ser afetado, o que significa “transformado”, movido, posto em movimento” (2004 apud GREG; SEIGWORTH, 2010, p.11, tradução livre)³⁶. O caso, recuperado por Gregg e Seighworth (2010), reforça a ideia que Latour tinha de corpo “como uma interface que se torna cada vez mais definida quanto mais aprende a ser afetada por muitos elementos” (tradução livre)³⁷.

Para Deleuze (2002), o corpo humano é composto de forças e afetos que entram em contato com outras forças e afetos e a sua estrutura se define justamente pela “composição da sua relação”. Ao tentar responder então à pergunta primeira de Espinosa – “o que pode um corpo?” –, Deleuze (2002, p. 147) argumenta que “o que pode um corpo é a natureza e os limites do seu poder de ser afetado”. Ainda que não conheçamos a nossa potência de agir, é possível dizer que ela “é a única forma real, positiva e afirmativa de um poder de ser afetado”. (DELEUZE, 2002, p. 152).

Ora, se a capacidade de um corpo nunca é definida por um corpo sozinho, mas sempre auxiliada e encorajada pelo contexto e suas relações, voltando a Hurbinek, é possível imaginar que mesmo que sua presença no campo de extermínio tenha se dado em condições impossíveis de conhecer, mesmo impossibilitado de dizer palavra, mesmo um trapo humano que morreu nos primeiros dias de março de 1945, ao se relacionar com outros abandonados de tudo, foi capaz de despertar afetos múltiplos, traços de humanidade evocados naqueles seres prostrados, como ele, em maior ou menor grau. O garoto ganhou um nome (Hurbinek lhe foi sugerido por uma das mulheres); Henek, um outro prisioneiro de Auschwitz, passava metade dos seus dias junto ao garoto, “levava-lhe comida; ajustava-lhe as cobertas” (LEVI, 2010, p.

³⁵ Suely Rolnik (2006, p. 3) usa a expressão corpo vibrátil para se referir à capacidade dos órgãos dos sentidos em seu conjunto. “É nosso corpo como um todo que tem esse poder de vibração às forças do mundo”. Segundo a autora, é essa capacidade ou potência no campo do sensível que permite mobilizar afetos e apreender a alteridade.

³⁶ Texto original: “*If the opposite of being a body is dead [and] there is no life apart from the body... [then] to have a body is to learn to be affected, meaning ‘effectuated’, moved, put into motion*”.

³⁷ Texto original: “*as an interface that becomes more and more describable when it learns to be affected by many more elements*”.

20) – foi Henek aliás quem identificou que o garoto dizia a palavra cujo significado permaneceu secreto para sempre; de um jeito ou de outro, cada um ao seu modo, todos tentavam fazer com que se mantivesse de pé.

Hurbinek era um nada, um “Zé-ninguém”³⁸. Mas naqueles sub-homens colocou à prova a potência de agir de um corpo. Em Primo Levi, sabe-se que ele originou o desejo de sobreviver para testemunhar. O encontro com Hurbinek – entre outros encontros no *Lager*, mas este especialmente rememorado pelo escritor – lhe dá a consciência do poder do testemunho. Em determinada passagem de *A Trégua*, ao se referir a Hurbinek, Primo Levi (2010, p. 21) escreve: “Nada resta dele: seu testemunho se dá por meio de minhas palavras”.

Pensando ainda com Espinosa, de cujas formulações parecem partir o debate e o pensamento contemporâneos sobre os afetos (DELEUZE, 2002; PELBART, 2008; ROLNIK, 2011; HARDT; 2015; SAFATLE, 2015), pode-se argumentar que quanto maior nossa capacidade de afeto, maior o nosso poder de agir e, ainda, quanto mais afetados, maior a nossa disposição de afetar (HARDT, 2015). No entanto, cabe salientar que, mesmo que seja uma “potência de agir”, aquilo que nos coloca em estado de ação ou o que nos tira da inércia e nos põe em movimento, o afeto não precisa ser necessariamente vigoroso – no sentido de força desmesurada. É mais sutil, algo como uma faísca, uma fricção, uma espécie de choque.

Pode se revelar em eventos minúsculos, quase imperceptíveis, chegando a passar despercebidos. Nasce “no meio” da vida e reside “como acúmulo, do lado”, resumem Greg e Seigworth (2010) para quem, em seu aspecto mais antropomórfico, afeto é o nome que damos às “forças vitais que insistem para além da emoção” e não se resumem a um conhecimento consciente, mas podem nos conduzir ao movimento, ao pensamento e à extensão. “Podem nos suspender (como se estivéssemos em ponto morto) através de um escasso registro de relações de força ou até mesmo nos deixar sobrecarregados com a aparente intransponibilidade do mundo” (p. 1, tradução livre)³⁹. Os autores ilustram ainda:

Ao mesmo tempo íntimo e impessoal, o afeto se acumula tanto nas relações quanto nas interrupções das relações, tornando-se um palimpsesto de encontros de forças atravessando os desafios de intensidade que se sucedem entre dois corpos (corpos aqui definidos não por um invólucro da pele ou outra superfície de contato, mas pelo seu potencial de reciprocidade e participação na passagem dos afetos)[...] Sempre haverá encontros ambíguos ou mistos que impulsionam ou expulsam para o pior e

³⁸ Nesta tese, trabalhamos com a tradução brasileira de “A trégua”. Na versão portuguesa, é assim que Hurbinek é definido: “Hurbinek era um zé-ninguém, um filho da morte, um filho de Auschwitz” (Primo Levi, *A trégua*. Trad. de José Colaço Barreiros, Teorema, p. 19-21).

³⁹ Texto original: “vital forces insisting beyond emotion [...] that can likewise suspend us (as if in neutral) across a barely registering accretion of force-relations, or that can even leave us overwhelmed by the world's apparent intractability”.

para o melhor, mas (quase sempre) para o entre. (GREGG; SEIGHWORTH, 2010, p. 2, tradução livre)⁴⁰.

Embora mais recentemente, a partir do final do século passado, a ideia venha ganhando relevância nos mais variados campos (filosofia, psicanálise, comunicação, ciências da informação, cinema e estudos de gênero, para citar alguns), não existe uma única e generalizável teoria dos afetos. Sabe-se que Lawrence Grossberg (1984) cujos ensaios influenciaram no contemporâneo toda uma geração de pesquisadores sobre o tema, considera que uma experiência pode mudar drasticamente dependendo do envolvimento ou “estado afetivo” dos sujeitos. O autor revelou supor que seu primeiro contato com os afetos do ponto de vista mais teórico deve-se às “estruturas de sentimento” de Raymond Williams (1961)⁴¹. Segundo o conceito de Williams, há algo de infável e que foge à rigidez fixa mesmo das instituições mais consolidadas, algo que diz respeito às experiências vividas, sentidas e compartilhadas por indivíduos em determinados contextos que muitas vezes escapam das lógicas hegemônicas⁴².

Sob o grande guarda-chuva da teoria dos afetos, passam a ser abrigadas múltiplas trajetórias, metodologias e campos do saber. O grande diferencial desses trabalhos está tanto no conteúdo teórico – que retira o afeto de uma posição menor em relação ao mundo cognitivo – quanto na forma e no estilo dos textos (GREGG; SEIGWORTH, 2010). Ancorada nessas pesquisas, é possível dizer que aquilo que se convencionou chamar “virada afetiva” ocorre na esteira da “virada linguística”, dos anos 60 e 70, que reconhece a centralidade da linguagem para as ciências sociais e humanas, e da “virada cultural”, uma mudança na noção de cultura que passa a orientar uma leitura crítica do mundo sob o suporte dos estudos culturais, pós-coloniais, étnicos e de gênero, por exemplo. A “virada afetiva” ou “guinada afetiva” corresponde, portanto, a esse giro epistemológico marcado por um olhar para os afetos em textos e práticas do contemporâneo.

⁴⁰ Texto original: “*At once intimate and impersonal, affect accumulates across both relatedness and interruptions in relatedness, becoming a palimpsest of force-encounters traversing the ebbs and swells of intensities that pass between ‘bodies’ (bodies defined not by an outer skin-envelope or other surface boundary but by their potential to reciprocate or co-participate in the passages of affect) [...] Always there are ambiguous or “mixed” encounters that impinge and extrude for worse and for better, but (most usually) in-between.*”

⁴¹ Raymond Williams (1961, p. 48) conceitua “estruturas de sentimento” como “algo tão firme e definido como sugere a palavra estrutura, ainda que opere nos espaços mais delicados e menos tangíveis de nossa atividade”.

⁴² Anos mais tarde, o brasileiro Vladimir Safatle em *O Circuito dos Afetos* (2015) parte de uma reflexão acerca da natureza dos vínculos sociais e da insistência de que as sociedades não são simplesmente circuitos de circulação de bens, riquezas e de produção. Para ele, os vínculos sociais se dão antes de mais nada por uma circulação de afetos como medo, esperança e desamparo. “Isso significa que nós nos deixamos afetar de certas formas, nós evitamos ser afetados de certas formas”, disse o autor, durante a palestra “Por uma política dos afetos”, disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19081>>. Acesso em: 12/03/2017.

Trazendo essa discussão para o campo de interesse desta tese, vale assumir que o trabalho não deixa de ser também uma tentativa de entender de que afetos é capaz o jornalismo. Como é possível afetar o Outro a partir de uma narrativa jornalística? E a capacidade do jornalismo de se deixar afetar, qual é? Antes de seguir adiante, faz-se relevante pontuar – ainda que de forma breve e sem entrar em muitos detalhes, uma vez que esse não é o foco do trabalho – a sutil diferença entre emoções e afetos deixando mais claro o porquê da escolha teórica desta tese pelo segundo.

De um modo geral, explica Massumi (1995 apud TAVARES, 2015), o afeto é um fluxo impessoal, intenso e inqualificável, enquanto a emoção carrega aquilo que pode ser qualificado, verbalizado, organizado linguisticamente. “A potência do afeto estaria justamente na sua virtualidade, em sua capacidade de emergir sem se enquadrar ou estabelecer uma forma” (TAVARES, 2015, p. 5-6). Lopes (2013) também nos ajuda a pensar ao esclarecer que, enquanto a emoção privilegia o sentimento como expressão de natureza mais individual, o afeto está associado a um conteúdo menos subjetivo. Muniz Sodré (2006) recorre a Paulo Freire para lembrar que o educador considerava contato e afeto categorias centrais para a compreensão do agir comunicativo. Para Sodré, termos como afeição ou *affecção*⁴³ correspondem a um conjunto de estados e tendências dentro da função psíquica denominada afetividade, “mais especificamente, uma mudança de estado e tendência para um objetivo” (SODRÉ, 2006, p. 28).

Nesse sentido, empreender uma investigação no jornalismo pela perspectiva dos afetos (e não das emoções) nos parece opção adequada uma vez que, nesta pesquisa, não estão em causa os enquadramentos ou classificações provocados pelo uso programado das emoções em seu sentido restrito nos textos jornalísticos. Ou seja, não nos propomos a enumerar as estratégias discursivas que, em última instância, pertencem ao jogo da comunicação e podem significar uma tentativa de explicar como se relacionam os sujeitos pela linguagem. Trata-se antes de problematizar o jornalismo por um viés não apenas lógico ou racional em que os aspectos cognitivos se sobrepõem, mas como uma prática discursiva que engloba também e principalmente a “dimensão sensível da experiência vivida” (SODRÉ, 2006, p. 10).

Essa opção epistemológica requer certa dose de ousadia para explorar lugares desconhecidos uma vez que os afetos estabelecem uma ponte problemática e transversal, nos

⁴³ Afeto é nome recente para o que antes se designava como *afecção*, a exemplo da doutrina de Espinosa: “Entendo por paixões (*affectus*) as *afecções* (*affectiones*) do corpo que aumentam e diminuem a potência do agir” (Ética III, def. 3). Registra-se, aqui, entretanto, uma sutil diferença entre *afecção*, como um conceito referido diretamente ao corpo e sua ideia, e afeto (*affectus*), ‘que implica tanto para o corpo quanto para o espírito um aumento ou diminuição da potência de agir’” (SODRÉ, 2006, p. 28).

diz Hardt (2015), entre o poder da mente de pensar e o poder do corpo de agir, e entre o poder de agir e o poder de ser afetado. Em outras palavras, “o que esse novo campo propõe é uma ontologia do humano que é constantemente aberta e renovada” (HARDT, 2015, p. 3).

3.2 NO JORNALISMO, O QUE PODEM OS AFETOS?

A guinada afetiva do jornalismo, como sugerida por este trabalho, nada tem a ver, como pretendemos deixar mais claro nas próximas páginas, com uma fase histórica ou determinados movimentos característicos de grupos específicos – ainda que os contextos influenciem as práticas (HALL, 2009). Tampouco com a noção autoral, como se a primazia estética fosse visível em discursos de alguns seres “iluminados”. Sem desmerecer classificações como o Novo Jornalismo⁴⁴ e seus desdobramentos ou mesmo a noção de autor⁴⁵, o que gostaríamos de propor é um percurso transversal numa outra perspectiva de abordagem do campo.

Trata-se de pensar que, na rigidez do discurso jornalístico manifesto nas mais variáveis práticas e materialidades, há lugar também para o sensível da experiência e para tessituras menos marcadas pelas convenções do regime realista. Algo que se aproxima do estético – entendido aqui não por sua relação intrínseca com o universo artístico, mas porque, como aponta Sodré (2006) citando Perniola, o seu campo estratégico deixa de ser o cognitivo e o prático e passa a ser o do sentir. Significa defender que as narrativas jornalísticas não se constroem apenas desde uma medida lógica e racional, mas também a partir de “poderosos dispositivos do afeto” (SODRÉ, 2006, p. 13). Isso não quer dizer abrir mão dos fundamentos epistemológicos que marcam a história do jornalismo, e sim, alargá-los, distendê-los, deixando-os menos confinados ao espaço de racionalidade e controle (MAROCCO, 2004).

Melhor dizendo, trata-se de aprofundar a compreensão sobre o entendimento e a abordagem do Outro no campo jornalístico (RESENDE, 2012; LAGO, 2010; FRANÇA, 2006). E, nesse sentido, a noção de testemunho e tudo o que o conceito abarca nos parece central. Para tanto, podemos recorrer ainda à ideia de uma poética, nos termos propostos por Ricoeur que entende “poético” como aquilo que pode ser desdobrado para além da poesia no

⁴⁴ O Novo Jornalismo merece um olhar ampliado no quarto capítulo.

⁴⁵ A noção de autoria é fenômeno complexo e muitas pesquisas mergulham em suas implicações com resultados relevantes para o campo da comunicação e do jornalismo à luz de Bakhtin (“autor-criador”), Barthes (“escritor”) e Foucault (“função-autor”), por exemplo. Nesta tese, restringimos nossos interesses ao sentido de auctor proposto por Agamben por se vincular diretamente às discussões sobre o testemunho. Ver página 68 deste trabalho.

sentido clássico de rimas e ritmos. Poético estendido “ao sentido de produção de sentido” (2002 apud RESENDE, no prelo). No que diz respeito às narrativas de teor testemunhal – pontuadas pela marca do trauma em maior ou menor grau –, narrá-las pelo simples acúmulo de dados e informações significa empobrecer o acontecimento. Por outro lado, ao dar a ver os aspectos sensíveis situados no nível da experiência dos sujeitos, é possível que o jornalismo possa ser compreendido

[...] por uma dimensão relacional que toma o lugar da ênfase comumente atribuída às propriedades imanentes ao objeto, à situação ou ao evento que, em virtude da economia interna de seus procedimentos expressivos, convoca nossa sensibilidade para experimentá-lo e compreendê-lo (LEAL; MENDONÇA; GUIMARÃES, 2010, p. 7).

Ora, se como aponta França (2006), o trabalho de produção de narrativas acontece levando em conta que sujeitos interagem entre si e em determinado contexto, fica mais fácil compreender a ideia de que é justamente por estar em relação que os sujeitos do discurso atuam sobre o simbólico, reproduzindo ou ressignificando estruturas de sentido. De acordo com a autora, estar em relação significa mais do que produzir e receber discursos. Estar em relação significa, antes,

[...] a ação de afetar e ser afetado pelo outro através de materiais significantes. É produzir/consumir discursos, representações, sentidos para e em decorrência do outro – e sofrer junto com ele (embora não necessariamente igual a ele) as consequências (FRANÇA, 2006, p. 86).

Ainda que a literatura sobre o campo, no Brasil, não seja tão extensa, bem antes do termo afeto ser associado a um certo modismo, autores como Cremilda Medina (2003, 2006) já seguiam uma trilha que propunha o privilégio dos afetos nas narrativas jornalísticas como salto para um outro jornalismo capaz de romper com a racionalidade cartesiana do narrar positivista. Quase como um projeto, a autora persegue essa ideia inspirada pela filosofia de Martin Buber para quem importa a vida comunitária, aquela que permite que cada indivíduo se relacione com o próximo em termos da relação Eu-Tu em vez de Eu-Isto.

Segundo Medina (2003), é possível que, na prática do jornalismo, autor e ambiente do relato, autor e protagonistas da ação social se envolvam como sujeito-sujeito e não sujeito-objeto. É como se nos dissesse que algo ocorre nesses casos, “perde-se então a pretensão do signo do distanciamento e a interação dos afetos constitui o signo da relação (MEDINA, 2003, p. 140). No “diálogo dos afetos” de Medina (2008, p. 109), “o corpo por inteiro abre a sensibilidade para a intuição criadora que, por sua vez, mobiliza a razão complexa para uma

intervenção transformadora”. Isso nos provoca sobre um jornalismo que, ao criar outros sentidos para o mundo, para a vida, se assuma como capaz de “fazer sentir”.

Por esse caminho teórico, fazemos a mesma pergunta que também se fez Muniz Sodré (2006, p. 17) sobre ser possível, no jornalismo, a presença de “uma potência emancipatória na dimensão do sensível, do afetivo ou da desmedida, para além, portanto, dos códigos limitativos da razão instrumental”. Em seu livro *As estratégias sensíveis – afeto, mídia e política*, o autor também discute as estratégias, ainda que não esteja se referindo por óbvio ao que pregam os manuais, mas “aos jogos de vinculação dos atos discursivos às relações de localização e afetação dos sujeitos no interior da linguagem” (SODRÉ, 2006, p. 10).

Genro Filho (1987) supunha que, a rigor, todo jornalismo lida com sensações. O autor dizia que a informação jornalística reproduz as condições de uma “experiência imediata” e isso está em total acordo com o que sugere o *jornalismo de teor testemunhal*. Aliás, de uma maneira geral, ao jornalismo deveria importar produzir um tipo de conhecimento que não dissolva a “sensação da experiência imediata”, mas que se expresse através dela. De todo modo – e essa distinção importa para a nossa reflexão – não estamos falando aqui de uma exacerbação do sensível, o que aproximaria essas narrativas do meramente espetacular ou sensacionalista, aquilo que Genro Filho alegava ser fruto de uma “singularização extrema” do acontecimento. Quanto a isso, o autor prevenia:

A singularidade transforma-se no conteúdo que, dessa forma, afirma a reprodução, o mundo como algo dado. Ao propor a singularidade radical, ou seja, o aspecto sensível do fenômeno como conteúdo, a universalidade que se reforça é a mesma subjacente ao senso comum, que vê o mundo preponderantemente como positividade. A singularização extrema, em si mesma, possui um conteúdo conservador. Além disso, os jornais sensacionalistas geralmente produzem um discurso de reforço dos valores, como meio para excitar não apenas as sensações como também os preconceitos morais do público. (GENRO FILHO, 1987, p. 198).

Há que se concordar que esse apelo exacerbado ao que é do campo do sensível habita um zona limite. Pode funcionar como uma faca de dois gumes. Assim como o testemunho também o pode ser (e o é na grande maioria das vezes)⁴⁶. Sem a pretensão de resolver o problema, o exercício proposto aqui pode pelo menos nos tirar de um círculo vicioso e dicotômico que ora enxerga o jornalismo como imparcial em sua tarefa de reprodução da realidade – atiçando os seus críticos – ora como transparente em sua saga de caçador de emoções – atiçando os seus críticos.

⁴⁶ No quarto capítulo desta tese, investigaremos a questão detidamente.

O esforço desta tese é o de – levando em conta todas essas contradições, mas encorajada pela ideia de uma relação com o Outro possibilitada pelo jornalismo – olhar pra o modo como o testemunho desponta na tessitura das narrativas jornalísticas em busca do que se configura como um potencial afetivo (ou, por outras palavras, da sua potência para agir). Da mesma forma que não é possível dizer o que pode um corpo também não somos capazes de responder o que podem os afetos no jornalismo. Mas aceitar, como pressuposto, que os afetos são componentes desse campo, é um caminho que nos parece promissor em suas múltiplas direções. Avancemos por ele.

3.3 NAS DOBRAS DA TÉCNICA, O TEXTO TESTEMUNHAL

No capítulo anterior, enquanto acompanhamos a busca de um repórter pelo suposto delator de seus pais durante a ditadura militar no Brasil, exercitamos um movimento possível entre viver a experiência e narrá-la. Além das questões relacionadas ao signo da relação e dos afetos e ao “esforço de verdade” – marca irrevogável do jornalismo de teor testemunhal –, aspectos que continuaremos a explorar na pesquisa, a etapa atual remete a novas perguntas: Onde a mediação acontece? Como se configura a presença dos jornalistas como testemunha dos acontecimentos narrados?

Para tentar respondê-las, é preciso prosseguir em relação a uma outra questão que, no campo do jornalismo, é quase um clichê e diz respeito à presença ou não do jornalista na cena do acontecimento: afinal, para ter chancelada a sua condição de testemunha, é realmente necessário estar presente ou manter uma posição privilegiada em relação ao evento? Embora fundamental dentro de uma perspectiva ontológica, é provável que a premissa que considera autêntica apenas a testemunha que participa do acontecimento e, portanto, pode se valer do “aqui e agora” do discurso precise ser superada – não desconsiderada de todo, mas superada, principalmente no mundo contemporâneo em que tudo parece testemunhável.

Se, como vimos no capítulo dois, essa característica de estar presente é central dentro de uma tradição jurídica ou teológica do testemunho, o surgimento e a expansão dos meios de comunicação de massa modificaram sobremaneira o estatuto do testemunho estendendo e potencializando, se não mesmo transformando, o seu significado (FROSH; PINCHEVSKI, 2009). Em um tempo marcado pela explosão tecnológica que faz de cada pessoa em qualquer lugar do planeta uma testemunha em potencial, e esse é o ponto que iremos enfrentar neste

momento da tese, a pergunta correta então talvez deva ser não aquela, mas esta: “Como testemunhar um acontecimento?”

Não são poucos os estudos que vêm procurando problematizar o testemunho de viés midiático (FROSH, 2009; BRAND, 2009; PETERS, 2001; ELLIS, 2000), que coloca em evidência uma série de problemas caros aos estudos da comunicação desde a relação com a verdade dos fatos, a partir dos conceitos de representação, recepção, mediação, até questões relacionadas ao universo da ética e da estética. No contexto nacional, o assunto ainda é pouco debatido, mas alguns estudos (LAGE, 2016; LEAL; ANTUNES, 2015; AMARAL, 2013; SERELLE, 2012; VAZ, 2011) dialogam, em maior ou menor grau, com esta pesquisa que sustenta que, se há no testemunho uma dimensão relacional (GAGNEBIN, 2009), essa se torna uma categoria-chave para analisar produtos midiáticos, entre eles, o jornalismo fundado em uma noção de encontro com o Outro e portanto não reduzível apenas ao nível das práticas ou das características internas dos discursos.

Sem esquecer as contribuições de outras disciplinas (filosofia, psicanálise, história) que nos guiaram até aqui, neste momento faz-se necessário delimitar o que entendemos por testemunho midiático – e, por extensão, testemunho jornalístico. Lançando mão do caminho proposto por Frosh e Pinchevski (2009), podemos dizer que *media witnessing* é o testemunho realizado “na”, “pela” e “através da” mídia. Ou seja, refere-se tanto à presença de testemunhas e seus relatos em uma reportagem; quanto à possibilidade do próprio jornalista testemunhar um acontecimento; como ainda à posição da audiência (espectadores/leitores) enquanto testemunhas dos eventos retratados. Trata-se, portanto, de uma transmissão contínua de experiências a partir de três instâncias que podem ou não acontecer simultaneamente⁴⁷.

Para exemplificar, na reportagem que analisamos no primeiro capítulo (“A mulher que alimentava”), a testemunha é tanto a personagem Ailce ao mostrar sua rotina em seus últimos dias de vida quanto a própria reportagem que a acompanha em seu martírio como também os leitores da narrativa na revista. Em “A espera”, que exploramos no segundo capítulo, são testemunhas aqueles que, procurados pela reportagem, ajudam no papel de fonte a reconstituir um acontecimento da ditadura militar incluindo aí Foedes, o antagonista, o próprio repórter

⁴⁷ Embora o conceito de “testemunho da mídia” tenha sido consolidado por Frosh e Pinchevski (2009) numa referência explícita às mudanças provocadas na ideia de “testemunho” a partir da entrada em cena do aparato tecnológico – e, portanto, seja constantemente relacionado à análise das narrativas televisivas ou das mídias audiovisuais como o cinema (BRAND, 2009) –, este conceito e seus desdobramentos são essenciais para nossa pesquisa. Tais transformações têm implicação direta sobre o modo de narrar em qualquer suporte, inclusive sobre o impresso, de onde parte a nossa reflexão prioritariamente. Assim como os autores, consideramos o testemunho da mídia “não apenas analiticamente útil como também culturalmente significativo” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009, p. 12).

Matheus Leitão que, com recursos jornalísticos, testemunha uma confissão e ainda os leitores transformados em testemunhas de outros testemunhos.

Mas a equação tem muitas variáveis. Mesmo que o testemunho já há algum tempo seja associado ao jornalismo – pelo menos desde que correspondentes de guerra cobriam os conflitos no século XIX –, para fazer o salto do testemunho enquanto paradigma do século XX para o testemunho como um fenômeno da cultura midiática, Frosh e Pinchevski partem de dois grandes eventos que consideram casos-limite e antitéticos, a *Shoah* (1933-1945) e a destruição do World Trade Center (2001). Enquanto o primeiro é tido como o evento sem testemunha (AGAMBEN, 2008) – embora como vimos não signifique ser intestemunhável –, a queda das Torres Gêmeas é o extremo oposto. Registradas por câmeras de TV e dispositivos móveis no momento mesmo em que ocorreu o evento, reproduzidas à exaustão, as imagens dos aviões que se chocam contra um dos símbolos da supremacia americana foram vistas em todo o mundo. Nesse caso, quem foram as verdadeiras testemunhas? Melhor dizendo: essa pergunta ainda é válida?

Se no mundo contemporâneo convivemos com a ilusão de que qualquer um pode saber tudo sobre todos, parece possível dizer que são testemunhas tanto os que “estavam lá” e sobreviveram ao ataque terrorista quanto aqueles que, de algum modo, testemunharam o acontecimento, seja registrando o episódio ao vivo ou o que restou dele para os meios de comunicação, seja assistindo na outra ponta do processo à sua transmissão. Numa espécie de reverso da *Shoah*, o “11/9 é o evento que não pode não produzir testemunhas” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009, p. 8, tradução livre)⁴⁸. Assim, na era da cultura midiática, onde tudo é visível, testemunhar transformou-se em um “ato doméstico” fazendo com que qualquer pessoa possa ser interpelada pelos acontecimentos catastróficos (guerras, ataques terroristas, tragédias naturais, conflitos religiosos, epidemias, acidentes e tragédias cotidianas) alçada à condição de testemunhas do sofrimento à distância (BOLTANSKI, 1993; ELLIS, 2009).

No entanto, esse tipo de abordagem está longe de ser um consenso entre os estudiosos do fenômeno. Em um ensaio seminal e pródigo que oferece as bases para muitos estudos posteriores sobre o testemunho da mídia, John Durham Peters (2009) ainda insiste que esse modo novo de testemunhar, apesar de guardar características próprias, contém uma fragilidade que não é menor na era da cultura midiática do que em qualquer outra. Por se tratar de uma forma de mediação, o testemunho seja em sua concepção mais tradicional seja em sua vertente midiática, envolve sempre um impasse, tornando-se devedor, portanto, da

⁴⁸ Texto original: “9/11 is the event that cannot not produce witnesses”.

perspectiva ontológica em sua ênfase na questão da verdade. Ou seja, o ato de testemunhar está subordinado em alguma medida à presença corporal do indivíduo no evento, a um “estar lá”. O autor apoia-se em Derrida (2002 apud FROSH; PINCHEVSKI, 2009, p. 7) que considera o evento como um “instante – uma irrupção única e irrepetível no espaço e no tempo que escapa a ideia de encapsulamento no discurso” (tradução livre)⁴⁹.

Com base nessa leitura, Peters (2001) entende o *hic et nunc* do evento como inalcançável e o “estar lá”, como condição fundante do testemunho. Para ele, toda a história culmina no momento presente: “O passado, em certo sentido, é seguro. O presente, em contraste, é catastrófico, sujeito a alterações radicais. Em um único segundo, um desvio do volante ou uma atração do gatilho pode mudar a história para sempre” (p. 37, tradução livre)⁵⁰.

É por isso, que, apesar de reconhecer a mídia como testemunha, sob certas circunstâncias – mais especificamente uma, como veremos abaixo – ele considera difícil de admitir a condição de testemunho⁵¹. O autor propôs um esquema de quatro tipos básicos na forma de nos relacionarmos com um evento que podem sustentar o ato de testemunhar. Na sua concepção, em três delas, o testemunho é plenamente justificável; em outra, não.

Vejam: 1) “Estar lá”, presente no evento no espaço e no tempo, é o caso exemplar de testemunho, aquele que corresponde a vivenciar uma experiência no presente e no momento mesmo em que ela ocorre; 2) Estar presente no tempo, mas removido no espaço, corresponde à transmissão de um evento ao vivo pelos aparelhos de radiodifusão – isso serviria como uma espécie de “garantia de acesso à verdade e à representação”; 3) Estar presente no espaço, mas removido no tempo, é a condição da representação histórica, como por exemplo, a experiência diante de um museu ou um santuário; e, finalmente, 4) Estar ausente no espaço e no tempo, mas ainda ter acesso a um evento através de seus traços, equivale à gravação de um evento para posterior transmissão – no caso da imprensa escrita, a única forma possível. É justamente essa última que Peters (2009, p. 38) considera a “zona profana em que a atitude do testemunho é mais difícil de sustentar” (tradução livre)⁵².

⁴⁹ Texto original: “*An instant – a singularity, a unique and unrepeatable irruption in space and time that escapes full encapsulation in discourse*”.

⁵⁰ Texto original: “*The past, in some sense, is safe. The present, in contrast, is catastrophic, subject to radical alterations. In a single second a swerve of the steering wheel or a pull of the trigger can change history forever*”.

⁵¹ Em um texto publicado posteriormente (“An Afterword: Torchlight Redon Sweaty Faces”), Peters revê algumas das concepções de seu ensaio original (“Witnessing”, de 2001). No entanto, ele ainda se mantém hesitante em aceitar o argumento de Frosh (2009) – com o qual esta tese concorda – de que é possível testemunhar quando distantes do evento no tempo e no espaço. De qualquer maneira, as ideias de Peters têm instigado muitas pesquisas sobre o “testemunho da mídia”, concorde-se ou não com as proposições do autor.

⁵² Texto original: “*the profane zone in which the attitude of witnessing is hardest to sustain*”.

TIPOS DE TESTEMUNHA DE UM EVENTO		
TABELA DE JOHN DURHAM PETERS		
	PRESEÇA NO TEMPO	AUSÊNCIA NO TEMPO
PRESEÇA NO ESPAÇO	ESTAR LÁ AUDIÊNCIA - PLATEIA POR EXEMPLO: CONCERTO, JOGO, TEATRO	AUTENTICIDADE HISTÓRICA (REGISTRO) AUDIÊNCIA EM MASSA POR EXEMPLO, SANTUÁRIO, MEMORIAL, MUSEU
AUSÊNCIA NO ESPAÇO	TRANSMISSÃO AO VIVO RADIODIFUSÃO POR EXEMPLO, RÁDIO, TV, WEB	GRAVAÇÃO AUDIÊNCIA PRIVADA DISPERSA MUNDANO, DIFICULDADE DE TESTEMUNHO POR EXEMPLO, LIVRO, CD, VÍDEO

Figura 4 – Tipologia proposta por Peters
 Fonte: Peters (2009).

Assim, apesar de reconhecer que os meios podem expandir a nossa capacidade de testemunho, ao transmitir um acontecimento para quem não estava presente, o autor considera impossível, em qualquer sentido estrito, trazer para o discurso a experiência.

Aqui reside a fragilidade do testemunho: a difícil conjuntura entre experiência e discurso. A testemunha está autorizada a falar por ter estado presente numa ocorrência[...] Mas a passagem da experiência (o visto) para as palavras (o dito) é precária [...] Palavras podem ser trocadas, as experiências não [...] Um pai pode dar testemunho a uma criança de que um fogão está quente, mas queimando-se pode ser mais convincente. (PETERS, 2009, p. 26, tradução livre)⁵³.

Para Peters (2009), enquanto “uma forma de comunicação que, ao seu modo, não cessa de se preocupar com o que é real e o que não é”, o testemunho midiático também tem que se haver com o que ele chamou de “lacuna de verdade” e que diz respeito tanto às dificuldades que já vimos falando nesta pesquisa (A testemunha estava no local do evento no momento crucial? Lembra de tudo o que viu? Registrou o que era importante? É capaz de dizer a verdade diante do trauma?) quanto aqui, principalmente, ao problema da mediação que essa prática nos impõe.

A fim de preencher a distância abismal que se instaura entre os vértices do triângulo básico da comunicação (o agente que testemunha, o enunciado ou o texto em si e o público), a saída que os meios de comunicação encontraram não é diferente da que foi inventada pelo

⁵³ Texto original: “Herein lies the fragility of witnessing: the difficult juncture between experience and discourse. The witness is authorized to speak by having been present at an occurrence [...] But the journey from experience (the seen) into words (the said) is precarious [...] Words can be exchanged, experiences cannot [...] A parent may bear witness to a child that a stove is hot, but getting burnt may be more persuasive. Witnessing is a discourse with a hole in it that a waits filling”.

próprio testemunho, sugere Peters (2009): o corpo. Em muitos acontecimentos, ele propõe, tomamos emprestados os olhos e ouvidos da mídia como se fossem nossos por mais perigoso e assustador que isso possa parecer. Nem assim há segurança de que vemos e ouvimos o que de fato aconteceu e, dessa maneira, inexistem garantias de que os ruídos e mal-entendidos sejam resolvidos como parece desejar o autor.

À diferença de Peters, para além (ou principalmente por conta) da “lacuna de verdade”, Frosh (2009) oferece um argumento que melhor traduz para esta tese a importância do testemunho midiático. Aqui, o testemunho é não apenas um ato realizado por uma testemunha, mas também aquilo que se constrói narrativamente a partir de um “texto testemunhal”, que elabora a presença do jornalista no local do evento levando o espectador/leitor a um só tempo a experimentar o acontecimento e crer no que lhe foi dito. Um “texto testemunhal” é

aquele cuja estrutura interage com o público para criar não apenas uma experiência imaginativa sobre o assunto de que ele trata (como é ser apanhado por um tsunami, por exemplo), mas também a suposição de que este texto é um testemunho, que o evento descrito realmente aconteceu e que o texto foi projetado para relatá-lo (para um propósito religioso ou moral). (FROSH, 2009, p. 61, tradução livre)⁵⁴.

Por essa perspectiva e concordando com Frosh (2009), podemos dizer que os casos em que o jornalista não esteve presente no evento podem passar como textos produzidos por pessoas que estavam no evento porque “a ênfase não está na ‘origem’ do discurso, mas na experiência de mundo que imaginamos através do texto” (FROSH, 2009, p. 61, tradução livre)⁵⁵. É o “texto testemunhal”, portanto, que indica aos leitores que o evento deve ser considerado real não exatamente porque o repórter esteve no local, mas porque reconstituiu o acontecimento pelo testemunho de terceiros e/ou a partir dos seus rastros. E sendo assim, sugerimos, o que o testemunho perde em autenticidade, ganha em seu potencial dialógico.

Não se pretende com isso enclausurar o debate no universo discursivo – correríamos o risco de cair naquilo que se pretende criticar. Dar ao “texto” o status de testemunha, construir a presença narrativamente, tecer a intriga recorrendo ao testemunho, ao nosso ver, significa complexificar a questão, dando mais um passo no sentido de comprovar a hipótese de que os encontros podem se dar pela narrativa. Como aponta Fernando Resende em diálogo com Paul

⁵⁴ Texto original: “*A witnessing text is one whose structure interacts with the audience to create not just an imaginative experience regarding the subject of its discourse (what it was like to be caught up in a tsunami, for instance) but also the conjecture that this text is a witnessing text, that the event described really happened, and that the text was designed to report it (for a religious or moral purpose).*”

⁵⁵ Texto original: “*The emphasis is not on the ‘origin’ of the discourse but on the experience of the world we imagine through the text.*”

Ricoeur, “a escrita não explica o mundo, pois o mundo que o texto exhibe diante de si é dependente e, em certa medida, concomitante ao mundo que experimentamos” (RESENDE, no prelo).

Assim, onde alguns enxergam a maior fragilidade do testemunho, a “lacuna de verdade” – a difícil encruzilhada entre experiência e discurso –, nós enxergamos também o seu maior potencial. Ante a acusação, um álibi. Testemunho não é, como já reconhecemos nos capítulos anteriores à luz de Agamben (2008), Seligmann-Silva (2010), Didi-Huberman (2012), aquilo que carrega a verdade integral no sentido a que o jornalismo se prende a todo custo. Testemunho é antes o que resta. Por essa perspectiva e concordando mais uma vez com Frosh (2009), trata-se de reconhecer que testemunhar não significa a completa imersão no mundo testemunhado, mas “um ato imaginativo de construção da experiência que, no entanto, permanece no aqui e agora do discurso” (FROSH, 2009, p. 59, tradução livre)⁵⁶.

Sem pretender cair em esquematismos, sugerimos uma revisão da tipologia de Peters à luz de Frosh que poderia ser assim ilustrada:



Figura 5 – Diagrama inspirado nos conceitos de Paul Frosh

Fonte: Elaboração da autora.

Ora, se concordamos que há uma forma discursiva do testemunho e que por meio da mídia os leitores/espectadores também se tornam testemunhas dos eventos transmitidos (FROSH, 2009; ELLIS, 2009) e não meros destinatários (PETERS, 2009), podemos avançar na ideia de que a lacuna que existe entre a experiência e discurso é habitável e não

⁵⁶ Texto original: “It is an imaginative act of experiential construction that never the less remains in the here and now of discourse”.

intransponível (FROSH, 2009). Nesse sentido, Frosh sugere uma inversão no modo como encaramos testemunho e que vai se constituir na condição estruturante do testemunho midiático. Isso exige que nos concentremos na relação entre “texto testemunhal”, levando em conta aqui o modo como a narrativa reconfigura o acontecimento sem aprisioná-lo, e o público que o acessa. A partir de agora assumimos que o testemunho pode se dar tanto na relação direta estabelecida entre a testemunha e seu próprio enunciado quanto na interação que ocorre entre o texto e o público.

O desafio que isso nos impõe é imenso dado o peso que a presença física da testemunha assume no ato de testemunhar tanto no discurso legal quanto no jornalístico. Mas esse é um salto necessário uma vez que pretendemos expandir a discussão para o fato de que, no *jornalismo de teor testemunhal*, não importa tanto a fidelidade absoluta ao referencial ou à verdade pura dos discursos de mídia, mas a experiência que esse tipo de narrativa nos proporciona.

Com esses dois pontos em mente – 1) testemunhar entendido como um ato realizado não apenas por uma testemunha mas também por um texto; e 2) o vínculo que se estabelece entre público e texto é também uma forma de testemunho – e sem perder de vista a “lacuna de verdade”, sugerimos a entrada na leitura do próximo tópico, em que a partir desses parâmetros analisamos uma narrativa que nos coloca no centro da cena de um crime.

3.4 NAS DOBRAS DO TEXTO TESTEMUNHAL, UMA NOVA MATRIZ

Nelson Irineu Golla acordou ansioso e impaciente. Tinha 74 anos no domingo em que decidiu morrer. Vestia camisa cinza-escuro quando partiu para a clínica em que a mulher, Neusa, encontrava-se internada depois de dois AVCs, alimentando-se por uma sonda. Levava uma bomba de fabricação caseira e uma caixa de fósforos. Estavam casados há 47 anos. E o seu plano, se a coragem fosse suficiente, era dar fim ao sofrimento da mulher e ao seu próprio, tirando-lhes a vida. Deixara tudo pronto. Em carta, havia pedido desculpas aos dois filhos. A reportagem, publicada nove meses depois do fato, como um folhetim, em três partes no jornal *O Estado de São Paulo*⁵⁷, conta mais:

⁵⁷A reportagem foi publicada concomitantemente no jornal impresso (em três domingos consecutivos, com os títulos de “Sede”, “Tormenta” e “Vazio”, e na plataforma *Brio Stories* (também de forma seriada) e pode ser lida na íntegra em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,sede,1769687>> (jornal) e <<https://medium.com/brio-stories/sobre-a-sede-40f53895e6da>> (*Brio Stories*). Acesso em: 15 mar. 2017.

A dona da clínica almoçava no pátio, ao lado do quarto, quando escutou o estrondo. Levantou-se num pulo e correu para os fundos da casa. Caíram no chão o prato de lasanha e a bisnaguinha com água de coco, que estavam em cima mesa. “Estourou o poste de luz, Luciane, corre pra desligar a TV!”, gritou Dona Guiomar, a faxineira da clínica. “Não! A casa da frente é que tá desabando!”, respondeu a enfermeira, enquanto corria até os fundos.

Ao passar pela janela do quarto de número 03, olhou para dentro e estacou. Viu Nelson deitado no chão. Viu que a cama hospitalar de Neusa estava do outro lado do quarto, quase em cima do leito de Almerinda. Sentiu o cheiro de fumaça e pólvora. Olhou para Neusa. Começou a gritar.

– Ele matou! Ele matou! Ele matou! (*O Estado de São Paulo*, 26/09/2015).

Se algum jornalista estivesse no local dessa cena, no momento em que Nelson deitou-se em cima da esposa, abraçando-a como pode, era exatamente isso o que veria. Era isso o que veria?

Intitulada “Sede”, esta narrativa conta, de forma atemporal, intercalando episódios do passado do casal com o momento presente, sobre um homem que, na impossibilidade de lidar com a falta de perspectivas, a velhice que lhe pesa como um fardo e a proximidade da perda do grande amor para a doença, toma a decisão de matar a esposa e a si próprio. O que para alguns é considerado assassinato, para outros, eutanásia, alterou para sempre a vida dos que estiveram ligados ao casal de algum modo.

Desde o início da reportagem até o seu desfecho, o leitor sabe que está testemunhando uma tragédia iminente. Mas o fato de entender do que se trata e para onde a história o leva (inclusive por se referir a um assunto noticiado na mídia na época em que aconteceu), não tira o interesse da leitura. Aqui, o que motiva não é tanto saber o que aconteceu, nem mesmo de que forma aconteceu, mas o modo como experimentamos tal acontecimento pela narrativa jornalística a partir do testemunho dos que sobreviveram ao trauma.

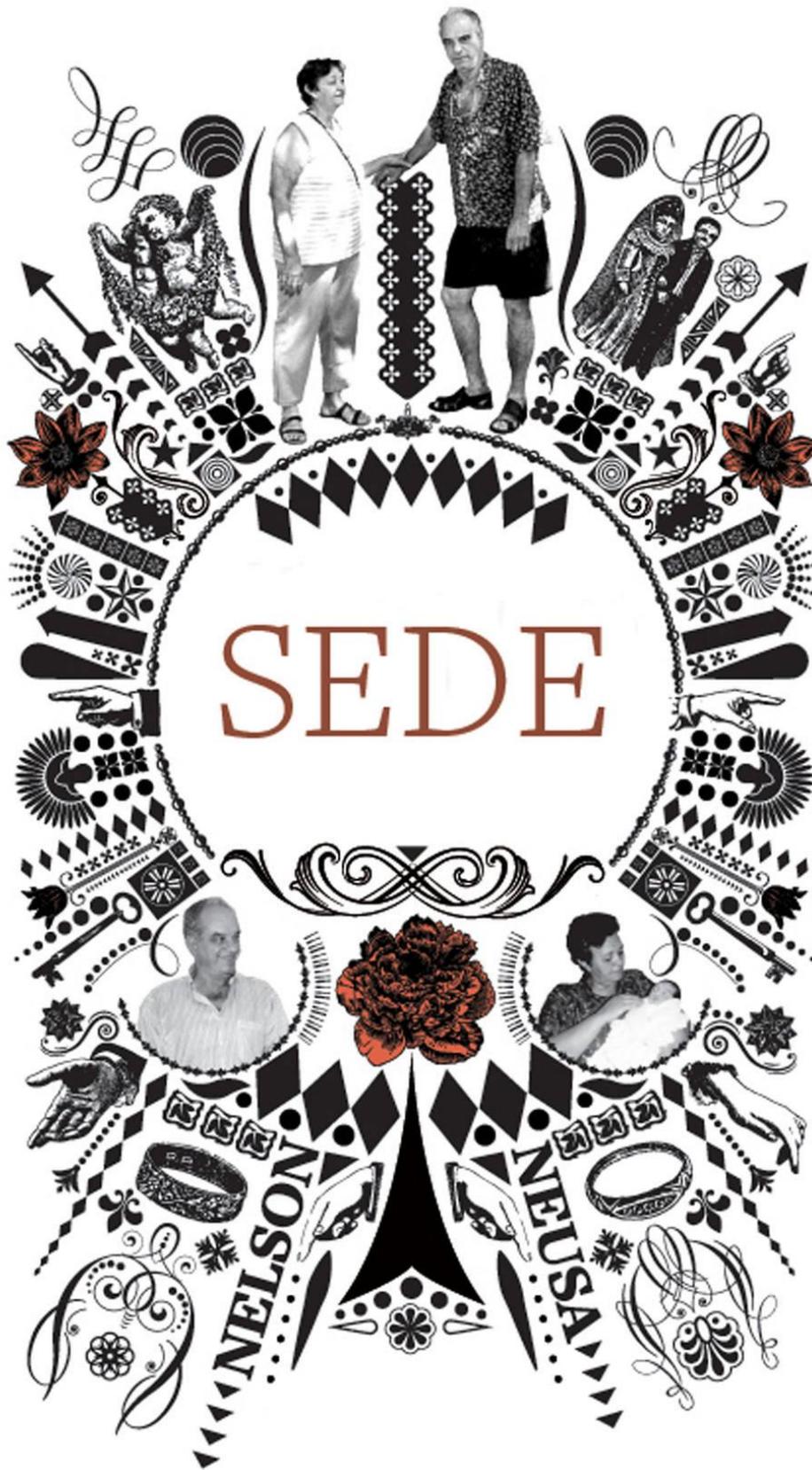


Figura 6 – Nelson e Neusa na capa da reportagem impressa
Fonte: *O Estado de S. Paulo*.

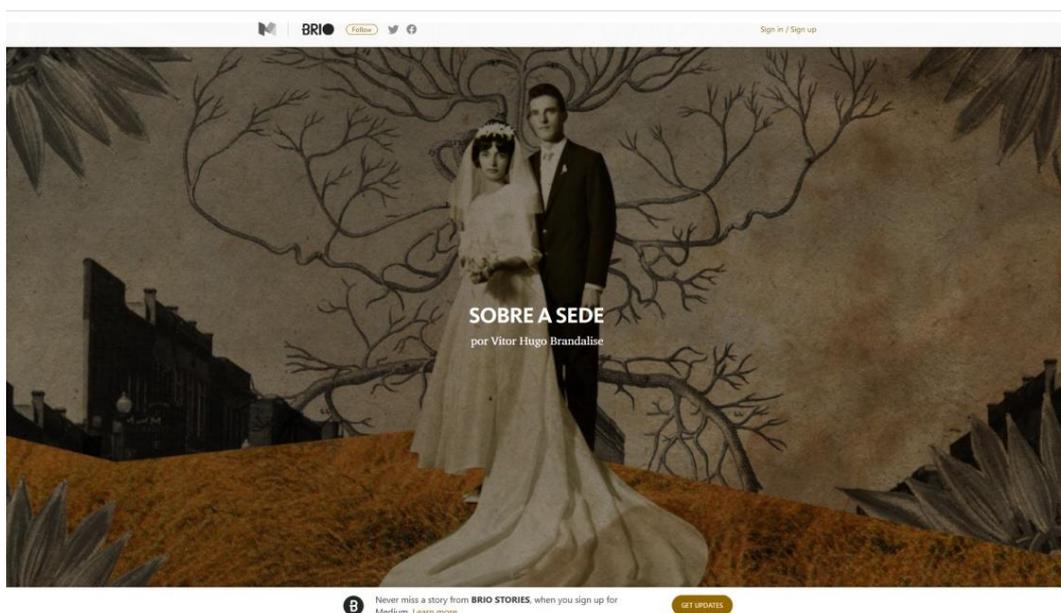


Figura 7 – Nelson e Neusa na abertura da reportagem na web
 Fonte: *Brio Stories*.

Testemunho é ideia recorrente para o jornalismo. Manuais de redação e estilo, escolas e muitos autores que também exercem a profissão consideram essa uma das marcas centrais da reportagem (LAGE, 2008; CASADEI, 2013). Para Cláudio Abramo (1988, p. 110), por exemplo, “o jornalista deve ser aquele que conta a terceiros, de maneira inteligível, o que acabou de ver e ouvir”. Zuenir Ventura⁵⁸ já disse que o jornalista é uma testemunha do seu tempo – não um juiz, não um promotor, uma testemunha. E em artigo para o jornal italiano *L'Express*, Umberto Eco foi mais longe, escrevendo que o jornalismo não tem o dever de objetividade – tem um dever de testemunho; ele deve testemunhar sobre o que sabe e deve testemunhar dando a sua versão dos acontecimentos (CATALÃO, 2014).

Nilson Lage (2008), que em livro didático classificou a “função testemunhal” como uma característica determinante da reportagem, afirma que o século XX foi o “século do jornalismo-testemunho” em contraste com o “jornalismo publicista”, dos séculos XVII e XVIII, e o “jornalismo educador”, do século XIX (LAGE, 2008, p. 21). O que contribui para isso é a consolidação da reportagem testemunhal – aquela em que o relato comporta a um só tempo a vivência do repórter, as informações a que teve acesso e impressões subjetivas – como uma prática discursiva plenamente aceita ao longo dos tempos inclusive com a utilização de uma linguagem própria que ajuda a validar o narrado.

⁵⁸ Zuenir Ventura já fez essa declaração em diferentes ocasiões, em crônicas para a imprensa ou entrevistas em que é ouvido sobre o papel do jornalismo. Disponível em: <<https://goo.gl/QV6nws>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

Ao lançar mão ou fazer do estatuto social do testemunho uma função predominante de sua prática discursiva, é essa autoridade como fiel guardião da verdade que o jornalismo evoca. Chareadeau (2006) chama de *efeito de testemunho*, aquilo que emana de um locutor que descreve o que viu ou ouviu. Para ele, “a declaração relatada se reveste de um caráter de veracidade por ter como única finalidade descrever a realidade tal como foi vista e ouvida” (CHAREADEAU, 2006, p. 169).

A propósito, Adriano Duarte Rodrigues (2016, p. 58) acrescenta que “o próprio fundamento dos discursos factuais se baseia quase sempre na fiabilidade do testemunho do narrador e não na sua observação e verificação diretas”. Ao ler uma matéria ou assistir a um telejornal, “partimos habitualmente do pressuposto de que o jornalista é digno de confiança e nos relata aquilo que efetivamente aconteceu, fazemos fé na credibilidade da sua palavra, confiamos na fiabilidade das imagens do acontecimento” (RODRIGUES, 2016, p. 58).

Sodré (2009), para quem a credibilidade do jornalista decorre muito provavelmente do lugar privilegiado que ocupa como mediador entre a cena do acontecimento e a sociedade global – “o lugar da testemunha” –, recorre a Scannei (2009, p. 8): “Ser testemunha é assistir a um acontecimento, ter em consequência um acesso direto, imediato ao que está sendo produzido. O fato de estar presente no lugar confere à testemunha direitos morais e direitos à comunicação”. Já para Casadei (2014), trata-se de uma estratégia discursiva usada para confirmar “a suposta existência de um acontecimento noticiado a partir da evocação a pessoas que assistiram ou presenciaram esse evento” (CASADEI, 2014, p. 156).

Em um trabalho de fôlego, Casadei investigou os diferentes códigos⁵⁹ narrativos que sustentaram a função testemunhal (em constante relação com as funções de novidade e de verdade) no jornalismo das revistas brasileiras ao longo do século XX. Tomamos o estudo da autora para diálogo porque, embora focada em uma perspectiva histórica e nas estratégias de semantização dos acontecimentos na narrativa, para efeitos desta nossa pesquisa, é interessante notar como o testemunho ocupa lugar privilegiado na imprensa do século passado – não por acaso, o jargão da “testemunha ocular da história” ainda hoje é chamado à cena sempre que se quer imputar ao jornalismo o caráter de portador de verdade irrefutável de um acontecimento.

A autora identificou três fases que correspondem a diferentes regimes de escrita na reportagem em revista no Brasil. Em todas elas, a função testemunhal se sobressai ora em

⁵⁹ Em sua pesquisa, Casadei (2014) trabalha a partir do conceito de código, de Roland Barthes: “O código é uma perspectiva de citações, uma miragem de estruturas” [...] “uma das forças que se podem apoderar do texto” [...] “uma das Vozes que compõem a malha do texto” (BARTHES, 1992, p. 54).

códigos autorreferenciais que se caracterizam pela fala do repórter como a principal testemunha e narrador em primeira pessoa ora pela ascensão das fontes-testemunhais nos relatos. Nesse último caso, a reportagem é estetizada para além da narração de um fato que se conta pela vivência do jornalista em relação ao assunto noticiado. Aqui, a questão que se coloca é que, apesar do repórter participar da narrativa, “há um outro movimento de escrita que impõe a participação mais ativa de outros actantes testemunhais no relato” (CASADEI, 2014, p. 432). Nesses casos, a matriz narrativa passa a ser formada por códigos experienciais – em primeira e terceira pessoa – concomitantemente ao código biográfico– quando “a ação da estória é interrompida para que haja a descrição pormenorizada de um personagem” (CASADEI, 2014, p. 265). Mas em ambos, o estatuto do testemunho tem lugar central.

Somente na terceira e última fase, aquela que se consolida no final da década de 1960 e, de acordo com Casadei (2014), se manteria até os dias atuais, haveria uma inserção das fontes não testemunhais no narrado e uma valorização de códigos suplementares que ela chamou de impessoal – quando “a narração de um acontecimento não é atribuída a nenhum sujeito de fala, criando a ilusão referencial de que o acontecimento se narra sozinho” (CASADEI, 2014, p. 298)⁶⁰. Nesse momento, diz Casadei (2014),

[...] é possível ver um reengendramento da função de verdade no jornalismo, a partir do qual a função testemunhal é confrontada, na narrativa, com outras provas de verdade exteriores ao relato. Se, em um primeiro momento, era a testemunha quem fornecia o lastro de veracidade central da estória, é possível observar, no segundo período, a desfuncionalização da testemunha na narrativa (já que o seu testemunho é provado por elementos exteriores a ele e, portanto, o testemunho já não se confirma enquanto testemunho) e o alicerçamento de outras provas de verdade impessoais como lastro de veracidade do relato. (CASADEI, 2014, p. 434).

Esse é o papel das fontes testemunhais. Essa mudança de padrão narrativo pode identificar a disputa por uma maior objetividade no campo, como se nesta fase marcada por códigos “menos suspeitos” como os que asseguram a função testemunhal, essa verdade estivesse preservada. Se anteriormente a promessa de verdade era sustentada pelo testemunho, agora, o jornalismo apela a artifícios outros para afiançar a fidedignidade aos fatos. No

⁶⁰ De acordo com a classificação da autora, os códigos impessoais são: 1) Código numérico: remissão a dados numéricos, estatísticas e cálculos que servem para confirmar um posicionamento ou para tentar fornecer um padrão para determinado assunto; 2) Código analógico: a imagem acerca de determinado acontecimento é dada a partir do cotejamento desta com outras situações semelhantes; 3) Código da voz impessoal da ciência: o próprio conhecimento científico ganha proeminência enquanto elemento da reportagem, assumindo o primeiro plano do relato; 4) Código do especialista: evocação a profissionais que detêm um saber especializado em um determinado campo de atuação; 5) Código do prognóstico: inserção do fato noticiado dentro de uma cadeia temporal mais ampla que engloba o passado e o futuro; 6) Código documental: remissão a um documento oficial como forma de respaldar e legitimar as afirmações do veículo; e 7) Código da voz impessoal da opinião pública: enuncia uma suposta instância objetiva de opinião: a própria instância da esfera pública (CASADEI, 2014).

entanto, como conclui a pesquisa de Casadei, não é possível dizer que a primazia da objetividade no relato jornalístico seja maior em uma ou outra fase. Ou seja, nem aquela estratégia nem estas garantem um jornalismo mais objetivo, neutro ou imparcial.

Curiosamente, ao mesmo tempo em que entram em cena esses outros códigos como que para agregar um valor de verdade ao jornalismo no contemporâneo, é também a partir do final do século passado e início deste que se evidencia uma retomada de narrativas jornalísticas pautadas pelo signo do subjetivo e talvez possamos dizer que este é sintoma de uma época. A entrada em cena do “eu” como principal sujeito do discurso em narrativas se torna uma característica desse contemporâneo em que, diante das ferramentas tecnológicas, os sujeitos cada vez mais expõem de forma pública e em rede as suas singularidades mais radicais. Para Serelle (2009), nessas reportagens construídas subjetivamente a partir de uma situação limite – que não devem ser confundidas com a profusão de relatos íntimos nos blogs e redes sociais – não é por outra via que não a do testemunho que o narrador reivindica o efeito de verdade daquilo que está sendo narrado. Muitas vezes, acrescentamos, nem precisam ser narrativas marcadas pelo uso da primeira pessoa. O que está em jogo aqui são as subjetividades que vêm à tona pelo relato jornalístico para além das estratégias utilizadas.

A partir do que foi exposto até aqui, assumimos que testemunhar, no jornalismo, pode ser tanto a possibilidade do jornalista viver uma experiência ou assisti-la para depois contar quanto a reconstituição de um fato a partir da experiência de terceiros ou daqueles que assistiram para depois contar. De um jeito ou de outro, tendo acesso privilegiado ou não ao acontecimento, participando ou não do evento, é na narrativa – como já vimos – que o efeito de presença se configura. Isso é o que nos permite dizer que no processo jornalístico são testemunhas o jornalista, as fontes e o próprio espectador, que se torna testemunha pelo testemunho de outros, mas também o texto que possibilita que os sujeitos se façam presentes imaginariamente no acontecimento. Como em um palimpsesto, somos enredados por sucessivas camadas de testemunhos que em última instância fazem com que seja possível “experimentar a experiência”.

Nesta narrativa, percebam como o *narrador-jornalista-testemunha* constrói uma presença no texto de modo que, mesmo ausente no espaço e no tempo, ao leitor seja dada a possibilidade de acessar o evento.

Nos últimos dois meses, a língua de Neusa começara a atrofiar e definhara até travar por completo. O mesmo ocorrera com os braços, que agora cruzavam-se imóveis sobre o tórax. As mãos de pouca carne se contorceram, não podiam pegar

mais nada. A perna direita de Neusa também atrofiara. Levantou-se na clínica uma suspeita de ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica), que não chegou a ser confirmada. Quando ainda falava, Neusa chamou o marido para perto:

– Nelson, o que eu fiz na vida para sofrer assim?

Ele ainda quis brincar, balbuciou algo como “jogar pedra na cruz é que não foi”, mas saiu de lá muito abatido e, pelo que disse mais tarde, com sérias dúvidas em relação aos desígnios de Deus. Nelson era católico de formação, fizera os sacramentos perto dali, na Igreja de Santo Emídio, mas há tempos sentia-se cada vez mais descrente e, em seus pensamentos, O desafiava com frequência. “Não sei onde Ele fica dentro de uma clínica dessa”, disse aos filhos uma noite. “Não sei qual é o Deus que rege esse negócio.” (*O Estado de São Paulo*, 26/09/2015).

Quando distanciados do fundamento ontológico que torna obrigatória a presença da testemunha no evento, começamos a desenhar outras possibilidades para o jornalismo. Nesse caso como na maioria dos relatos jornalísticos ligados a eventos traumáticos, o repórter não “estava lá” – não poderia. Mas, mesmo que estivesse, como as demais testemunhas que orbitam em torno dos personagens dessa reportagem, a ele não seria dado o domínio total do acontecimento. Não custa recorrer à literatura exógena e lembrar, outra vez, o que nos disse Agamben (2008, p. 162): testemunhas “não são nem os mortos nem os sobreviventes nem os submersos nem os salvos, mas o que resta entre eles”.

Embora para o testemunho (em qualquer uma das suas vertentes) seja vital permanecer leal ao evento, é preciso entendê-lo como algo que se desdobra no tempo e, sendo assim, o “estar lá” não deve ser apreendido em seu sentido metafísico como sendo possível ocupar o lugar no momento exato em que o evento se deu (BRAND, 2009). Essa presença pode ser construída na forma de inúmeros rastros, desde bastidores e notas do repórter até a costura que faz das vozes em cena, pensamentos, elucubrações ou o máximo de detalhes. Não quer dizer que o acontecimento se passou exatamente da forma como revelado no relato, mas assim é que ele foi apreendido. Em mais um trecho:

Ele tinha boa presença de espírito e isso o destacava na casa de repouso, onde o som que mais se ouve são queixumes e lamúrias. Uma das enfermeiras provocava:

– Dona Neusa, vamos reagir, levanta da cama. Seu marido é tão bonito, não pode deixar solto!

Neusa franzia o cenho, parecia enciumada.

– Tô brincando, dona Neusa. A senhora é que tem sorte. Que homem hoje cuida da mulher desse jeito? Quero ver se meu marido vai ser assim quando eu envelhecer.

Por dever de ofício, Luciane tentava ficar atenta às visitas. Parentes distantes de idosos sem filhos (sobrinhos, sobrinhos-netos) recebiam atenção especial. “Vai que estejam interessados em uma herança?”, justificava ela.

Nelson e Neusa, por outro lado, serviam de exemplo. Eram chamados de “casal 20” e apontados como inseparáveis. Luciane flagrara muitos momentos de carinho entre os dois. Ele acariciava os curtos cabelos brancos e o rosto de pele fina e morena de Neusa e, embora sentisse uma pontada na coluna a cada vez, abaixava-se à altura do leito, abraçava a mulher (envolvendo-a com o braço bom) e a beijava. Ao notar que era observada pelas enfermeiras, Neusa sorria.

– Tá gostando, né, dona Neusa? - dizia Luciane - Mas daqui a pouco ele tem de ir embora, você sabe.

– Essa é minha velhinha, Luciane, e eu não vivo sem ela – Nelson interveio, certa vez.

– Agora, ela é minha, seu Nelson, o senhor perdeu. Não vai mais tirar ela de mim. (*O Estado de São Paulo*, 26/09/2015).

Se em qualquer narrativa, até mesmo as que se arvoram de dar conta do real, não existe nem uma única escolha aleatória – inclusive ou principalmente o uso das aspas – nessas tomadas pelo trauma ou pelo sofrimento, cabe ao *narrador-jornalista-testemunha* também selecionar as características que deseja evidenciar, por óbvio. Mas aqui, mais do que para demarcar uma distância, o objetivo é exatamente o contrário. Trata-se de implicar o leitor. É o modo como a presença física é construída no relato que nos orienta como leitores na posição de testemunha possível, de testemunha em potencial. Dialogando com as leituras que faz Brand (2009) a respeito do testemunho midiático, podemos dizer que, também no *jornalismo de teor testemunhal*, a presença é evocada não como um comprovante de verdade, mas para nos colocar, se não como responsáveis, pelo menos sensíveis ao evento narrado.

Pensamos estar avançando em direção a uma postura epistemológica adotada desde o início desta pesquisa que assume jornalismo por um paradigma relacional como já exposto. No entanto, gostaríamos de nos deter um pouco mais neste ponto que diz respeito ao modo como no imaginário social o jornalista é percebido, como aquele que testemunha e que traz a

veracidade em sua fala justamente porque esteve presente no lugar da ocorrência (CASADEI; VENÂNCIO, 2012). O que vai parecer um recuo, ao final, deve servir como um trampolim para o passo mais importante da pesquisa até aqui.

Vejamos:

Para Ricoeur (2007), a “fórmula típica do testemunho” é dada por um “triplo dêitico” que marca a relação com o tempo e o espaço e que se configura no discurso pela primeira pessoa do singular (“Eu”), a conjugação do verbo no passado (“Estava”) e a referência ao local de ocorrência (“Lá” ao invés de “Aqui”). “Eu estava lá”. Assim se autodesigna a testemunha. Mas como o testemunho é enunciado a alguém, isso acaba por gerar uma situação dialogal e, nesse sentido, é que entra em cena a dimensão fiduciária do testemunho. Já não basta dizer “Eu estava lá”. A isso a testemunha acrescenta: “Acredite em mim”. No entanto, como o testemunho se dá em uma região fronteira numa articulação entre realidade e ficção em que “entra em cena toda uma bateria de suspeitas” deixando-o sujeito a versões contraditórias, além do “eu estava lá” e do “acredite em mim”, à testemunha cabe afirmar ainda: “Se não acreditam em mim, perguntem a outra pessoa” (RICOEUR, 2007, p. 173).

De acordo com o filósofo, o ato de testemunhar faz sentido se supomos que o Outro é capaz de dizer a verdade. Com essa premissa, o que o autor sugere é ser necessário um crédito na palavra do Outro, uma espécie de “confiabilidade presumida” porque acreditamos no comprometimento moral daquele que fala. “A testemunha confiável é aquela que pode manter seu testemunho no tempo”, aponta Ricoeur (2007), quase como o mesmo efeito de uma promessa, uma vez que a testemunha será cobrada por sua declaração. “O intercâmbio das confianças especifica o vínculo entre semelhantes” (RICOEUR, 2007, p. 175).

As afirmações do autor francês dizem respeito à relação do testemunho com a História, mas ele mesmo sugere um potencial de empregos múltiplos para o termo de modo que não esgote as possibilidades de testemunho – algo parecido com a noção de teor testemunhal, de Seligmann-Silva, com o qual vimos trabalhando. De todo modo, para ficar mais claro, na concepção de Ricoeur (2003),

o testemunho é, num sentido, uma extensão da memória, tomada na sua fase narrativa. Mas só há testemunho quando a narrativa de um acontecimento é publicitada: o indivíduo afirma a alguém que foi testemunha de alguma coisa que teve lugar; a testemunha diz: “creiam ou não, em mim, eu estava lá”. O outro recebe o seu testemunho, escreve-o e conserva-o. O testemunho é reforçado pela promessa de testemunhar de novo, se necessário; o que implica a fiabilidade da testemunha e dá ao testemunho a gravidade de um sermão. A dimensão fiduciária de todos os tipos de relações humanas é assim trazida à luz: tratados, pactos, contratos e outras interações que repousam na nossa confiança na palavra do outro. Mas o testemunho é, ao mesmo tempo, o ponto fraco do estabelecer da prova documental. É sempre

possível opor os testemunhos uns aos outros, quer no que diz respeito aos factos relatados, quer no que respeita à fiabilidade das testemunhas. (RICOEUR, 2003, p. 3).

Também para Derrida o testemunho é definido como “uma promessa de verdade até mesmo no perjúrio”. De acordo com o seu argumento, no testemunho, “a verdade é prometida para além de toda a prova, toda a percepção, toda a mostração intuitiva”. Nesse possível é que se fia toda a promessa de relação com o outro, a partir do testemunho, seja no jornalismo ou na história, na religião ou no direito. Assim, “ainda que eu minta ou perjure (e sempre e, sobretudo, quando o faço), prometo a verdade e peço ao outro para crer no outro que sou, aí onde sou eu o único a poder testemunhar” (DERRIDA, 1997 apud CASADEI; VENÂNCIO, 2012, p. 220).

Trazendo a discussão para o jornalismo e voltando a dialogar com Casadei (2014), a autora explora o fato de que o testemunho no jornalismo serve tanto como lastro imaginário da autenticidade do acontecimento no nível discursivo quanto como estratégia de referencialidade e legitimação em torno do narrado. No primeiro caso, através do testemunho do repórter. No último, por meio do confronto com outros pontos de vista. É a função testemunhal, sempre, “que fornece o substrato para o cumprimento imaginário de uma função de verdade no relato” (CASADEI, 2014, p. 264). Com base nas leituras de Derrida e Ricoeur, Casadei defende a ideia de que o testemunho no jornalismo se configura como uma “matriz de verdade presumida” na medida em que existe sempre uma “promessa imaginária de verdade” garantida pelo estatuto social do testemunho do qual o jornalismo se apropria em suas construções de sentido.

Porém, se por um lado é obrigatório concordar com Casadei (2014) quanto ao fato de que o jornalismo se ancora nesse aporte do estatuto social do testemunho para se legitimar, por outro também nos parece necessário admitir que isso apenas reforça o lugar autoritário instalado no campo e contribui para reiterar uma postura dogmática e pouco dialógica das narrativas jornalísticas. Sob o risco de ficar dando voltas, neste momento da tese é preciso dar um salto – talvez o mais arriscado desta pesquisa – e propor uma inversão no modo como o jornalismo tem olhado para o testemunho.

Testemunho, sugerimos, deve ser assumido no jornalismo não apenas como uma “matriz de verdade presumida” mas principalmente como *matriz de lacuna de verdade*. Significa dizer que, para ocupar o abismo que sempre vai existir entre a experiência e o discurso, entre o real e o simbólico, são imprescindíveis as pontes construídas a partir da linguagem, mas ao mesmo tempo, significa admitir que aquilo a que chamamos de “esforço

de verdade” já no segundo capítulo desta tese nos aproxima do acontecimento sem nos deixar atados a ele. A *matriz de lacuna de verdade* funciona, portanto, como uma orientação de que o testemunho, que sempre esteve ligado ontologicamente às noções de verdade e ao que pode capturar do acontecimento, ele é antes sobre o que lhe escapa (BRAND, 2009). Nesse sentido, é dessa característica que o jornalismo deve ser credor.

Voltando à reportagem que aqui nos ajuda a investigar a real potência do testemunho para o jornalismo, jamais vamos poder dizer se o que nos conta Nelson Irineu Golla, o marido de dona Neusa, é de fato o que aconteceu. Tampouco se o que nos apontam as fontes (“testemunhas oculares”) ou o repórter (*narrador-jornalista-testemunha*) é verdadeiro. Mas esse modo de contar nos faz sentir como um observador que participa do processo, uma testemunha. Porque o efeito de presença foi construído discursivamente como quer Frosh (2009) e porque a lacuna que o testemunho instaura é o que abre espaço para que experimentemos um acontecimento no momento em que temos acesso a ele. Em mais um trecho desta narrativa, é assim que o leitor é convocado a testemunhar:

Nelson está mudando, mas não tanto assim. Na altura em que falamos, ele me disse estar vivendo “um dia de cada vez”, sem mudanças bruscas—uma postura interessante, recomendada por psicólogos especializados em luto.

Ele não voltou a dormir no quarto do casal. Prefere adormecer no sofá, com a TV ligada. O filho Junior apareceu um dia com a ideia de vender a casa e se mudarem todos para o interior. Eles tinham familiares em Presidente Prudente, o pai gostava do campo, eles podiam se adaptar—por que não? Nelson não respondeu diretamente, disse apenas que “teria que ver”. Mas o que ele pensou foi que não mudaria daquela casa de jeito nenhum. Pensou que lutara tanto para construir o sobradão de três andares onde viviam há décadas e que não abandonaria aquela casa jamais. Somente quando “fosse embora”.

Sua esposa, Neusa, ainda não havia aparecido para ele, afinal. “Ela pode ficar perdida se quiser voltar e eu não estiver em casa. Até aqui, com certeza, ela sabe chegar”. No dia em que Neusa aparecer, ele pensou, ela saberá onde encontrá-lo. Talvez ele esteja na cozinha, preparando a refeição da família. Talvez esteja dormindo no sofá, talvez até durma sentado. Pode ser que ele desperte de súbito, um pouco assustado, pois ultimamente é assim que tem sido. Ele logo vai perceber. Ficará feliz por acordar novamente ao seu lado. (*O Estado de São Paulo*, 26/09/2015).

Testemunhamos como se estivéssemos lá no sofá da casa de Nelson, no momento em que a entrevista entre repórter e personagem se deu. Assim, vamos nos aproximando de um evento que escapa à representação, mas solicita comunicação (BRAND, 2009). Acessamos não o conteúdo original e autêntico, e sim, os traços que o compõem. À medida que a narrativa nos avizinha do acontecimento, percebemos que testemunhamos não o fato como aconteceu no passado, mas a maneira como o passado afeta o presente, afinal o acontecimento não se fecha no momento em que explode a bomba caseira.

Brand (2009) nos lembra ainda que uma testemunha é convocada precisamente quando não compreendemos completamente o que ou como alguma coisa aconteceu. Ele diz: “A testemunha é um substituto para a falta de uma experiência e, como ocupa uma posição paradoxal, atua como substituto tanto para a própria experiência quanto para sua impossibilidade” (BRAND, 2009, p. 198, tradução livre)⁶¹. Nas narrativas do sofrimento, como explica o autor, recorreremos à figura da testemunha, não para testemunhar os fatos, mas para testemunhar o fato de que o evento não pode ser reduzido aos fatos.

Por extensão, inferimos que, nas narrativas de um *jornalismo de teor testemunhal* a exemplo desta – bem como das duas outras às quais recorreremos nesta pesquisa –, a questão que se coloca não é mais, como pontua Brand (2009): Sobre o que trata este testemunho? Ou: Quão confiável é esta declaração como testemunho de uma experiência? Ou ainda: Como posso saber quem são esses personagens e se o que me dizem é verdade?. Essas são as perguntas que o jornalismo clássico continua a repetir. Aqui, as perguntas que o texto motiva são de outra ordem, como se, ao procurar a verdade dos fatos, fosse possível encontrar algo além, que se aproxima da complexidade do que está sendo narrado. Assim, o que essa narrativa provoca, embora comportando todos os procedimentos racionais típicos do campo, é de ordem afetiva: “Como me sinto ao ler este testemunho?” “Que afetos me desperta”?

Minha preocupação era não dizer nada que pudesse o magoar—tudo era muito recente ainda. Perguntei como ele estava e Nelson imediatamente levou a conversa para os tempos de internação na clínica Vera Cruz. “Lá fui tratado que nem criança, sabe? Todo mundo me cuidando e me paparicando, dizendo o que eu podia e não podia fazer. Eu até estranhava, pode comer isso, não pode comer aquilo... Gostei muito”. Não percebi na hora, mas, após alguns encontros, pensei

⁶¹ Texto original: “*The witness is a surrogate for the lack of an experience and, as such, occupies a paradoxical position, acting as a surrogate both for the experience itself and its impossibility*”.

entender o que ele sentia: depois de anos cuidando de outro, era satisfatório ser cuidado novamente.

Sempre sentado no sofá da sala, escutei-o contar sua história. Perguntei sobre como ele conheceu a esposa e Nelson resumiu os 54 anos de união em menos de três minutos. Ele preferia falar sobre o que fizera na casa de repouso. Pensei com uma espécie de alívio que minha presença ali poderia servir pelo menos para que ele desabafasse. “Ainda antes de casar, a gente já tinha a intenção de construir uma família, ter filho, comprar uma casa. Já tinha o nome do primeiro filho antes de nos casar! Você se transforma completamente, fica enraizado, e já não tinha como viver sem ela”, ele disse. E prosseguiu, resumindo a decaída da mulher e a decisão que tomara em uma só frase: “Ela ficou ruim, ruim, ruim, e aí eu fiz isso aí que você já sabe”. Foi a forma como ele introduziu o tema que me levou a procurá-lo. (*O Estado de São Paulo*, 26/09/2015).

Esse tipo de efeito que defendemos ser provocado pelo testemunho enquanto *matriz de lacuna de verdade* no jornalismo – quando o que está em jogo não é mais majoritariamente o teor de verdade do relato – nos orienta como leitores na posição de testemunha possível, de testemunha em potencial. Tanto quanto o próprio repórter. Nesses casos, estamos nos aproximando do sentido de testemunho proposto por Gagnebin (2009, p. 57), cuja tarefa consistiria em restabelecer o espaço simbólico onde se possa articular “aquele que não faz parte do círculo infernal do torturador e do torturado, do assassino e do assassinado, aquilo que, inscrevendo um possível alhures fora do par mortífero algoz-vítima, dá novamente um sentido humano ao mundo”.

Difícil imaginar um lugar tão propício para isso acontecer quanto o jornalismo. E, no entanto, difícil imaginar lugar tão distante. É sobre isso que vamos nos debruçar no próximo capítulo. Mas antes, justamente porque esse ponto faz tensionar o campo naquilo que está latente durante toda esta pesquisa – a questão da objetividade –, é necessário um breve entreato.

3.5 O QUE RESTA DA OBJETIVIDADE

Duas décadas atrás, Jay Rosen (1993) já afirmava, sem exageros, que o jornalismo é o último refúgio da objetividade. Para ele, todo o pensamento das ciências humanas e sociais

nos últimos tempos tem caminhado em sentido contrário à noção de objetividade enquanto uma teoria de alcance da verdade a toda prova. E no entanto é no jornalismo que o conceito permanece como dogma. Mesmo quando os jornalistas se afastam desse preceito, diz Rosen, procuram apoiar-se em algo como: se ninguém pode ser completamente objetivo, pelo menos tentemos ser imparciais. Isso nada mais seria senão uma espécie de adaptação ao desgaste que a objetividade vem sofrendo em seu sentido epistemológico.

É preciso estar atento ao que a objetividade encobre quando encarada como um ritual estratégico (TUCHMAN, 2016b). Usado em nome de uma suposta responsabilidade, o conjunto de rotinas e procedimentos constantemente evocado pelos profissionais acaba servindo a um propósito menos nobre, o de desqualificar críticas que porventura lhes sejam direcionadas. Para dar uma dimensão do problema, Rosen toma como exemplo a simples diretriz que determina que o jornalista escute sempre os dois lados de uma história assegurando o mesmo peso às versões – o que, no limite, na ausência da declaração contraditória, faz com que o “outro lado” mereça apenas uma compacta nota de rodapé: “até o fechamento desta edição, não obtivemos resposta”.

Essa ilusão de equilíbrio e justiça dá ao jornalista a credencial de objetivo e o exime das acusações de parcialidade, ao mesmo tempo que o ajuda a “reivindicar o meio termo autoritário entre os extremos” (ROSEN, 1993, p. 50, tradução livre)⁶². É por isso que ouvimos constantemente os jornais argumentando editorialmente que se são rotulados de conservadores pelos progressistas e, ao mesmo tempo, de progressistas, na opinião dos conservadores, é porque se mantêm no caminho certo, o caminho do meio. Esse é, para Rosen (1993, p. 50), provavelmente, “o efeito mais nefasto e insidioso da objetividade”, como se aos jornalistas fosse dada carta branca para ignorar qualquer julgamento. “É onde a objetividade se torna extremamente prejudicial à credibilidade do jornalista porque elimina a possibilidade de aprender com a crítica” (ROSEN, 1993, p. 50, tradução livre)⁶³.

Podemos dizer que esse modo de encarar a objetividade tem a ver com as noções de testemunho – pelo menos, com a percepção de testemunho enquanto “matriz de verdade presumida”, como apontada por Casadei (2013), aquela que imputa o jornalista como o sujeito competente para trazer a verdade dos acontecimentos em textos claros, precisos e confiáveis exatamente por serem considerados isentos de antemão. Nesse sentido, Traquina (2005) chega a qualificar o testemunho como uma das quatro operações jornalísticas favoráveis ao valor da

⁶² Texto original: “*helps journalists claim the authoritative middle ground between extremes*”.

⁶³ Texto original: “*is where objectivity becomes extremely damaging to the credibility of the journalist because it eliminates the possibility of learning from criticism*”.

objetividade⁶⁴, uma vez que testemunho, para o autor, refere-se ao modo como o jornalista apresenta o fato passado a partir de fontes, apresentando o conflito entre as diferentes versões sem interferências. Ou seja, de acordo com Traquina (2005, p. 140), testemunho está diretamente relacionado à máxima de “ouvir os dois lados da questão”.

Por outra perspectiva, ao propor nesta tese o entendimento de testemunho como *matriz de lacuna de verdade*, estamos subtraindo o prestígio que a objetividade ocupa nos relatos jornalísticos. Aqui, recorreremos ao testemunho como aquilo que nos aproxima da experiência e do teor de verdade dos fatos sem necessariamente vinculá-los a uma medida objetivam as, pelo contrário, relacionando-os a uma composição fragmentada e repleta de subjetividades. Não se trata mais de garantir a verdade pelo fato de “ter estado lá”, como já foi dito, ou mesmo de se resguardar por trás de evasivas habituais como: “Estou apenas relatando os fatos como ocorreram”. Nessa outra modalidade narrativa, assume-se o risco de narrar sem desviar das implicações que isso acarreta.

Nesse sentido, Rosen (1993) também nos ajuda a refletir ao reconhecer novos caminhos e formatos assumidos pelo jornalismo contemporâneo que põem em xeque a objetividade como valorizada até então. Ele diz que, se antes a credibilidade do campo resultava do desapego e da distância – o jornalista era tão mais legítimo quanto menos estivesse envolvido ou interessado – pelo novo pensamento, a credibilidade vem justamente porque o jornalista se importa. Apesar disso, a objetividade ainda expressa uma série de valores considerados justificáveis para o campo e, seja na forma de um ideal seja como uma meta, continua a ser defendido na academia ou nas redações.

Márcia Benetti (2008) concorda com Tuchman quanto ao fato de que “objetividade é estratégia”, mas a autora também entende objetividade como um princípio do jornalismo, algo a ser conquistado no processo a partir de métodos rigorosos de apuração, no cruzamento das fontes, na pluralidade de versões, por exemplo. Então, ainda que defenda a objetividade como um valor epistemológico – e que, portanto, deixa de ser a mera descrição do real – Benetti argumenta que há procedimentos inerentes ao padrão operacional do jornalismo como gênero discursivo que não podem ser negligenciados. A autora recorre a Cornu (1999) para ponderar que a objetividade não deve ser confundida com uma intenção ingênua:

Se tivéssemos de exprimir a sua exigência por meio de um só critério prático, esse critério seria o do rigor no método. O rigor é ir ao fundo das investigações

⁶⁴ As outras três operações jornalísticas associadas ao valor da objetividade, de acordo com Traquina, são: a apresentação de provas auxiliares; o uso judicioso das aspas; e a estruturação da informação numa sequência apropriada.

materialmente realizáveis, no tempo dado para essas pesquisas. É a recolha de todos os fatos confirmados disponíveis. É tudo que se opõe à falsificação, à deformação, à mentira. (CORNU, 1999 apud BENETTI, 2008, p. 24).

Ao evocar o “rigor do método” para garantir uma correta descrição dos fatos, o autor não deixa de atribuir à técnica um papel preponderante na atividade jornalística. Para reforçar seu argumento, Cornu (1999 apud BENETTI, 2008, p. 24) nos diz que “o jornalista não está dispensado de recorrer aos instrumentos elementares” como publicar unicamente informações cuja origem conhece, ou senão acompanhá-las das reservas necessárias; não suprimir informações essenciais; não alterar nem textos, nem documentos; retificar uma informação publicada que se revele inexata.

Sem discordar desses procedimentos, uma vez que dizem respeito efetivamente à natureza ética da profissão, parece arriscado afirmar que o “rigor do método” faz com que o jornalismo se aproxime da verdade, uma vez que isso seria atribuir à técnica um papel preponderante na atividade jornalística que aqui se pretende questionar. Se cabe ao jornalista selecionar a informação de acordo com um grau de importância que ele próprio lhe atribui, é ao fim e ao cabo a sua versão dos fatos que se sobressai na narrativa. Sendo assim, mesmo quando segue fórmulas como a da pirâmide invertida e responde na abertura das matérias às clássicas perguntas – o que, quem, como, quando, onde e por que –, são os seus critérios que contam para priorizar esta e não aquela informação na cabeça e no corpo do texto.

Há, mais recentemente, estudos no cenário brasileiro que parecem apontar para uma maior flexibilização do conceito de objetividade mais afinado com o contexto contemporâneo. Ao propor uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas, Veiga e Marocco (2017) demonstram a incapacidade da objetivação jornalística forjada no século XIX influenciada pelo positivismo com exercícios de apuração e redação análogos ao método científico. Citando Donna Haraway, as autoras apontam para uma perspectiva em que a objetividade “não diz respeito a desengajamento” e sugerem uma “objetividade situada”, que pressupõe que “se possa deixar claro de onde se fala, se enxerga, se escuta – nossa ‘posição de sujeito’” (VEIGA; MAROCCO, 2017, p. 9).

A jornalista Fabiana Moraes (2015) – cuja narrativa “O nascimento de Joyce” nos servirá de suporte na etapa final desta pesquisa – chega mesmo a propor um jornalismo que se utiliza do subjetivo como um valor tão caro quanto a sua antítese. No ensaio “Por um jornalismo de subjetividade”, a autora sugere que sejam considerados, ao invés de negados, os elementos que escapam da rede técnica, assumindo que “não é possível domar o mundo

exterior – e o Outro – em sua totalidade [...], mas que devemos, antes, incorporá-lo, dentro de nossas limitações, às práticas jornalísticas” (p. 159).

Para Moraes (2015), isso não significa um desrespeito a uma teoria ou a uma prática em que diversas regras da objetividade são vitais como a pertinência da informação, a checagem minuciosa de dados e fatos ou a clareza na escrita, por exemplo. O que a autora faz é chamar a atenção para o necessário amadurecimento e o entendimento de limites teóricos, profissionais e individuais que rondam a questão. “É importante levar em conta que objetividade e subjetividade não podem ser extraídas da produção noticiosa, uma vez que estão imbricadas”, ela escreve (p. 160).

O que resta da objetividade é o que existe de mais singular no acontecimento, aquilo que nos distancia do reino da cognição em direção ao afetivo. O que resta da objetividade é um jornalismo-além.

CAPÍTULO IV

Nós, as testemunhas

“Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro”
(Clarice Lispector)

“Caro leitor: tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”
(Bernardo Kucinski)

4.1 TESTEMUNHA EM POTENCIAL: UMA AMPLIAÇÃO DO CONCEITO

Aqui está a minha irmã, e algum amigo (qual?), e muitas outras pessoas. Todos me escutam, enquanto conto do apito em três notas, da cama dura, do vizinho que gostaria de empurrar para o lado, mas tenho medo de acordá-lo porque é mais forte que eu. Conto também a história da nossa fome, e do controle dos piolhos, e do Kapo que me deu um soco no nariz e logo mandou que me lavasse porque sangrava. É uma felicidade interna, física, inefável, estar em minha casa, entre pessoas amigas, e ter tanta coisa pra contar, mas bem me apercebo de que *elas não me escutam*. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse. Minha irmã olha para mim, levanta, vai embora em silêncio. (LEVI, 1988, p. 85, grifos nossos).

Em muitos momentos de *É isso um homem?*, Primo Levi (1988) conta de um sonho que o atormenta recorrentemente. Com algumas variações, nele, seja por desinteresse seja por não tolerar a verdade insuportável, as pessoas dão de ombros ou deixam-no falando sozinho. “Elas *não* me escutam”. O pesadelo tornou-se de certo modo real quando, tempos depois de deixar o campo de concentração, Primo Levi visita a família de um velho companheiro dos dias de *Lager*. Queria dizer à mãe e ao irmão de Alberto o que sabia sobre o seu paradeiro. Foi recebido com “afetuosa amabilidade”, como escrevera em outro livro-testemunho, *Os que sucumbem e os que se salvam*. “Mas assim que comecei o meu relato, a mãe pediu-me que parasse: ela já sabia tudo, pelo menos no que respeitava a Alberto, e era inútil que eu lhe repetisse as histórias de horror de costume” (PRIMO LEVI, 2008, p. 30).

O episódio chama a atenção para o lugar de escuta, essencial nas narrativas de testemunho. Tão imprescindível quanto a necessidade de contar aos outros e torná-los participantes da tragédia ou drama pessoal, como deseja Primo Levi, é a disposição do interlocutor para lhe dar ouvidos. Talvez por isso Gagnebin (2006) evoque uma variação no estatuto do testemunho, expandindo o conceito para além daquilo que é vivido ou visto – um desdobramento que tanto projeta no testemunho uma função dialógica quanto lhe instaura um caráter solidário. Ao assumir um tipo de testemunho que é também do ouvinte, não obstante a sua participação direta ou indireta no evento, a autora nos lembra que há um lugar despovoado “fora do círculo de fixação e identificação” que pode e deve ser ocupado em favor de uma transmissão da experiência.

Essa desejada dilatação do conceito de testemunho é o que permite não apenas o ato testemunhal, mas uma aproximação entre mundos e uma abertura para que a história do Outro seja retomada e transmitida em palavras diferentes (GAGNEBIN, 2006; SELIGMANN-SILVA, 2009). Por essa perspectiva e trazendo a discussão para uma forma ainda mais

alargada de testemunho facultada pelo testemunho midiático, atribuímos ao jornalismo, em essência, o papel de testemunha em potencial – seja quando o jornalista se dispõe ao exercício da escuta seja quando um “texto testemunhal” possibilita aos leitores/espectadores se colocar como testemunha do sofrimento de outros que não estão restritos ao seu território e/ou não lhe sejam afetivamente próximos.

Nesse sentido, na esteira do pensamento de Ellis (2009), Frosh (2009), Boltanski (1993), vale destacar o contorno moral assumido pelo testemunho no contemporâneo, quando somos levados a testemunhar “na”, “pela” e “através da” mídia. Ellis (2009) considera que, diante da exposição frenética de testemunhos midiáticos, torna-se impossível para qualquer pessoa ficar indiferente aos infortúnios que assolam a humanidade. Pelo menos é inaceitável, segundo o autor, usar a ignorância como desculpa para o descaso e a letargia, quando se tem à frente ameaças de naturezas diversas que vão de ataques terroristas a desastres naturais ou tragédias pessoais inomináveis.

“Você *não* pode dizer que *não* sabia” (ELLIS, 2009, p. 73, grifos nossos, tradução livre)⁶⁵. Essa aparente sensação de “tudo saber” implicaria em um senso de responsabilidade, por menor que seja o comprometimento, para com os eventos. Algo como se o “testemunho mundano”, ordinário, de homens comuns, nos desse a oportunidade de conhecer aquilo que se passa com os outros concomitantemente ao que se passa comigo (ELLIS, 2009). Se é possível, portanto, apontar uma consequência do “testemunho da mídia”, talvez seja justamente a sua capacidade de colocar a sociedade em vigília permanente, com o público, a um só tempo, testemunhando e compartilhando mundos (FROSH; PINCHEVSKI, 2009).

A principal aptidão desse modelo orientado para o destinatário está justamente em provocar no público reações como “Isso poderia ter acontecido comigo”. É quando “tornando o coletivo tanto o sujeito como o objeto do testemunho cotidiano, testemunhando sua própria realidade histórica à medida que ela acontece” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009, p. 12, tradução livre)⁶⁶. Ao reabastecer a nossa vocação para imaginar a dor e o sofrimento de outras pessoas comuns onde quer que estejam, o testemunho da mídia provoca nos sujeitos uma tomada de consciência.

Há um otimismo reconfortante, porém excessivamente ingênuo, em acreditar, que conhecer o que se passa com o outro leva necessariamente a uma ação. Da mesma forma, pressupor que o fato de estar informado sobre as desventuras do mundo impulsiona um

⁶⁵ Texto original: “*they cannot say that they did not know*”.

⁶⁶ Texto original: “*making the collective both the subject and object of everyday witnessing, testifying to its own historical reality as it unfolds*”.

envolvimento com o sujeito sofredor parece um argumento demasiado esperançoso. Diferente do que imaginava Primo Levi⁶⁷ (1986), ao suspeitar que a onipresença da mídia poderia funcionar como um antídoto para o terror no mundo contemporâneo, tamanha visibilidade atua muitas vezes em sentido inverso. Como uma espécie de efeito colateral, notícias devastadoras, imagens catastróficas da dor alheia e toda a sorte de infortúnios são veiculadas sem que isso provoque qualquer tipo de reação. Ou, como pretende Olgária Mattos (2006, p. 23), “em nosso tempo, a opinião pública midiaticizada é tocada por imagens, impactos emocionais de acontecimentos, tão intensos quanto breves. Oscila-se entre a indignação e a compaixão, mas não se trata nunca de reflexão e compreensão”.

A ubiquidade da mídia e dos testemunhos midiáticos não altera o fato de que hoje continuam a acontecer genocídios como no passado tampouco impede que tragédias cotidianas ocorram com frequência, o que nos obriga a admitir que a visibilidade e a compreensão que o testemunho midiático nos traz sobre aquilo que é abominável não leva necessariamente a um rechaço a episódios monstruosos. A pergunta, como sugerem Frosh e Pinchevski (2009, p. 7), apenas mudou de perspectiva. “A questão hoje não é como a violência ocorre sem o nosso conhecimento, mas como a violência ocorre quando é quase impossível não saber sobre ela” (tradução livre)⁶⁸.

Esta pesquisa não tem a pretensão de discutir as consequências e implicações morais que o testemunho midiático acarreta. Ainda assim e feitas as devidas ressalvas, a ideia de que esse tipo de testemunho apresenta um potencial para nos colocar em relação uma vez que alimenta a nossa propensão para se pôr no lugar do sujeito que sofre – aproximar-se dele – é, no mínimo, alvissareira e, para esta tese, um princípio fundador. Se, como sugere Luc Boltanski (2015), testemunhar significa, em alguma medida, comprometer-se com o Outro, torna-se imperativo sondar o *jornalismo de teor testemunhal* em busca daquilo que, nessas narrativas, contribui para a ação dos sujeitos em afetar e ser afetado reciprocamente.

⁶⁷ No prefácio da edição inglesa de *É isso um homem?* (1987), Primo Levi escreve: “O mundo em que os ocidentais vivem hoje tem graves falhas e perigos, mas quando comparado aos antigos, nosso mundo tem uma enorme vantagem: todos podem conhecer tudo sobre tudo. A informação hoje é o “quarto poder” [...] Na Alemanha de Hitler, um código particular era generalizado: aqueles que sabiam não conversavam; aqueles que não sabiam não faziam perguntas; aqueles que faziam perguntas não recebiam respostas. Desta forma, o cidadão alemão típico ganhou e defendeu sua ignorância, o que parece uma justificativa suficiente de adesão ao nazismo. Ao fechar a boca, os olhos e os ouvidos, ele construiu para si a ilusão de não saber, não se considerando cúmplice das coisas que se deparavam diante de sua própria porta” (tradução livre). Esse trecho foi reproduzido por Frosh e Pinchevski, na introdução do livro *Media Witnessing* (2009, p. 6), e também usado como epígrafe de outro texto chave para os estudos de testemunho da mídia, *Distant Suffering*, de Luc Boltanski (1999).

⁶⁸ Texto original: “*the question today is not how violence takes place without us knowing about it, but how violence takes place when it is almost impossible not to know about it*”.

Ao evidenciar um conceito estendido de testemunho que também implica o destinatário – ou seja, ao dar ao jornalismo o status de “testemunha em potencial” –, nosso propósito é abordar o testemunho não apenas pelo caráter eminentemente político (SELIGMANN-SILVA, 2008; GAGNEBIN, 2009) – em sua diretriz de reparação de um passado histórico – mas buscando um desdobramento da ordem do sensível por evidenciar o potencial afetivo que determinadas narrativas desempenham nesse jornalismo. Decorre daí um ponto que já vimos tangenciando no percurso desta tese, mas que, neste capítulo, merece uma atenção particular e diz respeito ao lugar central que a imaginação ocupa em um *jornalismo de teor testemunhal*.

Para acessar a experiência do Outro, é preciso imaginar como se sente. Ocorre que falar de imaginação em campos tomados pelos regimes de verdade – como é o caso do jornalismo ou da história – costuma causar desconforto. Soa quase uma heresia. Nesse sentido, é preciso deixar claro que esta pesquisa toma uma certa distância do jornalismo que reivindica para si a tarefa de restabelecer a verdade. Isso não quer dizer que estejamos adentrando no reino do fabuloso como se a questão se tratasse apenas de ao escritor de ficção cabe inventar, enquanto o jornalista não deve inventar (BIRD; DARDENE, 2016). Ao invés disso e mais do que alimentar a dicotomia entre invenção e realidade, falso e verdadeiro – o que invariavelmente leva o jornalismo para o lugar de apenas registrar os acontecimentos em vez de explorá-los –, nosso desafio é perscrutar o que existe na lacuna, entre o acontecimento e a sua representação, que nos permite habitá-la. Isso implica em assumir, de partida, a fronteira entre fato e ficção como um lugar de passagem e encontro.

Evidenciar essa postura como um pressuposto só pode se configurar como um demérito se continuarmos enredados por um jornalismo deificado e sua gramática rigorosa que impede qualquer tentativa de apreensão do campo para além dos rígidos princípios (atualidade, clareza, exatidão) e valores profissionais (imparcialidade, objetividade, neutralidade, verdade) que lhe configuram. Vistos como categorias estanques, esses princípios e valores “não atendem à complexidade do processo comunicacional-jornalístico” (SILVA, 2009, p. 208) e acabam por limitar tanto a prática em seu *modus operandi* quanto o universo epistêmico.

4.2 FRAGMENTOS

Nas narrativas de *do jornalismo de teor testemunhal* que interessam particularmente a esta pesquisa, “o ‘real’ não deve ser confundido com a ‘realidade’ (SELIGMANN-SILVA, 2003). Pelo menos não com a realidade à maneira do romance realista e naturalista e que, na maioria das vezes, é perseguida pelo discurso jornalístico submetido apenas aos critérios de noticiabilidade⁶⁹. Aqui, o real deve ser entendido como evento “que resiste à representação” e exatamente por isso é lacunar. Não se trata portanto de invenção, e isso é importante ressaltar, mas de “narração – ou mesmo construção – do ‘real’” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 373)

Por essa perspectiva, identificar a imaginação como um componente do discurso jornalístico, como vimos apontando aqui, nada tem a ver com as estratégias de manipulação ou fabulação tão em voga em tempos de *fakenews* e pós-verdade⁷⁰. Tampouco com procedimentos que, apesar de não acontecerem de forma deliberada e mesmo contando como rigor do método e das técnicas de apuração, acabam por produzir narrativas autoritárias e moralizantes que contribuem para reproduzir, mais do que alterar, uma ordem social (GARCÍA CANCLINI, 2002).

Identificar a imaginação como parte da narrativa de imprensa significa aceitar que os conteúdos dos relatos são em alguma medida “inventados”, concordando com Vogel (2005, p. 4), no sentido de que “dependem dos recursos da imaginação, que operam a memória, para recordar, reconhecer, relacionar e ordenar narrativamente os eventos apurados ou testemunhados”. A autora considera que todo relato, mesmo aquele que se ampara na fidelidade histórica e no trabalho de checagem dependem de estratégias que são, a rigor, estratégias da ficção e que há um parentesco essencial entre a narrativa jornalística e a narrativa literária, “na medida em que todo relato jornalístico, mesmo o mais factual, organiza

⁶⁹ Para efeitos didáticos, vale citar aqui a classificação de “valores-notícia”, como sendo os critérios que os jornalistas lançam mão para decidir se um fato é digno de ser noticiado ou não, espécie de marcação que define se um fato pode originar uma narrativa (SODRÉ, 2008). De acordo com Nelson Traquina (2009), os valores-notícia podem ser de ordem substantiva: a morte, a notoriedade, a proximidade, a relevância, a novidade, o fator-tempo, a notabilidade, o inesperado, o conflito/controvérsia e a infração; e de ordem contextual: a disponibilidade, o equilíbrio, a visualidade, a concorrência e o dia noticioso.

⁷⁰ Embora não seja uma novidade, a proliferação da informação falsa ganhou um neologismo (“pós-verdade”) e chegou a se tornar a palavra do ano em 2016, de acordo com a Universidade de Oxford que também definiu “pós-verdade” como um substantivo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. A onda de boatos ganhou mais força durante as eleições norte-americanas de 2016. No Brasil, tem se manifestado fortemente na cobertura da crise política que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A estratégia se beneficia do fluxo indiscriminado de notícias na web, o que tem levado à criação de mecanismos para “identificar e sinalizar a credibilidade e a confiabilidade das notícias que circulam na rede” (VARONI; RALFSEN, 2017, p. 8), a exemplo dos internacionais *First Draft*, *Trust Project* e *International Fact-Checking Network*. No Brasil, *Agência Lupa* e *Aos Fatos*, são algumas dessas iniciativas.

suas temporalidades, seus personagens e suas causalidades lançando mão dos mesmos recursos de que dispõem as narrativas da imaginação” (VOGEL, 2005, p. 4).

O Novo Jornalismo⁷¹, movimento que nasceu na imprensa americana na década de 60 e rompia com certas amarras do jornalismo ao defender o emprego de técnicas literárias na forma de narrar as notícias, talvez tenha sido o modo de narrar no jornalismo que melhor soube tirar partido dessa relação. Provenientes da literatura ou inspirados por essa, estouravam na imprensa escrita relatos minuciosos de fatos, reportagens que apostavam no tom humanista em que o jornalista apreendia o acontecimento antes de narrá-lo. No entanto, essa escola – que teve direito a manifesto em 1973, espécie de libelo contra o “tom bege pálido” (WOLFE, 2005) do jornalismo praticado à época – não deve ser entendida como estanque.

No Brasil, o Novo Jornalismo se faz mais presente na revista *Realidade*, que surge no país em 1966, e serve de abrigo para textos de autores como José Hamilton Ribeiro e Sergio de Souza. O *Jornal da Tarde* é um outro exemplo que emerge no cenário nacional rompendo com o padrão clássico e valorizando a excelência da linguagem plástica e a criatividade do texto literário, adotando posturas que o afastam da diretriz de que um narrador precisa se distanciar do fato para melhor alcançar a imparcialidade (LIMA, 2009). Porém, anos antes, no jornal *Diário da Noite*, Joel Silveira defendia a tese de que a grande reportagem – como ele se referia aos textos que aliavam o rigor da apuração à sedução da linguagem, o que podia incluir muitas vezes o testemunho do repórter –, mais do que uma mera alternativa de imprensa, era a válvula de escape para toda a voz reprimida na ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1945 (PENA, 2006).

A fronteira entre jornalismo e literatura é tão tênue que Daniel Piza (2003) chega a considerar que o Novo Jornalismo vem desde os romancistas ingleses dos séculos XVIII e XIX, a exemplo de Daniel Defoe e Charles Dickens. Não por acaso, Tom Wolfe era chamado de “Balzac da Avenida Park”, exatamente por conta da semelhança com o autor de romances realistas, evidenciando mais uma vez a porosidade dos conceitos. Por essa perspectiva, é possível dizer que bem antes do modelo fazer escola nos Estados Unidos muitos jornalistas brasileiros poderiam figurar no rol do que se convencionou chamar depois de Novo Jornalismo – Lima Barreto, João do Rio e mesmo Euclides da Cunha e a narrativa de “Os Sertões” são alguns exemplos.

⁷¹ O *New Journalism* ou Novo Jornalismo americano também recebe outras denominações: literatura do fato, *non fiction novel*, jornalismo ficcionalizado e jornalismo literário são algumas delas. Ver mais sobre o assunto em *Textuações – ficção e fato no novo jornalismo de Tom Wolfe*, de Fernando Resende, editora Annablume, 2002.

O escritor Antonio Callado, com a série de matérias publicada em 1959 no pernambucano *Correio da Manhã* sobre a luta pela terra no Brasil na ótica das Ligas Camponesas, também poderia ser considerado um “novo jornalista”, ainda que, como sugere Mendonça, uma análise do texto “engajado e híbrido” de Callado (2006, p. 8) mostre que era possível, ainda naquela época, encontrar “algo bem mais complexo do que simplesmente um embate maniqueísta entre os defensores do jornalismo literário opinativo e os jovens introdutores da objetividade imparcial”. Ao abordar aspectos da violência que marca a formação social do país bem como ao enfrentar a questão da representação na narrativa, o relato de Callado poderia inclusive ser identificado com um *jornalismo de teor testemunhal*, como estamos propondo.

O Novo Jornalismo é incensado à exaustão de tal modo que, no início deste século, a imprensa americana denominou de *New new journalism* ou “Novo jornalismo novo”⁷², como se pretende por aqui, formatos narrativos que fogem do padrão. A redundância no cognome, incluindo o uso de um duplo adjetivo é reveladora da insistência em engessar narrativas, como se o jornalismo fosse um todo compacto que não admite variações. Sempre que se percebem nuances no modo de narrar, criam-se novas caixas para abrigar expoentes de estilos que não cabem na moldura. No contemporâneo, isso aparece sob inúmeras alcunhas⁷³.

Tão antiga quanto à discussão de gênero, a tentativa de enquadramento de textos ou autores em determinados formatos ou configurações narrativas extrapola os interesses desta pesquisa. Aqui, sem desconsiderar o mérito das investigações que examinam a relação entre jornalismo e literatura, partimos da constatação de que a forma híbrida (RESENDE, 2002) ou “mista e flutuante da não ficção” (SERELLE, 2014) existe como algo já estabelecido. Constatar a ambiguidade do texto jornalístico em sua abertura para experimentações de linguagens, para além dos binarismos, é oportuno porque nos faz avançar em direção aos propósitos desta pesquisa que situa o *jornalismo de teor testemunhal* exatamente nesta fronteira não delimitada entre jornalismo e literatura onde a imaginação ocupa lugar de destaque.

⁷² Em um livro lançado em 2008, intitulado *The new new Journalism – conversations with america's Best nonfiction writers on their craft*, Robert S. Boynton reúne uma série de entrevistas com nomes da imprensa americana que, no contemporâneo, seriam referência de um estilo que bebe na fonte do New Journalism.

⁷³ Há quem qualifique como *intimate journalism* – ou “jornalismo da intimidade” – um determinado estilo de textos ou mais uma vertente do jornalismo literário que irrompeu (novamente na imprensa americana) ainda na década de 1990, mas ganha corpo principalmente após os ataques do 11 de setembro de 2001, e põe no centro da cena a vida cotidiana de pessoas comuns independentemente de estarem envolvidas em um grande acontecimento ou de fazerem parte do que convencionalmente é considerado um “gancho” (situação específica que contextualiza a matéria) específico no jornalismo (LIMA, 2009).

Nesta reflexão, o que interessa, portanto, é compreender jornalismo enquanto prática discursiva à luz de um novo quadro histórico-cultural que entende a representação do Outro como um problema perpassado por questões inerentes também aos avanços tecnológicos (RESENDE, 2012). Nesse sentido, a noção de enquadramento trazida por Judith Butler (2015) e que vai além da moldura e dos binarismos nos serve como mais uma pista para refletir sobre jornalismo nos dias atuais a partir do testemunho midiático.

Para Butler (2015), enquadramento é moldura tanto para apresentar os acontecimentos do mundo quanto para regular os modos como pensamos e interpretamos o mundo. Mas a autora também alerta para o paradoxo de que na moldura há sempre algo que escapa e “se rompe toda vez que (o enquadramento) tenta dar uma organização definitiva a seu conteúdo” (BUTLER, 2015, p. 26). Isso suspende a ideia de que os enquadramentos jornalísticos contêm toda a verdade ou uma única verdade nos fazendo questionar o jornalismo enquanto instância de enunciação em sua função de enunciador legítimo dos acontecimentos do mundo (RESENDE; PERES, 2016).

Em texto que se tornou referência para as questões sobre a verdade para o campo do jornalismo, Gaye Tuchman (2016a, p. 358) nos alerta para a importância de entender que “dizer que as notícias são ‘estórias’ não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia”. Trata-se de compreender que há sempre um texto que dá forma a um acontecimento. Ora, se a realidade não é algo dado, mas construído, transmitir informação com transparência, exatidão e eficácia tem menos a ver com seguir manuais do que com a ideia de buscar pistas que nos aproximam do real. No testemunho, como no jornalismo, a verdade é fragmentária.

Assim, com todas as variáveis e dilemas de ordem epistemológica que o testemunho suscita – como veremos adiante –, o que essa ferramenta nos sugere são possibilidades para modos narrativos que ampliam nossa compreensão sobre o jornalismo. Nesta pesquisa, o testemunho é assumido, portanto, como operador dialógico, e o *jornalismo de teor testemunhal*, como instância de correlação de afetos (RESENDE; PERES, 2016). É exatamente essa dimensão afetiva enquanto gesto proativo que nos interessa examinar.

4.2.1 Testemunho normativo x testemunho narrativo: dupla face de um modelo

Neste momento da pesquisa, parece oportuno diferenciar as formas como o testemunho se configura no jornalismo à guisa de uma melhor compreensão sempre que nos

referimos às narrativas de *teor testemunhal*. Ao final, ficará mais claro o tipo de testemunho para onde olhamos com o objetivo de complexificar o jornalismo em sua condição relacional.

Se há narrativas em que o testemunho surge apenas para cumprir com uma obrigação e que nós chamaremos aqui de *testemunho normativo* – quando a experiência é apagada em detrimento de uma narrativa declaratória como se o real pudesse ser preenchido por aspas –, há no jornalismo também aquilo que designaremos de *testemunho narrativo* – com a devida ressalva de que a narrativa está em toda parte, mas nesse tipo de relato ela ganha primazia sobre o meramente informativo. Por essa compreensão, a experiência – seja das fontes seja do jornalista – é parte constituinte e essencial do relato.

Ao primeiro tipo, correspondem os testemunhos que aparecem apenas para corroborar o que a reportagem já se destina a dizer. Como se o repórter não buscasse nada além de respostas prontas para colocar entre aspas. Nesses casos, os testemunhos servem a tentativas de explicação de fenômenos, mas raramente se considera o contingencial, o acaso, aquilo que se revela no encontro entre o jornalista e a fonte ou entre os sujeitos e o acontecimento. De maneira inversa, o *testemunho narrativo* tira partido do aleatório ou do que não é premeditado, isto é daquilo que escapa e, por isso, só pode se construir no relato como um acontecimento textual.

Pode-se dizer ainda que, enquanto o *testemunho normativo* está muito preso aos regimes de verdade, à crença na objetividade e a todos os protocolos do paradigma informacional, servindo a um tipo de jornalismo dogmático, o *testemunho narrativo* nos interessa aqui exatamente pelo seu avesso, por valorizar os fragmentos, o lacunar, os “instantes de verdade” que se revelam no subjetivo com toda a carga afetiva inerente às situações de sofrimento. Nesse caso, o testemunho não é nem mais nem menos que uma linguagem plausível que não se propõe a absolutizar o real, mas contar, *apesar de tudo*, o que é impossível contar totalmente (DIDI-HUBERMAN, 2012).

Sem a pretensão de realizar um levantamento, mas a fim de continuar pensando a centralidade do testemunho para o jornalismo, selecionamos alguns exemplos de *testemunhos narrativos* na imprensa brasileira contemporânea em seus diversos formatos. São retratos episódicos que nos parecem ilustrativos para ajudar a responder uma questão de fundo desta pesquisa apontada ainda no início do trabalho e que agora retomamos: Em que medida o testemunho – quando valorizado não apenas como mero procedimento técnico, mas como experiência vivenciada e/ou construída durante o percurso do relato – potencializa os afetos?

Neste mosaico, há desde configurações em que o repórter submete o próprio corpo para testemunhar com autoridade a vivência de determinadas situações – aquilo que, apoiado

em Sarlo (2007), Serelle (2009) chama de “guinada subjetiva” –, quanto materiais em que o repórter empresta o ouvido e, conseqüentemente, o jornal se transforma em suporte para a transcrição literal das falas das testemunhas. Nessa modalidade, encaixa-se por exemplo a investida do jornal *Folha de S. Paulo* por meio da seção “Minha História” em que uma testemunha no sentido de *superstes* relata em primeira pessoa o modo como vivenciou uma experiência traumática.

Graficamente, a seção tem um padrão: exhibe o nome da testemunha, por assim dizer, seguido da expressão “Depoimento a (*nome do repórter*)”⁷⁴, sugerindo ao leitor que o jornalista reproduz fielmente o testemunho do sobrevivente. Em 3 de junho de 2016, “Minha História” trazia o relato de Daniele Toledo, 31, em depoimento a Tânia Campelo⁷⁵. O resumo da história – que funciona como abertura da seção invariavelmente – informa que em outubro de 2006, a dona de casa Daniele Toledo, foi presa acusada de matar a filha, Vitória, de 1 ano e 3 meses, em Taubaté, São Paulo. Segundo a polícia, ela tinha colocado cocaína na mamadeira. Ficou na cadeia por 37 dias, foi espancada e não pode acompanhar o enterro da criança. Tempos depois, um laudo apontou sua inocência, revelando que a substância que a incriminava tratava-se na verdade de medicamentos receitados para o bebê.

A partir daí, quem assume a voz é a testemunha. Muito embora nesses casos sejam aplicados os mesmos procedimentos a que estão submetidas quaisquer outras matérias no jornalismo e que vão desde padrões editoriais do veículo até critérios de seleção do próprio repórter, em “Minha História”, tem-se a ilusão de que não há interferência do repórter. Como podemos confirmar lendo o início do testemunho que Daniele dá ao jornal:

Nasci em Taubaté e tive uma infância muito feliz. Era uma verdadeira moleca, adorava brincar na rua com as outras crianças. Hoje tenho medo de sair de casa, das pessoas que ainda me apontam e me fazem reviver toda a dor que senti após a morte da minha filha Vitória. Após dez anos, ainda sofro com as sequelas físicas e emocionais deixadas pelo caso injustamente conhecido como “monstro da mamadeira”. (*Folha de São Paulo*, 3/6/2016).

No cenário contemporâneo, diante da explosão de relatos testemunhais que se reproduzem vertiginosamente em rede (blogs, redes sociais) e com os novos formatos possibilitados pela apropriação de ferramentas tecnológicas (mídia Ninja, coletivos de

⁷⁴ Ver links: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/04/1619465-minha-historia-nigeriano-sobrevive-a-naufragio-mas-perde-seus-2-filhos.shtml>>; <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/03/1606708-depoimento-ativista-saudita-busca-libertar-marido-e-irmao.shtml>>; <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/04/1613272-depoimento-a-tristeza-se-abateu-sobre-todos-apos-ataques-no-kenia.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

⁷⁵ Narrativa na íntegra disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1777769-inocentada-por-morte-da-filha-mulher-tem-sequelas-da-prisao.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

comunicação), pode-se argumentar que a imprensa também vem experimentando outras maneiras de se apropriar do testemunho. Entre essas, localizamos narrativas forjadas em um formato híbrido que lançam mão de múltiplos recursos assegurados pela tecnologia.

Na plataforma Uol Tab⁷⁶, em 26 de junho de 2017, somos apresentados ao testemunho de um adolescente de 16 anos cuja fome o levou à prostituição e às drogas. Um vídeo de nove minutos em que o jovem dá testemunho do seu envolvimento com o submundo também nos chega em linguagem direta. No alto da página, apenas o título “Refugiado e prostituído”⁷⁷ e um subtítulo informando que “um jovem sírio que não pode ser identificado por motivo de segurança conta sua trajetória pelas ruas de Atenas e revela o desespero que o levou a aceitar todo tipo de exploração para conseguir sobreviver”.

Há ainda casos em que narrativa é conformada numa linguagem mista, com o testemunho de uma experiência pessoal do repórter vindo à tona como que para dar mais força à verdade do narrado. Em 25 de março de 2013, a Agência Pública traz uma reportagem sobre violência obstétrica que vitima uma em cada quatro mulheres no Brasil. Em “Na hora de fazer não gritou”⁷⁸ – o título é uma referência à frase ouvida por muitas mulheres na hora do parto, como relatado à repórter –, a jornalista inicia a matéria com o seu próprio testemunho que se estende por quatro parágrafos antes de recorrer a outros testemunhos:

Eu tive meu filho em um esquema conhecido por profissionais da área da saúde como o limbo do parto: um hospital precário, porém maquiado para parecer mais atrativo para a classe média, que atende a muitos convênios baratos, por isso está sempre lotado, não é gratuito, mas o atendimento lembra o pior do SUS, porém sem os profissionais capacitados dos melhores hospitais públicos nem a infraestrutura dos hospitais caros particulares para emergências reais. Durante o pré-natal, fui atendida por plantonistas sem nome. Também não me lembro do rosto de nenhum deles. O meu nome variava conforme o número escrito no papel de senha da fila de espera: um dia eu era 234, outro 525. Até que, durante um desses “atendimentos” a médica resolveu fazer um descolamento de membrana, através de um exame doloroso de toque, para acelerar meu parto, porque minha barriga “já estava muito grande”. Saí do consultório com muita dor e na mesma noite, em casa, minha bolsa rompeu. Fui para o tal hospital do convênio já em trabalho de parto. (*Agência Pública*, 25/3/2013).

Esses são exemplos de *testemunho narrativo* que se diferenciam do outro tipo, o *normativo*, porque se assumem enquanto relatos que comportam uma elevada carga de

⁷⁶ Vem sendo chamado de jornalismo *longform* uma determinada aposta em reportagens publicadas em plataformas digitais que lançam mão de apuração mais aprofundada, textos de dimensão mais longa e conteúdo multimídia que envolve vídeo, fotografia, infográfico e podcast, por exemplo.

⁷⁷ Narrativa na íntegra disponível em: <<https://tab.uol.com.br/menores-refugiados/#imagem-1>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

⁷⁸ Narrativa na íntegra disponível em: <<http://apublica.org/2013/03/na-hora-de-fazer-nao-gritou/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

subjetividades manifestas no texto. Em nenhum desses casos, porém, trata-se de meros relatos biográficos. Mesmo quando o *narrador-jornalista-testemunha* se coloca como protagonista da ação, como no último exemplo, a estratégia serve menos a uma expressão narcísica e mais enquanto um lastro testemunhal que pode conferir à narrativa “não somente o efeito da verdade íntima, mas a gravidade da repulsa que move o sujeito em direção ao relato”, como aponta Serelle (2009, p. 41).

Em um exercício comparativo entre os discursos da ficção e aqueles tomados pelo compromisso com o real, White (1994, p. 115) destaca que “não importa se o mundo é concebido como real ou apenas imaginado: a maneira de dar-lhe um sentido é a mesma”. Para esse autor, só é possível conhecer o real “comparando-o ou equiparando-o ao imaginável”, o que fez Vogel (2005) argumentar que escrever uma narrativa no jornalismo é sempre “experimentar a linguagem” e, ao mesmo tempo, “provocar a possibilidade de criar vínculos entre a história de que somos parte e agentes e as histórias que relatamos” (VOGEL, 2005, p. 5).

Tomemos um último e breve exemplo para evidenciar o ponto de que o *narrador-jornalista-testemunha*, ao entrelaçar testemunhos que recorrem ao imaginário assumindo ele próprio um papel de “urdidor de ficções” (VOGEL, 2005) durante a elaboração de um “texto testemunhal” pode servir ao propósito de aproximar os sujeitos do discurso.

Em 5 de novembro de 2015, uma gigantesca barragem de rejeito de minério de ferro, conhecida como Fundão, pertencente à empresa Samarco, controlada por duas das maiores mineradoras do mundo – a brasileira Vale e a anglo-australiana BHP Billiton – rompeu inteira sobre o pequeno povoado de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, em Minas Gerais. A catástrofe gerou os mais diferentes tipos de cobertura jornalística, a maioria delas marcadas pelo excesso de emoção característico da presença jornalística nos eventos trágicos.

Oito meses depois, em julho de 2016, a revista *piáu*⁷⁹ voltou ao assunto. Em “A Onda”, uma *narradora-jornalista-testemunha* reconstitui a tragédia que afetou para sempre centenas de milhares de pessoas que vivem ao longo dos 650 quilômetros percorridos pela lama. Nessa narrativa, ela o faz com o que há de singular na vida de sete delas.

Quando a barragem se desmanchou, às 15h30, vazando uma mistura de lama e metais em volumes aterrorizantes, Paula Geralda Alves preparava mudas de reflorestamento para a Samarco, em uma fazenda vizinha ao povoado; Eliene dos Santos, diretora da escola de Bento Rodrigues, acabara de fechar a porta de vidro do

⁷⁹ A primeira parte dessa reportagem é inspirada em *Hiroshima*, de John Hersey, clássico do *New Journalism*. Narrativa na íntegra disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-onda-de-mariana/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

prédio, após entregar documentos de alunos a um portador; Reinaldo Caetano olhava satisfeito a caixa d'água da casa da mãe que ele acabara de encher com água trazida do córrego. A cerca de 350 quilômetros dali, em Governador Valadares, o empresário Sandro Faria Heringer, dono de uma revenda de caminhões, falava ao telefone com um cliente. Um pouco adiante, em direção ao mar, nas franjas da cidade de Resplendor, Dejanira Krenak pitava seu cachimbo, na prainha de rio da aldeia dos índios krenaks. Seguindo a jusante, em Colatina, já no Espírito Santo, o fotógrafo Edson Negrelli tirava fotos em seu estúdio. Na vila capixaba de Regência, o líder comunitário Carlos Sangália caminhava pela areia branca banhada pelo mar azul, observando os ninhos das tartarugas marinhas que desovavam na praia, uma área de proteção ambiental. (Revista *piauí*, julho/2016).

Era assim que caminhava a vida de cada um dos personagens pouco antes do mar de lama despontar no alto da montanha. Muito mais do que esclarecer sobre o evento, este *testemunho narrativo* constrói com o leitor um vínculo por nos fazer imaginar, sem apelar para o grotesco ou o espetacular, a brutalidade de um evento dessa magnitude quando esse desordena o dia a dia. Aqui, as fontes-testemunhas não são prefiguradas nos papéis de sofrendores ou de vítimas desprovidas de um cotidiano. Elas dão testemunho não apenas da catástrofe e sim de uma existência. Mas se é impossível reconstituir por meio de uma linguagem meramente objetiva os instantes de tragédia rememorados pelas testemunhas, é preciso imaginar. E, no entanto, é difícil pensar em um outro modo de narrar que nos aproxime mais do instante vivido:

Dali onde estava, a diretora pôde ver a avalanche ocupando as margens do riacho de Santarém. Naquele instante, ela teve a sensação de que centenas de helicópteros sobrevoavam o lugar, tamanho o ruído. Com a lama, chegou um fedor de lixo apodrecido. No carro, trêmula, ela perguntou pelo filho. O marido lhe disse que falara com a mãe ao celular e ela o avisara que estava fugindo com a criança. A mulher não acreditou, queria ir à casa da sogra se certificar. Quando o carro alcançou a parte mais alta de Bento, o marido pediu que ela descesse e prometeu que iria verificar se a mãe e o menino haviam saído sem segurança. Ela obedeceu. Acompanhou com os olhos o carro se afastando e viu o marido cruzar a ponte para ir à casa da mãe. A vaga lamacenta começou a engolir parte da vila. A diretora sentou e chorou. Seu marido agora estava ilhado, quem sabe com o bebê. (Revista *piauí*, julho/2016).

Como nas outras narrativas que vêm nos acompanhando nesta tese, independente de serem narradas em primeira ou terceira pessoa, o que interessa é a conformação do testemunho em uma espécie de “jogo poético com os fatos e os fragmentos” (FELDMAN, 2017), talvez a única maneira possível de capturar um acontecimento traumático. Para construir esses relatos, todos eles, por mais difícil que seja para o jornalismo admitir, foi preciso uma boa dose de imaginação. Nesse tipo de narrativa, tal recurso é requisitado não para que o relato se aproxime da ficção – mas também não necessariamente para que se aproxime da verdade. Nesses casos, evoca-se a imaginação para que seja possível acessar a

experiência, permitindo um paralelo com o acontecimento e tornando possível uma associação com aquele que o viveu.

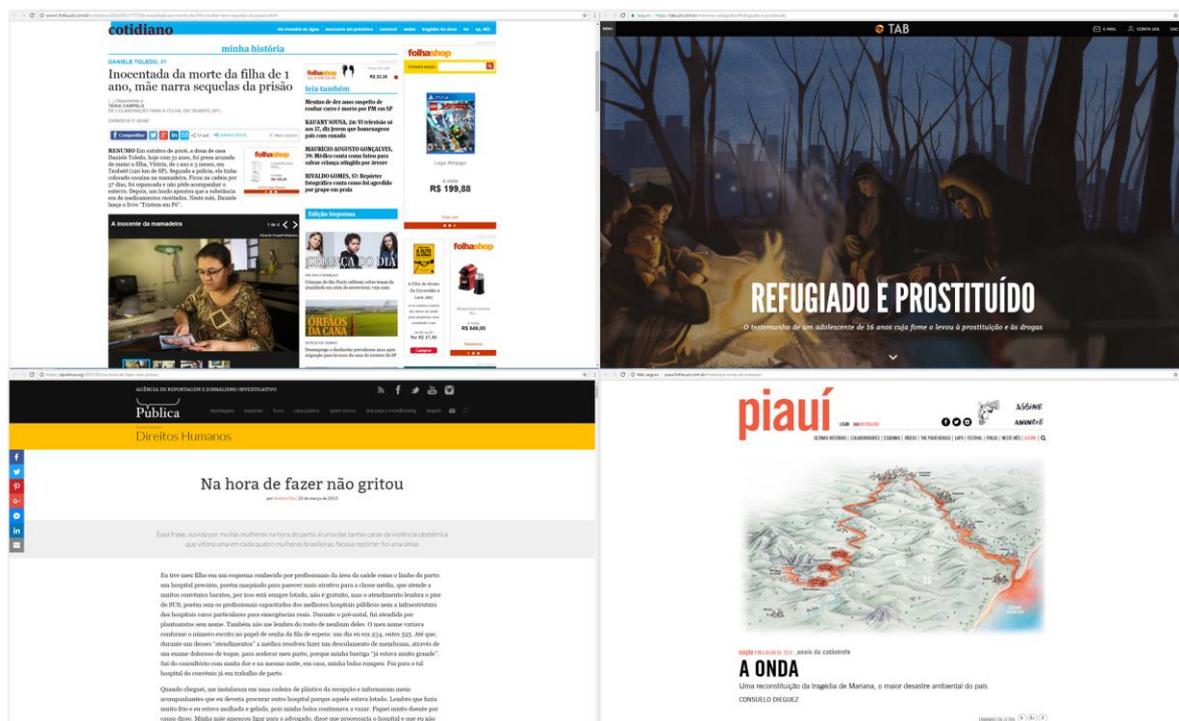


Figura 8 – Montagem com imagens das narrativas como publicadas na Internet. Em sentido horário: 1) "Minha História", Folha de S. Paulo; 2) "Refugiado e Prostituído", Uol Tab; 3) "Na hora de fazer não gritou", Agência Pública; 4) "A onda", Revista *piauí*.

Fonte: Página dos veículos na internet.

Toda e qualquer situação-limite ou de sofrimento que o jornalismo se proponha a narrar está sujeito a esse duplo regime, que não é outra coisa senão característica intrínseca do próprio testemunho e que pode ser verificado nas três narrativas que vêm nos acompanhando ao longo da tese. Nelas – a vida com Ailce, o encontro com Foedes, a tormenta de Nelson –, tomamos contato com uma verdade inexata, não a ontológica, mas a possível, para continuar falando com Didi-Huberman (2012). Esses testemunhos são o que resta do fato, aquilo que subsiste ao inabordável do acontecimento, o que se produz ante a impossibilidade do dizer e que, para além de todas as tentativas de preenchimento (ou mesmo de apagamento) do discurso, torna possível o contato com o Outro. Assim, esta tese reitera que, se a lacuna é o que funda a língua do testemunho, como pretende Agamben (2008), ela é também o que instaura a relação.

4.2.2 Testemunho narrativo em xeque

Há uma importante ressalva a ser considerada. Ainda que o interesse de nossa análise esteja voltado para o *testemunho narrativo* por considerar o potencial amplificado destes justamente porque rompem com a camisa de força das diretrizes técnicas, isso não quer dizer que tal modelo se apresente imune a impasses e questões de ordem epistemológica.

Tão complicado quanto o *modus operandi* do *testemunho normativo*, preso aos clichês da objetividade e a uma burocratização dos relatos, é o extremo oposto, um determinado viés do que aqui classificamos como *testemunho narrativo*. No entanto, nessa variável, o *narrador-jornalista-testemunha* recorre a um excesso de subjetividade e, valendo-se da retórica da transparência, acaba simplificando o acontecimento e os sujeitos nele envolvidos, o que leva invariavelmente ao mesmo lugar do qual intencionam se distanciar. A pretensão de tudo revelar, tudo expor, tudo dizer, pode sinalizar a um só tempo ingenuidade e má-fé uma vez que, como já exploramos, a verdade não é única, não pode ser única, mas sempre apenas uma das formas de abordar o que aconteceu.

Em comum acordo com esta pesquisa, Serelle (2012a) critica uma espécie de fetichização do testemunho ou uma centralidade no efeito de verdade do testemunho ao mesmo tempo em que pondera sobre o uso excessivo da primeira pessoa em relatos que “têm sua força persuasiva na experiência intensamente subjetiva, em que o repórter submete o próprio corpo para testemunhar com autoridade” (SERELLE, 2012a, p. 83) uma vivência. Ter um jornalista implicado como protagonista daquilo que narra pode caricaturizar e reforçar estereótipos, produzindo mais do mesmo.

O autor se refere aos casos em que o repórter se sujeita deliberadamente a determinadas experiências como parte de uma apuração jornalística passando a viver como o Outro “não por contingência, mas para participar de uma realidade à parte” (SERELLE, 2012a, p. 95). O resultado nesses casos – em que “a intenção de testemunhar antecede a própria experiência” – pode ser narrativas que até apresentam um lastro testemunhal, mas onde o estrangeirismo e o exótico se sobrepõem. “Essa ambiguidade caracteriza esses relatos jornalísticos, que, por mais que ancorem seu efeito de verdade em uma retórica do vivido, a realidade aparece neles sob uma luz de cenário, em que o holofote acompanha seus protagonistas como a atores” (SERELLE, 2012a, p. 96-97).

Resende (2012) aponta alguns problemas de um tipo de jornalismo que se autodenomina de “jornalismo verdade” e que, sob o pretexto de se colocar no lugar do Outro,

apenas reitera chavões de um jornalismo que contribui para a perpetuação de mitos como o do jornalista deificado, super-homem, capaz de desvelar a verdade. Sob essa ótica, diz:

[...] entendemos que a ilusão de transparência somada à presunção de objetividade e imparcialidade na ordem do discurso não só abre um flanco no conhecimento gerado em torno do jornalismo – suscitando ignorâncias – como também legitima e dá lugar a fazeres aparentemente diferenciados que brotam, no entanto de uma mesma raiz: ora assistimos ao esforço inócuo pela busca de um objetivismo, ora seu oposto, temos o subjetivismo – a tomada pela emoção – como estratégia de ação. (RESENDE, 2012, p. 58).

Nesses casos, esbarramos em narrativas maniqueístas, que reduzem realidades a mero lugar comum e nas quais os personagens, incluindo aí o jornalista, ocupam papéis pré-definidos. Isto é, sob o pretexto de tensionar o modo de narrar das narrativas clássicas ou apenas para “humanizar” a cobertura, o *narrador-jornalista-testemunha* se atém ao testemunho como um salvo-conduto. Esse é um procedimento comum nas coberturas de catástrofes naturais ou históricas, mesmo naquelas que se distanciam do tempo real do acontecimento.

No entanto, diferente do que pode sugerir uma leitura apressada, esse tipo muito particular de *testemunho narrativo* em nada contribui para que o testemunho seja percebido em seu aspecto dialógico com potencial para reabastecer a nossa alteridade. Em vez disso, como não acolhe as singularidades por trás das experiências individuais, em alguns casos, ele apenas reforça o caráter espetacular da tragédia envolto em curiosidade mórbida e, em outros, serve somente para legitimar a performance do jornalista enquanto portador de uma verdade irrefutável.

A linha é tênue e requer cuidados. Para esta pesquisa – que acontece numa interface com outros estudos que vêm problematizando outros modos de narrar a partir do testemunho –, interessa investigar onde o *jornalismo de teor testemunhal* consegue produzir algo realmente novo para o campo. Não porque o jornalista finge ser o Outro, mas por se aproximar do Outro, sem apagar as diferenças entre os sujeitos do discurso e deixando à mostra inclusive, por meio de um “texto testemunhal”, a complexidade das relações que se estabelecem no percurso.

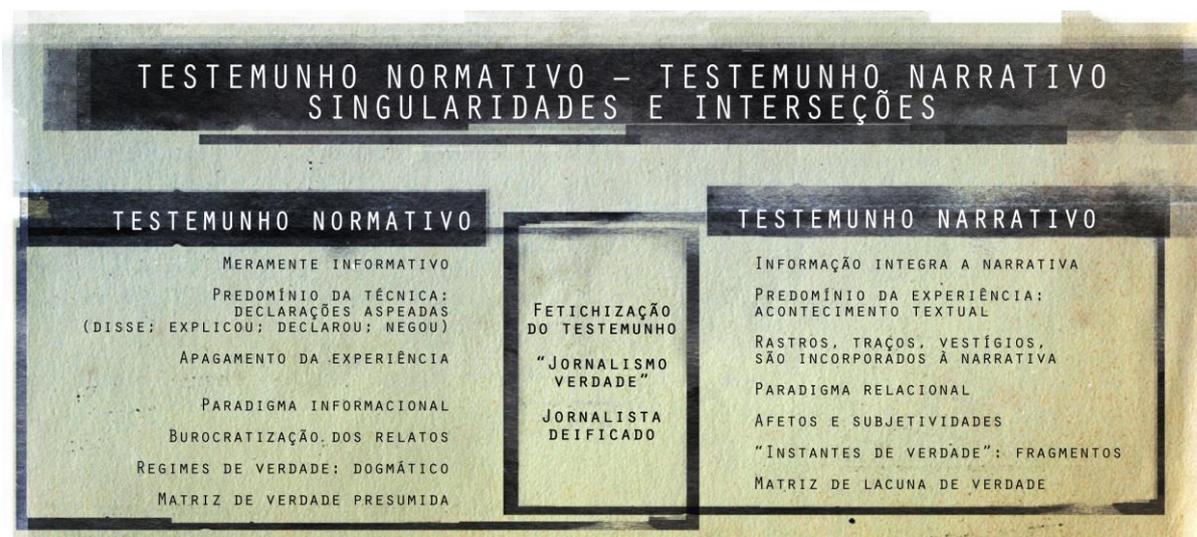


Figura 9 – Diagrama de interface do *jornalismo de teor testemunhal*
 Fonte: Elaboração da autora.

4.3 O FALSO TESTEMUNHO

Estava na minha sala quando houve uma grande explosão, um forte estrondo, inclusive minha janela quebrou. Descemos primeiramente para socorrer as pessoas. Foi uma cena lamentável, muito triste, ver vários corpos espalhados. Inclusive um dos corpos era realmente do candidato Eduardo Campos. *Eu cheguei a ver*, abri o olho dele, o olho verde, azul. *Eu não acreditei, fiquei estarecido* (*Jornal Hoje*, 13/8/2014, grifos nossos)⁸⁰.

Era o começo da tarde de uma quarta-feira e o Brasil assistia, ao vivo, pela TV, às cenas tão reais quanto inverossímeis do acidente aéreo que matou sete pessoas, entre elas, o presidenciável Eduardo Campos em plena campanha para a eleição que aconteceria dali a dois meses. Ainda não havia sido confirmada a presença do político pernambucano no voo e a pressa dos jornais em ratificar a informação era visível – um público ávido também ansiava por respostas. Em cena, um experiente repórter, José Roberto Burnier, anos cobrindo catástrofes para o horário nobre, colhia entrevistas com aqueles que estavam nos arredores do local e poderiam ter testemunhado a tragédia.

Entre confuso e emocionado, o estivador Donizete Machado Júnior era a testemunha perfeita para os enquadramentos jornalísticos televisivos, uma autêntica testemunha ocular⁸¹.

⁸⁰ Reportagens disponíveis em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/08/estivador-diz-que-abriu-o-olho-de-eduardo-campos-depois-de-acidente.html>> e <https://www.youtube.com/watch?v=cPkv-fC_wTw>. Acesso em: 12 mar. 2017.

⁸¹ A testemunha concedeu entrevistas a outros veículos, prestando o mesmo depoimento à repórter Eleonora Paschoal, da Band: “Eu vi o corpo do candidato Eduardo Campos e é uma cena que eu jamais vou esquecer em toda a minha vida”.

“Eu *vi*, cheguei a abrir o olho dele”, afirmava categoricamente a testemunha diante de um jornalista entre surpreso e perplexo. As imagens de destroços deixavam pouca margem para acreditar no que dizia a testemunha. Como depois veio a se revelar, de tão dilacerados, os corpos ficaram irreconhecíveis, o que tornava impossível qualquer identificação a olho nu. O reconhecimento só seria possível via exames de DNA e arcada dentária. A testemunha mentira.

Diante da fala do entrevistado, o jornalista tinha duas opções: tomar como irrefutável a declaração de alguém que exibia as credenciais de testemunha ou aproximar-se daquele testemunho, desdobrando-o, uma vez que o repórter (também ele) passava a ser testemunha de uma situação e poderia usar isso em favor da narrativa. Não fez uma coisa nem outra. Exibido, o testemunho foi logo ignorado por repórter e produção como se não houvesse existido.

Não se deseja aqui qualificar o trabalho jornalístico⁸² – seria injusto com o repórter ignorar todas as incongruências de um regime do “ao vivo” que, como lembra Amaral (2013, p. 77), abusa da característica “de alimentar a ansiedade gerada pelo fato e de manter o tom da gravidade com o lamento das testemunhas (sejam vítimas ou não)”. Tampouco intencionamos problematizar os motivos que levariam uma pessoa a fabricar uma mentira diante de episódios como esse, como fez a personagem. O ponto aqui parece ser o de que, tomado apenas pela lógica do “contrato cognitivo” (MOTTA, 2008) implícito entre jornalistas e audiência – que, de um lado, prevê que o jornalista persiga a objetividade e a construção da “verdade dos fatos” e, de outro, faz crer à audiência que a imprensa é “o lugar natural da verdade”, da “realidade objetiva”, do “texto claro, isento, preciso, sem implicaturas nem pressuposições” (MOTTA, 2008, p. 164) –, o jornalismo se trai enredado em seus próprios princípios.

Em que pesem as especificidades da falsa testemunha no acidente de Eduardo Campos, esse está longe de ser um caso isolado no jornalismo. No mais conhecido dos episódios em que um falso testemunho vem à tona na imprensa, uma jornalista investiga as condições de vida nos guetos de Washington quando testemunha o drama de uma família cujo filho mais novo, Jimmy, um garoto de 8 anos, é viciado em heroína e habituado a injetar a droga em si mesmo na presença da mãe. Janet Cooke inicia assim a sua reportagem publicada

⁸² Ao realizar uma reportagem gravada, os mediadores têm mais tempo e recursos para localizar testemunhas apropriadas que se adequem à declaração geral que serve àquela narrativa. Em uma transmissão ao vivo, onde o imediatismo é essencial, dizem Ashuri e Pinchevski (2009), o processo de seleção atende aos objetivos e restrições típicas dessa modalidade. Ainda assim, em um caso como no outro, a determinação de quem se qualifica como testemunha envolverá sempre algum tipo de escolha que tem a ver com critérios técnicos, profissionais, circunstanciais e ideológicos que podem diferir de uma reportagem para outra. Se, por qualquer motivo, outras possíveis “testemunhas oculares” forem consideradas indesejadas, elas ficarão fora desse testemunho da mídia.

no *Washington Post* de 29 de setembro de 1980⁸³ e depois vencedora do Pulitzer de 1981, o prêmio máximo do jornalismo:

Jimmy tem 8 anos de idade e é um viciado em heroína de terceira geração, um rapazinho precoce com cabelos castanho-claros, olhos castanhos aveludados e marcas de agulhas pontilhando a pele lisa de seus finos braços morenos. (*Washington Post*, 29/09/1980, tradução livre)⁸⁴.

Jimmy não existia. Era fruto da imaginação da jornalista, como confessado depois e, sendo assim, tanto o testemunho da repórter quanto o das fontes eram tecnicamente falsos. O que havia de real era um “texto testemunhal” capaz de provocar comoção em uma comunidade de leitores e de jornalistas nos Estados Unidos. Apesar da farsa, o que Janet Cooke parece ter percebido é que “a estratégia jornalística de levantar um problema ou uma reivindicação a partir de uma testemunha específica pode ser a maneira mais eficaz de chamar a atenção do público e assim provocar mudanças” (BLONDHEIM; LIBES, 2009, p. 122, tradução livre)⁸⁵.

Não à toa, logo que publicada a reportagem, leitores escreviam ao jornal alegando conhecer o pequeno Jimmy ou casos semelhantes, como escreveu Gabriel García Márquez (1981)⁸⁶ pouco depois da artimanha de Janet Cooke vir a público e o prêmio ser devolvido pelo jornal. “O pequeno Jimmy não existe apenas uma vez, mas sim muitas vezes, ainda que não seja o mesmo que Janet Cooke inventou” (tradução livre)⁸⁷, registrou o Prêmio Nobel de Literatura. Diga-se que um dos primeiros leitores a desconfiar da reportagem e denunciar a falsidade do relato de Janet Cooke foi o prefeito de Washington, não porque desacreditasse que a criança existia, “mas porque parecia impossível que a mãe permitisse injetar heroína na frente de um repórter”, pontuou ainda García Márquez em sua análise.

Longe de defender a manipulação ou a farsa (não está em discussão qualquer condescendência com a adulteração de dados ou a distorção intencional dos acontecimentos) e sem abrir mão dos preceitos fundamentais do jornalismo, o texto de Gabriel García Márquez sobre o episódio nos leva mais longe ao indagar sobre a verdade essencial do relato:

⁸³ Narrativa original na íntegra: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1980/09/28/jimmys-world/605f237a-7330-4a69-8433-b6da4c519120/?utm_term=.621fea8cbe9c>. Acesso em: 29 fev. 2017.

⁸⁴ Texto original: “*Jimmy is 8 years old and a third-generation heroin addict, a precocious little boy with sandy hair, velvety brown eyes and needle marks, freckling the baby-smooth skin of his thin brown arms.*”

⁸⁵ Texto original: “*the journalistic practice of hanging an issue or a claim about the world on a specific human witness is the most effective way of enlisting public attention and thereby making change*”.

⁸⁶ Link para texto na íntegra: <https://elpais.com/diario/1981/04/29/opinion/357343203_850215.html>. Acesso em: 29 fev. 2017.

⁸⁷ Texto original: “*el pequeño Jimmy no sólo existe una vez, sino muchas veces, aun que no sea el mismo que inventó Janet Cooke*”.

Para um romancista, o mais importante não é saber se o pequeno Jimmy existe ou não, mas sim, se a sua natureza de fábula corresponde a uma realidade humana e social dentro da qual ele poderia ter existido. Esta criança, como tantas crianças na literatura, poderia não ser mais que uma metáfora legítima para tornar mais verdadeira a verdade de seu mundo. (tradução livre)⁸⁸.

Para além do jornalismo, na literatura do testemunho, também há exemplos emblemáticos de como um falso testemunho passa a ganhar status de autêntico sendo inclusive tratado com deferência entre os teóricos do campo. Esse é o caso de *Fragmentos*, do autor suíço Benjamin Wilkomirski – que na verdade se chama Bruno Doessekkerr –, cujo relato simula um testemunho da *Shoah*. Publicado em 1955, o caso ficou conhecido como o da “criança sobrevivente” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009), mas seu autor não apenas não era judeu como só conhecia Auschwitz como um turista ou por meio de filmes e livros sobre o assunto que ele consumia avidamente. “Wilkomirski recicla o que já estava por aí, evocando a profunda estrutura de testemunho já existente, o que, por sua vez, permitiu a codificação ‘correta’ de seu texto, mas também explica a indignação com a descoberta de sua falsificação” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009, p. 5, tradução livre)⁸⁹. A despeito da repulsa moral, o livro mereceu inúmeros estudos mesmo depois de revelada a farsa. Para Seligmann-Silva (2003, p. 377), isso se deve à sua “inegável força” que só pode ser justificada “pela conjunção única presente nesta obra entre encenação do trabalho da memória e as imagens mais fortes jamais descritas pelos verdadeiros sobreviventes”.

Mais do que qualquer outra categoria, o testemunho está além da polaridade estanque entre jornalismo e literatura, fato e ficção. Ele está no entre. Diante disso, é provável que o mais importante seja perceber que as narrativas do *jornalismo de teor testemunhal* nos remetem a algo que de fato ocorreu. Isso está no cerne do que chamamos de “esforço de verdade” explorado no segundo capítulo desta pesquisa e que diz de uma relação possível entre a realidade testemunhada e o testemunho, que “justamente quer resgatar o que existe de mais terrível no real para apresentá-lo. Mesmo que para isso precise da literatura” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 375).

⁸⁸ Texto original: “Para un novelista lo primordial no es saber si El pequeño Jimmy existe o no, sino establecer si su naturaleza de fábula corresponde a una realidad humana y social, dentro de La cual podía haber existido. Este niño, como tantos niños de la literatura, podría no ser más que una metáfora legítima para hacer más certa la verdad de su mundo”.

⁸⁹ Texto original: “Wilkomirski recycled what was already out there, evoking the deep structure of witnessing already in place, which in turn enabled the ‘correct’ encoding of his text but also explains the outrage at the discovery of its falsification”.

4.4 O QUE RESTA DA IMAGINAÇÃO

A caixa-preta. Imaginemos uma caixa-preta, o dispositivo que contém informações essenciais sobre um voo, o que resta em meio a uma tragédia aérea. Em acidentes, inclusive sem sobreviventes, a caixa-preta é utilizada por conter a gravação dos tripulantes da cabine da aeronave para reconstituir os momentos que antecederam à queda, responder as dúvidas, ajudar nas investigações. A partir de indícios, é possível recriar os passos de uma catástrofe, acessar diálogos, refazer o percurso desde a hora que o avião deixou o solo até o momento exato do acidente.

Ao mesmo tempo, podemos dizer que nada é tão lacunar quanto uma caixa-preta. Estamos insinuando que, em muitos momentos, a caixa-preta se torna uma espécie de testemunha – senão a única – do acontecimento. O caráter de incompletude não é uma falha. Os ruídos, as interrupções de gravação, os gritos indecifráveis, ao invés de descredenciá-la, tornam-na ainda mais plausível enquanto instrumento de aproximação do real. Isso quer dizer que, mesmo com todos os dados sobre velocidade, aceleração, altitude, ainda assim é preciso imaginar o horror da tragédia que, paradoxalmente, parece desafiar a imaginação.

O *jornalismo de teor testemunhal* é, a exemplo da caixa-preta, algo situado entre a “pura exatidão” e o “puro simulacro”, um limiar de fluxo contínuo entre aquilo que é e o que imaginamos ser, como sugerido por Didi-Huberman (2012). Em *Imagens, apesar de tudo*, ao analisar as quatro fotografias imprecisas que restaram de Auschwitz, como contamos no capítulo um, o autor nos instiga sobre o que ele chamou de “duplo regime da imagem”.

É claro que as quatro fotografias de Agosto de 1944 não dizem “toda a verdade” (*é preciso ser muito ingênuo para esperar isso do que quer que seja, coisas, palavras, ou imagens*): são minúsculas amostras de uma realidade complexa, breves instantes de um contínuo que não durou não menos do que cinco anos. Mas elas são para nós – para nosso olhar de hoje – a própria verdade, isto é, um vestígio, um fragmento dessa verdade: o que resta visualmente de Auschwitz. (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 58, grifos nossos).

Há duas maneiras de ver essas imagens. A primeira delas é recusando-as por serem lacunares, tentar lhes preencher os espaços, retocá-las para que pareçam mais exatas, mais verdadeiras. Ao fazer isso, no entanto, ao apagarem-se as marcas, fazemos desaparecer também o próprio testemunho. Um outro viés de leitura – esse proposto por Didi-Huberman – é justamente assumir que as quatro fotografias não dizem toda a verdade sobre aquele Agosto de 1945. “A verdade é bem mais trágica, ainda mais atroz” (LEWENTAL apud DIDI-

HUBERMAN, 2012, p. 58). Mas são o “fragmento, o vestígio lacunar”, aquilo que nos coloca em contato com a realidade por cruel e absurda que seja.

Em sua crítica ao que denominou de “imagem-fetichê”, aquela que se propõe a dar conta de tudo, a absolutizar o real, Didi-Huberman contrapõe uma outra, a “imagem-montagem”, essa que se faz justamente com fragmentos que tornam possível imaginar o evento fotografado. “Não são nem a ilusão pura nem toda a verdade, mas o batimento dialético que agita em conjunto o véu e o seu dilaceramento” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 107). Por essa visada, o autor propõe inverter a perspectiva e repensar o testemunho – “nem silêncio puro, nem imagem absoluta” – ao mesmo tempo em que nos provoca a refletir sobre a imaginação “para além da oposição entre aparência e verdade”.

Se trazemos essa proposição para o *jornalismo de teor testemunhal*, à maneira que vimos esboçando nesta tese, por analogia, podemos dizer que à “imagem-fetichê” correspondem não apenas os *testemunhos normativos* – muito presos à objetividade e aos fatos – mas também uma determinada modalidade de *testemunhos narrativos*, aqueles que mergulham em uma subjetividade excessiva e acabam no mesmo lugar do primeiro envoltos, seja por inocência seja por desonestidade, em sua obstinação para desvelar o todo. Um lugar duro, estático, que não nos põe em movimento. De outra parte, ao privilegiar nesta pesquisa o *testemunho narrativo*, consideramos o seu potencial amplificado, aquilo que nos permite imaginar, a partir de fragmentos, as experiências despedaçadas e, por conseguinte, nos colocar em relação, em estado de afeto.

Em outras palavras, isso reforça a ideia de que testemunho não é sinônimo de prova cabal e enxergá-lo apenas como ícone de verdade, como faz parecer a “matriz de verdade presumida”, é reduzir o seu potencial. Ao passo que localizá-lo enquanto zona de dúvida e de suspeita, na chave da *matriz de lacuna de verdade*, pode ajudar a complexificar o jornalismo sem que o campo perca o que possui de mais originário na sua identidade: a relação com o Outro.

Utilizado, portanto, como estratégia narrativa, a imaginação é o componente que nos faz experimentar, nas narrativas do sofrimento, o efeito de algo que aconteceu a alguém. Continuando a dialogar com Didi-Huberman (2012), ao imaginar que alguma experiência dilacerante se passou com o Outro, isso nos afeta exigindo de nós uma postura diante do mundo. Talvez seja essa uma espécie de “ambição moral louvável, ainda que limitada” (FROSH, 2009, p. 70, tradução livre)⁹⁰, do testemunho da mídia no contemporâneo. Isso é o

⁹⁰ Texto original: “*is the laudable, if limited, moral ambition of contemporary media witnessing*”.

que nos leva para o próximo e último capítulo da tese, quando seguimos mais uma pista sobre o testemunho como vetor de uma guinada afetiva para o jornalismo.

CAPÍTULO V

Afetos comuns

“Contamos histórias porque, afinal, as vidas humanas precisam e merecem ser contadas”
(Paul Ricoeur)

“Fatos que povoam o espaço e que chegam ao fim quando alguém morre podem maravilhar-nos, mas uma coisa, ou um número infinito de coisas, morre em cada agonia, a não ser que exista uma memória do universo, como conjecturaram os teósofos. No tempo houve um dia que apagou os últimos olhos que viram Cristo; a batalha de Junín e o amor de Helena morreram com a morte de um homem. O que morrerá comigo quando eu morrer, que forma patética ou perecível o mundo perderá? A voz de Macedonio Fernández, a imagem de um cavalo colorado no baldio de Serrano e de Charcas, uma barra de enxofre na gaveta de uma escrivãzinha de mogno?”
(Jorge Luís Borges)

5.1 UM EXERCÍCIO OPERACIONAL-AFETIVO

- Como vai? Está tranquila?
- Estou sim.
- Ainda é momento de desistir.
- Se eu desistir, vou me arrepender para sempre.
- Então é isso mesmo o que você quer?
- É o que eu sempre quis.

O diálogo acima está na reportagem “O nascimento de Joicy”, publicada no *Jornal do Commercio*. Aconteceu em um quarto no 11º andar do Hospital das Clínicas, de Pernambuco, entre uma psicóloga e sua paciente, minutos antes de uma cirurgia de redesignação sexual que poderia garantir à segunda a aspiração de uma vida inteira – não sem traumas, não sem dor ou uma boa dose de sofrimento. Na cena, está uma *narradora-jornalista-testemunha* que durante meses vem testemunhando a batalha do agricultor João em sua luta para se tornar mulher. E só por isso – ou seja, porque houve um “texto testemunhal” que nos chega em tinta de papel jornal – foi possível ao leitor, distante física e emocionalmente do acontecimento até o momento de leitura, tomar conhecimento da existência de Joicy e se transformar em testemunha – uma “testemunha vicária” (ASHURI; PINCHEVSKI, 2009), por assim dizer, mas ainda assim testemunha.

A exemplo da narrativa que nos iniciou no percurso desta tese, “A mulher que alimentava” – por meio da qual testemunhamos os últimos dias da merendeira Ailce –, aqui também um pacto se firmou entre repórter e personagem quando teve início a pauta no final de 2010, ainda bem antes do diálogo narrado há pouco. Quando a aventura veio a público de forma seriada em três edições do JC daquele abril de 2011, o leitor foi levado para o centro da vida desse “ser qualquer” – entendido aqui em sua “singularidade comum”, nem universal, nem individual, mas em sua condição efêmera de estar no mundo, “o ser, tal que, seja qual seja, ele importa” (AGAMBEN, 2006, p. 11) – em uma cidadezinha do agreste pernambucano.

Nesta narrativa (como, de resto, nas demais narrativas que têm nos guiado ao longo do nosso trajeto), adotamos a ideia de que tanto jornalistas quanto leitores são testemunhas possíveis do infortúnio daqueles que vivem uma situação de sofrimento – no caso desta tese, tendo o cotidiano como esteio. O preconceito arraigado nas entranhas do sertão, o corpo em metamorfose posto à prova a cada novo encontro, a violência física e simbólica, a extrema

pobreza, a burocracia do Estado, os gozos e pequenas alegrias cotidianas, as contradições de alguém determinado a ser para o que nasce⁹¹, o infortúnio anunciado e o amor suspeito pelo amigo – Joicy dá testemunho de passagens de sua vida diante de uma ouvinte (a repórter Fabiana Moraes) a quem cabe reconfigurar a experiência que chegará até nós, os leitores, implicados pela narrativa.

Um exercício de pensar esta reportagem à luz do testemunho nos traz de volta a pergunta: O que há nesse *jornalismo de teor testemunhal* que torna possível colocar os leitores também na posição de testemunha? E ainda: Que efeitos de sentido são produzidos na relação entre a fonte-testemunha, a *narradora-jornalista-testemunha* e o leitor-testemunha?

Em “O nascimento de Joicy”, identificamos cinco instâncias produtoras de sentido que funcionam como operadores analíticos e dialogam com as pistas iniciais⁹² da pesquisa não com o intuito de corroborá-las ou refutá-las, mas para examinar de forma mais direta, à luz dos apontamentos reunidos até aqui, a questão norteadora desta pesquisa. A saber: quando considerado no percurso da narrativa não apenas como procedimento de uma rotina, mas enquanto experiência vivida e narrada, o testemunho teria potencial para valorizar uma dimensão afetiva que se quer apagada da narrativa clássica do jornalismo – isso nos levaria a reconhecer e indagar sobre a dinâmica relacional na prática e no gesto jornalísticos.

É digno de nota, no entanto, sublinhar que tais operadores não constituem uma proposta de análise prática de narrativas. Funcionam antes como balizadores conceituais baseados nas investigações que nos servem de aporte teórico em relação ao testemunho (BOLTANSKI, 2015; DIDI-HUBERMAN, 2012; SELIGMANN-SILVA, 2010; GAGNEBIN, 2009; FROSH, 2009) e à narrativa (BENJAMIN, 2012; RICOEUR, 2010; RESENDE, 2009). Em termos metodológicos, são portanto fundamentos úteis à medida que sugerimos uma dupla inversão na forma de olhar para – ou melhor, nos modos de ver – o testemunho (aqui, pretendido como *matriz de lacuna de verdade*) e o jornalismo (a partir do paradigma relacional).

⁹¹ Associação livre ao documentário “A pessoa é para o que nasce”, de Roberto Berliner (2004).

⁹² As pistas a que nos referimos foram apresentadas no primeiro capítulo e têm norteado nosso percurso: 1) Jornalismo é rastro; 2) Experiência é narrativa; 3) Objetividade é retórica; 4) Imaginação é estratégia; 5) Ninguém é comum.

5.1.1 O operador de efeito de presença: a primeira pessoa do plural

Há um duplo aspecto que nos guiou na trilha de um *jornalismo de teor testemunhal*. O primeiro deles diz respeito a um modo possível de narrar que nos interpela justamente pelo que escapa da técnica e que se manifesta no espaço contingencial da relação, no encontro possível entre o mundo do jornalista e o mundo da fonte, quando as nuances, os percalços, os conflitos desse contato entre sujeitos são incorporados pela narrativa. Ao considerar a tessitura da narrativa, isto é, o entrelaçamento dos fios e vozes em disputa, colocamos em evidência “o caráter (que se pressupõe) dialógico do discurso jornalístico” (RESENDE, 2009, p. 36).

O segundo ângulo que vimos abordando nesta pesquisa sob o enfoque do *jornalismo de teor testemunhal* refere-se aos acontecimentos microscópicos; às pequenas ou grandes tragédias cotidianas silenciosas – e silenciadas – em meio ao turbilhão de eventos elevados à categoria de extraordinários ou historicamente significativos a partir do momento em que são midiaticizados; à cobertura do ordinário, essa que dá a ver as peripécias que se insurgem pelo *testemunho narrativo* das vidas comuns, para além do olhar viciado e autômato da imprensa contemporânea. Nas fendas desse duplo enfoque, verificamos um gesto de resistência do/no jornalismo.

Em “O nascimento de Joicy”, o leitor sabe de partida que, antes de chegar à personagem, a repórter Fabiana Moraes encontrou outras mulheres “sem útero nem ovários, sem clitóris nem vagina” – eram nove aguardando atendimento no setor de ginecologia do Hospital das Clínicas – e que todas olhavam com certa incredulidade para a pessoa do canto que usava “apenas bermuda, camiseta e sapatilhas pretas”, sentava-se “com as pernas abertas”, era “musculosa, e às vezes um tanto rude”. A repórter não é uma delas, não finge ser. A partir do momento em que uma jornalista passa a habitar a dinâmica de um mundo que não lhe pertence, ela tem duas possibilidades: narrar o que acontece entre o seu mundo e o da fonte, com os ruídos e lacunas inerentes ao testemunho, ou apagar os ruídos e preencher as lacunas em nome de uma técnica jornalística que preconiza abarcar o mundo, como se a realidade fosse capturável em sua totalidade.

Como um texto não adquire seu status como testemunho por conta própria, o que ajuda os leitores a supor que ele “não apenas representa um mundo, mas é testemunha disso” é exatamente a presença construída discursivamente (FROSH, 2009, p. 61, tradução livre)⁹³.

⁹³ Texto original: “a text does not just represent a world, but bears witness to it”.

No entanto, conceber uma presença no texto ancorada na autoridade discursiva não quer dizer necessariamente que o *narrador-jornalista-testemunha* apareça na cena, roube o protagonismo ou carregue nas tintas do sensacionalismo. Nesta narrativa, Fabiana dá a ver o mundo não pela ótica de Joicy, mas pelo ponto de vista de alguém que testemunhou o mundo de Joicy. Isso está claro desde a primeira linha e é uma das marcas distintivas de um *jornalismo de teor testemunhal*.

Por exemplo, quando a repórter acompanha o périplo da recém-operada para conseguir a guia de liberação do hospital, ela testemunha um descaso. A narrativa sugere então que a situação parece mudar de figura no momento em que a chefe do Serviço Social “viu repórter e câmera ao lado”. Não foi a primeira vez (nem será a última) que o aparato midiático parece ter feito alguma diferença no desenrolar dos fatos. Em outra passagem, novamente é importante que o leitor saiba que havia uma movimentação diferente “em torno da cabeleireira, feita estrela entre dezenas de pessoas *que não estavam cercadas por repórter e câmera*” (grifos nossos) e que também procuravam descobrir algum alento em meio aos entraves burocráticos do sistema de saúde.

Mas aqui esses marcadores são relevantes não para denotar influência ou mistificar o papel da imprensa. Funcionam antes como indicadores de que a presença de uma equipe de mídia, corpos estranhos ao quadro, por si só altera a realidade retratada, interfere no mundo vivido. No *jornalismo de teor testemunhal*, portanto, e essa é uma primeira constatação, a mediação não é subtraída da linguagem. Ou seja, mais do que descrever uma cena ou fornecer explicações sobre determinada realidade, muito mais do que comprovar que aconteceu e que o jornalista testemunhou – o que só deixaria o testemunho meramente circunscrito ao universo textual e à lógica de uma “matriz de verdade presumida” –, a presença discursiva torna-se importante porque implica os sujeitos, convoca-os a um envolvimento qualquer com a situação narrada, faz com que o leitor se sinta parte, costure associações, ressignifique o real à luz de seus próprios referenciais.

Em outros momentos, a presença é performada de forma bem mais sutil. No texto inteiro, a narradora nunca utiliza a primeira pessoa do singular e, na maioria das vezes, abre mão de qualquer marcador autorreferencial. Ainda assim, o leitor sabe que há alguém que testemunha a ação. Como na chegada de Joicy ao hospital, quando o leitor passa a conhecer Dorneles, um moço que não é da família, mas foi a única pessoa que se dispôs a estar com a transexual durante a cirurgia. Vejamos como a participação de Dorneles na vida de Joicy é inserida na narrativa:

Ela chegou cedinho ao Hospital das Clínicas, um ventilador Zayt na mão, para ocupar um dos 336 leitos disponíveis. Viajou ao lado de Cristiano Dorneles, “amigo” (as aspas logo se explicarão) que veio de Belo Jardim para acompanhar a transexual ao longo de sua recuperação. No fim, Dorneles só permanecerá ao seu lado durante quatro dos 11 dias nos quais a cabeleireira esteve internada. Em breve, *Joicy vai chorar* quando ficar sozinha. (*Jornal do Commercio*, abril/2011).

Nos textos de testemunho, a presença do narrador no mundo retratado se faz notar pela linguagem e equivale a um comprometimento para com esse mundo (FROSH, 2009). No entanto, para além dos recursos formais – a postura como interlocutor em uma entrevista, por exemplo, ou a descrição da cena em detalhes –, o efeito de presença se configura também a partir da relação afetiva estabelecida entre os sujeitos. No quarto dia de operada, Joicy está na cama. Próximo dali, no mesmo ambiente, Dorneles fala ao telefone. Sem poder ouvir o que se passa do outro lado da linha, por óbvio, a repórter precisa escolher se exclui a informação da narrativa ou faz com que isso opere como parte da escrita uma vez que terá desdobramentos para o enredo, como se verá em seguida. Era preciso convocar o leitor para o impacto do episódio em Joicy, na repórter, na narrativa. Assim prossegue o “texto testemunhal” que nos chega:

“Você acha que sou louco?” Cristiano Dorneles está conversando, pelo telefone, com a mãe. Falam sobre Joicy. Ela está na cama ao lado, chorando. *Ouve rádio. Dá para ouvir, baixinho, o som que sai do fone de ouvido.* Está tocando Stereo Love (*don't let go / don't let go / to my love*), música que ela adora. (*Jornal do Commercio*, abril/2011).

Ao aproximar o leitor da cena, ainda que incompleta, a *narradora-jornalista-testemunha* faz com que ele presencie uma despedida, um abandono no leito de hospital. De maneira quase invisível, perceptível apenas para evidenciar uma informação relevante para a narrativa, o leitor fica a par da relação de Joicy e Dorneles, até onde se sabe a meio caminho entre o romance e a amizade. Como lembram Ashuri e Pinchevski (2009), a incapacidade da comunicação também comunica algo e esse algo é justamente a marca deixada pelo evento. Em termos enunciativos, podemos dizer que, ao descrever estados de espírito, a testemunha “fornece uma base comum para a participação e o reconhecimento de potenciais destinatários” (ASHURI; PINCHEVSKI, 2009, p. 144, tradução livre)⁹⁴.

Joicy aproveita a presença da repórter para confidenciar que não acredita que o rapaz renuncie ao que ela acha que os dois têm. “Ele não vai me deixar só, não, ele é uma pessoa boa, não vai fazer isso”. Pouco depois, é o rapaz que se vale do testemunho da estranha no

⁹⁴ Texto original: “provides a common basis for the participation and recognition of potential addressees”.

quarto: “Dorneles aproveita o momento, *olha para a repórter* e diz baixinho: ‘Tu não sabe é de nada’”. Alguns parágrafos adiante, contrariando o desejo de Joicy, descobrimos que Dorneles, após pedir R\$ 35,00 a Joicy (“é para a passagem de ônibus”) deixa o hospital.

“Migalhas”, “cacos”, “restos”. Aquilo que o jornalismo clássico esnoba e que se constitui como possibilidade para um narrador contemporâneo (BENJAMIN, 2012; GAGNEBIN, 2012) é incorporado ao *jornalismo de teor testemunhal* como um princípio. Em “O nascimento de Joicy”, nem tudo está dado, mas aquilo que sobra e que vem à tona pelo *testemunho narrativo* nos mostra as entrelinhas da existência de Joyce, cabendo ao leitor – “co-construtor performativo do testemunho como forma de discurso e experiência” (FROSH, 2009, p. 60, tradução livre)⁹⁵ – lê-las.

Sendo assim, afirmamos que um *jornalismo de teor testemunhal* independe de uma escrita em primeira ou terceira pessoa do singular – o que em termos etimológicos equivaleria ao discurso do *superstes* e do *testis*, respectivamente. Mais relevante é indagar sobre o efeito que a presença construída discursivamente pode produzir no leitor e que aqui, nós sugerimos, significa um passo em direção ao Outro. Nesses casos, não se trata mais de um “eu” nem de um “ele”, mas daquilo que se passa na relação e que institui uma experiência na primeira pessoa do plural facultada pela linguagem. A testemunha somos todos nós.

5.1.2 O operador da experiência-limite: os limites da experiência

Nesta narrativa, o sofrimento não está relacionado a nenhuma catástrofe épica, não se refere a um evento devastador ou mesmo a uma grande tragédia coletiva. A desventura que se narra aqui diz respeito a uma experiência singular de alguém que “tenta se inscrever no mundo a partir de um corpo continuamente questionado – e combatido” (MORAES, 2015). É, portanto, uma experiência limite, no sentido de que faz exigências ao sujeito sofredor quando colocado diante dos grandes dilemas da existência (angústia, medo, prazer e dor, luto, sexo, amor e morte), ao mesmo tempo em que, quando narrada, nos aproxima da noção de sobrevivência de Didi-Huberman (2014, p. 150), uma “sobrevivência dos signos ou das imagens quando a sobrevivência dos próprios protagonistas se encontra comprometida”.

Joicy é uma sobrevivente. É por isso que, quando a sua vida cruza com a de Fabiana, a repórter, no corredor de um hospital, ela quer falar, sente necessidades de contar de si e do corpo cindido. A transição para o corpo feminino começara bem antes mas a possibilidade de

⁹⁵ Texto original: “*the performative co-constructor of witnessing as a form of discourse and experience*”.

dar testemunho de sua experiência pareceu também um caminho para ver respeitada a sua condição de sujeito. Como isso não vai se concretizar de todo, é também pela narrativa do trauma ou, pelo menos de uma violência cultural e simbólica, além de física, que deixa cicatrizes, que a personagem principal desta narrativa disputa o seu lugar na rua Santa Virgínia, no pequeno distrito de Perpétuo Socorro, em Alagoinhas, Pernambuco, o seu lugar no mundo.

“O testemunho traz o que há de marcante numa vivência intransferível” (NESTROVSKI e SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 10). Dessa maneira, é enquanto *matriz de lacuna de verdade* – que jamais vai dar conta da experiência integral, mas ao mesmo tempo é toda a sobra que permite nos aproximar dessa experiência – que o testemunho funciona como uma ponte para a alteridade. Numa conceituação que parece muito apropriada às nossas reflexões, Brand (2009, p. 205) destaca que testemunhar “é precisamente a tentativa de tornar a experiência transmissível, isto é, recuperá-la novamente, reconectando-a com a pessoa inteira ou com a comunidade” (tradução livre)⁹⁶, o que faz com que o ato de testemunhar também seja “a forma como experimentamos a realidade perdida ou desaparecida em algum sentido” (tradução livre)⁹⁷.

Testemunhamos quando a experiência já não mais existe no tempo presente. Testemunhamos o deslocamento de 15 horas desde o instante em que Joicy teve alta, em Recife, até a chegada em casa; o momento em que o motorista da ambulância que lhe transporta dá um freio em sua ansiedade porque precisa desviar o caminho para buscar uma outra paciente; o diálogo com a mulher que entra no carro do hospital carregando um bebê de colo e conversa com Joicy achando que fala com João. Testemunhamos a chegada em Alagoinhas com a geladeira vazia e o movimento do corpo no primeiro dia na nova cidade, a música no volume máximo para anunciar que chegou. A repórter dá testemunho de que os dias que estão por vir não serão muito diferente de antes. Serão iguais. Testemunhamos o movimento no salão de beleza, o vizinho bêbado que faz chacota – “Eu vim visitar a mulherzinha. Já tá usando tanguinha?” – e o encontro com as duas mulheres que chegaram cedo sob o pretexto de lhe prestar solidariedade, mas que não contêm o riso com a gracinha do outro. É, portanto, o que restou dessa experiência que testemunhamos.

Assim, aquela que é a experiência de Joicy (individual, singular, intransferível) ganha outros sentidos quando compartilhada, primeiro com a repórter de modo direto e imediato, e

⁹⁶ Texto original: “is precisely the attempt to make experience communicable, that is, to bring it back to life by reconnecting it with the whole person or the community”.

⁹⁷ Texto original: “is the way we experience reality as lost or missing in some sense”.

depois com toda uma gama de leitores que, nesse caso, irão acompanhar a narrativa durante três dias⁹⁸, primeiro nas páginas do jornal e concomitantemente em um site que agregava vídeos e imagens ao texto impresso, *twitter*, redes sociais e coletivos feministas. Nessa fronteira que borra os limites da experiência, ou melhor nesse limiar entre aquilo que é imanente às existências de um e de outro sujeito, é possível que haja espaço para uma outra experiência que, através de um *jornalismo de teor testemunhal*, faz exigências ao jornalista e ao leitor.

Ao primeiro, pede que se desnude das amarras técnicas do campo do jornalismo. Do leitor, solicita que esteja inclinado a testemunhar. Para Brand (2009), testemunhar também diz respeito a um estado de espírito, uma certa “disposição afetiva”, que nos coloca em movimento em relação ao Outro. Nisso reside nossa aposta de que, ao testemunhar, não estamos vivenciando a experiência, mas incorporando uma outra experiência. Ancorados em Brand, assumimos que “O nascimento de Joicy” não é apenas um reconhecimento do que aconteceu lá entre Joicy e a equipe do jornal, mas também sobre o que acontece conosco por meio do *testemunho narrativo* a partir do modo como a narrativa nos aborda. “Somos testemunhas, o que significa que a reflexão surge de nossa própria experiência” (BRAND, 2009, p. 207, tradução livre)⁹⁹.

Nesta narrativa, somos chamados a testemunhar, incluídos como parte do problema, não como se as respostas estivessem fora de nós ou se o mundo narrado fosse uma realidade à parte com a qual não temos nenhuma conexão. Ao mesmo tempo, a *narradora-jornalista-testemunha* não oferece respostas prontas, não se propõe a explicar os fatos e, assim, deixa espaço para que o leitor se relacione com a situação narrada pelo que ela lhe remete à luz de seus próprios repertórios. “O mundo de Joicy” é sobre o que resta do fato de um homem que nasceu no corpo errado ir quase às últimas consequências, até pelo menos o limite do possível, em busca de aceitação. Que tipo de transformação acontece quando testemunhamos a transformação de Joicy? Como nos sentimos em relação a isso?

Vejamos este trecho, sobre a primeira visita que a mãe da cabeleireira, dona Irene, de 83 anos, fez a Joicy depois da cirurgia, na forma como foi narrado na reportagem:

⁹⁸ Além de publicada no jornal impresso, a reportagem ganhou um portal na Internet que agrega outros recursos à narrativa (áudios e vídeos), ainda hoje mantido na web. Pode ser conferido em: <<http://www2.uol.com.br/JC/especial/joicy/>>. Acesso em: 22/04/2017. Como desdobramento, a narrativa se transformou em série de reportagens para a TV Jornal do Recife: <<https://www.youtube.com/watch?v=NwGwZFTMFA>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

⁹⁹ Texto original: “*We are made witnesses, which means that reflection arises from within our own experience*”.

Dona Irene: Tá bem, João?

Joicy: Eu mudei de nome, viu? É Joicy.

Dona Irene (rindo): Apois eu vou lhe chamar de Madalena.

Joicy: É Joicy.

Dona Irene: Esse nome é muito difícil de dizer.

Joicy: Tem nada não, a gente treina.

Ednaldo [cliente que está sendo atendido por Joicy no salão], interrompe, falando com a repórter: Eu sou aposentado, tô sem poder trabalhar por causa das pernas...

Joicy (entra na conversa): Peça a Deus e ele cura. Eu mesma pedi a Deus para as pessoas me admirarem. Eu tava vendo TV, um programa de crente, e eles disseram “se você quer, se ajoelhe e peça”.

Dona Irene (olhando os pés da filha): É, acho que foi a força de Deus, João. Foi Deus quem lhe ajudou.

Joicy: Olhe, mãe, pode ficar aqui, dormir, se quiser, viu? Venha passar uns dias comigo.

Dona Irene: Tem o sofá para dormir, né?

Joicy: Não, o que é isso, a senhora dorme na cama. Aqui tem tudo, tem comida, tem suco.

Dona Irene: Ô João, tem visto tua irmã Maria Helena?

Joicy (chateada): É Joicy. Meu nome é Joicy. Eu vi Maria Helena, ela tá bem. Olha, lembra daquele rapaz que foi na sua casa dar um beijo na senhora, Dorneles?

Dona Irene: Ele foi lá passear, né? Eu lembro. Vocês são amigos? Tu fala como se fosse só amigo.

Joicy: Somos só amigos, a senhora tá aí falando besteira.

Dona Irene: vai ter uma reunião no Natal, lá em casa. Tu vai, Jorge? É Jorge, né?

Joicy (mais chateada): Eu não tava sabendo de reunião. Mas eu vou, nem que seja para ficar em um canto, longe de quem não me aceita.

(O celular da cabeleireira toca. É Dorneles. Ela passa a conversar com ele e ignora a mãe. Quase 40 minutos depois, Dona Irene sai)

Dona Irene: Olha, eu acho que Jorge não tá dando ligação para a mãe. Eu tenho o que fazer. Eu vou embora. (*Jornal do Commercio*, abril/2011).

Esse encontro entre Joicy e dona Irene no salão de beleza foi intermediado pela jornalista. Foi a repórter quem, depois de uma primeira tentativa frustrada, recebeu um telefonema da mãe da cabeleireira pedindo que a levasse para ver Joicy. Queria saber como estava a filha, uma vez que a própria jornalista havia lhe contado das dificuldades financeiras e afetivas que a transexual vinha enfrentando. Em livro publicado anos depois da publicação da série no jornal, a repórter conta que ainda hoje o episódio lhe provoca uma “sensação ruim”. Para a jornalista, era estranho que a filha recusasse a atenção de dona Irene, “não exatamente pelo fato de ser sua mãe, mas por toda a delicadeza de ir até ali, por suas rezas e pela maneira carinhosa com a qual havia falado do filho poucos dias antes” (MORAES, 2015, p. 126).

Mas na época da reportagem, o leitor não ficou sabendo dessa negociação entre jornalista e personagem. Embora muito provocativa para uma reflexão sobre o campo do jornalismo¹⁰⁰, a confissão não constou explicitamente no texto da reportagem. Não precisava, uma vez que a própria narrativa denotava o incômodo na cena ao dar a ver a postura dos corpos, os diálogos interrompidos, a recusa de uma, a desistência da outra, os silêncios. Até mesmo os apagamentos são indicativos de uma situação desconfortável, inclusive para a jornalista que testemunhava o acontecimento e acima de tudo tinha parte nele. O estranhamento é visível. A *narradora-jornalista-testemunha* não naturaliza o que, de certo modo, é natural na rotina daqueles personagens. Mas ao mesmo tempo evita realçar o seu lugar na história.

Estamos chamando a atenção para essa circunstância porque não se pode ignorar que uma escrita que se dá a partir do contato com o Outro também é tomada pelas ranhuras desse contato mútuo. Ou seja, há uma relação que acontece para além do que irrompe na narrativa e imaginar que nada ocorre no encontro entre jornalista e fontes é cair novamente no jornalismo tradicional encerrado em si mesmo que não vê – não deixa ver. Ao passo que, se testemunhar é também “um discurso com uma fenda que aguarda preenchimento” (PETERS, 2009, p. 26, tradução livre)¹⁰¹, deixar espaço para que o leitor habite a lacuna é imprescindível. Para o

¹⁰⁰ Há muitas pesquisas no campo do jornalismo que discutem os “livros de repórter”, um conceito de Beatriz Marocco (2011) para se referir a um exercício de crítica das práticas jornalísticas em que os próprios repórteres materializam sua experiência em livros, acionando um movimento de investigação sobre sua produção e sobre o fazer jornalístico. Como diz a autora, “trata-se de um tipo de texto que se ocupa do jornalismo, para dele elaborar outros textos que oferecem o desvendamento de certos processos jornalísticos, ou a crítica dos mesmos” (2011, p. 121). Esta pesquisa dialoga de forma muito direta com estes trabalhos (MAROCCO, 2011; SCHWAAB; ZANIN, 2015), mas aqui olhamos preferencialmente para as marcas localizadas nas próprias narrativas dos repórteres – no caso, os *narradores-jornalistas-testemunhas* –, em vez de sua produção nos “livros de repórter”, ainda que esses também tenham nos servido de suporte, em alguns casos.

¹⁰¹ Texto original: “*Witnessing is a discourse with a hole in it that awaits filling*”.

jornalismo de teor testemunhal, o que se passa nesse hiato, que é da ordem dos afetos, também interessa enquanto não-dito, enquanto apenas sugestão.

Assim, se a guinada subjetiva no jornalismo se evidencia pela “recuperação do ‘eu’ em narrativas jornalísticas contemporâneas” (SERELLE, 2009, p. 34), aqui estamos ressaltando tipos de narrativa que apontam para uma guinada afetiva e se caracterizam pela narração da experiência do repórter em relação ao evento testemunhado. Essa escrita, como qualquer outra, exige recortes, decisões, angulações, enquadramentos típicos de um processo de edição – como aliás reconhece a própria repórter (MORAES, 2015) – mas, além disso, enfrenta o desafio de narrar uma relação que provoca efeitos e produz sentidos para os sujeitos envolvidos.

5.1.3 O operador de subjetividade: entre “dois lados”

Se os *testemunhos narrativos* codificam o jornalismo como uma prática também e primordialmente afetiva, essa que não exclui o envolvimento do repórter nos eventos por ele relatados, é possível dizer que operam também como uma crítica velada à objetividade. Como um ato de testemunho, o jornalismo também carrega marcas da experiência vivida e, sendo assim, podemos dizer, sem qualquer prejuízo para o campo, que a objetividade, tal como pretendida pelos cânones científicos, precisa ser revista. Concordando com Rosen (1993) e com o fato de que o conceito de objetividade é, muitas vezes, incapacitante e pouco inspirador, a perda de seu prestígio talvez não seja algo que devamos lamentar.

Nesse sentido, sugerimos, o testemunho seria uma possibilidade de agregar experiência à informação dentro do espaço midiático, uma vez que no nível meramente textual esses dois marcadores se entrelaçam (FROSH, 2009). Do modo como entendemos, a experiência proporcionada pela *jornalismo de teor testemunhal* seria ainda uma forma de desmistificar a informação como aquilo estabelecido convencionalmente, ou seja, como um acúmulo de dados que servem como prova documental e, quando sacralizada, acaba ocupando “todo o espaço do acontecer” (LARROSA BONDÍA, 2002, p. 22). A relação afetiva que vai se formando no percurso do relato tem tanto lugar quanto aquilo que é meramente informativo.

Na narrativa de Joicy, nada é feito de forma inconsistente, mas também não se espere que “ouvir o outro lado” seja literalmente escutar o que ambas as partes têm a dizer para que ocupem um lugar definido previamente no texto. Como podemos observar na passagem em

que a repórter é levada a entrevistar um deputado, autor de um projeto de resolução que suspende a portaria governamental e encerra as cirurgias para as mudanças de sexo no SUS – no Brasil, garantidas por lei em 2008 desde que se cumpram critérios como maioria, acompanhamento psicoterápico por pelo menos dois anos, laudo psicológico/psiquiátrico favorável e diagnóstico de transexualidade.

A repórter então ouve do entrevistado que a cirurgia de redesignação sexual é uma “verdadeira aberração” e que o procedimento pode ser “uma prioridade em um país como Suécia e Canadá, mas não no Brasil”. Nesse momento e munida de uma série de informações que contradizem a fala do deputado, ela diz no texto:

O deputado *é lembrado* de que a transexualidade integra o Código Internacional de Doenças, em que aparecem, como dito, como um transtorno de identidade (atinge uma em cada dez mil pessoas identificadas ao nascer como meninos e uma em cada 30 mil registradas como meninas, segundo o órgão). (*Jornal do Commercio*, abril/2011, grifos nossos).

Sem abrir mão dos dados – muito pelo contrário, incorporando informação à declaração –, retifica ela própria a fala do deputado e disponibiliza um aspecto do fato relevante para que o leitor advertido também tenha opções ao se relacionar com o texto. Numa narrativa clássica, é provável que a jornalista encerrasse o problema com a publicação de declarações antagônicas. Nessa, os diversos testemunhos contrários surgem não com o intuito de dar a ver o contraditório, mas para evidenciar as muitas verdades do mundo.

A construção do *testemunho narrativo* não se limita a empilhar discursos. Como em uma cena de tribunal, nesta reportagem, a sensação é a de que todos são testemunhas de algum modo. Há as testemunhas de defesa e as de acusação, como se Joicy, ao mesmo tempo em que dá testemunho de sua existência, estivesse sendo julgada, submetida ao crivo dos moradores da cidade, amigos e familiares, médicos e demais pacientes do hospital. Mais tarde, como veremos, são os leitores que, interpelados pela reportagem, se revezarão nesses papéis.

“Mas João, como é que tu quer fazer isso, tirar um negócio que Deus te deu? Como é que tu faz isso, João?”, diz Pedro Calado, 45 anos, dono de um boteco próximo à casa da cabeleireira, que não compreende porque alguém decide cortar “algo que Deus lhe deu”. Para Antônio Alves, 41, agricultor, que conhece a transexual desde criança, ele é livre para fazer o que quiser, “o corpo é dele, né?”, diz para a repórter. Mas se recusa a fazer uma foto ao lado da antiga amiga (amigo, no caso, para Antônio). “Não sendo eu, Deus tome conta”.

Outro que declara ser amigo mas não quer aparecer na foto é José Luiz Moraes, 48, agricultor: “Eu não sou contra, não. O pessoal fala mal, mas eu não sou contra. Quero ver como vai ficar” O senhor poderia fazer uma foto ao lado dela? “Aí não, você me desculpe, mas aí não”. Os meninos Rude Ferreira e Raul Oliveira, ambos com 12 anos, veem Joicy caminhando perto da Igreja Matriz e correm para perto da transexual. “João, tu quer jujuba?”, pergunta Rude. No mesmo momento, o garoto se corrige: “João não, Joicy. Desculpa, foi sem querer.” Entre as mais de 20 pessoas do distrito entrevistadas para esta reportagem, as crianças foram as únicas a perceber que se dirigiam, de fato, a uma mulher. (*Jornal do Commercio*, abril/2011).

Nesse cenário de julgamento que se forma em torno de Joicy, até os afetos inesperados dão testemunho. A técnica de enfermagem Ilma Acciolly, evangélica, concorda com o procedimento cirúrgico – “Deus nos deu livre-arbítrio, não é?” – enquanto o desempregado José Antônio Silva, 25 anos, que acabara de conhecer Joicy no hospital, faz questão de se manifestar na presença da repórter. “Ele quer fazer, faça, mas penso que Deus não concorda com um negócio desses, tirar uma coisa que Ele deu”. Se o uso do nome de Deus, em muitos momentos dessa narrativa, diz da fé e religiosidade do agreste do sertão – além de remeter à culpa cristã dos muitos brasis –, também dá a ver a existência de uma certa testemunha que paira acima de tudo, a única que poderia assegurar uma verdade insuspeita como no sentido ontológico do testemunho.

A essa altura da reportagem, o leitor é praticamente instado a também dizer o que pensa. Antes, vai ouvir a própria Joicy que também evoca o céu por testemunha.

Meio grogue por conta da anestesia geral, foram três horas na sala de cirurgia, acessa a delicadeza que tanto dizem lhe faltar: “A gente tem que ser por fora o que é por dentro, entendeu?”. Usando o nome de Deus, tão recorrente ao longo desta reportagem, ela consegue sensibilizar o coração assustado de José Antônio. “Eu pedi permissão a Ele, sabia?”. O desempregado manea a cabeça. Não vai refutar o Deus que tanto teme e termina concordando: “É isso mesmo. É a mesma pessoa”. Joicy discorda: “Não, eu agora sou uma pessoa melhor”. (*Jornal do Commercio*, abril/2011).

Um aspecto que vale a pena ressaltar na narrativa em questão é que o lugar que Joicy ocupa na narrativa também é dado a conhecer por meio de testemunhos diversos que dão conta de um personagem complexo, um ser humano, no mínimo, controverso. Para Teresinha [Ferreira, atendente do hospital], por exemplo, Joicy “estava longe de apresentar carência e fragilidade emocional”, era “ignorante”. Na entrevista que teve com o secretário de saúde, Carlos Augusto, para apurar sobre as arbitrariedades relatadas por Joicy, a repórter ouve da autoridade oficial. “Ele é uma pessoa difícil, você deve ter percebido”. Ao que a *narradora-jornalista-testemunha* faz questão de responder, também pelo texto:

“A personalidade de Joicy, no entanto, não explica por que, durante quase sete anos de viagens para Caruaru e para o Recife, ela deixou de obter o Tratamento Fora do Domicílio (TED), uma ajuda de custo de R\$ 8,40 para pacientes que vão se consultar fora da cidade. Também não recebeu ajuda de custo para a gasolina necessária nas viagens feitas na própria moto (outro direito), quando tinha consulta marcada, mas os carros da secretaria estavam quebrados”. (*Jornal do Commercio*, abril/2011).

No direito, o testemunho é uma das principais maneiras de solucionar um conflito. Muitas já foram as estratégias utilizadas nesse campo para sanar os limites intrínsecos ao testemunho, entre elas: exigir duas ou mais testemunhas que sejam ouvidas separadamente – e, quando se contradizem, invalidar pontos importantes dos seus testemunhos; priorizar testemunhas oculares; ou ainda a adoção de medidas mais drásticas como aplicar a lei de taleão contra falsas testemunhas – ou seja, infligir à testemunha o que ela pretendia aplicar ao acusado (THOMAS, 2009). O jornalismo tributário de uma “matriz de verdade presumida” também usa de seus artifícios, o que nem sempre significa imparcialidade e objetividade diante dos fatos.

Na *matriz de lacuna de verdade* do jornalismo, postulamos um certo deslocamento dessa ideia, assumindo de antemão a noção de que o testemunho é construído pelo discurso, e como tal, é inevitavelmente falho, incompleto. No caso desta narrativa, ao testemunhar, a jornalista revelou que, em muitos momentos, tomou atitudes que não cabiam no círculo técnico do jornalismo, mas que eram “totalmente compatíveis” com o seu sentimento de responsabilidade (MORAES, 2015). Ou seja, permitiu-se aproximar do Outro. Fez isso sem abrir mão de uma série de preceitos do jornalismo (checagem de fontes, coleta de dados, apuração precisa ouvindo muito mais que dois lados e uma minuciosa reconstrução dos acontecimentos). Mas esses são cuidados que a rigor não dizem tão somente respeito aos padrões técnicos. E quanto a isso, vale lembrar a “ética do marceneiro”, de Cláudio Abramo (1997):

Sou jornalista, mas gosto mesmo é de marcenaria. Gosto de fazer móveis, cadeiras, e minha ética como marceneiro é igual à minha ética como jornalista – não tenho duas. Não existe uma ética específica do jornalista: sua ética é a mesma do cidadão. Suponho que não se vai esperar que, pelo fato de ser jornalista, o sujeito possa bater carteira e não ir para a cadeia (ABRAMO, 1997, p.109).

5.1.4 O operador do sofrimento: testemunho à distância

No terceiro e último dia da publicação da reportagem no *Jornal do Commercio*, os leitores testemunham o desapontamento de Joicy ao receber a notícia de que a cirurgia terá de ser refeita por conta de uma série de equívocos cometidos tanto pela transexual quanto pelos profissionais de saúde. Vejamos esta passagem:

Com as pernas abertas e nua, Joicy era observada por cinco homens. Um deles, o cirurgião Sabino Pinho, o mesmo que há dois meses havia criado uma vagina na cabeleireira, tocava por dentro o novo sexo da paciente. Não precisou examiná-la demoradamente. Tirando a luva suja de sangue da mão, o rosto entre decepcionado e aborrecido, avisou: “O canal fechou”. Um a um, os médicos-residentes que acompanhavam a consulta chegaram mais perto para ver. Para eles, “o canal fechou” significava, tecnicamente, que Joicy havia sofrido estenose, ou seja, as paredes de seu canal vaginal estavam coladas, impedindo relações sexuais. Para ela, “o canal fechou” significava, emocionalmente, que os sete anos de longas esperas e viagens, falta de sono e de respeito, de instabilidade e desconforto, terminavam com uma enorme frustração: seu corpo era feminino, mas apenas por fora. Não podia, ainda, deitar com um homem sendo a mulher que sempre quis ser. (*Jornal do Commercio*, abril/2011).

Por meio de um texto testemunhal que dispensa hipérboles – como aliás é a linguagem do testemunho, clara e direta (LEVI, 1988) –, a *narradora-jornalista-testemunha* nos coloca em contato com o sofrimento da moradora de Alagoinhas. Terminado o atendimento, segue-se um diálogo – ao qual também temos acesso – entre a paciente e o médico em que este, visivelmente irritado (pelo menos é assim que a narradora dá testemunho da cena), tenta responsabilizar a transexual pelo fracasso da cirurgia. A consulta já está quase terminando quando ficamos sabendo que

Joicy, que havia acordado cerca de seis horas antes, repara na garrafa de café ao lado da mesa do cirurgião. “Queria um gole”. O médico, saindo da sala, responde: “Café se toma em casa”. Joicy não tinha café em casa. Na verdade Joicy quase não tinha casa. (*Jornal do Commercio*, abril/2011).

Nessa altura, tanto a jornalista quanto o leitor, “destinatário final dos testemunhos mediados” (ASHURI; PINCHEVSKI, 2009, p. 140, tradução livre)¹⁰², que vêm testemunhando a vida de Joicy desde a fila de acesso à primeira cirurgia, foram levados a “habitar imaginariamente” o mundo de Joicy e estão de alguma maneira implicados no evento e na dinâmica da situação narrada. Esse terreno de “equivalência civil entre estranhos” que o testemunho da mídia produz e mantém, bem traduzido na ideia de ‘isso poderia acontecer

¹⁰² Texto original: “*the audience is the ultimate addressee of mediated testimonies*”.

comigo’, “atua como pré-requisito social e moral para expressões de preocupação e responsabilidade” (FROSH, 2009, p. 69, tradução livre)¹⁰³ para com aqueles que sofrem.

De passagem, vale lembrar Paul Ricoeur (1992) para quem “o sofrimento interpela”. O autor localiza o sofrimento como uma “ruptura do fio narrativo”, quando surge “um hiato entre querer dizer e incapacidade para o dizer”. A queixa que emana desse espaço lacunar “é dirigida ao outro como exigência, como apelo à ajuda” (RICOEUR, 1992, p. 3-4). Boltanski (2015, p. 147) sustenta que “as demandas do testemunho nunca se impõem tão fortemente como quando o sofrimento está em jogo”. O teórico explica que o testemunho solicita compromisso porque contém em sua essência uma inquietação ou angústia que pede para ser partilhada. E é só por meio dessa partilha que o sofrimento, “um processo desumanizante por natureza”, adquire uma dimensão humana. “Se outros estiverem preocupados ou apreensivos, ele não mais exclui aqueles que sofrem com o mundo, mas pelo contrário, ele os conecta ao curso dos assuntos humanos” (BOLTANSKI, 2015, p. 147).

Em suas reflexões, Boltanski (1993)¹⁰⁴ já havia chamado a atenção para três situações emocionais que levam o público leitor a se envolver com o “sofrimento à distância” ao elaborar tópicos discursivos que correspondem às formas através das quais o sofrimento é configurado. No “tópico da denúncia”, ocorre a identificação de um perseguidor contra quem se indignar pelo sofrimento imposto aos sujeitos; no “tópico da sensibilidade”, essa identificação, ao contrário, é voltada para um benfeitor, cuja figura alimenta a compaixão e a empatia do público; já no “tópico da estética”, o sofrimento é contemplado pelo público como mero espetáculo sem que sejam acionados quaisquer sentimentos contra o agressor ou em favor das vítimas.

No entanto, ao mesmo tempo em que nos colocam em contato com o sofrimento e se constituem como um chamamento contra as injustiças impetradas, tais configurações discursivas evidenciam a distância real que nos separa desse sujeito sofredor. Para o autor, se é possível dizer que o testemunho, quando configurado narrativamente, permite que nos encontremos com sofredores distantes, não é menos verdade que assistir à dor do Outro como próximo, quando estamos resguardados pela distância física e ainda abrigados sob o conforto do lar, não necessariamente nos leva à ação.

¹⁰³ Texto original: “*It acts as the social and moral prerequisite for more focused expressions of concern and responsibility*”.

¹⁰⁴ O trabalho de Boltanski (1993, p. 9) é voltado para a análise das narrativas televisivas em que ele se pergunta sobre “em que condições o espetáculo do sofrimento distante trazido a nós pela mídia é moralmente aceitável?”, a exemplo do que também fez Susan Sontag (2003). Aqui, tentamos uma aproximação com suas reflexões porque, outra vez, entendemos que os novos formatos midiáticos também alteram as formas tradicionais de comunicação obrigando os veículos impressos a uma reinvenção.

Diante de tal aporia, Boltanski (2015) reitera que é apenas para fazer parar, atenuar ou transformar que vale a pena conversar ou ouvir sobre o sofrimento – ou, ainda, testemunhar. Também direcionando suas reflexões para um tipo de testemunho solidário que se justifica em seu caráter relacional porque há um Outro que escuta, o autor lembra que o testemunho obedece a diferentes regimes de verdade e indaga sobre o que somos capazes de fazer quando em contato com o sofrimento de sujeitos de quem não sabemos quase nada – apenas o que nos é dado a ver pela mídia. Ou seja, em que medida ver o sofrimento do Outro, ainda que de forma mediada, pode nos tirar da inércia e nos levar a abandonar uma atitude indiferente?

Ainda que esta tese não se proponha a responder tal questão, há duas considerações que gostaríamos de fazer em relação ao “sofrimento à distância”, posto em evidência pelo testemunho midiático, antes de passarmos ao último ponto, por considerar de fundamental importância dentro da perspectiva de um *jornalismo de teor testemunhal* que abarcamos na pesquisa.

Em primeiro lugar, consideramos que no campo do testemunho midiático, o público não é uma mera “testemunha por procuração”, como argumentam Ashuri e Pinchevski (2009). Em vez disso, esse público ocupa uma posição distinta que tem a ver com sua própria experiência e modos de estar no mundo. Quando confrontado com o “texto testemunhal” que lhe chega pela narrativa, portanto, esse público se torna potencialmente testemunha, júri e juiz. Sendo assim, podemos dizer que “o envolvimento moral da audiência não é inteiramente determinado por variáveis dentro do campo, mas transcende seus limites, superando as implicações das testemunhas oculares e dos mediadores” (ASHURI; PINCHEVSKI, 2009, p. 147, tradução livre)¹⁰⁵.

Por outro lado e em segundo lugar, é obrigatório concordar com Rodrigues Lage (2016) quanto ao fato de que os enquadramentos das narrativas midiáticas não apenas determinam “o que” ver e “como” perceber uma determinada situação ou experiência, “mas também nos indicam a direção do que devemos sentir diante dela” (LAGE, 2016, p. 112). Isto é, esses enquadramentos operam com recortes a partir de filtros de ordem objetiva e subjetiva que são também formas de organizar a relação entre os sujeitos do discurso.

Na narrativa de Joicy, o leitor é implicado em diversos momentos como quando sentimos a frustração da cabeleireira ao saber que a cirurgia fracassou ou quando experimentamos um certo mal-estar ao testemunhar a negativa do médico diante do seu pedido por uma xícara de café. Assim, mesmo levando em conta que a relação que o público

¹⁰⁵ Texto original: “*the audience’s moral engagement is not entirely determined by variables within the field but transcends its boundaries, outstripping both eyewitnesses’ and mediators’ implications*”.

desenvolve com o “texto testemunhal” depende de muitas variáveis e assumindo, ao mesmo tempo, que esse *testemunho narrativo* possui enquadramentos que orientam os nossos afetos, pensando com Frosh (2009), talvez seja possível dizer que esses são exemplos de quando o texto testemunhal alcança o seu “ponto moral” (em vez do seu objetivo legal, teológico ou histórico) de fazer despertar o cuidado e a preocupação com a vida dos outros.

Dito isso, uma outra questão, quase decorrente daquela primeira, pode ser assim formulada: em meio ao espetáculo midiático, por que determinadas narrativas são capazes de chamar a atenção para o sofrimento dos desvalidos e de nos deslocar, pelo menos momentaneamente, em direção a um Outro, enquanto diante de outras narrativas sobre o mesmo assunto não esboçamos qualquer reação – quando muito, respondemos com fadiga? Sob perspectivas distintas e a partir de objetos e teorias também diversificadas, essa indagação já mobilizou muitos autores (BUTLER, 2015; PETERS, 2009; SONTAG, 2003; BOLTANSKI, 1993).

Nesta tese, apesar de reconhecer que estar informado sobre o sofrimento não equivale necessariamente a um envolvimento tampouco a uma ação efetiva que impeça que sejam cometidas desumanidades de ordem pessoal ou coletiva de qualquer espécie, procuramos apontar alguns lampejos, faíscas de um jornalismo que, sob determinadas circunstâncias, permite-nos aproximar do Outro distante, visitá-lo em certa medida. “No jornalismo, a presença do Outro requer habilidade”, nos lembram Schwaab e Zamin (2015, p. 211). E, nesses casos, o testemunho, em seu conceito ampliado, desempenha papel categórico.

Além de todos os indícios que vimos investigando na pesquisa em busca daquilo que, no *jornalismo de teor testemunhal*, pode favorecer uma relação entre os sujeitos, tomando o “Outro como um compromisso primeiro” (SCHWAAB; ZAMIN, 2015, p. 217), há ainda uma última pista que nos parece essencial seguir. Isso nos leva ao nosso próximo e último ponto que diz respeito ao comum que nos une e que “parece ter cessado para sempre de nos espantar” (PEREC, 2010, p. 180).



Sobre como João, agricultor de 51 anos, transformou-se em mulher

Joicy Melo da Silva nasceu no dia 22 de novembro de 2010, às 12h30. Pesava 74 quilos e media 1,63 metro de altura. Naquele dia, mais sete partos foram realizados no Hospital das Clínicas, na Cidade Universitária, Recife. O de Joicy foi sem dúvida o mais complicado de todos: durou quase sete anos e envolveu uma série de especialistas. Três deles estavam no exato momento em que ela veio ao mundo. O primeiro a chegar ao bloco cirúrgico saiu de casa às 7h, sem tomar café da manhã. Sabia que, como médico, tinha que mudar tal hábito. Outro atravessou entre aborrecido e resignado o engarrafamento de todos os dias. Havia sempre uma multidão de carros entre sua casa, na Zona Norte, e o hospital onde, no saguão, sempre há alguém desesperado. O último, que mora perto do mar, visitou a paciente um dia antes. Tinha que conferir se ela realmente estava bem para vir ao mundo. Quando Joicy nasceu, morreu João Batista, 51 anos, filho de Irene (83, viva) e Eupídio Luiz (77, enterrado). Foram os dois que ensinaram o garoto a plantar milho, mandioca, feijão. Moravam na caatinga, no Campo do Magé, área rural de Alagoinha (13.761 habitantes, a 225 quilômetros da capital). Não poderiam prever que, décadas depois, o filho iria usar esmalte cor rosa-pitanga e sofrer por um rapaz enquanto ouvia música de novela. Não sabiam que ali na roça quem os ajudava era uma menina. Aí o chamavam de João.

João que sempre foi muito zeloso, João que nunca deu trabalho, João que até plantou um jardim ao lado da casa. Só para eles esse menino deixou saudade – há tempos Joicy sabia que ele existia apenas aparentemente. Foi por isso que decidiu, apesar do olhar triste e reprovador da mãe, fingar com ele. Um dia, deitou-se em uma maca e dormiu. Ali matou João. Ali nasceu Joicy. Sua história, acompanhada durante cinco meses pela repórter Fabiana Moraes e os fotógrafos Rodrigo Lobo e Héli Scheppa, começa a ser contada hoje nas páginas de 6,7,8 e 9. A reportagem especial será publicada até a próxima terça-feira.

VÊNUS
A transexual em casa: na parede, pedido para que tratem a feminista

Figura 10 – “O nascimento de Joicy”. Capa da reportagem inspirada em *O nascimento de Vênus*, de Sandro Botticelli
Fonte: *Jornal do Commercio*, abril/2011.

5.1.5 O operador do cotidiano: vidas ordinárias

“Cedo ou tarde, na vida, cada um de nós se dá conta de que a felicidade completa é irrealizável; poucos, porém, atentam para a reflexão oposta: que também é irrealizável a infelicidade completa”.

(Primo Levi)

João era agricultor. João era homem. Um homem comum, qualquer um, como na canção do poeta¹⁰⁶. Joicy, a cabeleireira, veio depois, mas sempre estivera ali, “enganando entre a dor e o prazer”. João-Joicy viveu na casa branca e espaçosa da família, no Sítio do Magé, até o dia em que o pai morreu. Foi a mãe, dona Irene, quem disse à repórter: “Eu nunca notei. Eu não sabia dessa história, ele inventou isso depois que o pai se acabou”. Joicy-João mora na zona urbana de Alagoinhas, no mesmo local que abriga também o seu ganha-pão, um salão de beleza, uma “casinha depauperada, onde cozinha e banheiro quase se confundem, onde não existe esgoto nem água encanada (ninguém no distrito aliás tem)”. Corta cabelos a R\$ 5,00, mas às vezes não tem dinheiro para comprar a água (R\$ 12,00, no carro-pipa, R\$ 2,00, no tonel) e precisa juntar da chuva para beber e cozinhar. Ninguém é comum. Joicy é ninguém.

Todos os dias, o noticiário exhibe o calvário das vidas vulneráveis, mas o faz majoritariamente transformando em caricatura o sofrimento cotidiano; em outros casos, reduzindo a dor alheia a peso estatístico, um número, gráficos ilustrativos. Seja para realçar o caráter espetacular dos acontecimentos seja para ilustrar dados brutos, o anonimato das vidas ordinárias foi alçado no contemporâneo à protagonista nas narrativas midiáticas. O *testemunho narrativo* de “O nascimento de Joicy” parece escapar desses enquadramentos de tendência dominante na imprensa justamente por valorizar o que há de banal no extraordinário e que o jornalismo dos manuais costuma encobrir.

Essa narrativa destaca não o que a vida de Joicy tem de excepcional – isto é, a condição clínica da personagem que sempre foi evocada para colocá-la no lugar de diferente, de exótico, “um ponto fora da curva”, “mulher em pele de homem” (MORAES, 2015) –, mas o que há de trivial em sua vida e pôde ser percebido durante aqueles meses em que a jornalista

¹⁰⁶ Referência aos versos de Caetano Veloso, em “Peter Gast”: “Sou um homem comum / Qualquer um / Enganando entre a dor e o prazer / Hei de viver e morrer / Como um homem comum / Mas o meu coração de poeta / Projeta-me em tal solidão / Que às vezes assisto / A guerras e festas imensas / Sei voar e tenho as fibras tensas / E sou um / Ninguém é comum / E eu sou ninguém / No meio de tanta gente / De repente vem / Mesmo eu no meu automóvel / No trânsito vem / O profundo silêncio / Da música límpida de Peter Gast / Escuto a música silenciosa de Peter Gast / Peter Gast / O hóspede do profeta sem morada / O menino bonito Peter Gast / Rosa do crepúsculo de Veneza / Mesmo aqui no samba-canção / Do meu rock'n'roll / Escuto a música silenciosa de Peter Gast / Sou um homem comum”.

acompanhou e testemunhou a morte simbólica do homem e o nascimento da mulher. Aqui, portanto, o que nos aproxima dos dilemas e inquietações de Joicy é menos a experiência de mudar de corpo ou a identificação com a vida de uma transexual constantemente questionada em sua condição – embora o leitor possa ter vivido situação parecida ou conhecer alguém com história similar. Ao contrário, o que nos põe em relação é o fato miúdo, as pequenas trivialidades que costuram o acontecimento macro (BERGER, 2011), um dia a dia interdito que acontece apesar de tudo, apesar inclusive das narrativas hegemônicas que frequentemente negam às “vidas precárias” (BUTLER, 2011), como a de Joicy, um lugar de sujeito autônomo.

Todorov (1995) acreditava que o interesse de Primo Levi pela experiência cotidiana do campo de concentração foi o que fez da sua obra uma das mais célebres da literatura de testemunho. Sem procurar explicar o *Lager*, Primo Levi nos aproximou do horror ao narrar a rotina das vítimas e dos carrascos a partir da experiência comum valorizando os “atos morais que cada um de nós sabe praticar sem com isso tornar-se santo ou herói” (TODOROV, 1995, p. 176). Longe de traçar qualquer analogia entre a crueldade enfrentada nos campos de concentração e violências que atingem os desvalidos de hoje, a intenção aqui não é outra senão a de sublinhar a bagagem cotidiana para a história e seu prestígio em um *jornalismo de teor testemunhal*.

Em suas “Teses sobre o conceito de história”, Walter Benjamin (2012, p. 242) nos diz que “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. Neste caso, somos enredados pelos detalhes de uma trama de afetos tecida em redor de uma vida destituída de tudo. Saber que Joicy deve quase R\$ 500 reais dos óculos de lentes fotossensíveis e mais R\$ 300 do colchão de casal comprado para o dia em que o amor chegar; que um cliente paga o dobro pelo corte de cabelo para ajudar nos dias difíceis; que outra lhe mandou carne, feijão e queijo porque ela precisa comer proteína para seguir a recomendação médica; que o farmacêutico que há alguns anos vinha lhe aplicando injeções de progesterona precisou lhe dar de graça alguns comprimidos anti-inflamatórios enquanto se recuperava da cirurgia; e que a mãe passou a lhe chamar de Jorge porque não consegue pronunciar o novo nome, tudo isso deixa o leitor mais íntimo da narrativa.

O modo como temos acesso a esse testemunho, por meio de uma narrativa que não deprecia a condição de sofrimento dos sujeitos envolvidos e em vez disso dá a ver “o resto, o que acontece a cada dia e que sempre retorna” (PEREC, 2010), ajuda a explicar por que a narrativa agitou um público tão grande quanto diverso – transformado em testemunha – no

período em que a reportagem foi veiculada. Naqueles dias, os leitores do *Jornal do Commercio* fizeram questão de se manifestar em carta para a redação¹⁰⁷.

Muitos escreviam para reclamar do espaço dado à reportagem, da abordagem da pauta, da capa que julgavam agressiva em que a transexual aparece cobrindo um dos seios e o sexo, inspirada no quadro “O nascimento de Vênus”, de Sandro Boticelli – o que aliás havia causado um embate na própria redação antes da decisão de publicá-la. Mas também para saber mais sobre o mundo de Joicy, oferecer ajuda, gente que se julgava íntima da cabeleireira depois de testemunhar a saga de burocracia e preconceito a que foi submetida (que além de tudo não havia tido um final absolutamente feliz) e agora se sentia comprometida com a luta da personagem transformada em causa coletiva.

Uma sobrinha de Joicy (há muito afastada da tia) enviou uma carta diretamente à jornalista mostrando-se solidária ao sofrimento da ex-agricultora.

Tia é diferente mas é igual aos seus familiares e amigos, na simplicidade e leitura da vida: deseja ser feliz e luta para isso como toda boa nordestina obcecada por seus sonhos. Por isso sofre para conseguir reconhecimento pela sua condição feminina e continua a enfrentar o preconceito, porém com suas ferramentas: a rispidez, a ignorância, mas não daquela ignorância que falava Tereza Brito (refere-se à Teresinha Ferreira, que atendia Joicy na unidade de saúde de Alagoinha antes da cirurgia de redesignação sexual), mas da ignorância pela falta de conhecimento, por falta de orientação, pela falta de compreensão e afeto. (MORAES, 2015, p. 137).

Publicada no jornal, a carta gerou outra enxurrada de comentários. Não se tratava mais apenas de Joicy. Houve debates na internet e na TV colocando o assunto em discussão por dias seguidos. Argumentos favoráveis e contrários tanto à narrativa publicada pelo jornal quanto à temática acerca das cirurgias e do processo de redesignação sexual de homens e mulheres trans. As reações de empatia e indignação que a narrativa provocou podem encontrar alguma explicação no argumento de Butler (2011) de que

[...] a estrutura do discurso é importante para a compreensão de como a autoridade moral é introduzida e sustentada se concordarmos com o fato de que o discurso está presente não apenas quando nos reportamos ao Outro, mas que, de alguma forma, passamos a existir no momento em que o discurso nos alcança, e que algo de nossa existência se prova precária quando esse discurso falha em nos convencer. (BUTLER, 2011, p. 15).

Butler nos lembra que reportar – e esse é um dos verbos caros para o jornalismo – é também implicar, responsabilizar, convocar. Sendo assim, é imperativo concordar com a autora quando diz que “aquilo que nos vincula moralmente tem a ver como o modo como o

¹⁰⁷ Informações extraídas do livro de Fabiana Moraes, publicado quatro anos depois da reportagem no jornal.

discurso do Outro se dirige a nós de maneira que não podemos evitá-lo ou mesmo dele desviar” (BUTLER, 2011, p. 15). Vale notar, ainda pensando com Butler, que essa identificação “sempre se baseia na diferença que busca superar”. Assim, arriscamos, o maior diferencial do *jornalismo de teor testemunhal* está em provocar uma reflexão quando nos faz perceber que “aquele com quem me identifico não sou eu e esse ‘não sendo eu’ é a condição da identificação” (BUTLER, 2011, p. 28).

Joicy tem desejos e vontades comuns que se assemelham às de qualquer um e foi isso que a narrativa deu a ver, principalmente, pelo testemunho de uma *narradora-jornalista-testemunha* que se arriscou em fugir das armadilhas já expostas, quando o caso é narrar o sofrimento alheio. Em um dia comum, Joicy tenta usar o banheiro do aeroporto, em Recife, mas é interpelada pela segurança do local que estranha a presença da usuária de aparência masculinizada. Para provar que é mulher, precisa abaixar o short e a calcinha, o que ela faz com uma pontinha de orgulho. “A segurança olhou, pediu desculpas e saiu. Joicy não usava roupa colada nem chinelo com flor. Mas era, sem dúvida, mulher”. (*Jornal do Commercio*, abril/2011).

George Perec (2010) chama de “ruído de fundo” isso que fica à margem e compõe o dia a dia da vida humana, o banal, o corriqueiro, ao qual não prestamos atenção. Em ensaio referência de 1973, “Aproximações do quê?”, o autor argumenta contra o excesso de extraordinário, de acontecimentos insólitos, nas páginas de jornal.

Os trens só começam a existir quando descarrilam, e quanto maior é o número de viajantes mortos, mais eles existem; os aviões só ganham existência quando se perdem; os carros têm por único destino chocar-se contra os plátanos: cinquenta e dois finais de semana por ano, cinquenta e duas estatísticas: muitos mortos, e tanto melhor para a informação se os números não param de crescer! É preciso que haja por detrás do acontecimento um escândalo, uma fissura, um perigo, como se a vida só devesse se revelar através do espetacular, como se o eloquente, o significativo fosse sempre anormal: cataclismos naturais ou reviravoltas históricas, conflitos sociais, escândalos políticos... (PEREC, 2010, p. 177).

Em vez disso, o autor sugere uma mirada sobre o verdadeiramente essencial, intolerável e inadmissível. Como argumenta Perec, em seguida, “o escândalo não é a explosão, é o trabalho nas minas”. Numa tentativa de responder à pergunta do autor sobre como dar conta do habitual, como interrogar o resto, como descrevê-lo, nós arriscamos com esta tese que o testemunho pode vir a ser uma justa medida.

5.2 O QUE RESTA DO COMUM

A partir da conversa com autores diversos sobre o testemunho da mídia no percurso desta tese, chegamos neste ponto com algumas evidências: 1) no contemporâneo, os meios ajudaram a expandir a nossa capacidade de testemunhar; 2) esse modelo de testemunho midiático exige um “texto testemunhal” e a relação que se estabelece entre a estrutura desse texto e o público é tão relevante para o ato testemunhal quanto àquela que se dá entre os agentes do testemunho (considerados aqui como fontes jornalísticas) e os repórteres (*narradores-jornalistas-testemunhas*); 3) se o testemunho é uma ponte entre aqueles que “estavam lá” e os que “não estavam”, ele conserva sempre uma lacuna que, paradoxalmente, é o que nos permite entrar em contato com a experiência do Outro; 4) contrariando a leitura tradicional que considera o testemunho uma ferramenta de apreensão e captura dos fatos, testemunho é antes o que resta desses fatos; e, por último, mas não menos importante, 5) testemunhar significa indagar sobre o nosso envolvimento com o evento, o que nos leva a reconhecer o seu impacto afetivo nas vidas em relação.

Desse modo, os operadores conceituais que aplicamos na reportagem “O nascimento de Joicy” funcionam como instâncias que, quando combinadas, atestam o “teor testemunhal” das narrativas jornalísticas e favorecem aquilo que consideramos o grande desafio do jornalismo: a possibilidade de diálogo e de relação entre os sujeitos. Nesse sentido, o último item, o operador do cotidiano, que diz respeito à apreensão das vidas comuns pela imprensa, sugerimos, é condição primordial.

Acolher as subjetividades de homens e mulheres que dão testemunho de sua existência pelo jornalismo corresponde a experimentar o comum em seu duplo sentido – uma vez que “comum” pode ser tanto aquilo que é da ordem do simples, do habitual, quanto o que é partilhado por muitas pessoas, mútuo. Isso equivale a considerar um modo de estar junto propiciado pelo *testemunho narrativo no jornalismo de teor testemunhal* que, se não provoca uma transformação efetiva na vida daqueles que participam da experiência, pelo menos os coloca frente à “existência do olhar do outro, a imprevisibilidade da intervenção do outro e a possibilidade/necessidade dos sujeitos de se colocar no lugar do outro” (FRANÇA, 2010, p. 47).

Esse movimento nos faz apostar no gesto de um *jornalismo de teor testemunhal* no enfrentamento constante com as narrativas totalizantes hegemônicas que se propõem a tudo iluminar e quase cegam com suas luzes incandescentes. Em resposta a um jornalismo de

excessos, à velocidade da informação e à abundância de relatos, sugerimos que esses *testemunhos narrativos* são como “imagens vaga-lumes” (DIDI-HUBERMAN, 2011) de luzes discretas. Nesta tese, esses instantâneos nos permitem enxergar “a potência do menor gesto, da menor letra, do menor rosto, do menor lampejo” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 100), aquilo que se passa no entre, no encontro dos sujeitos com seus testemunhos, entre eles, entre nós, ou em outras palavras, o que resta dos fatos que nos proporciona uma experiência afetiva pelo jornalismo.

NOTAS FINAIS

Extra!
Resta uma ilusão
Extra!
Resta uma ilusão!
Extra!
Abra-se cadabra-se a prisão
(Gilberto Gil)



Figura 11 – Paisagem destruída pelo fogo em região de Portugal

Fonte: Antonio Cotrim/ Agência Lusa/ Sic Notícias, 26/06/2017.

“VAGA-LUMES”

É junho de 2017 e esta tese começa a caminhar para o final – embora, como diz um velho clichê, uma tese nunca termine. Leio e também vejo na TV, nos dispositivos móveis, nas redes sociais, as notícias sobre um incêndio de enormes proporções que atingiu uma região de Portugal. O fogo durou 24 horas, matando mais de 60 pessoas – metade delas, carbonizada dentro dos próprios carros na estrada. Como sempre, o noticiário estampava os números e as imagens de sofrimento em primeiro plano, os sobreviventes e seus testemunhos de desespero, o horror, o horror. Um texto, mais do que os outros, me suspendeu do torpor que costuma irromper quando o inimaginável acontece.

A repórter que cobria o episódio para uma rede de TV portuguesa e havia convivido com os destroços da tragédia queria falar do que viu e ouviu durante a sua jornada de trabalho

de uma semana – “tempo suficiente para ver caras conhecidas em todo o lado”. Diante de tantos testemunhos, escolhe os de Cesário, João, António, Manel para, com eles, construir um *testemunho narrativo* publicado no portal da emissora¹⁰⁸ – afinal, testemunhar é mais do que ver e ouvir, é também tomar parte, sentir-se implicado de algum modo e estar ciente de que o seu testemunho pode afetar os outros à medida que se desdobra, dando enfim pleno sentido à aparentemente estranha construção de Peters (2009, p. 25, tradução livre)¹⁰⁹. “O testemunho (ato de fala) da testemunha (sujeito) foi testemunhado (destinatários)”.

Era um texto sobre o que escapa da tragédia, o que resta, quando o fogo vai embora e as equipes de jornalismo, idem. Dizia mais sobre os momentos em que a jornalista guardava o microfone sempre que as testemunhas lhe contavam que perderam os pais, os filhos, os irmãos, os netos. “Não é preciso mostrar fraturas expostas para dizer que dói”. E eu – que tenho amigos em Portugal e estava aflita por eles, mas não por isso; que fazia uma tese sobre o testemunho, mas não por isso; que andava a pesquisar narrativas no jornalismo que comportassem um “teor testemunhal”, mas não por isso –, eu me sentia interpelada porque esse testemunho me proporcionava uma experiência afetiva, uma forma de me relacionar com outros sujeitos, a despeito de todos os abismos que existem entre mim e o Outro e que esta narrativa, a propósito, também dá a ver.

Ainda haveria outras, muitas outras, notícias de tragédias durante o doloroso processo de escrita até estas notas finais: o ataque às ramblas, em Barcelona (Espanha, 17/08/2017); o tiroteio durante um show em Las Vegas (Estados Unidos, 02/10/2017); o incêndio em uma creche no norte de Minas Gerais (Brasil, 05/10/2017). Em todas elas, a cobertura midiática foi marcada pela pressa em encontrar culpados, pelo apelo à dor das vítimas, pela corrida em busca do testemunho mais tocante, por uma atordoada tentativa de explicar o inexplicável, pelo descomedimento de falas e imagens, pelo excesso. De outra parte, há o quase-nada, a dor que não se narra como o ataque com o caminhão-bomba que deixou mais de 300 mortos em Mogadíscio, capital da Somália (14/10).

Não foi pretensão desta tese apresentar um modelo para o jornalismo – afinal, o jornalismo são muitos, e desde as primeiras linhas da pesquisa procurei evidenciar essa pluralidade, inclusive demonstrando os paradoxos inerentes ao próprio *jornalismo de teor testemunhal* que aqui me interessava. Por outro lado, ao convocar narrativas para caminhar comigo ao longo do percurso, tentei comprovar o potencial do testemunho para o campo.

¹⁰⁸ Narrativa na íntegra disponível em: <<http://sicnoticias.sapo.pt/especiais/tragedia-em-pedrogao-grande/2017-06-26-A-menina-agora-volta-para-casa.-Nos-nao>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

¹⁰⁹ Texto original: “*the witness (speech-act) of the witness (person) was witnessed (by an audience)*”.

Nesse sentido, a narrativa de Débora Henriques sobre o incêndio em Portugal é mais uma dessas narrativas “vaga-lumes” de que falamos há pouco. Para continuar a conversa com Didi-Huberman (2011, p. 155), nelas, é possível dizer que o jornalismo “foge dos projetores” – apesar do holofote ser uma marca do território midiático – e arrisca um outro voo a fim de “emitir seus próprios lampejos e dirigi-los a outros”.

ENTREMEIOS

Desde o início deste percurso, havia o interesse – ou mesmo, um desejo – de realizar um trabalho que não ficasse enredado em uma reflexão sobre os limites do jornalismo ou ainda sobre os impasses de uma prática deveras intrigante, mas constantemente reduzida a uma dimensão cartesiana. O esforço aqui era antes o de investigar as possibilidades de atravessar esses limites e impasses, ir um passo além, reconhecendo em meio às contradições do campo uma abertura para modos de narrar desviantes que subvertem o espaço normativo do jornalismo em alguma medida.

Se essa parecia uma aposta mais desafiadora por livrar a pesquisa em princípio das investidas tautológicas, por outro lado, implicava em muitos riscos que se fazia necessário assumir. O primeiro deles, de caráter metodológico. A opção por não fechar um recorte em determinada plataforma (um jornal, uma revista ou produto de mídia em particular) nem mesmo em uma temática específica, como é mais comum nesse tipo de estudo, abria muitas perspectivas de análise, mas ao mesmo tempo induzia ao perigo da relativização dos achados da pesquisa. Sim, havia o testemunho e esse se mostrava, mais do que uma ferramenta teórica e de análise, o objeto – por vezes, o sujeito – deste trabalho. Mas o próprio testemunho exibía infinitos caminhos a percorrer, delineados sob a influência de uma pesada bagagem ontológica que ora iluminava o trajeto ora carecia ser problematizada à luz das especificidades do “testemunho da mídia” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009).

Assim, as cinco pistas delineadas de partida e aplicadas de modo ainda quase intuitivo no primeiro capítulo da tese revelaram-se guias modelares enquanto eu perseguia os vestígios do que considero a “guinada afetiva” no jornalismo. Foram elas também, as pistas, que orientaram a seleção de narrativas que me conduziram pelo trajeto. E foram estas – “A mulher que alimentava”, “A espera”, “Sede”, “O nascimento de Joicy” – mas poderiam ter sido outras desde que respeitados os tópicos sugeridos por aquela fundamentação inicial.

De qualquer maneira, como não me propunha a fazer uma análise pragmática de narrativas, e sim indagar o jornalismo a partir do “teor testemunhal” que essas narrativas carregam, é possível afirmar, no momento em que a pesquisa pede uma conclusão, que narrar do lugar da testemunha significa agregar experiência à informação. Essa perspectiva retira o jornalismo do papel conveniente, mas burocrático, de mero transmissor de notícias e o aproxima de uma prática discursiva que é também afetiva.

Ainda sobre os riscos, há um segundo aspecto que gostaria de ressaltar no momento em que me deparo com as possíveis virtudes e os obstáculos da pesquisa, sua desenvoltura e suas omissões. Talvez a maior ousadia da tese – e talvez por isso mesmo o seu maior perigo – seja a aposta em uma inversão no estatuto do testemunho do qual o jornalismo é tributário em sua chave da “matriz de verdade presumida” (CASADEI, 2013) para afirmá-lo enquanto *matriz de lacuna de verdade*. No jornalismo sempre preocupado em comprovar dados e fechar todos os vazios, quase sem deixar espaço para o Outro que lhe dirige a palavra ou sobre quem fala, é provável que sublinhar a “lacuna” como força motriz dessa atividade seja visto quase como uma heresia.

E, no entanto, a despeito dos apagamentos que o jornalismo hegemônico promove e por muito do que se disse até aqui, também pelo muito que não se disse, a lacuna sempre vai haver. A lacuna é. Assumi-la não significa excluir preceitos básicos do jornalismo como a apuração rigorosa, a checagem de informações e a fidelidade ao narrado, o que é bastante diferente de um apego cego à objetividade. A questão parece ser a de que se o testemunho, como reconheci, “vale essencialmente por aquilo que nele falta” (AGAMBEN, 2008, p. 43) e se ele só existe “na zona enfeitiçada pela dúvida e pela possibilidade de mentira” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 374), não há como partir para uma análise que tem como foco o testemunho sem adotar a lacuna como uma prerrogativa. Ou seja, por uma *matriz de lacuna de verdade*, o testemunho deve ser valorizado justamente pelo que “sobrevive em ato à possibilidade – ou à impossibilidade de falar” (AGAMBEN, 2008, p. 160). Isso é o que resta.

Ao mesmo tempo – e esse era um outro alerta que a pesquisa me disparava com frequência – havia ainda o risco de cair em uma apologia ao testemunho, o que levaria esta tese para muito próximo dos binarismos dos quais tentei desviar. Era preciso correr riscos e deixar-se tomar por eles. Mas era ainda mais necessário evitar simplificações e relativismos, mesmo sabendo que isso nem sempre é possível. Assim, não se pretendeu dar ao testemunho um salvo-conduto para transitar pelo território do jornalismo como se fosse um remédio para todos os males do campo. Nem ícone de verdade nem mera invenção. Trata-se de reconhecê-

lo como uma linguagem, fragmentária, ambígua, “lacunar”, uma maneira plausível de nos fazer tocar o real e os outros do discurso.

Se faço uma reflexão sobre esses aspectos é porque eles indicam, a essa altura da pesquisa, que é exatamente a experiência de um *narrador-jornalista-testemunha*, quando evidenciada na tessitura do relato, que possibilita ao leitor habitar a lacuna. Esse fundamento me permite afirmar que, se há uma linguagem que caracteriza o testemunho, essa linguagem é a da relação e esse é o parâmetro de uma guinada afetiva no jornalismo. Nesse sentido, esta é uma tese otimista, apesar do jornalismo. Esperançosa, apesar de.

O RESTO E O GESTO

Categoria ligada ao trauma, às catástrofes, às grandes tragédias naturais e humanas, o testemunho nesta pesquisa trafegou na contramão dos eventos monumentais, avançando por um terreno mais cotidiano, das pequenas rupturas do dia a dia, da dor e do sofrimento mas também das alegrias e gozos mais corriqueiros, que disso também é feita a vida. Não à toa, uma das cinco pistas-mestras que me guiaram na pesquisa dizia respeito exatamente aos homens comuns e, embora ela tenha aparecido mais detidamente apenas no quinto capítulo, esteve presente ao longo de toda a tese como um indício de um *jornalismo de teor testemunhal* e, ao mesmo tempo, de seu potencial transformador.

A intenção foi justamente sair dos acontecimentos mais grandiosos que normalmente pontuam as análises do testemunho da mídia, e por extensão do jornalismo, para voltar o olhar para o comum das vidas e traçar uma espécie de inventário de existências propiciado exatamente por um jornalismo que vai ao encontro dessas vidas onde elas falam por si, em algumas raras palavras que dizem sobre elas ou que elas próprias pronunciaram, nos rastros que deixaram (FOUCAULT, 2003). Como indica Eliane Brum (2006), uma das *narradoras-jornalistas-testemunhas* requisitadas nesta pesquisa, interessava aqui narrativas que contam “os dramas anônimos como os épicos que são, como se cada Zé fosse um Ulisses, não por favor ou exercício de escrita, mas porque cada Zé é um Ulisses e cada pequena vida uma ‘Odisseia’” (BRUM, 2006, p. 187).

Isso me faz lembrar dos encontros de Ailce com Eliane Brum. De Foedes com Matheus. De Nelson Irineu Golla com Vítor Hugo Brandalise. De Joicy com Fabiana. Em algumas dessas narrativas, o testemunho se fez mais explícito, como quando a repórter testemunha a morte de sua entrevistada (capítulo I) ou quando o repórter presta testemunho de

uma busca pessoal (Capítulo II). Noutras, vem exatamente para realçar o fato de que a presença do jornalista não deve ser entendida em seu caráter metafísico, mas pela construção de um “texto testemunhal” aqui denominado *testemunho narrativo* que se relaciona com os destinatários (Capítulo III). Ou ainda, de forma mais sutil, como no caso da narrativa “O nascimento de Joicy”, em que o testemunho não aparece de forma evidente, mas nas frestas da narrativa (Capítulo V)¹¹⁰.

A leitura dessas quatro narrativas à luz do testemunho me permite também atestar, à guisa de conclusão, que se o testemunho espetaculariza, é também por intermédio dele que, sob determinadas circunstâncias, nos humanizamos. E nesse sentido, esta pesquisa reitera a aposta em narrativas que comportam uma disposição para o encontro a partir de marcas que desestabilizam o jornalismo e, ao fazê-lo, tornam-no mais dialógico. Trata-se, no mínimo, de um gesto insinuante em direção a uma “guinada afetiva” o que não deixa de desvelar também uma certa medida de sobrevivência para o campo¹¹¹.

JORNALISMOS, APESAR DE TUDO

Mesmo que, diante de determinados fatores, a experiência seja reduzida, como quis Walter Benjamin (2012), ela sempre deixa restos que não cessam de se movimentar. “Fugir, esconder-se, *enterrar um testemunho*¹¹², ir para outro lugar, encontrar a tangente”, nos aponta

¹¹⁰ É possível que nem todos esses *narradores-jornalistas-testemunhas* se reconheçam como parte de um *jornalismo de teor testemunhal*. Pelo menos um deles, Fabiana Moraes (2015), autora de “O nascimento de Joicy”, já exerceu críticas ao fetiche da verdade testemunhal para o jornalismo. Para ela, “testemunhar não pode sustentar a produção noticiosa” (MORAES, 2015, p. 25). Mas aqui, é importante que se diga, ela se referia a um tipo de validação do testemunho que esta tese também critica, aquela que coloca o testemunho como detentor de verdades absolutas e, por isso mesmo, estaria acima de qualquer suspeita. A *matriz de lacuna de verdade* que defendemos se propõe exatamente a tensionar esses parâmetros. Por outro lado, a própria Fabiana (2015) chega a preconizar um “jornalismo de subjetividade”, fundamento que dialoga diretamente com a “guinada afetiva” sugerida por esta pesquisa. Além do quê, importante ressaltar, o *jornalismo de teor testemunhal* não deseja ser um modelo para enquadrar narrativas ou impor rótulos. Trata-se antes de reconhecer um potencial narrativo de relatos jornalísticos que aliam experiência e afetividade sem abrir mão do viés informativo.

¹¹¹ Todas as narrativas que nos guiaram na tese acabaram sendo publicadas posteriormente também em livros. Esse não foi um critério de seleção. Com exceção da narrativa assinada por Eliane Brum, “A mulher que alimentava” – que quando esta pesquisa começou já integrava uma coletânea de reportagens da autora (“O olho da rua”, 2008) – todas as demais migraram do suporte original (jornais e revistas) para o novo formato quando a pesquisa já estava em andamento. Ou seja, tomamos contato com elas na imprensa diária onde foram originalmente publicadas. Mas o fato de ganharem um fôlego para além da cobertura factual não deixa de ser um sintoma da força que essas narrativas possuem. Registre-se ainda que “O nascimento de Joicy” foi a reportagem vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo em 2011.

¹¹² De tempos em tempos, vêm a público rastros dos campos de concentração. O mais recente deles, publicado pela imprensa mundial em outubro, é uma carta escrita por um judeu-grego, em 1944, enterrada dentro de uma garrafa térmica em Auschwitz-Birkenau que traz ainda mais detalhes das atrocidades do regime de Adolf Hitler.

Didi-Huberman (2011, p. 149, grifos nossos), são sempre formas de sobrevivência. “A experiência é indestrutível” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 148). Sendo assim, esta tese sugere que, no *jornalismo de teor testemunhal*, há uma experiência que se narra, apesar da imprensa, essa grande vilã do axioma benjaminiano sobre a morte da narrativa.

Isso me leva de volta ao “texto testemunhal” sobre o incêndio em Portugal que abre estas considerações finais. A repórter, por certo, não viveu a experiência das testemunhas-fontes, Cesário, João, António, Manel – em vez disso, dá testemunho de uma outra experiência que se constrói em relação. Eu, tampouco. Mas foi o *testemunho narrativo* que me fez experimentar o evento conjuntamente apesar das diferenças que existem entre o mundo da repórter e o da fonte-testemunha, entre mim e eles, explicitadas desde o título dessa narrativa – que, aliás, corresponde a um excerto da fala de uma das testemunhas do incêndio: “A menina agora volta pra casa. Nós Não”.

Essa inclinação para a alteridade corresponde, portanto, à maior potência de um *jornalismo de teor testemunhal*. Nesses casos, talvez seja possível dizer que a dor da gente sai no jornal¹¹³. Isso não é pequeno, como resume Maria Lucília Marco em diálogo com o filósofo Levinas, ao afirmar que há algo de muito valioso nas relações “que interrompem alguma coisa, que nos interrompem, que nos roubam a pacatez, que não nos deixam indiferentes, mas que fazem a diferença e nos perturbam na nossa identidade, na nossa mesmidade” (MARCOS, 2010, p. 245).

Dito isso, é preciso assumir também o que esta tese não foi. Não fiz um estudo sobre as estratégias discursivas do interior da linguagem nem mesmo sobre as “estratégias sensíveis” (SODRÉ, 2006) que emergem dessa outra posição interpretativa para o campo da comunicação que transcende os aspectos técnicos. Não investiguei todos os contornos de um novo quadro histórico cultural que experimentamos na contemporaneidade motivados pelo desafio de “falar com” o Outro (RESENDE, 2008). Tampouco me debrucei sobre os reais efeitos de sentido de um *jornalismo de teor testemunhal* sobre os receptores desse discurso. E apesar de atribuir ao testemunho um papel que extrapola o de mero mediador do sofrimento, ao tangenciar os limites morais do “testemunho da mídia”, também não me propus a decifrar as respostas efetivas que ele é capaz de provocar – ou não.

O documento é um dos nove testemunhos localizados em Auschwitz, escritos por cinco membros da unidade *Sonderkommando*.

¹¹³ Referência aos versos de Chico Buarque, em “Notícia de Jornal”: “Atentou contra a existência / Num humilde barracão / Joana de tal, por causa de um tal João / Depois de medicada / Retirou-se pro seu lar / Aí a notícia carece de exatidão / O lar não mais existe / Ninguém volta ao que acabou / Joana é mais uma mulata triste que errou / Errou na dose / Errou no amor / Joana errou de João / Ninguém notou / Ninguém morou na dor que era o seu mal / A dor da gente não sai no jornal”.

Essas são ainda indagações, dúvidas, questões que permanecem em aberto e com as quais esta tese espera ter contribuído ao sugerir caminhos para possíveis respostas ou outras inquietações. Ao final do que foi explorado neste percurso investigativo, o que resta é a experiência de uma escrita em diálogo com outras narrativas jornalísticas e textos acadêmicos que, de algum modo, me interpelaram pelo que escapa de suas molduras. Pergunto-me se esta reflexão não é, em certo sentido, ela própria um testemunho de fé nos possíveis do jornalismo e, como tal, se revela também incompleta, lacunar, a espera de desdobramentos. Mas afinal não seria exatamente a lacuna a principal característica do testemunho, e a tentativa de habitá-la, o gesto que nos põe em relação?

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- _____. **Meios sem fim**: notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- AMARAL, Márcia Franz. Os testemunhos de catástrofes nas revistas brasileiras: do medo individual à patemização midiática. **Revista Contracampo**, Niterói, v. 26, n. 1, p. 71-86, 2013.
- ASHURI, Tamar; PINCHEVSKI, Amit. Witnessing as a Field. In: FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (Org.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- BARBOSA, Marialva Carlos. **Percursos do Olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niterói: Eduff, 2007.
- BARTHES, Roland. **Literatura e Semiologia**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 35-44.
- BENETTI, Márcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas, 1).
- BERGER, Christa. Trajetória de vida e acontecimento: Simonal na ditadura. In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardes Vaz (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: percursos metodológicos. Florianópolis: Insular, 2011. v. 2.
- BIRD, S. Elizabeth; DARDENE, Robert W. Mito, registro, “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias, “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.
- BLONDHEIM, Menahem; LIEBES, Tamar. Testemunho arcaico e mídia contemporânea. In: FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (Org.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- BOLTANSKI, Luc. **La souffrance à distance**: moral e humanitaire, médias et politique. Paris: Editions Métailié, 1993.

BOLTANSKI, Luc. A presença das pessoas ausentes. **Revista Parágrafa**, v. 2, n. 3, p. 147-156, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/338>>. Acesso em: mai. 2017.

BRAND, Roy. Witnessing trauma. In: FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (Org.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

BRANDALISE, Vitor Hugo. Sede. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2015. Aliás.

BRUM, Eliane. A mulher que alimentava. **Revista Época**, Rio de Janeiro, ago. 2008a.

_____. **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida real. São Paulo: Editora Globo, 2008b.

_____. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago, 2014.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCAR**, n. 1 p. 13-33, jan./jun. 2011. Disponível em <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18>>. Acesso em: jul. 2017.

_____. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASADEI, Elisa. **Os códigos padrões de narração e a reportagem**: por uma história da narrativa do jornalismo de revista no século XX. 2013. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CASADEI, Elisa; VENÂNCIO, Rafael Duarte. O testemunho do fato: estratégias retóricas em programas jornalísticos. In: SOARES, Rosana Lima; GOMES, Mayra Rodrigues (Org.). **Profissão repórter em diálogo**. São Paulo: Alameda, 2012.

CATALÃO, Helena. **Testemunho, desconstrução e informação pensando nas margens de uma interpretação sacrificial da cultura**. 2014. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.posgraduacaoredentor.com.br/link/?id=14957738>>. Acesso em: fev. 2017.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles. **Espinoza e o problema da expressão**. São Paulo: editora 34, 2002.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa: KKYM, 2012.

ELLIS, John. Mundane Witness. In: FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (Org.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

FELDMAN, Ilana. Imagens apesar de tudo: problemas e polêmicas em torno da representação, de “Shoah” a “O filho de Saul”. **Revista Ars**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 134-153, 2016.

_____. Memória pessoal, tragédia coletiva. **Revista Quatro Cinco Um**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 2017.

FELMAN, Shoshana. Educação e crise ou as vicissitudes do ensino. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur (Org.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Editora Escuta, 2000.

FOLLAIN, Vera Lúcia. Encenação da realidade: fim ou apogeu da ficção? **Revista Matrizes**, ano 3, n. 1, ago./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/viewFile/119/193>>. Acesso em: jan. 2015.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber: ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. As “reportagens de ideias”. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). **Ilha do Presídio**. Porto Alegre, Libretos: 2008.p. 49-51.

FRANÇA, Vera. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, L. G.; WEBER, M. H.; FRANÇA, V.; PAIVA, R. (Org.). **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: Ed. UnB, 2002. p. 13-29.

FRANÇA, Vera. Sujeito da comunicação: sujeitos em comunicação. In: _____. GUIMARÃES, César (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 61-88.

_____. Impessoalidade da experiência e agenciamento dos sujeitos. In: LEAL, Bruno Souza; GUIMARÃES, César; MENDONÇA, Carlos (Org.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 39-54.

_____. OLIVEIRA, Luciana (Org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: _____. OLIVEIRA, Luciana. (Org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit. Introduction: why media witnessing? Why now? In: _____; _____ (Org.). **Media witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009a.

_____. Crisis-readiness and media witnessing. **The Communication Review**, v. 12, n. 3, p. 295-304, 2009b.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apresentação. In: AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. **Lembrar, escrever, esquecer**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. Walter Benjamin ou a história aberta: prefácio. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 213-240. (Obras Escolhidas, 1).

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública** [on-line], v. 8, p. 40-53, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14873.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GENETTE, G. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Veja, 1995.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GREGG, Melissa; SEIGWORTH, Gregory. An invention of Shimmers. In: _____; _____ (Org.). **The affect theory reader**. Durham: Duke University Press, 2010.

GUIMARÃES, César. Apresentação: o ordinário e extraordinário das narrativas. In: FRANÇA, Vera; GUIMARÃES, César (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 7-17.

GUIMARÃES, C.; LEAL, B.; MENDONÇA, C. (Org.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Editora Insular, 2016. p. 147-185.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HARDT, Michael. Para que servem os afetos? Prefácio. Tradução de Luiz Roberto Leite Farias. **Intersemiose: Revista Digital**, ano 4, n. 7, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.neliufpe.com.br/wp-content/uploads/2015/10/001-1.pdf>>. Acesso em: fev. 2017.

JAGUARIBE, Beatriz. **O choque do real**: estética, mídia e cultura. Rio de Janeiro, Rocco: 2007.

LAGE, Leandro Rodrigues. O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas. **Contracampo**, Niterói, v. 27, n. 2, p. 71-88, 2013.

_____. **Testemunhos do sofrimento nas narrativas telejornalísticas**: corpos abjetos, falas inaudíveis e as (in)justas medidas do comum. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LAGO, Cláudia. Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, 2010.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

LAUB, Dori. Bearing witness or the vicissitudes of listening. In: FELMAN, Shoshana; LAUB, Dori. **Testimony**: crises of witnessing in literature, psychoanalysis, and history. Nova York: Routedge, 1992. p. 57-74.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton. O testemunho midiático como figura de historicidade: implicações teórico-metodológicas. **Chasqui: Revista Latino-Americana de Comunicación**, v. 1, n. 129, ago./nov. 2015.

LEITÃO, Matheus. A espera. **Plataforma Brio**, jun. 2015.

LEVI, Primo. **Os que sucumbem e os que se salvam**. Lisboa: Editorial Teorema, 1986.

_____. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. **A trégua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri: Editora Manole, 2009.

LOPES, Denilson. Afetos pictóricos ou em direção a transeunte de Eryk Rocha. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. 22., 2013, Salvador. **Anais eletrônicos... Salvador: Compós**, 2013. Disponível em: <http://compos.org.br/data/biblioteca_2000.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

_____. Reportagem de transgressão, um giro no tratamento da fonte jornalística. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). **Ilha do Presídio**. Porto Alegre, Libretos: 2008. p. 33-48.

_____. Os “livros de repórteres”, o “comentário” e as práticas jornalísticas. **Contracampo**, Niterói, v. 22, p. 116-129, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/86/67>>. Acesso em: ago. 2016.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARCOS, Maria Lucília. Comunicação, experiência e a questão do reconhecimento: a alteridade radical no pensamento de Levinas. Entrevista: Diálogos Midiológicos. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 241-251, jul./dez. 2010.

MÁRQUEZ, Gabriel García. ¿Quién cree a Janet Cooke? **El País**. Republicação do artigo publicado originalmente na edição impressa de Miércoles, em 29 abr. 1981. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1981/04/29/opinion/357343203_850215.html>. Acesso em: jun. 2017.

MATTOS, Olgária. **Discretas esperanças**: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

_____. **O signo da relação**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2008.

_____. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus Editorial, 2010.

MENDONÇA, Kleber. O “gosto de cinza” da objetividade: uma análise das reportagens de Antônio Callado sobre as Ligas Camponesas de Pernambuco. **UNIREvista**, v. 1, n. 3, 2006.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joyci**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **E-Compós**, n. 1, v. 1, p. 1-26, 2004.

_____. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012.

NEPOMUCENO, Eric. **A memória de todos nós**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur (Org.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Editora Escuta, 2000.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa intervenção. In: _____; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PEBART, Peter Pál. Poderíamos partir de Espinosa. In: SAADI, Fátima; GARCIA, Silvana (Org.). **Próximo ato: questões da teatralidade contemporânea**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.p.32-37.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREC, Georges. Aproximações do quê? **Alea: Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 177-180, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2010000100014>. Acesso em: jul. 2017.

PIZA, Daniel. **Jornalismo cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Lisboa: Trajectos, 2005.

RANDAL, Margaret. ¿Que és y cómo se hace un testimonio? **Revista de Crítica Literaria Latinoamericana: La Voz del Otro: Testimonio, Subalternidad y Verdad Narrativa**, ano 18, n. 36, p. 23-47, 1992.

RESENDE, Fernando. **O olhar às avessas: a lógica do texto jornalístico**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Jornalismo e enunciação: perspectivas para um narrador jornalista. In: LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marialva (Org.). **Narrativas midiáticas contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, 2009.

_____. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: GISLENE, Silva et al (Org.). **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**. Salvador: Edufba; Brasília: Livro Compós, 2011.

_____. Falar para as massas, falar com o outro: valores e desafios do jornalismo. In: FRANÇA, Vera; VAZ, Paulo (Org.). **Comunicação midiática: instituições, valores, cultura**, Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

_____; PERES, Ana Cláudia. Nós, as testemunhas: notas sobre um jornalismo de teor testemunhal. **Revista Dispositiva**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 121-137, 2016.

_____. **Ricoeur e sua filosofia sem absoluto: o que acontece apesar de tudo na interseção?** No prelo.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

_____. **A memória, a história e o esquecimento**. Conferência proferida pelo autor em 8 mar. 2003, originalmente intitulada: “Memory, history, oblivion”, em Budapeste. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia>. Acesso em: ago. 2015.

_____. La vida: um relato em busca de narrador. In: **Educación y política**. Páginas: p. 45-58, Buenos Aires, Docencia, 1989. Disponível em: <<http://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/ricoeur-la-vida-un-relato-en-busca-de-narrador.pdf>>. Acesso em: maio 2017.

_____. O sofrimento não é a dor. **Psychiatrie Française**, n. especial, p. 1-8, jun.1992. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/o_sufrimento_ao_e_a_dor>. Acesso em: jun. 2017.

RODRIGUES, Adriano Duarte Rodrigues. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 51-59.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina/Editora UFRGS, 2011.

_____. Geopolíticas da cafetinagem. **europa institute for progressive cultural policies (eipcp)**, out. 2006. Disponível em: <<http://eipcp.net/transversal/1106/rolnik/pt>>. Acesso em: fev. 2017.

ROSEN, Jay. Beyond objectivity. In: **Nieman Reports**, 48-53. Manchester: 1993

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: CosacNaify, 2015.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte:UFMG, 2007.

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In: SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 38-52.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news**. New York: Basic Books, 1978.

_____. A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega Editora, 1999. p. 278-293.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Angela. O jornalista e o Outro: sobre os vestígios da sondagem e da escrita. **Brasilian Journalism Research**, v. 11, n. 1, p. 204-221, 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

_____. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 30, p. 31-78, jun. 2005.

_____. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Revista de Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

_____. Grande Sertão: Veredas como gesto testemunhal e confessional. **Alea: Revista de Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 1, jan./jun. 2009.

_____. O local do testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, 2010.

SERELLE, Márcio. Jornalismo e guinada subjetiva. **Revista de Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, ano 6, n. 2, p. 33-44, 2009.

_____. Jogos cubanos: a ilha, hoje, em reportagens na primeira pessoa. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 83-98, 2012a.

_____. Profissão Repórter revisitado: as dimensões do afeto. In: SOARES, Rosana Lima; GOMES, Mayra Rodrigues (Org.). **Profissão repórter em diálogo**. São Paulo: Alameda, 2012b.

_____. Formas bastardas: reportagem e vida anônima. **Revista Rumores**, v. 8, n. 15, jan./jun. 2014.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes**, São Paulo: USP, v. 1, p. 197-212, 2009.

SOARES, Rosana de Lima. **Margens da comunicação**: discurso e mídias. São Paulo: Annablume, 2009.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TAVARES, Francine. Aprendendo a amar: considerações sobre os aspectos cognitivos dos afetos e das emoções. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. 24., 2015, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Compós, 2015. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/comp%C3%B3s-francine_2742.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

TODOROV, Tzvetan. **Em face ao extremo**. São Paulo: Papyrus, 1995.

_____. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. As notícias. In: _____ (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Editora Insular, 2016. p. 233-246.

TUCHMAN, Gaye. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega Editora, 2016a. p. 353-376.

_____. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Editora Insular, 2016b. p. 111-131.

VARONI, Pedro Henrique de Carvalho; ROLFSEN, Francisco Beld. Multiparcialidade, dialogia e cultura participativa como reação à pós-verdade: uma abordagem discursiva sobre o jornalismo. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. 26., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Compós, 2017. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_MGT6FSWS1NE8LA0U38YW_26_5175_14_02_2017_17_03_04.pdf>. Acesso em: ago. 2017.

VAZ, Paulo; RONY, Gaelle. Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais. **Revista Famecos** (Impresso), v. 18, p. 218-234, 2011.

VIZEU, Alfredo. Jornalismo e Paulo Freire: o conhecimento do desvelamento. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. Nº 23., 2014, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: Compós, 2014. Disponível em: <http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT10_ESTUDOS_DE_JORNALISMO/artigo_compos_2014_2229.pdf>. Acesso em: jan. 2017

VOGEL, Daisi. A ficção do relato jornalístico. **Caligrama – Revista de Estudos e Pesquisas em Linguagens e Mídia**, São Paulo, v. 1, n. 3, set./dez. 2005.

WHITE, Hyden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EdUsp, 1994.

WILLIAMS, Raymond. **The Long Revolution**. Harmondsworth: Penguin, 1961.

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o novo jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ZELIZER, Barbie. On “Having Been There”: “Eyewitnessing” as a journalistic key word. **Critical Studies in Media Communication**, v. 24, n. 5, p. 408-428, 2007.